



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
ÉTNICOS E AFRICANOS**

KARINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**MÃOS DE MULHERES NEGRAS: ANÁLISE INTERSECCIONAL DA POLÍTICA
PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA BAHIA**

SALVADOR

2025

KARINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**MÃOS DE MULHERES NEGRAS: ANÁLISE INTERSECCIONAL DA POLÍTICA
PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Étnicos e Africanos. Área de Concentração: Estudos Étnicos.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Lucia Silva Figueiredo

SALVADOR

2025

Biblioteca CEAO - UFBA

O48 Oliveira, Karine Conceição de.

Mãos de mulheres negras: análise interseccional da política pública de economia solidária da Bahia / Karine Conceição de Oliveira. - 2025.
187 f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Angela Lucia Silva Figueiredo.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais 2025.

1. Mulheres negras. 2. Políticas públicas. 3. Economia solidária. I. Figueiredo, Angela Lucia Silva. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Afro - Orientais III. Título.

CDD - 305.48

MÃOS DE MULHERES NEGRAS: ANÁLISE INTERSECCIONAL DA POLÍTICA
PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA BAHIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Étnicos e Africanos. Área de Concentração: Estudos Étnicos.

KARINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

Aprovada em: 02/04/2025

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Angela Lucia Silva Figueiredo – Orientadora
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Prof. Dr. Edgilson Tavares Araújo – Examinador interno
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profa. Dra. Maria Andrea dos Santos Soares – Examinadora externa (Pós-Afro)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Dra. Eliene Gomes dos Anjos – Examinadora externa
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Profa. Dra. Ludmila Meira – Examinadora externa
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

SALVADOR

2025



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS (POSAFRO)

ATA Nº 7

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS (POSAFRO), realizada em 02/04/2025 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS no. 7, área de concentração Estudos Étnicos e Africanos, da candidata KARINE CONCEICAO DE OLIVEIRA, de matrícula 2021107700, intitulada MÃOS DE MULHERES NEGRAS: análise interseccional da política pública de economia solidária da Bahia. Às 14:00 do citado dia, POSAFRO-HIBRIDA, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora Profª. Drª. ANGELA LUCIA SILVA FIGUEIREDO que apresentou os outros membros da banca: Profª. Drª. MARIA ANDREA DOS SANTOS SOARES, Prof. Dr. EDGILSON TAVARES DE ARAUJO, Profª. Dra. ELIENE GOMES DOS ANJOS e Profª. Dra. LUDMILA MEIRA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra à examinada para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
ELIENE GOMES DOS ANJOS
Data: 07/04/2025 17:37:26-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. ELIENE GOMES DOS ANJOS, UFRB

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
LUDMILA MEIRA
Data: 07/04/2025 12:35:20-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Ludmila Meira, UFRB

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
EDGILSON TAVARES DE ARAUJO
Data: 06/04/2025 18:26:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. EDGILSON TAVARES DE ARAUJO, UFBA

Examinador Externo ao Programa

Documento assinado digitalmente
MARIA ANDREA DOS SANTOS SOARES
Data: 06/04/2025 20:48:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

MARIA ANDREA DOS SANTOS SOARES, UNILAB

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
ANGELA LUCIA SILVA FIGUEIREDO
Data: 03/04/2025 21:11:35-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ANGELA LUCIA SILVA FIGUEIREDO, UFRB

Presidente

Documento assinado digitalmente
KARINE CONCEICAO DE OLIVEIRA
Data: 07/04/2025 10:43:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

KARINE CONCEICAO DE OLIVEIRA

Dedico esta tese a minha mãe, Maria do Carmo Conceição de Oliveira, ao meu irmão, João Max Conceição de Oliveira, a minha irmã, Eliana Conceição de Oliveira, a minha sobrinha, Maria Morena Conceição de Oliveira França, sustentação necessária e amorosa nesta jornada que é viver. Ao meu pai, Egberdo Bispo de Oliveira (em memória), que curadas as dores da sua abrupta partida, exercito o perdão e o reencontro com o afeto e o amor que me proporcionara em vida.

Adupé!

AGREDECIMENTOS

Quando decidi mudar minha trajetória profissional, eu não fazia ideia de tudo o que aconteceria de lá até aqui. Lembro-me, como se hoje fosse, de Doraliza Monteiro me falando que meu lugar era na universidade, que eu precisava escrever sobre as minhas experiências na gestão pública e que eu teria muito a contribuir com a educação superior. Acreditei e me joguei nos caminhos que poderiam me levar de volta ao lugar onde tudo começou: o Magistério.

No Mestrado, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, conectei-me à cidade de Cachoeira, uma ligação que não há explicação racional, algo ancestral que só quem sente, sabe! Lá reencontrei Edgilson Tavares, meu orientador à época, pessoa que eu já conhecia de outro momento importante, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, lugar que foi minha casa por cinco anos, que me presenteou com as amigas de Secretariado Executivo – Sêila, Cris, Ademir, Joice, e que me deu Luciana Sá e me apresentou à economia solidária. Universidade que também me deu Lina Lordello, Daniele Costa, Ângela Guimarães, Eva Dayane e Marta Caires, que se somaram a Kadine Bárbara, minha amiga de colégio – e que me possibilitou o primeiro contato com a pesquisa e com meu orientador Carlos Milani e seu/as bolsistas: Paulo Everton, Uliana Esteves e Diana Aguiar... meus amores!

As provocações de Edgilson me levaram ao local das minhas memórias, que, quando vividas, eu não tinha condições de elaborar. Foi com ele que enveredei nos estudos interseccionais, que me fizeram entender a minha negritude e as encruzilhadas que me constituem enquanto mulher negra. Foi na análise interseccional da política pública de economia solidária que me fiz e me fizeram pesquisadora, e foi na Superintendência de Economia Solidária, com Luiz Cravo, Helbeth Oliva, Jenny Pompe, Iara Morena, Fernanda Quadros, Gabriela Dias (em memória), Cleber Leite, Sr. Joselito, Silvia Bahia, Jadson Santana, Edelson Ferreira, Edjane Oliveira e Maria de Fátima Rebouças que solidifiquei minha carreira na gestão pública.

Com a minha família Saraulina – Carine Santos, Ubaldo Souza, Albene Piau, Lara Souza, André Ferreira, Ludmila Meira, Maristela, Jenise, Doraliza Monteiro, Graciela Regines, Ilminha e Renatinha – aprendi a ter confiança nos meus passos e a usar meu dom com as palavras para transformar vidas. O meu Sarau, que é rede de amor, cuidado, zelo e sustentação, esteve nos melhores e piores momentos de quase 12 anos de política pública de economia solidária. Foi muito bom o que vivemos e o que construímos juntas nessa Bahia de minhas deusas!

E foi nesse caminho de retorno ao Magistério que a roda da vida girou e me jogou para outros caminhos, caminhos que me fizeram encontrar pessoas que acreditaram em mim e me impulsionaram a seguir: meu Beto Pirata (em memória), Jéssica, Guta, Júnior e Rose, minha segunda família de trabalho... E veio a pandemia, e a roda girou novamente... E os ventos me levaram para a reparação do maior crime ambiental deste país, o crime de Mariana, e me deram João Freitas, Isabella Peixoto, Renata Carvalho, Carlos Oliveira, Juliana Rocha, Simone Meira e novamente Iara Morena, quem reencontrei sem nunca ter perdido.

No turbilhão da pandemia, nos passos da reparação e tendo todo apoio dessa terceira família de trabalho que, na incerteza do que seria o futuro, chego ao Pós-Afro! Chego para ser aceita pela melhor orientadora que eu poderia ter, Angela Figueiredo, e ser acolhida pelo melhor coletivo de resistência epistemológica negra deste país, o Coletivo Angela Davis. Chego com a força de todas e todos que sobreviveram a 300 anos de escravização e violências dos povos colonizadores que insistem em nos silenciar após tudo o que nos foi sequestrado. Chego para ser a primeira doutora das famílias Brandão Conceição e Bispo de Oliveira!!! Nesse caminho de quatro anos, ainda teve a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), que me deu colegas que carrego no coração!

Por tudo isso que é grandioso para nós, agradeço a todas as pessoas aqui citadas, agradeço aos professores e professoras de todas as minhas etapas educacionais, especialmente aos do Pós-Afro. Agradeço à FAPESB que, mesmo com todos os desrespeitos, possibilitou-me 18 meses de dedicação “exclusiva” a esta tese.

Agradeço ao meu padrinho, João da Praia (em memória), por ter sido luz. A Doraliza, por ser incentivo em todos os momentos. A Carine de Jesus, meu apoio epistemológico e de devaneios. Agradeço às minhas tias, Cora, Aurinha, Carminha e Ivone, por estarem juntas à minha família quando precisamos. Agradeço às minhas primas e primos, que em momentos distintos da minha vida estiveram lá, com risos, lágrimas e alegrias. Agradeço à banca, por ter aceitado ler e avaliar esta tese. Agradeço imensamente à minha orientadora, por ter sido incentivo e fortaleza!!! Agradeço aos meus orixás, Nanã e Iemanjá, a Cosme e Damião, a Deus, Senhor do Bonfim e a Nossa Senhora da Conceição, por sempre ouvirem o meu clamor e agradecimento. E, por fim, ao meu núcleo familiar: Mainha, Max, Eliana e Morena, por serem meu ar, minha vida, meu tudo, meu amor infinito!!!

Nanã, entidade primeira que veio enquanto a terra se formava, os elementos se moviam, a lama, matéria primeira, lá ou ali estava Nanã, a energia ancestral avó, mãe e filha, o berço da vida. Saluba Nanã!

Mateus Aleluia

A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta.

Sueli Carneiro

OLIVEIRA, Karine Conceição de. **Mãos de mulheres negras: análise interseccional da política pública de economia solidária da Bahia**. 2025. 179 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Apesar de se apresentar como uma alternativa ao modelo tradicional de organização do trabalho e geração de renda, a economia solidária ainda reflete desigualdades de raça, gênero, classe e territorialidade. Mulheres negras são maioria nos empreendimentos solidários, porém enfrentam barreiras no acesso a recursos, espaços de decisão e autonomia financeira, sendo os desafios mais intensos no meio rural, onde há menor infraestrutura e acesso a políticas públicas. Diante desse cenário, esta pesquisa analisa se a política pública de economia solidária da Bahia contribui para a autonomia sociopolítica e financeira dessas mulheres, considerando as diferenças entre os contextos rural e urbano nos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol). A metodologia adotada é qualitativa e documental, e utiliza a interseccionalidade como instrumento teórico-analítico. Foram analisados editais dos Cesols, publicados entre os anos de 2012 e 2022, perfazendo dez anos de execução dos contratos de gestão. A etapa empírica contou 1 grupo focal e 1 entrevista com gestores/as da política, 5 entrevistas semiestruturadas com mulheres negras e a aplicação de 68 questionários com beneficiárias negras, dos quais 50 foram validados. A análise dos dados foi conduzida a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2020). Os resultados indicam que, embora as mulheres negras sejam maioria nos empreendimentos, sua presença não se traduz em acesso a espaços de decisão, acesso equitativo a financiamento, formação, infraestrutura e distribuição equânime dos recursos disponíveis para a política pública de economia solidária da Bahia. Essa carência afeta de maneira mais intensa as mulheres negras no meio rural, que encontram maiores dificuldades para comercialização e escoamento da produção. Apesar desse cenário, a pesquisa evidencia que as mulheres negras constroem estratégias coletivas de resistência e organização autônoma, promovendo redes de apoio e fortalecimento econômico, ainda que essas práticas emergentes não sejam resultado direto das ações da política pública.

Palavras-chave: Economia Solidária. Interseccionalidade. Políticas Públicas. Mulheres Negras. Teoria da Ação Pública.

OLIVEIRA, Karine Conceição de. **Hands of black women: intersectional analysis of Bahia's public policy on the solidarity economy**. 2025. 179 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 20

ABSTRACT

Although presented as an alternative to the traditional model of work organization and income generation, solidarity economy still reflects structural inequalities of race, gender, class, and territoriality. Black women constitute the majority in solidarity economy enterprises, yet they face persistent barriers to accessing resources, decision-making spaces, and financial autonomy. These challenges are especially acute in rural areas, where infrastructure is limited and access to public policies is more restricted. In this context, this research analyzes whether the public policy of solidarity economy in the state of Bahia contributes to the sociopolitical and financial autonomy of these women, taking into account the differences between rural and urban contexts within the Public Centers for Solidarity Economy (Cesol). The methodological approach is qualitative and document-based, using intersectionality as a theoretical-analytical framework. The study examined Cesol public calls for proposals published between 2012 and 2022, covering ten years of policy implementation under management contracts. The empirical stage included one focus group and one interview with policy managers, five semi-structured interviews with Black women, and the administration of 68 questionnaires to Black female beneficiaries, of which 50 were validated. Data analysis was conducted through Content Analysis (Bardin, 2020). The findings indicate that, although Black women are the majority within the enterprises, their participation does not translate into access to decision-making spaces, equitable access to funding, training opportunities, infrastructure, or fair distribution of resources allocated to the solidarity economy policy in Bahia. This lack of access is even more pronounced in rural areas, where Black women face greater challenges in marketing and distributing their products. Despite this scenario, the research reveals that Black women develop collective strategies of resistance and autonomous organization, fostering support networks and economic strengthening—although these emerging practices are not direct outcomes of the public policy actions.

Keywords: Solidarity Economy. Intersectionality. Public Policies. Black Women. Theory of Public Action.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evolução da taxa de participação por grupos de gênero e raça.....	42
Figura 2	Mapa conceitual das tessituras teóricas, destacando as inter-relações entre Interseccionalidade, Economia Solidária e Sociologia da Ação Pública	90
Figura 3	Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia (Configuração Territorial vigente desde 2016)	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese Desigualdades de Gênero e Raça no Rural	51
Quadro 2	Abordagens de incorporação da interseccionalidade na produção de políticas públicas	57
Quadro 3	Paradigmas de administração pública no Brasil e matrizes de relações Estado-sociedade	83
Quadro 4	Correntes metodológicas.....	93
Quadro 5	Cesol e seus Territórios de Identidade.....	105
Quadro 6	Editais e metas.....	112
Quadro 7	Síntese Análise Interseccional dos Editais dos Cesols	115
Quadro 8	Síntese Análise dos Cesols à luz do Pentágono de Políticas Públicas	118
Quadro 9	Síntese dos gestores e gestoras	122
Quadro 10	Categorias Analíticas	136
Quadro 11	Perfil das Mulheres Negras nos Empreendimentos Solidários (dados do questionário)	142
Quadro 12	Perfil das entrevistadas	149
Quadro 13	Categoria de análises das falas das interlocutoras	150
Quadro 14	Síntese das Considerações Finais	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro	45
Tabela 2 – Síntese Desigualdades de Gênero e Raça no Rural	46
Tabela 3 – Participação e desafios das mulheres na economia solidária	78
Tabela 4 – Distribuição do percentual dos sócios da economia solidária por sexo	80
Tabela 5 – Distribuição percentual por atividade e sexo nos empreendimentos urbanos	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CATIS	Coordenação de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva
CEN	Centro de Empresas Negras
CONTAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
CPES	Centros Públicos de Economia Solidária (Governo Federal)
Cesols	Centros Públicos de Economia Solidária (Bahia)
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EPS	Economia Popular Solidária
ESP	Economia dos Setores Populares
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MEI	Microempreendedores Individuais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OS	Organizações Sociais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAR	Programa de Aquisição de Artesanato
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
PIA	População em Idade Ativa
PLANSAM	Plano de Segurança Alimentar
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pós-Afro	Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

Sepromi	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SESAB	Secretaria Estadual de Saúde
Sesol	Superintendência de Economia Solidária
Setre	Secretaria do Trabalho, Emprego Renda e Esporte do Estado da Bahia
SIES	Sistema de Informações da Economia Solidária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TL	Teoria da Libertação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	Trabalho, renda e economia solidária: reflexões sobre a política pública....	33
2	RAÇA, GÊNERO E TRABALHO: DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E ASCENÇÃO.....	41
2.1	Mulheres e mercado de trabalho.....	41
2.2	Uma breve olhada para trás.....	48
2.3	Estratégias de ascensão social da população negra.....	51
3	TESSITURAS TEÓRICAS.....	56
3.1	Entrelaçando as pontas: política pública, interseccionalidade e economia solidária.....	56
3.2	Economia solidária: desafios e perspectivas interseccionais.....	59
3.3	Interseccionalidade.....	67
3.4	Mão de obra das mulheres negras: interseccionalidade e outras análises	74
3.4.1	<i>A inserção periférica das mulheres negras no trabalho.....</i>	<i>75</i>
3.4.2	<i>Participação das mulheres na economia solidária.....</i>	<i>79</i>
3.4.3	<i>Mulheres negras no espaço rural.....</i>	<i>82</i>
3.5	Abordagem Sociocêntrico e a Sociologia da Ação Pública: o papel da sociedade civil na formulação da política pública.....	83
4	PERCURSO DA PESQUISA.....	92
4.1	Desafios epistemológicos e metodológicos na produção de conhecimento subalterno.....	92
4.2	A corrente marxista.....	93
4.3	Interseccionalidade como método de análise.....	95
4.4	Horizonte metodológico.....	96
4.5	Procedimentos metodológicos.....	99
4.5.1	<i>Análise dos editais do Cesol.....</i>	<i>102</i>
4.5.2	<i>Critérios e processos de seleção da amostra.....</i>	<i>104</i>
4.5.3	<i>As interlocutoras.....</i>	<i>105</i>
4.5.4	<i>Análise de conteúdo na investigação sobre interseccionalidade nas políticas públicas de economia solidária.....</i>	<i>108</i>
5	ECONOMIA SOLIDÁRIA E MULHERES NEGRAS.....	110

5.1	(Re)Conhecendo o locus.....	110
5.1.1	<i>Centros Públicos de Economia Solidária: implementação e funcionamento.....</i>	110
5.1.2	<i>Análise das políticas dos Centros Públicos de Economia Solidária à luz do Pentágono de Política Pública.....</i>	116
5.2	Gestores da economia solidária: análise crítica da política.....	119
5.2.1	<i>Perfil dos gestores participantes do grupo focal.....</i>	120
5.2.2	<i>Explorando o material coletado.....</i>	124
5.2.3	<i>Reflexões sobre as políticas de economia solidária – categorias, contribuições e desafios.....</i>	127
5.2.4	<i>Reflexões sobre as contradições e potencialidades das políticas públicas de economia solidária.....</i>	130
5.2.5	<i>Convergências, divergências e complementos na política de economia solidária a partir do Cesol.....</i>	131
5.2.6	<i>Reflexão crítica: entre a interseccionalidade e a ação pública.....</i>	134
6	ABRINDO AS CIDADES.....	138
6.1	Onde estão as mulheres negras na economia solidária?	139
6.2	Mobilizando vidas: as dimensões da interseccionalidade e da economia solidária.....	146
6.3	Ausentes ainda que presentes: economia solidária de baixo pra cima.....	158
6.4	Pode a política pública de economia solidária ser emancipadora e antirracista?.....	160
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEM SE SENTA À MESA?.....	162
	REFERÊNCIAS.....	174
	APÊNDICES.....	183
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA GESTORES DA POLÍTICA PÚBLICA.....	184
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA MULHERES DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	187

1 INTRODUÇÃO



Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida.

Carolina Maria de Jesus

A pesquisa “Mãos de mulheres negras: análise interseccional da política pública de economia solidária da Bahia” emerge de inquietações resultantes do meu processo investigativo para a elaboração da dissertação de Mestrado intitulada “É muito feminino, sabe? Interseccionalidade nas políticas públicas de economia solidária no Cesol Recôncavo”, momento em que aprofundei o debate interseccional e visualizei lacunas na política pública de economia solidária do estado da Bahia, especialmente no que diz respeito à compreensão da intersecção das desigualdades sociais aprofundadas por gênero, raça, classe, geração e outros marcadores sociais.

Dando sequência à minha pesquisa, aqui o objetivo é entender se a política pública de economia solidária da Bahia contribui para a autonomia sociopolítica e financeira das mulheres negras atuantes nos empreendimentos econômicos solidários atendidos pelos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesols). De forma mais específica, pretendo: 1) Analisar como a política pública de economia solidária na Bahia incorpora (ou não) a perspectiva interseccional em sua formulação e implementação; 2) Investigar as possíveis contribuições da política pública de economia solidária para a autonomia econômica e política de mulheres negras e; 3) Identificar barreiras e desafios enfrentados por essas mulheres, a fim de compreender os limites da política pública e apontar caminhos para seu aprimoramento.

No Brasil, as mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em comparação com outros grupos, e esse cenário é evidenciado ao analisarmos sua inserção no mundo do trabalho². Segundo dados atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do 4º trimestre de

¹ Cada capítulo da tese terá um Adinkra, que são símbolos pertencentes ao povo Ashanti, atualmente localizado principalmente em Gana.

Akoko nan: simboliza disciplina, proteção, maternidade, cuidados e ternura.

² Mundo do trabalho - O mundo do trabalho é o conjunto dinâmico e contraditório das experiências sociais e históricas do trabalho, no qual o trabalho aparece como elemento fundante da vida social, não limitado apenas à esfera econômica, mas atravessado por relações de classe, política e cultura (Antunes, 2006).

2023, a força de trabalho feminina no Brasil, com foco na raça, revela que, das 43,4 milhões de mulheres ocupadas³, mais da metade são negras, representando 53,0% do total. Já as mulheres não negras compõem 47,0% das ocupadas. A situação é mais grave entre as desocupadas⁴, onde as mulheres negras representam 66,0% do total, enquanto as não negras representam 34,0%. O desalento⁵ também é mais profundo entre as mulheres negras, que constituem 74,0% das desalentadas, em comparação com 26,0% das não negras (PNADC, 2024).

No que diz respeito ao rendimento médio mensal, as mulheres negras ganham significativamente menos que as não negras, recebendo em média 60,0% do rendimento destas últimas. A taxa de informalidade também é maior entre as mulheres negras, com 41,09% delas trabalhando informalmente, em comparação com 32,06% das mulheres não negras. Além disso, uma proporção maior de mulheres negras (41,0%) está sem contribuição previdenciária em relação às não negras (30,08%). Os dados indicam uma disparidade racial marcante, com as mulheres negras enfrentando maiores desafios em termos de empregabilidade e renda (PNADC, 2024).

Na dissertação de mestrado anteriormente mencionada, busquei entender como a política pública de economia solidária da Bahia reproduz a divisão sexual do trabalho nos empreendimentos beneficiários, foquei minha análise nos grupos produtivos constituídos majoritariamente por mulheres negras, na tentativa de revelar como as opressões de gênero e raça foram subsumidas na elaboração e execução dessa política. Os objetivos específicos da dissertação incluíram o estabelecimento de marcos teóricos conceituais: Economia Solidária, Interseccionalidade, Sociologia da Ação Pública e Divisão Sexual do Trabalho, em diálogo com o campo estudado, os Cesols, descrevendo a Política Pública, relacionando-a com os achados

³ São classificadas como ocupadas pessoas que na semana de referência desempenharam, pelo menos uma hora na semana, trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios. Entram nessa categoria as pessoas que trabalharam sem remuneração em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria ou empregador ou empregado; aprendiz ou estagiário e; aquelas que na semana de referência tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas. Neste último caso o afastamento deveu-se a férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (PNADC).

⁴ São classificadas como desocupadas pessoas que na semana de referência não estão trabalhando, mas que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos últimos 30 dias e que estão disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência. Entram nessa categoria também as pessoas sem trabalho e disponíveis para trabalhar na semana de referência, mas que não haviam tomado qualquer providência para conseguir emprego nos últimos 30 dias, em virtude de já ter conseguido trabalho para começar em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência (PNADC).

⁵ O IBGE define a população desalentada como pessoas fora da força de trabalho na semana de referência que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias. Levando em consideração não ter conseguido trabalho adequado, não ter experiência profissional ou qualificação, não haver trabalho na localidade em que residia ou não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso. A PNADC considera como pessoas que participam da força de trabalho aquelas que possuem 14 anos ou mais que possuem trabalho, ou não possuem trabalho, mas tomaram providências para conseguir, ou não procuram trabalho, mas gostariam de ter tomado providência para assumi-lo.

da pesquisa e com a teoria da divisão sexual do trabalho.

Os achados da pesquisa indicaram que, apesar do caráter inclusivo, as atividades desenvolvidas pelo Cesol reproduziam as desigualdades de gênero, sendo a divisão sexual do trabalho um elemento determinante na organização e fomento dos grupos, direcionando as mulheres para atividades tradicionalmente consideradas como femininas, logo, menos valorizadas economicamente. Além disso, ficou constatado que a experiência no Cesol Recôncavo, embora tenha avançado no apoio aos empreendimentos, suas diretrizes de ação não incorporavam uma abordagem que considerasse as assimetrias socioeconômicas das mulheres negras quando comparadas às mulheres brancas e aos homens, de maneira geral, tornando a política homogênea, independentemente das características e particularidade dos empreendimentos atendidos.

Diante dessas constatações, para o doutorado expandi o escopo de análise para compreender em que medida a política de economia solidária contribui para transformações efetivas na vida das mulheres negras atuantes em empreendimentos econômico-solidários, sendo o fator financeiro predominante, mas não exclusivo, na continuidade da pesquisa.

A política pública analisada e aprofundada na presente investigação, o Cesol, de forma sintética, tem como objetivo promover a inclusão socioproductiva, de maneira justa e solidária, de pessoas preferencialmente beneficiárias do Programa Bolsa Família, oferecendo suporte na constituição e/ou fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Bahia, 2012).

As críticas, por mim realizadas, a essa política incluem a ausência de interseccionalidade em seus objetivos e metas, desconsiderando as opressões conectadas de gênero e raça que atravessam as mulheres negras atendidas pelos Cesols. Além disso, a pesquisa de mestrado trouxe à tona o sentimento das entrevistadas sobre a desvalorização econômica dos produtos elaborados por mulheres, especialmente negras, o que reforça a manutenção de desigualdades históricas. Essa limitação da política pública também impossibilita reflexões mais profundas sobre o entendimento das mulheres diante das desigualdades de gênero nos espaços produtivos.

Sobre esse ponto, abordei na dissertação a divisão sexual do trabalho, conceito que descreve a forma estruturante de organização social, construída historicamente, e que atribui papéis distintos e hierárquicos a homens e mulheres. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) destacam que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário

para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado [...].

A análise do conceito revela duas abordagens principais. A primeira, enfoca a desigualdade na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho⁶, analisando como essas diferenças variam em contextos históricos e culturais distintos, bem como sua conexão com a divisão das responsabilidades domésticas; a segunda abordagem examina a hierarquização das atividades atribuídas a cada sexo, investigando as raízes históricas e sociais das desigualdades de gênero (Hirata; Kergoat, 2007).

Essas perspectivas evidenciam como a divisão sexual do trabalho reforça as desigualdades ao naturalizar papéis distintos para homens e mulheres, transformando diferenças biológicas em construções sociais que legitimam a subordinação feminina. Ao associar as mulheres a atividades menos valorizadas, esse sistema sustenta a lógica da inferioridade feminina, relegando-as a posições vinculadas à reprodução e ao cuidado, fundamentais para a reprodução do capital, mas pouco reconhecidas e/ou remuneradas.

No contexto da economia solidária, a divisão sexual do trabalho apresenta um paradoxo. Por um lado, ela oferece uma oportunidade para que mulheres, especialmente negras, resistam à subordinação imposta pelo espaço doméstico. Por outro, a manutenção das desigualdades dentro do modelo proposto pela economia solidária revela a insuficiência das políticas públicas em superar as estruturas opressoras. Conforme **Oliveira**⁷ (2020, p. 103):

Ao se aproximarem da Economia Solidária, por meio do trabalho coletivo, as mulheres negras trabalhadoras acabam reproduzindo nos empreendimentos aquelas atividades determinadas socialmente como sendo do escopo de suas habilidades. Na investigação, foi possível verificar que ao serem motivadas a empreenderem, associativamente, as mulheres não foram provocadas a refletirem sobre os papéis a serem desempenhados, nem sobre as tipologias produtivas fomentadas.

Desse modo, a investigação corroborou a perspectiva de que a manutenção da divisão

⁶ Mercado de Trabalho - é uma construção ideológica do capitalismo que transforma a força de trabalho em mercadoria, reduzindo o processo social do trabalho a uma simples variável econômica e ocultando suas dimensões humanas, sociais e políticas (Antunes, 2006).

⁷ As autoras negras, ao aparecerem pela primeira vez no texto, terão seu sobrenome em destaque com o uso do negrito, como forma de combater a invisibilidade das intelectuais negras dentro das políticas de citação. Esta ação é um desdobramento coletivo encaminhado na Escola Transnacional de Feminismo Negro e Decolonial, realizada em Cachoeira-BA e publicada no artigo Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial escrito por Angela Figueiredo (2020).

sexual do trabalho impede que as mulheres alcancem equidade com os homens nos espaços laborais, e isso se estende também para as práticas econômicas solidárias. A dissertação também problematizou que a política pública de economia solidária não se propõe a indicar soluções no que tange à garantia de seguridade e mobilidade social para as mulheres negras, mantendo-as em condições de vulnerabilidade.

Na dissertação concluí que a economia solidária, apesar de seus princípios emancipatórios, ainda reproduz a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero e raça. Nesses termos, ficou confirmado que a política, ao desconsiderar as desigualdades sociais perpetradas por raça e gênero, coloca-se como um entrave para a promoção da autonomia das mulheres, sobretudo as negras:

Ora, se são as mulheres negras que recebem os menores salários; se são elas que buscam, na informalidade, experiências coletivas de produção na possibilidade de conciliação do doméstico com o público; se são elas as chefes de famílias monoparentais, e ainda assim, tais temas não se refletem enquanto estratégicos, então: qual a real capacidade do instrumento Centro Público de Economia Solidária – Cesol de promover mudanças substanciais nas vidas dessas mulheres, considerando essas dimensões? (**Oliveira**, 2020, p. 100).

Embora a divisão sexual do trabalho seja um tema central para compreendermos as desigualdades de gênero e raça nos espaços produtivos, esta tese não se dedicará a aprofundar esse debate, uma vez que tal abordagem foi objeto de análise detalhada em minha dissertação. Nela, discuti como a divisão sexual do trabalho estrutura as relações sociais e econômicas e como essas dinâmicas se manifestam na economia solidária. No entanto, as reflexões lá desenvolvidas permitiram identificar lacunas importantes na política pública de economia solidária, particularmente no que diz respeito às mulheres negras. Foi a partir das conclusões da pesquisa da dissertação que formulei a questão central desta tese: De que maneira a política pública de economia solidária pode contribuir efetivamente para a autonomia econômica e política das mulheres negras atuantes nos empreendimentos econômicos solidários atendidos pelos Centros Públicos de Economia Solidária?

Para enfrentar essa questão, é necessário, desde já, explicitar a compreensão de autonomia, especialmente em contextos marcados por privações materiais e simbólicas. Inspirando nas reflexões de Rego e Pizani (2013), aqui entende-se que a autonomia não é uma condição isolada de autossuficiência, mas a percepção de si como sujeito capaz de fazer escolhas e assumir responsabilidades por sua vida, mesmo em meio a redes de dependência. Essa percepção está intrinsecamente ligada à superação das carências básicas — como

alimento, moradia e acesso à saúde — que, quando não atendidas, limitam profundamente a capacidade de humanização, o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de reivindicar direitos. Autonomia, nesse sentido, implica a capacidade de agir segundo um projeto de vida pessoalmente significativo, reconhecer-se como sujeito de direitos e deveres, e construir relações não marcadas por dependências hierárquicas ou submissões involuntárias — como as que frequentemente se impõem entre mulheres negras e o ambiente social mais imediato, incluindo estruturas familiares e comunitárias.

Do ponto de vista das políticas públicas, essa concepção de autonomia exige que se vá além da simples garantia formal de direitos e liberdades. Não basta reconhecer, no plano jurídico, que todas as pessoas são livres e iguais perante a lei; é necessário criar condições concretas para que essa liberdade se realize na vida cotidiana. Isso implica assegurar o acesso efetivo a recursos materiais, serviços públicos de qualidade, oportunidades de educação e trabalho digno, bem como mecanismos de participação social e política. A autonomia, nesse sentido, está intrinsecamente relacionada à justiça distributiva e ao fortalecimento das capacidades individuais e coletiva

Nesse debate, é fundamental, ainda, incorporar a crítica feminista à concepção liberal de autonomia, como propõe Flávia Biroli (2013). Para a autora, a noção de autonomia baseada no sujeito universal abstrato, desvinculado de sua inserção social e relacional, contribui para a reprodução das desigualdades de gênero, classe e raça. Biroli afirma que, ao ignorar as assimetrias materiais e simbólicas que estruturam as possibilidades de escolha, o ideal liberal de autonomia termina por responsabilizar os indivíduos por suas condições de vida, desconsiderando as opressões que os atravessam. A autonomia, segundo essa crítica, deve ser entendida como relacional e situada — resultado de processos sociais e políticos que podem ampliar ou restringir as margens de escolha de determinados grupos. A construção da autonomia das mulheres, especialmente das mulheres negras, exige, portanto, o enfrentamento das desigualdades que limitam suas possibilidades reais de agir e decidir sobre suas vidas, o que passa pelo reconhecimento das hierarquias e pela transformação das estruturas que as sustentam.

Espero, ainda, à luz das experiências de trabalho na formulação de políticas públicas, que esta tese possa ser aproveitada como um instrumento propositivo sobre a utilização da teoria crítica da interseccionalidade como uma metodologia aplicável na formulação das políticas públicas de economia solidária. Sugiro, além da abordagem centrada no enfrentamento às desigualdades sob a perspectiva econômica, que a interseção de raça, gênero, classe e outros marcadores sociais seja central nas análises e sirva como ponto de partida para a elaboração

dessas políticas.

Assim, surgem as seguintes questões: Como aproximar os conceitos de economia solidária da prática cotidiana daqueles que a vivenciam? Como tornar práticas colaborativas, com garantia de recursos, algo factível nos empreendimentos populares? Para tanto, a fim de delimitar a teoria d Política Pública aqui escolhida para sustentar a ideia colaborativa na formulação da política pública de economia solidária, apresento as abordagens metodológicas Estadocêntrica e Sociocêntrica do campo de políticas públicas, definindo esta última como foco inicial para interpretar os fatos.

Ao avançar para a abordagem da Sociologia da Ação Pública, observo que, de acordo com Lascoumes e Le Galès (2012), as abordagens tradicionais de políticas públicas se concentram exclusivamente na intervenção estatal, nas ações governamentais e na atuação setorial das autoridades. Em contraste, a ação pública abrange a Administração Estatal em colaboração com outros atores públicos ou privados oriundos, principalmente, da sociedade civil, que atuam de maneira conjunta na busca de objetivos comuns, especialmente na concretização dos direitos sociais.

Nessa abordagem, a análise da ação pública envolve cinco elementos articulados, que os autores supracitados denominaram de pentágono analítico: atores, instituições, representações, processos e resultados. Em suas palavras:

Os atores, coletivos ou individuais, dispõem de recursos, possuem certa autonomia, estratégias e capacidade de fazer escolhas. São mais ou menos orientados por interesses simbólicos e materiais. As representações dizem respeito aos espaços cognitivos e normativos que dão sentido às suas ações, as condicionam e as refletem. As instituições são normas, regras, rotinas, procedimentos que governam as interações. Os processos são as formas de interação e sua recomposição no tempo. Eles justificam as múltiplas atividades de mobilização dos atores individuais e coletivos. Os resultados são os efeitos ou consequências da ação pública. Cada elemento do pentágono se configura em uma categoria analítica (Lacoumes; Le Galès, 2012, p. 46).

Compreender esses elementos é fundamental para analisar a efetividade das políticas públicas de economia solidária. No contexto brasileiro, a aplicação dessas teorias pode ser observada na maneira como a economia solidária ganhou destaque a partir da década de 1980. A crise econômica e social daquele período, somado a um modelo de desenvolvimento ineficiente, levou o país à desindustrialização e à consequente perda de milhões de postos de trabalho, resultando em um expressivo aumento do desemprego e acentuando as desigualdades sociais.

Esse fenômeno, segundo Paul Singer (2002), levou ao (re)surgimento da economia

solidária no Brasil, inicialmente por meio das experiências de geração de trabalho e renda promovidas por entidades religiosas que compartilhavam da teologia da libertação. Dessa forma, a economia solidária se tornou uma resposta coletiva e colaborativa às dificuldades econômicas, refletindo a interação entre diversos atores e a mobilização de recursos comunitários, conforme proposto pela análise da ação pública.

O trabalho dessas entidades foi importantíssimo para o desenvolvimento da economia solidária no país, sobretudo o trabalho realizado pela Caritas. De acordo com Joannes Fortes e Alícia Gonçalves (2013, p. 1511), a partir de 1986, o movimento da Igreja católica – que envolve não apenas teólogos, mas também ativistas e que vai além da institucionalidade religiosa, influenciado pela Teologia da Libertação (TL), começou a desenvolver ações que o conectaram a diversos movimentos sociais e que passou a ajudar pessoas a se reconhecerem como construtoras de seus próprios destinos e atores de mudanças sociais.

Foi partindo dessa conjuntura que no ano de 1990 surgiu o modelo de ação da Cáritas baseado na “caridade libertadora”, inspirado no livro *Mística e Metodologia da Caridade Libertadora*⁸. De acordo com Fortes e Gonçalves (2013), essa obra contribuiu para reflexões e encontros promovidos pela instituição durante aquele ano, levando-as a compreender a Igreja como uma mediação para a realização do “Reino de Deus” no mundo dos homens. A noção de “Reino”, defendida por Boff (1986), e sintetizada pelas autoras defende que a “Igreja deveria atuar no mundo para construir uma sociedade justa, igualitária, democrática e fraterna, livre da exploração e do desenvolvimento capitalista” (Fortes; Gonçalves, 2013, p. 1512), tendo sido desenvolvido o Projeto Alternativo Comunitário (PAC), que financiou milhares de iniciativas produtivas e que se transformaram em Unidades de Economia Solidária.

Em 1996, a Cáritas iniciou esforços para consolidar a chamada Economia dos Setores Populares (ESP) ou Economia Popular Solidária (EPS). A organização, por meio de agentes especialmente capacitados para promover a caridade libertadora, adotou como horizonte religioso, social e político a fundação de um novo modelo econômico baseado nas necessidades, com ênfase na atividade econômica de trabalhadores agrupados em coletivos. Esses agentes foram preparados para realizar análises conjunturais, monitorar políticas públicas, atuar de forma eficaz em conselhos setoriais públicos, mobilizar comunidades para reivindicar direitos e acompanhar a elaboração de projetos de transformação social.

⁸ Publicação em 1991 pela Cáritas Brasileira, o livro aborda a Teologia da Libertação, um movimento teológico cristão que surgiu na América Latina na década de 1960. A mística se refere à dimensão espiritual e ao compromisso profundo com os pobres e oprimidos, enquanto a metodologia da caridade libertadora envolve práticas e ações concretas voltadas para a promoção da justiça social e a transformação das estruturas sociais opressivas (Fortes, Gonçalves).

Outra modalidade de geração/manutenção de trabalho e renda destacada por Singer (2000) foi a experiência das empresas recuperadas⁹, que adotaram o modelo cooperativado na produção e associações de trabalhadores. Tais iniciativas eram inspiradas em princípios de autogestão, cooperação e solidariedade. Ainda de acordo com Singer (2002), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também desempenhou um papel significativo para o crescimento da economia solidária, uma vez que uma das abordagens adotadas pelo movimento foi promover a agricultura por meio de cooperativas autogestionárias, estabelecendo posteriormente o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). E, por fim, o papel das universidades no fomento a empreendimentos econômicos solidários, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP)¹⁰.

Somente no ano de 2001, no I Fórum Social Mundial (FSM), a economia solidária se organizou enquanto movimento social nacional e passou, a partir de então, a reivindicar que suas necessidades fossem pautadas na agenda pública. A formalização da economia solidária como movimento social marcou um ponto de virada, onde diversas iniciativas, anteriormente dispersas, começaram a se consolidar em uma frente unificada. Esse movimento trouxe visibilidade às práticas de autogestão e cooperativismo e reforçou a necessidade de integrar essas iniciativas nas políticas públicas.

Assim, tendo sido as práticas da economia solidária fomentadas por entidades religiosas que comungavam da teoria da libertação, mais tarde observadas e sistematizadas pelos movimentos sociais e universidades, e posteriormente incluídas na agenda pública governamental, acredito que a abordagem Sociocêntrica, na perspectiva da ação pública, é a que melhor ajuda a explicar o fenômeno dessa política. Nessa concepção, as capacidades dos diferentes atores políticos na formulação e implementação da ação pública exercem o poder político concreto, além de questionar os limites do governo em relação à capacidade de empoderamento de certos grupos e interesses sociais (Lascoumes; Le Galès, 2012).

Para uma melhor compreensão da teoria da ação pública em prática, utilizo os Cesols da Bahia, experiência inicialmente proposta pelo Fórum Estadual de Economia Solidária, tendo como base os Centros Públicos de Economia Solidária (CEPS), implantados com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O Cesol da Bahia, executado por

⁹ Tomada de empresas, falidas ou em via de falir, pelos seus trabalhadores, que as ressuscitam como cooperativas autogestionárias (Singer, 2000).

¹⁰ As ITCPs são núcleos universitários multidisciplinares, integrados por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (Singer, 2000).

entidades qualificadas, como Organizações Sociais, é um equipamento multifuncional de atendimento a grupos econômicos solidários que visa contribuir, através da assistência técnica socioprodutiva continuada¹¹, com a sustentabilidade desses grupos (Edital Secretaria do Trabalho, Emprego Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre 009/2012, Bahia, 2012).

Devido ao caráter multifatorial do Cesol, cuja concepção é influenciada por fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais, resultado de tratativas com o movimento de economia solidária, que levou à formação de uma agenda pública, e cuja execução se dá por meio de chamamento público para a escolha de uma entidade da sociedade civil para gerir os recursos e garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo Estado, este pode ser melhor analisado à luz do pentágono analítico proposto por Lascoumes e Le Galès. O Cesol se caracteriza como um instrumento de política pública¹² financiado pelo Estado por meio de Contratos de Gestão, executado por Organizações Sociais e demandado pela sociedade civil.

Para a definição do *locus* da pesquisa, considerei a temporalidade de 10 anos de execução da política, tempo que vejo como pertinente para a análise da política de economia solidária, tendo em vista seu ineditismo em termos estaduais, não havendo possibilidade de parametrização, como ocorre com as políticas de apoio a produtores rurais que datam da primeira metade do século XX. Ao longo desses anos, foram realizados sete chamamentos públicos, sendo que o edital 009/2012 lançou os marcos para o estabelecimento da política via Contrato de Gestão, e o edital 003/2013 ampliou a abrangência territorial de atendimento.

É importante destacar que os contratos de gestão preveem dois anos de vigência, prorrogáveis por igual período, e que, durante os anos de execução, contratos emergenciais foram formalizados, a fim de não paralisar a oferta dos serviços, enquanto se preparava as chamadas públicas subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA O prazo de vigência do presente Contrato será de 02 (dois) anos, tendo por termo inicial de vigência a data da sua assinatura, podendo ser repactuado no todo ou em parte, mediante termo aditivo, depois de demonstrado, por meio de

¹¹ A Assistência Técnica Socioprodutiva Continuada se inspira na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que atua igualmente no cotidiano dos empreendedores econômicos solidários, construindo soluções tecnológicas e organizativas para o trabalho produtivo, além de viabilizar o acesso a políticas públicas (Projeto de Publicização dos serviços para empreendimentos associativos, acervo pessoal).

¹² Aqui a Política Pública de Economia Solidária é compreendida como uma diretriz instituída para lidar com os problemas públicos referentes à falta de emprego e renda, bem como, ofertar bens e serviços públicos aos empreendedores da economia solidárias. Os Instrumentos de Políticas Públicas são, portanto, formas de dar materialidade dessa diretriz, por meio de normas, orçamentos, instituições, programas, projetos etc. Diz respeito a um “dispositivo simultaneamente técnico e social que organiza as relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função de representações e de significações de que ele é portador” (LASCOUTES; LE GALÈS, p 21. 2004)

relatório técnico elaborado pela SESOL¹³, o alcance das metas estabelecidas, observando a legislação vigente (Edital 009/2012, Bahia 2012).

Também é importante informar que, no período de 2012 a 2019, atuei diretamente na elaboração dos editais, e no acompanhamento e monitoramento dos contratos. Naquela época, o debate racial e de gênero não fazia parte do repertório conceitual para a elaboração desses instrumentos. O trabalho, em certa medida repetitivo e pouco intelectual, afastou-me de processos reflexivos, levando-me a atuar de forma automatizada e pouco crítica em relação às questões estruturantes das desigualdades sociais vivenciadas pelo público beneficiário da política. Acreditava-se que, resolvendo as questões relacionadas à renda, as demais dimensões da vida dos beneficiários estariam igualmente solucionadas.

Por ser o Cesol a política pública mais perene da Superintendência de Economia Solidária (Sesol), acumulando 15 anos de existência ao somar as duas modalidades de execução, direta e indireta (esta última mediante contrato com Organizações Sociais – OS), considerei-o o principal instrumento da ação pública com capacidade para passar por um processo investigativo. Além disso, o Cesol atingiu maior capilaridade territorial quando comparado a outras iniciativas da Sesol, estando em funcionamento em 19 Territórios de Identidade da Bahia¹⁴.

Justifico a minha decisão de continuar a investigação focada nas mulheres negras como uma demarcação política. Minha trajetória como mulher negra trabalhadora me posiciona no *locus* da pesquisa bem como a percepção que as mulheres negra são maioria nos empreendimentos econômicos solidários. Desde a infância, observei as relações de trabalho das mulheres ao meu redor e, mais tarde, na universidade, atuei como agente de fomento e participei das primeiras iniciativas do movimento em âmbito municipal. Em outras palavras, as mulheres negras trabalhadoras e empreendedoras populares sempre fizeram parte do meu percurso de vida, tanto nas relações familiares quanto na vizinhança. Isso me fez entender, desde muito cedo, a importância do trabalho na vida dessas mulheres e o quanto suas atividades eram precarizadas e mal remuneradas.

Essa perspectiva dialoga com a proposta de **Figueiredo** (2020, p. 6), de uma “epistemologia insubmissa feminista negra decolonial”, que articula teoria, metodologia e

¹³ Sesol – a grafia com S se refere a Superintendência de Economia Solidária, a grafia com C (Cesol) se refere ao Centro Público de Economia Solidária.

¹⁴ Território de Identidade é uma unidade de planejamento de políticas públicas do estado da Bahia, instituída em 2014, através da Lei 13.214, objetivando “a promoção do desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população”. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/politica-territorial/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

prática política, a partir do lugar de enunciação das mulheres negras, desafiando a geopolítica do conhecimento eurocêntrica. Como destaca a autora, “uma epistemologia insubmissa feminista negra é aquela que propõe uma reconciliação com o senso comum, nos termos colocados por Boaventura, visto que propõe uma ruptura com o senso comum que naturaliza as desigualdades, ao mesmo tempo em que recupera parte dos discursos produzidos pelos movimentos sociais” (p. 17), algo que se alinha à minha própria trajetória de pesquisa engajada.

Essa percepção sensível sobre as mulheres me aproximou, na universidade, do movimento feminista como prática de luta e, de forma incipiente, de sua literatura. Ainda sem a compreensão que hoje tenho sobre o feminismo, entendia-o, à época, como uma espécie de senso comum, pouco aprofundado. De acordo com bell **hooks**¹⁵ (2020), o feminismo que mais se destaca na mídia e no discurso público é recorrentemente representado por mulheres que se concentram sobretudo na igualdade de gênero no trabalho. Isso inclui a luta por salários iguais para funções iguais e, em alguns casos, a divisão equitativa das responsabilidades domésticas e parentais entre homens e mulheres. A autora observa que essas mulheres são, em sua maioria, brancas e economicamente privilegiadas.

Figueiredo (2020) complementa essa crítica ao apontar que o feminismo hegemônico historicamente silenciou as contribuições das mulheres negras, reproduzindo “práticas epistemicidas” que relegaram suas experiências à marginalidade. Ela enfatiza que a “maré feminista negra”, termo preferido por ativistas em Salvador-BA, surge como ruptura, incorporando autoras africanas e afrodiaspóricas, como Oyérónké Oyěwùmí e Grada Kilomba, para construir uma epistemologia que confronta a colonialidade do saber.

hooks (2020) afirma que, ao não considerar as interseções de raça e classe, junto ao gênero, o movimento feminista branco falha em abordar as formas complexas e entrelaçadas de opressão que afetam diferentes grupos de mulheres. A autora argumenta que o feminismo deve ir além da luta contra o sexismo e a opressão patriarcal para incluir uma luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade. Isso inclui reconhecer como o machismo pode afetar as experiências das mulheres negras de maneira diferente das de mulheres brancas, e como essas experiências são muitas vezes negligenciadas ou mal compreendidas dentro do próprio movimento.

As mulheres negras frequentemente são invisibilizadas e marginalizadas dentro do movimento feminista e na sociedade em geral, devido à prevalência da branquitude como categoria privilegiada. Isso pode resultar em suas

¹⁵ O nome grafado em minúscula é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras, e não em sua pessoa (Caruso, 2021).

experiências e perspectivas sendo negligenciadas ou mal compreendidas (hooks, 2020, p. 69)

As mulheres negras enfrentam uma interseção de sexismo e racismo, o que as torna mais vulneráveis a formas específicas de discriminação e opressão. O condicionamento sexista e racista pode afetar negativamente suas vidas de maneiras únicas e frequentemente mais severas do que as mulheres brancas (hooks, 2020, p.72).

Essa crítica se alinha com a análise de Figueiredo (2020) sobre a interseccionalidade no Brasil, que, embora recentemente popularizada, reflete uma tradição de resistência. Para a autora, a imagem da “encruzilhada” proposta por Kimberlé Crenshaw e ressignificada no contexto das religiões afro-brasileiras, simboliza o entrelaçamento de opressões e a multiplicidade de caminhos para enfrentá-las. Essa metáfora dialoga com a noção de que a luta das mulheres negras não se restringe a uma única frente, mas exige uma abordagem plural e descolonizada.

A mudança dessa compreensão equivocada do feminismo requer uma análise mais profunda das estruturas de poder e uma abordagem mais inclusiva, que reconheça a pluralidade das experiências femininas, conduzindo a uma crítica à homogeneidade da categoria “mulher” e à ausência de reflexão sobre o racismo entre mulheres.

Nesse sentido, a aproximação com o feminismo negro me proporcionou o encontro com autoras que denunciavam a exclusão das experiências das mulheres negras dentro do movimento feminista tradicional, que muitas vezes não estava aberto às questões específicas que nos afetam. A corrente do feminismo negro destaca a necessidade de visibilidade das nossas experiências, buscando garantir que nossas vozes sejam ouvidas e nossas realidades reconhecidas. Essa corrente critica o feminismo hegemônico, que se centra nas experiências das mulheres brancas de classe média e ignora as diferentes formas de opressão que incidem sobre nós e sobre as mulheres não brancas. Além disso, o feminismo negro amplia o escopo do feminismo para incluir todas as mulheres, reconhecendo a diversidade de nossas experiências.

No pensamento feminista negro, a interseccionalidade das opressões de gênero, raça e classe é um tema central. Ele destaca como as formas de discriminação se entrelaçam e impactam a vida das mulheres negras de maneira complexa. Patricia Hill Collins (2019), ao falar sobre o pensamento feminista negro, aborda a crítica ao racismo estrutural e institucional, apontando para a necessidade de enfrentar as desigualdades sistêmicas que afetam as comunidades negras.

Sueli **Carneiro** (2011), ao discutir a especificidade da opressão sofrida pelas mulheres negras na América Latina, argumenta que a violência colonial e a miscigenação resultante são

centrais para a construção das identidades nacionais, estruturando mitos como o da democracia racial. Isso significa que a história de colonização e a mistura de raças foram usadas para criar a ideia de que o Brasil é uma democracia racial, onde não existem desigualdades raciais significativas. No entanto, a autora destaca que a opressão de gênero e raça sofrida pelas mulheres negras não é apenas uma questão histórica, mas uma realidade que persiste e se manifesta de novas formas na sociedade contemporânea.

A autora aborda como a marginalização das mulheres negras é perpetuada no mercado de trabalho e nos sistemas de saúde. No mercado de trabalho, as desigualdades são mantidas através de mecanismos como a exigência de “boa aparência” nos anúncios de emprego, que muitas vezes excluem mulheres negras. Nos sistemas de saúde, a ausência de registros específicos sobre a saúde da população negra contribui para a manutenção dessas desigualdades. Ela argumenta que a luta contra a opressão de gênero e de raça deve ser integrada, promovendo uma perspectiva feminista que leve em conta todas as formas de opressão (Carneiro, 2011).

A partir das minhas experiências de trabalho, percebo que o distanciamento com a teoria interseccional e do pensamento feminista negro me afastou desse olhar mais atento às opressões que recaem sobre as mulheres negras, o que refletiu em todos os processos de formulação, execução e avaliação da política pública de economia solidária. Foi somente ao ser apresentada a essas abordagens teóricas que entendi que as minhas inquietações eram mais profundas e que somente o debate de gênero não era capaz de me trazer respostas. As encruzilhadas que se apresentavam na minha avenida eram aprofundadas por outras dimensões que não poderiam mais ser observadas separadamente.

Sobre o uso do termo “interseccionalidade”, Patricia Hill **Collins** e Sirma Bilge (2021) apresentam uma espécie de conceito genérico na tentativa de uniformização do seu entendimento, reconhecendo a heterogeneidade que caracteriza sua compreensão e uso:

Se perguntássemos as pessoas “o que é interseccionalidade?”, ouviríamos respostas variadas e às vezes contraditórias. Porém a maioria provavelmente aceitaria a seguinte descrição genérica: a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e modulam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 15).

Assim, trazendo para o contexto da pesquisa, desconsiderar as dimensões de raça, classe e outros marcadores sociais na vida das mulheres que buscam na economia solidária outras formas de geração de trabalho e renda é contribuir para a manutenção das desigualdades dentro dos empreendimentos, pois essa omissão ignora as barreiras vivenciadas pelas mulheres, sobretudo as negras, que limitam o seu acesso a financiamento, oportunidades e espaços de decisão, reproduzindo as exclusões presentes na sociedade. Para mim, não bastava mais pesquisar somente a situação das mulheres no mercado de trabalho e nas outras formas de ocupação e renda, mas a intersecção com os marcadores citados. Desse modo, os dados levantados ainda na dissertação serviram para confirmar que eu precisava lançar meu olhar sobre as mulheres negras sem o desconforto de, no processo investigativo, não me aprofundar apenas na dimensão de gênero. A lente analítica interseccional já não pode ser mais abandonada.

1.1 Trabalho, renda e economia solidária: reflexões sobre a política pública

A política de economia solidária sintetiza o meu fazer laboral, pois somando o tempo acumulado entre Graduação e atividade profissional, permaneci por 16 anos acompanhando o desenvolvimento da economia solidária na Bahia, seja em entidade de fomento, como a Universidade, seja na formulação da política pública na Sesol, vinculada à Setre. Portanto, não fazia sentido que o meu *locus* fosse outro e que não estivesse entrelaçado com trabalho e renda.

Interesso-me, portanto, pelo trabalho e pela renda. Entendo que o resultado do trabalho é a renda, e dela advém o acesso ao básico para a sobrevivência humana, além de possíveis acessos a bens e serviços que qualificam a vida das pessoas. Não trato aqui da renda dos/as herdeiros/as dos meios de produção, mas da manutenção da renda das/os trabalhadoras/es, daquelas/es que diariamente acordam a cidade e dormem quando todos/as os privilegiados/as já repousam. O trabalho ocupa todas as dimensões da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras negras, e é por isso que estudar as relações de trabalho na economia solidária, a partir das políticas públicas que podem fortalecer esses espaços laborais, torna-se importante para mim.

França Filho e Laville (2004, p. 178), no contexto brasileiro, afirmam que a economia solidária “compreende-se principalmente em razão de uma tradição de economia popular na vida de amplas parcelas da população”. Para Ana Icaza e Lia **Tiriba** (2003, p. 102), o termo “economia popular” vem sendo utilizado desde as duas últimas décadas do século XX para fazer referência às

[...] atividades desenvolvidas por aqueles que foram excluídos ou nunca conseguiram ingressar no mundo do trabalho assalariado, como também por aqueles trabalhadores que, devido aos baixos salários, buscam no trabalho por conta própria (individual ou associativo) a complementação de sua renda.

Assim, a economia solidária se configura como o conjunto de iniciativas de geração de trabalho e renda que reúne, geralmente, mas não exclusivamente, pessoas em situação de fragilidade econômica, fora do mercado formal de trabalho e com baixa possibilidade de inserção nele.

Nesse sentido, as reflexões trazidas pelo feminismo negro são fundamentais para compreender a economia solidária a partir das experiências das mulheres negras, deslocando a centralidade do conceito dos marcos teóricos e governamentais para uma perspectiva que contemple suas vivências e formas organizativas. Como destaca Figueiredo (2020), o pensamento feminista negro propõe um deslocamento epistemológico que rompe com hierarquias do saber e coloca as mulheres negras no centro da produção do conhecimento:

[...] uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção (Figueiredo, 2020, p. 20).

Compreender a economia solidária sob essa ótica implica reconhecer que a epistemologia feminista negra não se restringe à produção acadêmica tradicional, mas é construída a partir das experiências concretas das mulheres negras em múltiplos espaços. Dessa forma, ela não pode ser pensada nas políticas públicas apenas como um instrumento de geração de renda e alternativa à opressão capitalista, mas compreendida, também, como um espaço onde se manifestam as dinâmicas do racismo e do sexismo presentes na nossa sociedade e que impactam diretamente nas condições de trabalho e nas possibilidades de crescimento das mulheres negras dentro dos empreendimentos solidários.

Ao se organizarem em empreendimentos solidários, essas mulheres retomam formas de resistência que historicamente se contrapõem ao modelo econômico excludente, criando espaços produtivos que rompem com a lógica individualista e promovem estratégias coletivas de sobrevivência e emancipação. Assim, pensar a economia solidária na perspectiva do feminismo negro significa ampliar sua compreensão teórica e evidenciar sua potência enquanto ferramenta política para transformações sociais.

Dados dos indicadores sociais sistematizados pelo IBGE (2023) apontam que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro continua a revelar grandes disparidades em comparação com outros grupos. A pesquisa mostra que em 2023, a taxa de desemprego entre mulheres negras foi de 14,9%, enquanto a média nacional foi de 8,6%. No que se refere aos rendimentos, a desigualdade salarial persiste. Nesse mesmo ano, as mulheres negras ganhavam, em média, cerca de 55,0% do rendimento dos homens brancos, demonstrando a persistência da desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

No que tange ao empreendedorismo, alternativa de trabalho e renda diante das barreiras encontradas no emprego formal, de acordo com o Sebrae (2024), no Brasil, a maioria dos empreendedores negros são homens (67,8%), enquanto as mulheres negras representam 32,2%. Entre os empreendedores brancos, 50,7% são homens e 49,3% são mulheres. As mulheres negras empreendedoras tendem a ser mais escolarizadas do que os homens negros empreendedores, cerca de 18,5% delas possuem ensino superior, enquanto 47,2% têm ensino médio completo. No caso dos homens negros empreendedores, 13,5% possuem ensino superior e 42,8% têm ensino médio completo.

As mulheres negras donas de negócio têm um rendimento médio habitual de R\$ 1.769, que é 28,0% menor que o dos homens negros empreendedores, apesar da maior escolaridade já demonstrada. As mulheres brancas empreendedoras, por sua vez, registram um rendimento médio de R\$ 2.706,00, o que evidencia uma vantagem de aproximadamente R\$ 937,00 — ou cerca de 34,6% — em comparação com as mulheres negras. No caso dos homens negros donos de negócio, a média de rendimento (R\$ 2.459) também se mostra inferior à das mulheres brancas, com uma diferença de R\$ 247,00 (equivalente a 10,0%), e, de forma ainda mais expressiva, à dos homens brancos empreendedores, cujo rendimento médio é de R\$ 3.231,00 — uma disparidade de R\$ 772,00, ou aproximadamente 31,4%. Em 2023, 54,0% das mulheres negras que estavam empreendendo o faziam por necessidade, e não por oportunidade, o que indica que muitas recorrem ao empreendedorismo como uma forma de sobreviver diante das dificuldades no mercado de trabalho tradicional (IBGE, 2023).

A informalidade também é uma questão relevante. Em 2023, aproximadamente 42,0% das mulheres negras trabalhavam por conta própria ou estavam em empregos informais, em comparação com 29,0% das mulheres brancas, evidenciando uma maior vulnerabilidade econômica das mulheres negras e a falta de acesso a empregos formais com direitos e benefícios assegurados (IBGE, 2023).

Os dados nos permitem refletir sobre como as disparidades de gênero e raça no mercado formal de trabalho acabam empurrando a população negra para o empreendedorismo e como

esses outros tipos de arranjos de geração de renda se relacionam com modelos econômicos alternativos, favorecendo o estabelecimento de conexões com o conceito de economia solidária.

Principais autores sobre o tema definem a economia solidária como uma série de experiências organizativas de natureza econômica fundamentadas na premissa da solidariedade. Essas experiências convergem práticas antigas de produção e socialização com inovações produtivas e organizacionais. Elas podem ser interpretadas como formas alternativas de trabalho e renda, especialmente como resposta ao processo de exclusão do mercado formal de trabalho, podendo ser, também, uma contraposição ao capitalismo, uma vez que preconiza outros valores e modos de cuidado (Coraggio, 2000; Singer, 2000; França Filho; Laville, 2004).

O conceito formulado para economia solidária não está isento de críticas, sendo, em certa medida, considerado romântico à luz do capitalismo. Elaborada por Vainer (1999) e citada por Coelho Neto (2016), a crítica à economia solidária se inicia primeiramente no campo semântico. Para o autor, “as duas – economia/solidariedade – se excluem mutuamente, sendo, portanto, um paradoxo, uma vez que a solidariedade não é componente constituinte da natureza da economia capitalista” (Coelho Neto, 2016, p. 226).

Vainer (1999) propõe uma análise crítica da economia solidária. Ele não a encara como uma ameaça ao capitalismo, mas sim como uma alternativa viável para enfrentar o desemprego em nossa atual conjuntura de desenvolvimento capitalista. A expansão das experiências cooperativistas, mesmo aquelas consideradas de natureza “popular solidária”, são vistas como um componente no mecanismo de terceirização, integrando as estratégias de reprodução do capital em um contexto de acumulação flexível (Coelho Neto, 2016).

As críticas formuladas pelos autores me parecem parcialmente pertinentes, considerando que a economia solidária, na perspectiva da política pública, destina-se à geração de renda para pessoas fora do mercado formal de trabalho. Contudo, reduzi-la apenas à geração de renda é não se aprofundar nas demais dimensões dessa outra forma de economia que vai além das trocas monetárias. Exemplos disso são os processos formativos, as trocas solidárias, os fundos rotativos solidários, que também funcionam com base em trocas de mercadorias e serviços, entre outros aspectos.

Na perspectiva feminina, a economia solidária é também uma maneira de fortalecimento de laços afetivos com seus pares e de emancipação pessoal e política, promovendo a colaboração e o apoio mútuo entre as mulheres. Ela cria redes que vão além da comercialização, promovendo, em certa medida, segurança e suporte para questões relacionadas às dimensões familiares, como apontado por Oliveira (2020, p. 101):

As vivências proporcionadas pelos empreendimentos de Economia Solidária possibilitam o contato com novas experiências, propiciam aprendizados e atuam na elevação da autoestima dessas mulheres. Seja pela possibilidade da complementação da renda e poder realizar o desejo de um netinho, como relatado por uma senhora do Grupo A; seja pela possibilidade de através do contato com outras mulheres se libertarem de relações abusivas, como comentado pela entrevistada do Grupo B; pela possibilidade de viagens e conhecer outros lugares, como trazido pelo grupo D; ou pela realização do sonho de buscar na própria comunidade as oportunidades do desenvolvimento local.

Outrossim, ao permitir que as mulheres trabalhem juntas em iniciativas econômicas associativas, a economia solidária contribui para a valorização do bem-estar coletivo, em contraste com os modelos econômicos tradicionais que estimulam a desigualdade de gênero e a exploração. Ao participar dessas iniciativas, as mulheres conseguem despertar para a busca de autonomia financeira, o que é fundamental para a emancipação pessoal.

Em uma perspectiva feminista negra, a economia solidária deve ser compreendida como um espaço de resistência, troca de saberes – por meio, também, da oralidade – e construção de autonomies em uma perspectiva coletiva. Para além da inclusão produtiva, as redes de solidariedade estabelecidas nos grupos produtivos permitem que essas mulheres desenvolvam estratégias coletivas para enfrentar as violências impostas pelo racismo. Esses grupos possibilitam, ainda, a subversão da lógica da exclusão, permitindo a criação de alternativas concretas para uma existência digna. Desse modo, pode-se dizer que a resistência se materializa no enfrentamento às opressões e na formulação de novas maneiras de organização da vida e do trabalho.

No que tange à dimensão das atividades tipificadas como de economia solidária na Bahia, dados observados no mapeamento realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária no ano de 2013¹⁶ informam que foram entrevistados 1.611 empreendimentos, sendo 65,0% na zona rural, 15,0% em espaços urbanos e 20,0% rural/urbano, ou periurbanos¹⁷, concluindo que mais da metade dos grupos exerce atividades rurais relacionadas à agricultura familiar. Destaca-se que 75,0% dos grupos são constituídos por até 20 participantes, sendo estes formados essencialmente por mulheres (Oliveira, 2020, p. 35).

No mapeamento, o cruzamento das variáveis de gênero e raça não foi objeto da pesquisa, ou tais dados não foram disponibilizados no portal, o que pode ser entendido como uma

¹⁶ Disponível no Atlas Digital de Ecosol.

¹⁷ Bozzano (1990), em seus conceitos gerais, considera áreas periurbanas como a interface entre cidade e campo, ou seja, uma área de transição, e ainda, precisa melhorar a conceituação dessa área valendo-se da analogia com um conceito ecológico, o de ecotono, entendido como o ambiente de contato entre dois sistemas diferenciados.

demonstração de pouco interesse em perceber como as opressões de gênero e raça se entrelaçam com a economia solidária. Isso deixa um ponto nebuloso e desperta o interesse em trazer a interseccionalidade para a perspectiva crítica.

Ao negligenciar ou secundarizar o debate racial, os processos produtivos, políticos e formativos fomentados pelos agentes da política pública de economia solidária desconsideram o racismo como fator determinante das fragilidades econômicas, educacionais e sociais, às quais grande parte dos empreendedores e empreendedoras em economia solidária está submetida. Dessa forma, a política pública não consegue interferir de maneira mais assertiva em aspectos essenciais dos grupos produtivos, como a comercialização de seus produtos, o enfrentamento ao racismo cotidiano, a elevação da escolaridade e a mobilidade social dessas pessoas.

Outro aspecto relevante sobre a ausência do debate racial na economia solidária é a reprodução contínua de instrumentos que ignoram particularidades e singularidades que interferem nas relações de trabalho, quando interseccionadas com questões de gênero, raça e classe.

Na Bahia, a política pública de economia solidária não se distanciou da política nacional, em termos de percepção dos marcadores sociais que se sobrepõem ao público beneficiário majoritário – mulheres negras de baixa renda. Após dez anos de funcionamento do seu principal instrumento, o Cesol, já é possível levantar outras questões complementares a esta pesquisa: Como as políticas públicas de economia solidária podem ser projetadas e implementadas, levando em conta as complexas intersecções entre raça, gênero e outros marcadores que contribuem para o aprofundamento das desigualdades? Em que medida a economia solidária pode se tornar uma força transformadora que aborda não apenas a exploração econômica, mas também as disparidades sociais profundamente enraizadas? Essas perguntas são norteadoras da presente investigação. Para aprofundar essa análise, é fundamental compreender como as mulheres negras historicamente construíram suas formas de trabalho, bem como os caminhos que as levaram a atuar na economia solidária.

A tese está organizada em seis capítulos. No primeiro, com o título “Raça, gênero e trabalho: dinâmicas de exclusão e ascensão”, apresento elementos necessários para compreender o lugar da população negra nas relações de trabalho. Parto de um olhar histórico breve, mas essencial, para demarcar a exclusão e a precariedade persistentes no mercado formal de trabalho na Bahia, sobretudo para as mulheres negras. Traço um panorama histórico das desigualdades raciais no trabalho, abordando as estruturas coloniais que perpetuam a marginalização da população negra, e posteriormente analiso como essa população buscou alternativas de inserção no mundo do trabalho, enfatizando aspectos como o trabalho por conta

própria e a informalidade, que se configuraram como estratégias de sobrevivência face ao processo histórico de exclusão.

No segundo capítulo, “Tessituras teóricas”, exploro os fundamentos teóricos que sustentam os argumentos centrais da pesquisa. Dialogo com as contribuições de bell hooks (2020), Medeiros (2019) e outras autoras para situar as intersecções entre raça, gênero e políticas públicas. A seguir, apresento este modelo como alternativa de inclusão produtiva, refletindo sobre seus desafios e potências, utilizando as contribuições de autores como Singer (2002), Coraggio (2000), França Filho (2012) e Kraychete (2000). Também destaco as perspectivas teóricas que integram este conceito às análises de políticas públicas, com foco em Rönnblom (2008 *apud* Medeiros, 2019), Bishwakarma, Hunt e Zajicek (2007) e Parken e Young (2007 *apud* Medeiros, 2019), e abordo a marginalização das mulheres negras no trabalho urbano e rural e suas implicações para o debate teórico.

No terceiro capítulo, “Percurso da pesquisa”, descrevo o percurso metodológico seguido para alcançar os objetivos da pesquisa. Faço uma reflexão sobre os desafios enfrentados por pesquisadores/as subalternos/as, com base em Grada Kilomba (2019), que discute a relação entre conhecimento e poder. A seguir, exploro as bases do marxismo dialético e suas limitações quanto às relações raciais, defendendo a integração da interseccionalidade como complemento analítico. Também apresento o uso da interseccionalidade como abordagem metodológica para capturar as experiências das mulheres negras na economia solidária. Por fim, detalho as ferramentas utilizadas, como entrevistas semiestruturadas, grupo focal e análise de conteúdo, evidenciando a articulação entre diferentes eixos de opressão.

No quarto capítulo, “Economia solidária e mulheres negras”, apresento os Centros Públicos de Economia Solidária na Bahia. Discuto a origem, implementação e evolução dos centros, destacando sua importância como instrumento de política pública para promover a inclusão produtiva e o fortalecimento da economia solidária. Abordo como foram concebidas, em 2008, suas etapas de implementação e os modelos de gestão adotados, incluindo parcerias com organizações sociais. Além disso, detalho as funções específicas dos Cesols, como a capacitação de empreendimentos solidários, a promoção de práticas coletivas e a ampliação das formas de trabalho além do emprego formal. Realizo uma análise crítica das políticas públicas implementadas por meio dos Cesols, utilizando o Pentágono de Políticas Públicas (Lascoumes e Le Galès, 2012) como referencial analítico. Examinando suas cinco dimensões principais: contexto, atores, processo, conteúdo e resultados. Discuto como o contexto socioeconômico da Bahia moldou as diretrizes e os objetivos dos Cesols, identificando as limitações estruturais e os desafios enfrentados. Apresento, ainda, uma análise crítica das percepções dos gestores em

relação aos desafios e oportunidades dessa política. Trago à tona os resultados dos grupos focais realizados, destacando as perspectivas dos gestores sobre a eficácia das políticas implementadas, as dificuldades enfrentadas no cotidiano dos Cesols e as lacunas existentes na inclusão das mulheres negras. Discuto, também, as contradições identificadas, como a tensão entre os objetivos emancipatórios da economia solidária e as limitações estruturais enfrentadas na implementação das políticas, enfatizando a necessidade de ajustes e aprimoramentos para alcançar maior equidade e eficácia.

No quinto capítulo, “Abrindo as cidades”, apresento as mulheres na economia solidária, suas produções e sua relação com a política pública, focando as experiências e perspectivas das mulheres negras, destacando suas contribuições e desafios no contexto da economia solidária. São discutidas suas produções, desde a transformação de produtos em doces, queijos e biscoitos, até a participação ativa em movimentos sociais e na luta por políticas públicas específicas. A análise considera como suas identidades interseccionais influenciam suas vivências e relações com as políticas de economia solidária. Depois, trago os resultados das análises das entrevistas realizadas com as mulheres envolvidas na economia solidária, explorando as narrativas das participantes, revelando as dinâmicas de exclusão e invisibilidade que persistem, apesar de sua integração formal nos processos e iniciativas de economia solidária. Destaco as barreiras estruturais enfrentadas por essas mulheres e as estratégias de resistência e resiliência que elas adotam. As análises críticas acerca da política pública de economia solidária são apresentadas à luz das interpretações dos dados da pesquisa, oferecendo uma reflexão crítica sobre as políticas existentes, destacando suas limitações e propondo recomendações para torná-las mais inclusivas e eficazes. A análise se baseia nas vozes e experiências das mulheres negras, propondo uma reavaliação das práticas e abordagens da economia solidária para melhor atender às necessidades e potencialidades dessas mulheres.

No sexto e último capítulo, “Considerações finais: quem se senta à mesa?”, retomo os objetivos da tese na tentativa de responder às inquietações que me trouxeram até aqui, no esforço de elucidar como e se a política pública de economia solidária pode contribuir para esse “vir a ser” da economia solidária na transformação da sociedade, para, quem sabe, em um futuro próximo, estejamos todos e todas igualmente chamados a *sentar à mesa*.

E, para entender o quão ainda é perverso o mercado formal de trabalho para a população negra, sobretudo para as mulheres, é importante olharmos para trás, para os processos históricos que reverberam nos dias atuais. É do que se trata o capítulo a seguir.

2 RAÇA, GÊNERO E TRABALHO: DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E ASCENSÃO



18

*Para construir um futuro melhor, é preciso
conhecer o passado.
Sankofa*

Este capítulo apresenta elementos fundamentais para compreender o lugar ocupado pela população negra, nas relações de trabalho no Brasil, com ênfase na realidade baiana. A herança escravocrata e a ausência de políticas reparatórias no pós-abolição lançaram as bases de um sistema que perpetua desigualdades raciais até os dias atuais. A racialização da força de trabalho e a subalternização de corpos negros – sobretudo os femininos – revelam um padrão de exclusão sistemática, que se expressa na concentração dessa população nos setores mais precarizados da economia.

Dando ênfase à realidade da Bahia, evidencio como essas desigualdades se mantêm mesmo diante das transformações no mundo do trabalho e da expansão do setor formal. As mulheres negras, em especial, permanecem sob a marca da invisibilidade e do desamparo institucional, enfrentando barreiras múltiplas que dificultam tanto sua ascensão profissional quanto o reconhecimento pleno de seus direitos trabalhistas.

Ao refletir sobre a expressiva participação das mulheres negras na economia solidária, torna-se indispensável entender como as desigualdades raciais e de gênero se articulam no mercado de trabalho e impactam suas possibilidades de inserção e mobilidade social.

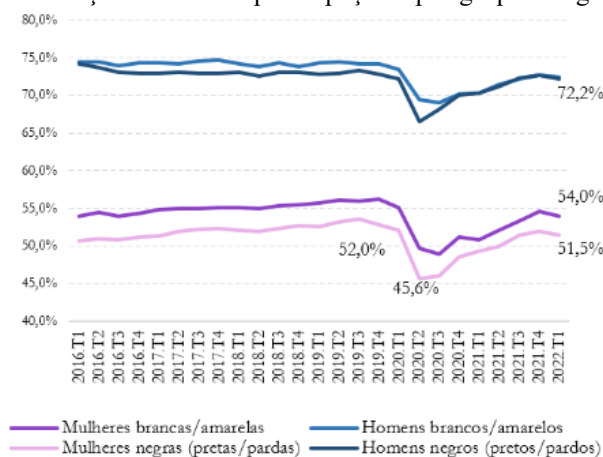
2.1 Mulheres e mercado de trabalho

Entender a participação expressiva de mulheres negras na economia solidária passa por compreender como o mercado de trabalho brasileiro contribui para o aprofundamento das desigualdades raciais e de gênero. Nesse sentido, trago o trabalho da pesquisadora Janaina **Feijó** (2022), que analisou a situação das mulheres negras no mercado de trabalho utilizando microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE) de 2012 a 2022, série histórica igualmente utilizada para a análise da política aqui proposta. Os

¹⁸ *Sankofa*: significa “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”.

dados por ela analisados constataram que o grupo das mulheres negras se caracteriza como o maior grupo representativo da força de trabalho no país, chegando ao percentual de 28,3% da População em Idade Ativa (PIA) no primeiro trimestre de 2022 (2022T1). Contraditoriamente, são elas que apresentam a menor taxa de participação no mercado de trabalho em comparação com os demais grupos demográficos, conforme mostrado na figura a seguir (Figura 1):

Figura 1 – Evolução da taxa de participação¹⁹ por grupos de gênero e raça



Fonte: Elaboração de Janaína Feijó (2022) com base nos microdados da PNADC/IBGE²⁰.

De acordo com Feijó (2022), os desafios enfrentados pelas mulheres negras para se inserirem no mercado de trabalho estão enraizados em questões que vão além do contexto socioeconômico, permeando aspectos histórico-culturais e normas sociais ligadas às desvantagens advindas das desigualdades de gênero e raça, que, destaque, são aprofundadas pelo racismo.

O Boletim Especial de 8 de março do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE, 2023), que apresenta dados sistematizados do terceiro trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), informa que 44,0% da força de trabalho no país era composta por mulheres, o que significa, em termos absolutos, 47,9 milhões de pessoas. Destas, 5,3 milhões estavam desocupadas, sendo 3,4 milhões negras e 1,8 milhão não negras.

As desigualdades no mercado de trabalho se evidenciam ainda mais quando observamos os rendimentos. Mesmo quando o nível de escolaridade, ocupação e tempo de emprego são similares, as mulheres sempre estão em desvantagem salarial. Nesses termos, 43,0% das

¹⁹ A taxa de participação é obtida pela razão entre a população economicamente ativa e a população em idade para trabalhar.

²⁰ Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos>. Acesso em: 28 maio. 2024.

mulheres ocupadas ganhavam até um salário-mínimo, das quais 52,7% eram negras e 32,4% não negras. Nos serviços domésticos, cerca de 91,0% dos ocupados eram mulheres, e o salário delas foi 20,0% menor do que o dos homens. No grupamento de educação, saúde e serviços sociais, as mulheres somavam 75,0% dos ocupados e tinham rendimentos médios 32,0% menores do que os homens (DIEESE, 2023).

Na série histórica dos últimos 10 anos, em 2012, mulheres negras recebiam, em média, R\$ 1.350,85, enquanto mulheres não negras recebiam, em média, R\$ 2.140,80. Em 2022, as disparidades permaneceram, com mulheres não negras recebendo 30,2% a mais do que mulheres negras. Devido aos salários inferiores, a autonomia financeira das mulheres é menor, o que acarreta impactos negativos em outras esferas de suas vidas (Infográfico Mulheres, DIEESE, 2023).

A disparidade de gênero e raça no mercado de trabalho afeta intensamente a qualidade de vida de todos os membros das famílias e impõe, muitas vezes, a necessidade da inserção precária no mercado de trabalho de filhos e outros parentes para compor a renda familiar.

No que se refere à liderança dos lares, no Brasil, no terceiro trimestre de 2022, dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o que corresponde a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. As mulheres negras representaram 21,5 milhões de lares liderados por mulheres (56,5%), enquanto as não negras, 16,6 milhões (43,5%). As famílias monoparentais com filhos e chefia feminina compõem cerca de 14,7% dos arranjos familiares – uma situação muito mais comum do que aquelas com chefia masculina, que representavam 2,3% em 2022. Nos lares com chefia feminina, 63,9% das famílias lideradas por negras recebiam até dois salários-mínimos (DIEESE, 2023).

Quanto à ocupação, a proporção de mulheres subocupadas²¹ foi superior à dos homens: 7,8% para elas e 5,1% para eles. Quando analisado por cor/raça, as negras encontram-se em situação pior: o percentual de trabalhadoras negras subocupadas foi 9,3% maior do que o registrado entre as não negras, que ficou em 6,1% (DIEESE, 2023).

Os dados revelam que mesmo quando estão no mercado de trabalho ocupadas ou subocupadas, as mulheres enfrentam condições desfavoráveis em relação ao acesso, permanência e ascensão profissional quando comparadas aos homens. Quando considerado o marcador raça, para as mulheres negras a situação é ainda pior, o que evidencia o racismo em todas as relações e dimensões da vida humana.

De acordo com o DIEESE (2023), entre as pessoas que estão fora do mercado de

²¹ Subocupação é a condição de pessoas que trabalham menos de 40 horas, de modo a reduzir a remuneração, mas gostariam de trabalhar mais (IBGE. Glossário PNADC).

trabalho, as mulheres representam 64,5%, enquanto os homens correspondem a 35,5%, desse percentual, 5,7% estavam em situação de desalento²². Do total de desalentados, 55,5% eram mulheres, ou seja, 2,3 milhões. Das desalentadas, 1,6 milhão de negras e 672 mil não negras. As mulheres querem e precisam exercer atividades econômicas remuneradas, e a renda é a principal forma de garantia de autonomia feminina. Sobre o desemprego, a PNAD (2023) aponta como maioria absoluta de desempregados a população negra (preta e parda), cerca de 60,0%, e quase metade desse contingente, 48,2%, não tem ensino médio. Quanto ao gênero, as mulheres representam 53,0%²³.

A necessidade de renda em um mercado de trabalho com poucas oportunidades elevou o percentual de trabalhadores por conta própria em 1,4% no primeiro trimestre de 2023 em relação ao trimestre anterior, sendo, em termos absolutos, até agosto, 29.419 milhões de pessoas ocupadas, mas sem carteira de trabalho assinada ou outro vínculo empregatício resguardado em lei.

Aproximando a lente ao *locus* da pesquisa, os dados da Bahia não diferem muito dos nacionais. Conforme revelado pelo Estudo Temático “Mercado de Trabalho para a População Negra na Bahia: Análise em 10 Anos” (DIEESE, 2023), abrangendo o período de 2012 a 2022, os trabalhadores negros (pretos e pardos) estavam predominantemente concentrados em ocupações elementares, serviços, vendas em comércios e mercados, além de serem artesãos, operários da construção, trabalharem com artes mecânicas e outros ofícios. Esses grupos combinados representavam 65,0% dos negros ocupados na Bahia em 2012. Em 2022, esses mesmos grupos ocupacionais continuavam a compor uma parcela significativa dos negros ocupados, totalizando 58,0%, segundo o DIEESE (2023).

O Estudo aponta ainda uma redução significativa no número de pessoas negras em cargos de direção e gerência, com uma diminuição de 51,9%, equivalente a 92.920 pessoas, em 2022, em comparação com o total de pessoas negras ocupadas nessas funções em 2012. No que diz respeito aos não negros ocupados nos mesmos cargos, a queda foi de 56,1%, representando 45.464 pessoas em 2022 (DIEESE, 2023, p. 27).

É relevante ressaltar que, em 2012, enquanto 6,5% dos não negros ocupavam posições como diretores e gerentes, apenas 3,7% dos negros desempenhavam esses papéis. Em 2022, o percentual de negros nessas posições diminuiu para 1,5%, ao passo que a proporção de não

²² Desalento é a circunstância em que as pessoas querem trabalhar e estão disponíveis para o trabalho, mas não procuram colocação por acreditarem que não vão encontrar uma vaga ou ainda por não terem experiência ou serem muito jovens.

²³ Os dados disponíveis não possibilitaram o cruzamento gênero/raça.

negros ocupando cargos de diretoria e gerência reduziu para 3,2%. Entretanto, é notável que a participação dos não negros nessas ocupações era 75,5% maior do que a participação dos negros em 2012, e essa discrepância aumentou para 113,3% em 2022, mesmo considerando a redução na participação de ambos os grupos.

Considerando que as categorias “trabalhadores/as por conta própria” e “empregadores/as” reúnem, dentre outros, trabalhadores ambulantes, artesãos e microempreendedores individuais (MEI), podemos, portanto, inferir que um quantitativo significativo das pessoas em situação de vulnerabilidade previdenciária e de relações de trabalho é negro. Segue tabela síntese das desigualdades de raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro:

Tabela 1 - Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro

Indicador	Mulheres Negras	Mulheres Não Negras	Fonte
Participação na PIA (2022)	28,3% (maior grupo)	—	Feijó (2022)
Serviços Domésticos (91% ocupado por mulheres)	67,3% (em comparação com não negras)	32,7%	PNAD (2023)
Informalidade	41% sem previdência	30% sem previdência	PNAD (2023)
Chefia de Família	56,5% (21,5 milhões de lares)	43,5% (16,6 milhões)	DIEESE (2023)
Famílias com até 2 SM	63,9%	—	DIEESE (2023)

Fonte: Elaboração própria a partir de Feijó (2022), PNAD (2023), DIEESE (2023).

No que tange à presença das mulheres negras no meio rural brasileiro, esta é permeada por desafios que vão além das desigualdades econômicas, envolvendo as interseccionalidades de raça, gênero e território. Dados do DIEESE (2023) revelam que as mulheres negras representam 60,5% da força de trabalho feminina no campo, mas enfrentam desproporcionalmente a precariedade e a informalidade. Em 2022, a taxa de desemprego entre mulheres negras rurais alcançou 8,7%, enquanto 77,6% das desempregadas do campo eram negras, evidenciando o peso da exclusão racial e de gênero no acesso ao mercado de trabalho rural. Essa realidade se agrava pelo fato de que a taxa de participação das mulheres na força de trabalho rural (34,9%) é substancialmente inferior à dos homens (65,4%), um indicativo de que barreiras culturais e estruturais limitam a inclusão feminina no mercado rural formal.

Apesar do discurso progressista que permeia a agricultura familiar, essa esfera reproduz padrões de desigualdade. A idealização da figura do agricultor como um homem invisibiliza o papel das mulheres, especialmente das negras, cuja contribuição é central, mas frequentemente desvalorizada. Como destacado pelo Anuário Estatístico da Agricultura Familiar da Associação

Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (CONTAG, 2024), a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação para mulheres rurais, empregando 34,4% das trabalhadoras do campo. No entanto, sua inserção é marcada pela vulnerabilidade: 70,5% das mulheres ocupadas na zona rural em 2022 estavam em condições precárias, incluindo trabalho por conta própria sem registro formal ou trabalho familiar não remunerado. Essa precariedade reflete em limitações econômicas e uma estrutura de poder que subordina o trabalho feminino à esfera doméstica e ao cuidado, dificultando a autonomia econômica dessas mulheres.

Os rendimentos médios das mulheres negras rurais reforçam essas desigualdades. Com um rendimento médio de R\$ 1.356,40, em 2022, as mulheres no campo recebem apenas 58,0% do rendimento médio feminino nacional e enfrentam uma disparidade salarial significativa em relação aos homens. Essa desigualdade é agravada pelo fato de que os setores em que as mulheres negras se concentram, como o trabalho doméstico e a agricultura, estão entre os mais mal remunerados e menos regulamentados. “Os menores salários no campo foram percebidos pelas ocupadas no emprego doméstico, equivalendo, em média, a apenas R\$ 760,26” (DIEESE, 2023, p. 6-7).

Tabela 2 - Síntese Desigualdades de Gênero e Raça no Rural

Indicador	Dados	Fonte
Força de trabalho feminina no campo	60,5% mulheres negras	DIEESE (2023)
Desemprego rural	77,6% das desempregadas rurais são negras	DIEESE (2023)
Rendimento médio de mulheres negras no rural	58% do rendimento feminino nacional	DIEESE (2023)
Precariedade rural	70,5% das mulheres estão na informalidade ou trabalho não remunerado	CONTAG (2024)

Fonte: Elaboração própria a partir de DIEESE (2023) e CONATG (2024).

Nesse contexto, a economia solidária se apresenta como uma proposta com potencial transformador, mas que também possui limitações no enfrentamento das desigualdades. Embora iniciativas como os Cesols ofereçam assistência técnica, capacitação e apoio à comercialização, permitindo que grupos produtivos liderados por mulheres negras se fortaleçam, a economia solidária muitas vezes negligencia a complexidade das interseccionalidades de raça, gênero e território. Como enfatizado por Romeiro *et al.* (2020, p. 128), a economia solidária busca “organizar uma nova perspectiva de trabalho e renda” baseada na solidariedade e na democracia, mas sua implementação nem sempre considera as desigualdades de base que atravessam as experiências de mulheres negras no campo.

Ademais, o debate sobre gênero e raça na economia solidária ainda é periférico. Embora o trabalho das mulheres negras nos empreendimentos solidários seja fundamental para o fortalecimento dos vínculos comunitários e a geração de renda, sua experiência é muitas vezes interpretada a partir de uma perspectiva universalista que não reconhece as especificidades raciais e de gênero. Como destaca Cruz (2006, p. 576), “a economia popular solidária favorece o reconhecimento do trabalho das mulheres, especialmente daquelas que vivem em situação de vulnerabilidade”, mas essa inclusão recorrentemente ocorre de maneira retórica, sem enfrentar as dinâmicas de poder que mantêm essas mulheres em posições subalternas.

A triangulação entre raça, gênero e ruralidade, portanto, evidencia lacunas tanto nos dados disponíveis quanto nas políticas públicas que buscam promover a equidade. Os dados quantitativos geralmente obscurecem a realidade vivenciada por mulheres negras no campo, enquanto os discursos sobre economia solidária e agricultura familiar comumente desconsideram os aspectos estruturais de racismo e patriarcado. Assim, embora iniciativas como os Cesols representem avanços, é essencial que se reconheça a necessidade de estratégias mais profundas e críticas que abordem as desigualdades interseccionais de maneira mais eficaz e estruturante.

Desse modo, não cabe à ação pública, seja ela de qualquer área, ignorar dados tão significativos nos seus processos de elaboração e avaliação. Por esse motivo, considero importante trazer à luz da reflexão o papel das políticas públicas de trabalho e renda na observância dessa população, mesmo concordando que o trabalho formal com carteira assinada é o principal objetivo dos que estão em busca de trabalho e geração de renda.

Ao aprofundar-me na análise das desigualdades sociais do país, interseccionando raça, gênero, classe e outros marcadores sociais que emergem do estudo, espero contribuir para o melhoramento da política pública de economia solidária e seu atendimento às demandas reais das mulheres negras, que são a maioria das produtoras associadas nos empreendimentos de economia solidária.

Busco, ainda, explorar o encontro dos conceitos da Sociologia da Ação Pública (Lascoumes; Le Galès, 2012), Economia Solidária (França Filho, 2004; Singer, 2000 e outros) e interseccionalidade (hooks, 2020; Collins; Bilge, 2021; Carneiro, 2023 e outras) para entender como as políticas públicas podem promover uma economia solidária que leve em consideração as múltiplas dimensões das desigualdades sociais, a fim de que esta possa efetivamente incidir de forma positiva na vida das beneficiárias.

2.2 Uma breve olhada para trás

No que se refere ao local das mulheres negras na força produtiva da Bahia do início do século XX, talvez o trabalho mais acurado, e só mais tarde aceito pela academia, seja a obra *A cidade das mulheres*, pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 1938 e 1939 pela antropóloga Ruth Landes (2002). A pesquisadora articula raça, gênero e sexualidade, dando lugar a uma pesquisa pioneira, ao escrever sobre o protagonismo das mulheres negras na cidade de Salvador, Bahia.

Observando negras, com vestidos muito armados de algodão, andando de pés nus ou com pequenas sandálias para vários destinos ignorados, parando a todo momento para sorrir e tagarelar com os conhecidos (Landes, 2002, p. 52).

[...] tarde da noite, quando a maioria das famílias se preparavam para dormir, algumas negras velhas vagueavam pelas ruas sombrias e, olhando o céu baixo, entoavam cantos, de melodias claras e melancólicas de origem africana, de versos em parte africanos e em parte portugueses, comerciando as guloseimas, comidas e bebidas, que tinham para vender (Landes, 2002, p. 53).

[...] Chegamos, afinal, ao grande mercado da Cidade Baixa, à beira da baía, ao lado das docas e armazéns de cacau, e envolvido em seu fedor. Por todos os cantos havia pretas de saias e torços coloridos e blusas brancas que refletiam a luz do sol. Eram, em geral, mulheres velhas, na aparência robusta, confiantes em si mesmas, profundamente interessadas no trabalho do momento. Geriam açougue, quitandas, balcões de doces e frutas e as barracas onde se vendiam especiarias, sabão, contas e outras especialidades vindas da costa ocidental da África (Landes, 2002, p. 54).

Ao longo da obra, a autora demonstra a forma de vida diferenciada das mulheres negras: como se vestiam, como circulavam pela cidade, a autonomia com a qual exerciam atividades econômicas e exerciam a sua sexualidade. Os relatos contidos no livro evidenciam a participação das mulheres negras na economia de Salvador e como estas sempre estiveram presentes nas atividades mercantis informais.

Dados apresentados posteriormente revelam que a precarização do trabalho esteve historicamente presente para a população negra, sendo os trabalhos com baixa remuneração, a informalidade e o trabalho por conta própria os garantidores da sobrevivência e manutenção da vida e, ainda que tenhamos estudos datados da década de 1930 que demonstram a participação de pretos e pardos no trabalho informal, percebe-se uma carência de políticas públicas destinadas a essa categoria de trabalhadores e trabalhadoras.

Utilizando os dados trazidos por Donald Pierson (1930), Osmundo **Pinho** (2018) problematizou a condição dos homens negros no início do século XX, descrevendo a

composição racial no trabalho de acordo com as funções executadas, ficando assim revelado: pretos e mulatos, maioria nas funções manuais, precárias e mal remuneradas – entre carregadores, 97,0% de pretos, 3,0% mulatos²⁴; pedreiros, 82,6% de pretos e 16,8% de mulatos; estivadores, 81,6% de pretos e 15,2% de mulatos. Os brancos estavam na maioria das funções mais bem remuneradas como: bancários, 84,0% de brancos, 2,4% de mulatos, 0% de pretos; negociantes, 75,0% de brancos, 7,5% de mulatos, 17,5% de “branqueados” e 0% pretos (Pinho, 2018).

O passado recente, datado da segunda metade século XX, também foi problematizado por Luísa **Bairros** (1988), possibilitando observar quais os trabalhos exercidos pela população negra. Com uma pesquisa inédita, utilizando dados do Censo demográfico de 1950 e tabulações do Censo de 1980, a pesquisadora demonstrou “a persistência das desigualdades raciais na participação de brancos e negros na força de trabalho” na Bahia (p. 301). A obra de Bairros percorre as transformações na matriz produtiva do estado, desde o modelo de escravidão, que manteve a produção agrícola, pontuando o crescimento do comércio de manufaturados, chegando à exploração do petróleo.

No entanto, as desigualdades raciais no mercado de trabalho não se limitam apenas à participação quantitativa, mas também qualitativa, como observado por Angela **Figueiredo** (2012). A autora argumenta que, apesar do expressivo contingente populacional negro em Salvador, isso não se traduz em uma melhor distribuição racial na estrutura ocupacional nem em uma maior participação dos negros na classe média soteropolitana. Ela destaca que:

Salta aos olhos de qualquer observador o expressivo número de negros na cidade de Salvador. Entretanto, esse expressivo contingente populacional não se traduz numa melhor distribuição racial na estrutura ocupacional e tampouco significa uma maior participação dos negros na classe média soteropolitana (Figueiredo, 2012, p. 18).

A autora ainda pontua que, na década de 1950, a economia baiana sofreu uma transformação significativa com a instauração da Petrobrás, que alterou a dinâmica econômica e, conseqüentemente, as relações raciais na região. De acordo com Jeferson Bacelar (2001), a Bahia viveu um período de estagnação econômica pós-abolição que só foi alterado na década

²⁴ O termo “mulato” é utilizado para descrever uma pessoa de ascendência mista, geralmente com um dos pais de origem africana e o outro de origem europeia. Historicamente, o termo carrega conotações complexas e muitas vezes pejorativas, refletindo as hierarquias raciais e sociais estabelecidas durante o período colonial e escravista. A crítica acadêmica ao uso do termo “mulato” destaca como ele perpetua estereótipos e desigualdades raciais. Segundo Célia Maria Marinho de Azevedo (1987), em *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites no século XIX*, o termo é um exemplo de como a mestiçagem foi utilizada para justificar a inferiorização e a marginalização dos negros na sociedade brasileira.

de 50 com a chegada da Petrobrás. Figueiredo (2012) argumenta que, mesmo com essas mudanças econômicas, a ascensão social dos negros permaneceu limitada, com a manutenção de uma hierarquia racial no mercado de trabalho. Ainda de acordo com a autora, apesar da crença de que os negros teriam alcançado certa facilidade de ascensão social em Salvador antes dessa época, a análise de Bacelar (2001) demonstra que a hierarquia racial, estabelecida no período escravista, persistiu no mercado de trabalho.

Figueiredo (2012) ainda sinaliza que a maior parte dos trabalhadores negros continuava em atividades tradicionais do período escravista, como agricultura, pesca, transportes e construção civil. Além disso, eles tinham uma significativa presença no pequeno comércio e no emprego doméstico. Os pardos exerciam atividades que requeriam alguma especialização e escolarização – alguns eram professores e ocupavam posições no serviço público, outros destacavam-se na estiva e na hierarquia militar.

Essa constatação também é trazida Bairros (1988), cerca de 20 anos antes. As análises mostram que, em 1950, trabalhadores negros representavam 71,7% da força de trabalho, sendo maioria em quase todas as atividades. Já os trabalhadores brancos eram predominantes em setores mais valorizados, como o comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguro e capitalização, e administração pública. Em 1980, a participação dos negros dobra na força de trabalho, entretanto, nos mesmos ramos que se encontravam 30 anos antes: agricultura; pecuária; silvicultura e extrativismos; atividades industriais e; prestação de serviços. Já os brancos apresentam um percentual levemente superior à da proporção que representam na força de trabalho, mantendo os percentuais mais altos nas ocupações mais valorizadas socialmente (Bairros, 1988).

Ainda analisando os dados, a autora aponta que no decorrer de 30 anos a indústria se transformou no maior empregador não agrícola baiano, sendo a indústria da transformação a mais importante na absorção da mão de obra branca (50,4%), enquanto a mão de obra negra (47,0%) permanecia na construção civil, ou em funções com ocupação com menor remuneração.

No que tange à remuneração, em 1980, o rendimento mensal dos negros era 64,2% do rendimento dos brancos nas mesmas ocupações. Quanto ao trabalho doméstico, este absorvia 7,5% do total de empregados, sendo 95,0% de mulheres, e destas, 87,5% eram negras, tratando-se da categoria profissional onde se observa o mais baixo rendimento médio mensal (Bairros, 1988). Segue quadro com as Raízes históricas da subalternidade negra no trabalho (Século XX):

Quadro 1 - Síntese Desigualdades de Gênero e Raça no Rural

Fonte	Dados/Descrições	Significado
Ruth Landes (2002)	- Mulheres negras como protagonistas do comércio informal em Salvador (mercados, docas, ruas). - Autonomia econômica e sexual, mas marginalizadas.	Presença massiva em atividades informais, mas invisibilizadas pelas políticas públicas.
Pierson/Pinho (2018)	- Funções manuais (1950): - Carregadores: 97% pretos - Pedreiros: 82,6% pretos - Funções privilegiadas: - Bancários: 84% brancos - Negociantes: 75% brancos	Hierarquia racial cristalizada: Negros confinados a trabalhos precários e mal remunerados.
Luísa Bairos (1988)	- 1950: 71,7% da força de trabalho era negra, mas concentrada em agricultura, serviços e construção. - 1980: Negros seguem em setores de baixo prestígio.	Estagnação econômica: Mesmo com industrialização permanência da população negra na subocupação.

Fonte: Landes (2002); Pierson/Pinho (2018); Luísa Bairos (1988) – Elaboração da autora.

Apesar de eventuais avanços econômicos e mudanças estruturais, como a chegada da Petrobrás, a ascensão social dos negros permaneceu limitada. A manutenção da hierarquia racial no trabalho revela que, em muitos aspectos, as relações de poder e as barreiras impostas no período escravista continuaram a influenciar profundamente a sociedade baiana nas décadas subsequentes, e, em que pesem estudos realizados desde a década de 1930 demonstrarem a participação massiva de pretos e pardos no trabalho informal, ainda há uma carência de políticas públicas destinadas a essa categoria de trabalhadores e trabalhadoras, evidenciando que essa não é uma agenda prioritária na ação pública.

2.3 Estratégias de ascensão social da população negra

A reflexão sobre as estratégias de trabalho e ascensão social da população negra no Brasil, especialmente durante a primeira metade do século XX, exige uma compreensão crítica das dinâmicas sociais e raciais que moldaram essas trajetórias. Figueiredo (2012) observa que, nesse período, a mobilidade social dos negros estava comumente ligada a relações de dependência com a população branca. Essa dependência se manifestava, por exemplo, por meio de casamentos interraciais ou do apadrinhamento, práticas que muitas vezes exigiam dos negros a aculturação e integração à sociedade branca dominante, às custas da perda de identidades e tradições culturais próprias.

Outra informação importante trazida por Figueiredo (2012) diz respeito à escassez de pesquisas focadas nas relações de trabalho e nas particularidades étnico-raciais. A carência de estudos nessa área compromete a compreensão histórica do comportamento laboral no Brasil e a influência das relações raciais sobre as trajetórias profissionais. A análise dessas relações ajuda a desvelar a construção de atributos e qualidades profissionais que, frequentemente, são baseados em critérios étnicos e culturais, perpetuando estereótipos e exclusões.

Um exemplo significativo dessas dinâmicas é a prática do “quem indica”, onde as oportunidades de trabalho são comumente direcionadas a membros de determinados grupos, com base não apenas na classe social, mas também em uma “origem comum”. Figueiredo (2012) aponta que imigrantes no Brasil mantinham a prática solidária da ajuda mútua dentro de suas comunidades, empregando membros da própria etnia em seus estabelecimentos. Esse comportamento reforçava a ideia de uma suposta aptidão natural de certos grupos étnicos para determinadas atividades, criando barreiras para a entrada de indivíduos fora dessas comunidades.

Parece que algumas características demarcam a fronteira entre as estratégias de ascensão dos grupos de imigrantes e dos negros durante o projeto de ascensão no Brasil. Ainda que o Brasil da década de 30 tivesse uma ideologia assimilacionista, as primeiras levas de imigrantes mantiveram-se relativamente isoladas, conservando alguns aspectos socioculturais fundamentais para a reprodução de suas particularidades étnicas, o que não se chocou com o projeto de ascensão. Contrapondo-se à ascensão dos imigrantes, a assimilação aos códigos e valores da sociedade brasileira sempre foi condição *sine qua non* para a ascensão social dos negros (Figueiredo, 2012, p. 27).

Ainda que a população negra tenha em seu histórico a organização coletiva para resistir e sobreviver, a exemplo dos quilombos e terreiros de candomblé, a coletividade não se refletiu como estratégia para a ascensão social diante do mercado de trabalho. Ao contrário dos imigrantes, que em muitos casos receberam incentivos e apoio estatal para sua integração e ascensão, a população negra, após a abolição, foi sistematicamente excluída de políticas públicas que facilitassem sua inserção econômica e social. Nesse contexto, a ascensão das poucas pessoas negras que conseguiram romper com a lógica vigente ocorreu de forma individual, muitas vezes condicionada à assimilação de comportamentos hegemonicamente aceitos pela branquitude, o que implicava no “clareamento” ou apagamento de características culturais associadas às identidades negras.

Figueiredo (2012) sinaliza uma mudança estrutural brasileira de caráter urbano, industrial e educacional com a democratização do ensino público, a partir dos anos de 1970, o

que refletiu nas estratégias de ascensão dos negros, como por exemplo, o acesso ao emprego público, e mais adiante, a associação do emprego público e privado com a elevação da escolaridade por parte dos profissionais liberais.

Entretanto, para a ocupação dos empregos públicos, privados e para as atividades liberais há exigência de escolaridade compatível com as funções desempenhadas e/ou cargos exercidos, fazendo com que essa estratégia não seja regra entre a população negra, tendo em vista todos os dados aqui já trazidos. Ademais, os dados evidenciam que ainda que negros e negras tenham escolarização elevada, isso não se configura como uma automática inserção no mercado de trabalho, tampouco que profissionais e/ou empreendedores negros e negras terão as mesmas oportunidades que as pessoas brancas nas mesmas situações.

É necessário que pessoas negras que atuam no campo da informalidade, ou ainda em outros arranjos produtivos, subvertam a ideia do individualismo, as nossas formas de enfrentamento não são individuais, são coletivas! No sistema capitalista, os mecanismos de ascensão são essencialmente individuais, o que reforça a competição entre nós. Os colonizadores nos ensinaram a competir entre nós, a acreditarmos que sozinhos ou sozinhas conseguiríamos enfrentar as mazelas causadas pelo sistema racial vigente. No entanto, essa “estratégia” nos fragiliza e nos torna alvos fáceis em uma luta em que as armas estão apontadas diretamente para as nossas cabeças. Desse ponto de vista, é essencial refletir se a economia solidária pode ser uma alternativa ao sistema capitalista, uma vez que propõe um mecanismo de mobilidade coletivo. Essa reflexão é essencial, pois a solidariedade e a coletividade são nossas forças motrizes.

Diante da necessidade de romper com as lógicas individualistas impostas pelo sistema capitalista, é urgente reconhecer e valorizar as iniciativas que promovem a coletividade e a solidariedade como caminhos para a ascensão da população negra. Embora historicamente as estruturas sociais e econômicas tenham incentivado a competição como forma de sobrevivência, existem experiências concretas que demonstram a viabilidade e a potência de estratégias coletivas no fortalecimento da comunidade negra. Essas iniciativas desafiam as normas hegemônicas e resgatam as raízes solidárias e cooperativas que sempre estiveram presentes nas nossas práticas culturais e de resistência.

É possível fazer diferente, e experiências recentes já demonstram isso. Figueiredo (2012) sinaliza o surgimento do Centro de Empresas Negras (CEN), em 1997, no Rio de Janeiro, apoiado pela Fundação Palmares, que se dedicava a aprimorar as condições burocráticas, administrativas e de *marketing* de empreendimentos de pessoas negras, o Círculo Negro, uma rede de solidariedade entre clientes e profissionais negros para ajuda mútua, e, em

nota de roda pé, as experiências dos pré-vestibulares para jovens negros e pessoas carentes, provavelmente o Steve Biko, hoje um instituto cultural de mesmo nome (Figueiredo, 2012).

A lógica capitalista é intrinsecamente orientada para a busca individual de ascensão econômica e sucesso pessoal. Ela incentiva a competição entre indivíduos e prioriza a acumulação de capital como objetivo central. No entanto, essa busca incessante pelo lucro muitas vezes coloca as necessidades coletivas em segundo plano, resultando em desigualdade e marginalização daqueles que não conseguem competir em condições desfavoráveis

Penso que a economia solidária possa ser uma forma de subversão. Foi o que observei em 16 anos de atuação nela. Com falhas, exarcebações teóricas, distante das práticas cotidianas, mas existente. Mal utilizada, apropriada por intelectuais que sistematizaram as práticas solidárias de sobrevivência e a conceituaram dessa forma, por isso, distante. O povo não sabe o que é autogestão, mas todas as mulheres negras sabem gerir suas casas e diferentes formas de produção para a manutenção da vida.

Nesse sentido, a interseccionalidade se torna fundamental, uma abordagem analítica que reconhece as interconexões complexas de diversas formas de opressão e desigualdade. Foi a partir dessa teoria crítica que me foi possível refletir sobre como a economia solidária se apresenta enquanto um vetor de empoderamento feminino negro, e, se bem conduzido pelas políticas públicas, o seu fomento poderia contribuir com a “autossuficiência” dessas mulheres.

hooks (2020), ao falar de autossuficiência, apresenta uma crítica à situação atual das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade em geral, argumentando que, apesar de terem acesso ao trabalho, muitas vezes esse trabalho não é suficiente para alcançar a independência econômica, devido ao alto custo de vida. Isso é problemático, porque a independência financeira é vista como essencial para que as mulheres tenham liberdade de escolha e capacidade de se realizarem plenamente fora das estruturas de dominação masculina.

Para a autora, o trabalho pode contribuir para a autossuficiência econômica necessária para o alcance da libertação das mulheres negras, mas nem todo trabalho tem essa capacidade:

Hoje, a maioria das mulheres sabe o que algumas de nós sabíamos quando o movimento começou, que o trabalho não iria necessariamente nos libertar, mas que esse fato não muda a realidade de que a autossuficiência econômica é necessária para a libertação das mulheres. Quando falamos em autossuficiência como libertadora em vez de trabalho, precisamos dar o próximo passo e falar sobre qual tipo de trabalho é libertador. Claramente, empregos com melhor remuneração e horários flexíveis tendem a oferecer mais liberdade à trabalhadora (hooks, 2020, p. 64).

Além disso, hooks (2020, p. 86) sugere que para alcançar uma maior autossuficiência econômica e uma vida plena, é “necessário adotar estilos de vida alternativos que se contraponham à visão de uma vida boa promovida pela mídia dominante, que é descrita como patriarcal, capitalista e de supremacia branca”. Esses estilos de vida alternativos incluiriam trabalhar em empregos que não apenas paguem um salário justo, mas também promovam a autoestima e o autorrespeito. A autora conclui que, para isso ser possível, seriam necessários programas de trabalho compartilhado, que permitiriam às pessoas trabalharem menos horas por salários justos, promovendo assim um equilíbrio melhor entre trabalho e vida pessoal.

Nesse sentido, a economia solidária pode ser uma alternativa promissora, promovendo a coletividade e a possibilidade de geração de renda, especialmente entre as mulheres negras. Experiências como o CEN e os pré-vestibulares para jovens negros demonstram que é possível construir estratégias de mobilidade social mais inclusivas e baseadas na solidariedade. Essa abordagem não apenas subverte a lógica capitalista, mas também pode ser fundamental para a mobilidade econômica e social da população negra, preparando o terreno para uma discussão mais aprofundada sobre as teorias que legitimam essa investigação, que serão apresentadas no próximo capítulo.

3 TESSITURAS TEÓRICAS



Desde o início do meu envolvimento com o movimento de mulheres fiquei perturbada pela insistência das liberacionistas brancas de que raça e sexo eram duas questões separadas. Minhas experiências de vida me mostraram que as duas questões eram inseparáveis, que, no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram meu destino, o fato de eu ter nascido negra e o fato de ter nascido mulher.

bell hooks

3.1 Entrelaçando as pontas: política pública, interseccionalidade e economia solidária

“Como construir uma boa sociedade?” é o desafio enfrentado pelos especialistas em políticas públicas. Citado por Rogério Medeiros (2019), Manuel (2006) propõe a aplicação do conceito de interseccionalidade a duas subáreas, ou subconjuntos, de questões centrais para a análise de políticas públicas: i) como as políticas públicas afetam os comportamentos individuais, ou mais especificamente, como as políticas afetam as escolhas que as pessoas fazem sobre suas próprias vidas? e; ii) como mulheres negras emergem e se legitimam como lideranças políticas? Ainda, em que contexto elas atuam e impactam as políticas públicas? (Medeiros, 2019).

A fim de promover a possibilidade de chamar a interseccionalidade para o campo de Políticas Públicas, Medeiros (2019) fez um esforço teórico-metodológico para aproximar esses dois temas em seu artigo intitulado “Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos”. O texto começa com um resgate das primeiras formulações do conceito de interseccionalidade, bem como explora classificações propostas por autoras feministas. Essas classificações destacam a necessidade de identificar diferenças nos usos, propósitos, alcance e significados que o termo tem assumido ao longo do tempo.

O autor dedicou-se a resgatar algumas tentativas de sistematização de modelos de análise interseccional aplicados às políticas públicas, discutindo algumas abordagens da incorporação do conceito ao desenvolvimento e análise destas.

²⁵ Ananse Ntontan: o símbolo é a estilização de uma teia de aranha e carrega os significados de sabedoria, de criatividade e das complexidades da vida.

Quadro 2 – Abordagens de incorporação da interseccionalidade na produção de políticas públicas

Abordagem	Objetivo	Questões-Chave	Implicações
Rönnblom (2008): espaço como dimensão analítica	Precisão contextual na produção de políticas públicas	1) Como a política específica tem sido historicamente produzida? 2) Que tipo de texto define essa política e por quem foi escrito? 3) Qual a concepção de espaço/lugar subjacente ao texto? 4) Como o espaço é produzido no texto em termos de agência e relações de poder?	Implicações concretas para a análise de políticas, permitindo enxergar relações de poder sob novo aspecto. Aprofunda a análise e aproxima-se da dimensão material.
Bishwakarma, Hunt e Zajicek (2007): análise do processo de políticas de interseccionalidade	Inserção da interseccionalidade em todas as etapas do ciclo de políticas	Analisa como a interseccionalidade pode/deve ser incorporada, desde a definição do problema até a avaliação da política.	Garantir que o conceito de interseccionalidade permeie todas as fases do desenvolvimento de políticas, especialmente quando se busca promover a inclusão de populações marginalizadas.
Parken e Young (2007; 2008): Projeto Múltiplos Fatores (Multi-Strand Project)	Explorar possibilidades e alternativas para promover igualdade e direitos humanos	1) Como inserir a interseccionalidade em cada etapa do ciclo de políticas? 2) Como cada área prioritária (gênero, raça, religião, deficiência física, geração e orientação sexual) é afetada pelo pacto construído no processo?	Busca uma inclusão baseada em evidências, ampliando o escopo da análise e considerando a complexidade das interações sociais.

Fonte: Elaboração própria com base em Medeiros (2019).

A abordagem de Rönnblom (2008 *apud* Medeiros, 2019) considera o espaço como uma dimensão analítica e é crucial para entender como as políticas públicas são moldadas pelo contexto do qual emergem. Essa perspectiva nos lembra que as políticas não são criadas em um vácuo, mas são o produto de condições históricas e geográficas específicas. Ao questionar a produção histórica da política, o tipo de texto que a define e a concepção de espaço subjacente, Rönnblom nos encoraja a considerar como as relações de poder e agência são construídas e reconstruídas através das políticas. Isso tem implicações significativas, pois permite uma compreensão mais rica das dinâmicas de poder que influenciam a produção de políticas e suas consequências materiais.

Por outro lado, a abordagem de Bishwakarma, Hunt e Zajicek (2007) enfatiza a importância da interseccionalidade no processo de formulação de políticas. Ao insistir que a interseccionalidade seja considerada em todas as etapas do ciclo de políticas, desde a definição do problema até a avaliação da política, essa abordagem busca garantir que as políticas sejam inclusivas e atentas às complexidades das identidades sociais. Isso é particularmente relevante

para assegurar que as populações marginalizadas não sejam esquecidas ou prejudicadas pelas políticas públicas.

Integrar a interseccionalidade na formulação de políticas de economia solidária permite identificar e abordar as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres negras, garantindo que suas necessidades e experiências específicas sejam contempladas. Além disso, esta perspectiva facilita a criação de políticas que promovam a coletividade e a autossuficiência econômica, elementos fundamentais para o empoderamento dessa população.

Finalmente, com os Múltiplos Fatores, Parken e Young (2007; 2008 *apud* Medeiros, 2019) procuram explorar alternativas para promover a igualdade e os direitos humanos. Essa abordagem é inovadora na medida em que busca inserir a interseccionalidade em cada etapa do ciclo de políticas e considerar como diferentes áreas prioritárias são afetadas pelo processo político. A inclusão baseada em evidências é uma estratégia chave aqui, pois permite uma análise mais abrangente que leva em conta a complexidade das interações sociais.

Ao refletir sobre as abordagens analíticas de Rönnblom (2008 *apud* Medeiros, 2019), Bishwakarma, Hunt e Zajicek (2007) e Parken e Young (2007 *apud* Medeiros, 2019), fica evidente que a formulação de políticas públicas é uma tarefa complexa que requer considerações cuidadosas das dinâmicas sociais e de poder. A inclusão de perspectivas da interseccionalidade não é apenas uma questão de precisão acadêmica, mas uma necessidade prática para garantir que as políticas sejam justas e eficazes. Ao adotar essas abordagens, os formuladores de políticas podem criar estratégias mais inclusivas e responsivas às necessidades de uma sociedade diversificada.

A teoria da ação pública, conforme proposta por Lascombes e Le Galès (2012), permite compreender as políticas públicas como construções sociais e históricas, mediadas por dispositivos institucionais e interpretadas por diferentes atores. Entretanto, para compreender como esses processos atuam na (re)produção de desigualdades interseccionadas, especialmente no caso de mulheres negras inseridas na economia solidária, torna-se necessário dialogar com abordagens que explicitam os marcadores sociais da diferença na análise de políticas. Nesse sentido, as contribuições de Rönnblom (2008), Bishwakarma, Hunt e Zajicek (2007) e Parken e Young (2007; 2008) enriquecem a análise ao trazerem ferramentas para identificar como gênero, raça e outras categorias moldam a formulação e os efeitos das políticas, sem, contudo, negar os aportes da teoria da ação pública sobre os dispositivos de ação e as estratégias dos atores envolvidos.

As abordagens discutidas nesta seção nos desafiam a ir além das superfícies e a explorar as profundezas das estruturas sociais que moldam nossas vidas. Ao incorporar essas

perspectivas em nossa prática, podemos aspirar a desenvolver políticas que não apenas respondam aos desafios atuais, mas que também pavimentem o caminho para um futuro mais equitativo e sustentável.

Ao tratar da dimensão do trabalho no âmbito das políticas públicas, é necessário refletir criticamente sobre que formas de trabalho se busca fomentar, apoiar ou gerar. Essa indagação é particularmente relevante quando se observa que, nas experiências de mulheres negras, o trabalho tem se constituído historicamente como uma estratégia de sustentação econômica individual e coletiva diante da ausência ou fragilidade das redes de proteção estatal. No entanto, tal afirmação não pretende essencializar a relação entre mulheres negras e o trabalho, tampouco desconsiderar que o trabalho é dimensão central na vida de qualquer sujeito. A diferença está nas condições em que ele se realiza e nas margens de escolha e dignidade que possibilita.

Assim, na próxima seção, trago os conceitos formulados acerca da economia solidária, apontando-a como um possível *modus* de trabalho que permite problematizar o foco exclusivamente econômico presente em algumas iniciativas da política. Essa distinção se faz necessária à luz da atuação dos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol), cuja ênfase na comercialização tende a deixar em segundo plano aspectos fundamentais relacionados à produção, à organização do trabalho e à garantia de direitos para os sujeitas/os envolvidas/os. Além disso, busco elucidar o conceito que será utilizado no momento das análises dos achados no campo.

3.2 Economia solidária: desafios e perspectivas interseccionais

A economia solidária pressupõe experiências econômicas fundamentadas na cultura da cooperação, da solidariedade e da partilha, que buscam a valorização do ser humano e do trabalho decente, privilegiando a gestão coletiva e a divisão da renda, apresenta-se, ainda, como importante estratégia de, a partir da prática, resgatar saberes partilhados outrora e que foram suprimidos ou apagados pela colonização. França Filho, Rigo e Souza (2020) reuniram algumas influências distintas para a formulação do conceito, o que é importante para perceber o que a difere em termos práticos, como a economia solidária se apresenta:

O conceito de economia solidária se formula a partir de algumas origens e influências específicas. Uma primeira influência está nos próprios estudos sobre o tema empreendidos por autores nacionais, cujo marco de referência são os trabalhos de Paul Singer desde o final dos anos 1990. Uma segunda são os trabalhos de autores latino-americanos sobre o tema da solidariedade na economia, como o chileno Razeto nos anos 1970 ou o argentino Coraggio nos

anos 1980. Já a terceira influência se encontra em alguns trabalhos de estudiosos europeus, com especial destaque para a contribuição de Laville na França desde o seu livro seminal de 1994, *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Essas diferentes influências trazem em comum uma preocupação em refletir sobre práticas de organizações socioeconômicas gestadas no interior das sociedades numa afirmação crítica em relação aos fundamentos da racionalidade capitalista predominante. Além disso, no Brasil, o conceito de economia solidária compreende um amplo espectro de iniciativas de auto-organização socioeconômica partindo da sociedade civil e dos meios populares (França Filho; Rigo; Souza, 2020, p. 572).

Para compreender a economia solidária no Brasil, o autor considera ser importante observá-la no contexto da economia popular, que é aprofundada nas relações de solidariedade ordinárias, ou seja, aquelas que ocorrem em grupos primários, como família, vizinhos, amigos e comunidade. Para França Filho e Laville (2004), as atividades econômicas desenvolvidas na economia popular são de base comunitária e articulam necessidades e saberes, estabelecendo pontes entre o pensar e o executar, com ênfase na dimensão econômica.

Ainda de acordo com o autor, a reciprocidade é o cerne dessas relações, e é através dela que se encontram os meios para a produção, desafiando a ideia de indivíduos autônomos e evidenciando a interdependência em todos os espaços sociais. A reciprocidade, entendida como igualdade na interação, organiza as trocas e o envolvimento entre os indivíduos. É importante pontuar que a reciprocidade se revela, sobretudo, em ambientes onde as soluções para os problemas sociais são compartilhadas pelos próprios cidadãos envolvidos, assim, pode-se trazer como exemplo a bata do feijão na zona rural, ou ainda a prática de “bater laje” nas comunidades periféricas, onde a ajuda mútua ocorre sem que haja trocas financeiras, mas de forma recíproca.

O conceito de Economia Solidária abrange um amplo espectro de iniciativas de “auto-organização” socioeconômica, originadas da sociedade civil e dos meios populares, manifestando-se em processos econômicos populares de cunho comunitário, mas não exclusivamente! E é sobre essa não exclusividade, na tentativa da ampliação da caracterização do público da economia solidária, numa perspectiva mais próxima das realidades brasileiras, que Kraychete (2000) considera que a economia solidária abarca, fundamentalmente, a economia dos setores populares.

Para o autor, a economia dos setores populares é composta por indivíduos que estão à margem da economia capitalista tradicional. Essas pessoas, segundo ele, não conseguem se enquadrar nos padrões exigidos para o mercado de trabalho formal, devido a questões como raça, gênero, classe social, nível educacional ou idade, e, por isso, buscam no empreendedorismo (familiar ou coletivo) maneiras alternativas de obter renda. Essa economia se manifesta tanto em áreas rurais quanto urbanas e apresenta características que vão além da

exclusão social, mostrando uma busca por novos modelos econômicos e formas de organização do trabalho, o que, para ele, a economia solidária é capaz de envolver.

Uma contribuição importante de Kraychete (2000) para a política pública de economia solidária na Bahia se situa na ampliação da percepção conceitual do público beneficiário. Ele argumenta que a política pública deve incluir não apenas grupos produtivos supra familiares, mas também arranjos produtivos familiares, que são majoritariamente organizados por pessoas negras nos setores populares. Ao trazer essa perspectiva, o autor influenciou o estado a reconhecer e valorizar esses arranjos familiares como parte essencial da economia solidária, promovendo uma inclusão mais ampla e justa na formulação e implementação dessas políticas.

A economia solidária, apesar de seus ideais e práticas voltadas para a cooperação e a justiça social, enfrenta críticas substanciais, especialmente sob a perspectiva marxista. Para Oliveira (2016), essas críticas se concentram na sua relação intrínseca com o sistema capitalista e na possibilidade de, paradoxalmente, reforçar as mesmas estruturas de exploração que busca superar. A autora argumenta que, embora a economia solidária busque atenuar os impactos negativos do capitalismo, ela não consegue atingir a raiz desses problemas, que é o próprio sistema capitalista. Dessa forma, pode acabar contribuindo para a manutenção das relações de exploração ao mitigar, mas não eliminar, as desigualdades e injustiças geradas pelo capitalismo.

Wellen (2008) aprofunda essa crítica, ao apontar que os autores da economia solidária

[...] promovem uma visão mistificadora da atual fase do capitalismo, tratando as vontades humanas como independentes das determinações do capital. Esse recurso serve ideologicamente para justificar que o capital não representaria uma força ativa na totalidade social, mas que seria induzido de acordo com a subjetividade de cada um dos seus portadores. Com a vigência dessa pseudo-realidade, os representantes desse projeto apelam para a boa vontade das pessoas, para que essas façam um uso solidário do seu capital particular e ampliem, dessa forma, a “economia solidária” (Wellen, 2008, p. 106).

Ou seja, para o autor, a economia solidária gera uma distorção sobre o que de fato busca comercializar. Ao defender o lema de não competir com mercadorias massificadas das grandes corporações capitalistas, a economia solidária faz uma escolha pela não competição, optando por se diferenciar através de suas práticas e valores. Esse posicionamento ocorre ao apelar para fatores subjetivos e emocionais, vendendo o *slogan* da solidariedade. Em vez de competir diretamente com os produtos de grandes corporações, a economia solidária transforma o valor de venda de seus produtos em um símbolo de solidariedade. Assim, as qualidades solidárias dos produtos se tornam uma mercadoria por si mesmas. Essa transmutação permite que a economia solidária ofereça uma alternativa ao consumismo capitalista, promovendo produtos que

incorporam princípios éticos e comunitários. No entanto, isso também pode levar a uma comercialização da própria solidariedade, onde o apelo emocional e a narrativa de transformação social se tornam ferramentas de *marketing* para atrair consumidores. Para Wellen (2008, p. 106):

Essa relação “especial” de compra e venda, traz em si um elemento que, à primeira vista, não é facilmente identificado, mas que é essencial para a manutenção e legitimação da ordem capitalista. Trata-se da relação coisificada entre pessoas, na qual não somente a mercadoria passa a ser tida como possuidora de capacidades humanas, como, dialeticamente, capacidades humanas são vendidas como sendo mercadorias. Fortalece-se o fenômeno da reificação que recebe subsídios dessa forma especial de relação mercantil, na qual o cliente, ao comprar uma mercadoria, por um acréscimo de preço, recebe como bônus certificados de solidariedade e cidadania. Ao adotar essa postura, a “economia solidária” se apresenta como um projeto que busca substituir a centralidade do trabalho como fonte de valor da mercadoria por características individuais que lhe seriam peculiares.

A crítica do autor nos informa que, na prática, essa relação “especial” de compra e venda na economia solidária se efetiva por meio da coisificação das relações sociais e humanas. A ideia de não competir diretamente com as grandes corporações e focar em práticas solidárias, de acordo com autor, permite que os produtos da economia solidária sejam percebidos como portadores de qualidades humanas e éticas. E essa percepção seria essencial para a manutenção e legitimação da ordem capitalista, pois transforma capacidades humanas em mercadorias. Quando consumidores compram produtos da economia solidária, não estão apenas adquirindo bens materiais, mas também um conjunto de valores e sentimentos associados à solidariedade, justiça social e sustentabilidade. Assim, a mercadoria passa a ser vista como possuidora de capacidades humanas, como ética e solidariedade.

É essencial reconhecer, contudo, que a economia solidária vai além da relação de compra e venda. Seus princípios incluem a autogestão, a cooperação, a solidariedade e a sustentabilidade, que além da geração de renda, buscam a transformação das relações sociais e o fortalecimento dos vínculos das comunidades. As iniciativas econômicas solidárias têm o potencial de questionar as bases estruturais do sistema capitalista, ao propor relações de produção mais justas. Esse horizonte mais amplo sugere que o impacto dessas práticas não deve ser reduzido apenas a questões de mercado, mas também analisado à luz de seus efeitos sociais, culturais e políticos.

Ainda no que tange às críticas, Wellen (2008) nos informa que, dialeticamente, as capacidades humanas, como a habilidade de trabalhar coletivamente e criar produtos com

significado social, são vendidas como se fossem mercadorias. O que significa que os princípios e valores que fundamentam a economia solidária são comercializados junto com os produtos, o que reforçaria a ideia de que essas qualidades humanas podem ser compradas e vendidas. Ao fazer isso, a economia solidária, apesar de suas intenções, pode contribuir para a legitimação da ordem capitalista, na medida em que perpetua a lógica de transformar qualidades humanas em mercadorias. Ele conclui a ideia informando que essa relação coisificada entre pessoas e mercadorias cria uma ilusão de transformação social que, na realidade, não desafia as estruturas fundamentais do capitalismo, mas sim as acomoda dentro de um novo quadro ético e emocional.

Além disso, o autor argumenta que a economia solidária pode representar um retrocesso ideológico, pois, ao considerar que as relações sociais são independentes do capital e ao restringir a análise ao espaço interno da organização, o seu método serve mais para esconder os problemas e suas possíveis soluções do que para apontar transformações mais amplas na sociedade.

Embora Wellen (2008) critique a economia solidária por potencialmente reforçar a lógica capitalista, ao “mercantilizar” qualidades humanas, é importante considerar que essa abordagem não se limita à produção de bens e serviços. A economia solidária também fomenta processos que desafiam as relações de poder no capitalismo, ao colocar no centro a autogestão, a valorização das culturas locais e a redistribuição de recursos. O fato de as práticas solidárias gerarem produtos ou serviços não implica necessariamente que seus princípios sejam esvaziados, mas sim que podem coexistir como alternativas dentro de um sistema hegemônico, abrindo brechas para transformações mais amplas.

A acusação de que a economia solidária perpetua o capitalismo, ao não desafiar suas bases fundamentais, também pode ser relativizada ao reconhecer que muitas de suas iniciativas têm efeitos concretos em comunidades marginalizadas. Ao priorizar a inclusão social e o fortalecimento de laços comunitários, a economia solidária propõe outra lógica de mercado e fomenta redes de apoio que questionam, ainda que parcialmente, a dependência do modelo econômico tradicional.

No que diz respeito ao argumento de retrocesso ideológico, é válido observar que a economia solidária não ignora o papel do capital nas relações sociais, mas frequentemente se propõe a subvertê-lo no nível microeconômico. Embora sua atuação esteja muitas vezes limitada ao espaço interno das organizações, essas práticas podem servir como laboratórios para modelos alternativos de produção e consumo. Em vez de esconder problemas estruturais, elas expõem as falhas do capitalismo e demonstram que formas coletivas e democráticas de organização são possíveis.

As críticas apresentadas são pertinentes, especialmente quando analisadas a partir de um arcabouço teórico que, em muitos casos, carece de uma imersão prática nos contextos em que a economia solidária realmente ocorre. Concorro parcialmente com o autor, pois atribuir à prática da economia solidária a função exclusiva de “contestação do capital” revela, em certa medida, um distanciamento das teorias em relação às vivências concretas das pessoas que participam dessas iniciativas. Não se pode ignorar que práticas produtivas solidárias, muitas vezes pautadas em valores não monetários, antecedem em muito o período em que passaram a ser denominadas como "economia solidária" e estão profundamente enraizadas nos contextos históricos e sociais de populações indígenas, quilombolas, camponeses e outras comunidades tradicionais, mesmo em períodos nos quais não havia produção acadêmica que as nomeasse ou reconhecesse como tal. Enraizadas em formas coletivas de organização da vida, elas expressam modos de existência que articulam produção, convivência e reprodução social de maneira colaborativa. Hoje, com o avanço de novas epistemologias e o reconhecimento da pluralidade de saberes, essas experiências ressurgem no debate público e acadêmico, ainda que muitas vezes sejam enquadradas em construtos teóricos que correm o risco de limitar sua potência transformadora e desconsiderar sua historicidade.

Embora seja inegável que a economia solidária, em algumas situações, pode não escapar completamente das dinâmicas capitalistas e até mesmo contribuir para a suavização de seus impactos mais negativos, é essencial destacar seus aspectos positivos. Para muitas pessoas, especialmente aquelas excluídas do mercado de trabalho formal, essas práticas oferecem alternativas concretas e viáveis. Nesse sentido, a economia solidária pode ser vista como uma estratégia que simultaneamente resiste às lógicas excludentes do sistema capitalista e se adapta às suas imposições, permitindo que indivíduos e comunidades criem espaços de resiliência dentro de um cenário econômico adverso.

É relevante enfatizar que, apesar das críticas legítimas, as práticas econômicas posteriormente identificadas como “economia solidária”, em que pese o fomento das entidades religiosas aqui citadas, também surgiam organicamente na sociedade, sobretudo entre aqueles e aquelas que se encontravam à margem das demandas do sistema capitalista em termos de acesso a empregos e de adesão a padrões de sociabilidade considerados aceitáveis. Essas práticas, surgidas como respostas às exclusões e desigualdades, foram observadas e analisadas por pesquisadores e acadêmicos, que lhes atribuíram o conceito de economia solidária.

A sistematização acadêmica da economia solidária contribuiu para dar visibilidade às práticas espontâneas, ou não, que surgiam em resposta às exclusões do sistema capitalista, fortalecendo sua articulação política. No início dos anos 2000, essas iniciativas deixaram de ser

apenas ações comunitárias isoladas e começaram a ocupar um lugar de destaque nos debates públicos, mobilizando diferentes atores sociais e políticos. Esse movimento possibilitou que a economia solidária fosse reconhecida como uma estratégia legítima de trabalho e renda, preparando o terreno para sua formalização como política pública em eventos e mobilizações nacionais.

E assim que a economia solidária foi inserida no cenário político brasileiro no início dos anos 2000, período em que começou a ganhar corpo e força nas lutas, e se organizou durante o I Fórum Social Mundial, foi estabelecida em paralelo à organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com a participação de gestores públicos, empreendimentos e entidades de apoio e fomento à economia. Na ocasião, uma carta de princípios foi redigida e direcionada a postulantes a cargos eletivos, a fim de que, uma vez ocupando os cargos pleiteados, a economia solidária passasse, então, a figurar nas estratégias de trabalho e renda nos programas de gestão. Desse modo, foram criados os alicerces da política pública de economia solidária no Brasil.

Em uma perspectiva histórico-conceitual, a economia solidária surgiu na Europa, com o termo “economia social”, como uma contestação ao modelo de trabalho assalariado imposto pelo capitalismo em ascensão. Esse termo remete às experiências associativas e ao socialismo utópico da época. As experiências forjaram as cooperativas e associações ligadas a setores econômicos, diferenciando-se de outras organizações, como o Estado ou o terceiro setor. A economia social começou a enfraquecer no início do século XX, quando o movimento operário perdeu legitimidade e sofreu ataques de forças dominantes. O capitalismo avançou, e a economia social foi assimilada ao regime dual Estado-mercado, tornando-se subsidiária ao novo Estado, de acordo com França Filho (2002) e Gaiger (2009), citados por Oliveira (2020).

Nos anos de 1970, o termo “economia social” ressurgiu no Canadá, referindo-se a arranjos produtivos organizados em cooperativas, finanças solidárias, comércio justo e prestação de serviços sociais. Na Europa, o abandono das grandes ideologias deu espaço a novas formas de envolvimento político, especialmente em resposta à crise do capitalismo e a problemas específicos do continente. A nova geração da Economia Social recusou-se a ser apenas reparadora social e passou a ser chamada de Economia Solidária, termo predominante na América Latina. Nessa região, a economia solidária envolve iniciativas que buscam ganho econômico, qualidade de vida e autogestão por meio da cooperação na atividade econômica e do uso comum dos meios de produção, como assinalam França Filho (2002) e Gaiger (2009).

A transição do conceito de Economia Social para Economia Solidária, com sua ênfase em autogestão e cooperação, redefiniu práticas econômicas no contexto global e influenciou diretamente na conceituação das práticas sistematizadas aqui no Brasil. Essa compreensão foi

fundamental para a formulação das políticas públicas de economia solidária na perspectiva de trabalho, geração de renda e formação político-social.

Ao me referir à política pública de economia solidária, compreendo-a como uma diretriz instituída por meio da Lei nº 12.368, de 13 de dezembro de 2011, que criou o Conselho Estadual de Economia Solidária e a Política de Fomento à Economia Solidária do estado da Bahia, para lidar com os problemas públicos referentes à falta de emprego e renda, com possibilidade efetiva de, no bojo da sua elaboração e execução, trazer à tona questões relacionadas à raça e gênero, visto que a maioria dos agentes envolvidos é formada de mulheres negras. A lente aqui trazida, a perspectiva da Sociologia da Ação Pública, aborda as políticas públicas como “Instrumentos de Política Pública”, ou seja, ferramentas práticas utilizadas para a implementação das políticas públicas, dando materialidade às diretrizes, convertendo-as em ações concretas por meio de normas, orçamentos, instituições, programas, projetos etc. Diz respeito a um “dispositivo simultaneamente técnico e social que organiza as relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função de representações e de significações de que ele é portador” (Lascoumes; Le Galès, 2012, p. 21).

E quem são os e as destinatárias da política pública de economia solidária? Ao observar o mapeamento da economia solidária realizado pela Senaes, extinta em 2016 e recuperada em 2023, constata-se uma forte presença das mulheres, sobretudo em grupos informais da tipologia do artesanato. Foram mapeados, de acordo com o DIEESE (2017, p. 13),

[...] 19.708 estabelecimentos de economia solidária, realizado entre 2009 e 2013 em todo o Brasil. Nesses empreendimentos, 1,4 milhão de sócios dedicavam-se a realizar diversas atividades econômicas. Entre os sócios, 104.278 trabalhavam em atividades artesanais e, desses, aproximadamente 4/5 (78,1%) eram mulheres. Os 104.278 trabalhadores estavam distribuídos em 3.534 empreendimentos de economia solidária (EES). Esses EES eram a segunda categoria social com maior número de empreendimentos e de sócios, atrás apenas daqueles cuja atividade é a agricultura familiar (55,3% do total). Entre os EES dedicados às atividades de produção artesanal, quase 4/5 (78,9%) operavam em áreas urbanas e, desses, mais de 1/3 (38,8%) estavam em regiões metropolitanas e 26,0% nas capitais.

Os trabalhos artesanais associados ao bordado, pinturas em tecido, corte e costura, bem como na produção de alimentos para o lar, são tipologias de produção que, em geral, possuem baixo valor agregado, o que acaba por contribuir para manter as mulheres em situação desfavorável na economia solidária, quando comparadas com tipologias tidas como masculinas, a exemplo das cooperativas de crédito, empresas recuperadas, lapidação, laticínios etc.

Essas dinâmicas produtivas revelam como as desigualdades de gênero e raça se manifestam na economia solidária, perpetuando uma divisão de trabalho que confere maior valorização simbólica e financeira a atividades tradicionalmente ocupadas por homens, enquanto as tarefas desempenhadas majoritariamente por mulheres, especialmente mulheres negras, seguem sendo subestimadas e menos rentáveis. Ao refletir sobre essas práticas, torna-se imprescindível adotar uma perspectiva interseccional que permita compreender como os marcadores sociais de diferença estruturam os modos de inserção econômica e as oportunidades de mobilidade. A partir dessa análise, é possível ampliar o debate sobre a economia solidária, questionando suas limitações e identificando caminhos para torná-la efetivamente inclusiva e transformadora.

3.3 Interseccionalidade como lente teórica e analítica

A interseccionalidade é fundamental para analisar as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras no mercado de trabalho, já que considera as múltiplas dimensões de identidade, como raça, gênero, classe social, entre outras, e como elas se entrelaçam para criar experiências únicas de discriminação e opressão. Em vez de analisar cada forma de opressão separadamente, a abordagem reconhece que as identidades e as opressões estão interconectadas, influenciando as experiências e oportunidades das mulheres negras de maneira complexa, diferindo-se em relação a outras mulheres e homens.

Ao considerar a teoria da interseccionalidade como método de análise, é possível compreender como o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação se combinam e se manifestam de maneiras específicas, e no caso desta pesquisa, no mundo do trabalho para as mulheres negras. Essas interações entre diferentes sistemas de opressão criam barreiras únicas que afetam a contratação, promoção, remuneração e condições de trabalho dessas mulheres, contribuindo para a persistência das desigualdades no ambiente profissional.

No contexto brasileiro, as mulheres negras enfrentam desafios significativos devido à interseção do racismo e sexismo, o que as coloca em uma posição de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho. A interseccionalidade permite, portanto, compreender como essas mulheres são afetadas, não apenas por sua identidade de gênero, mas também pela raça, classe social e outros marcadores sociais que influenciam suas oportunidades econômicas, e nos possibilita reconhecer que as mulheres negras enfrentam não apenas uma forma de opressão, mas a interação complexa de múltiplos sistemas de discriminação que se sobrepõem e se entrelaçam.

Para evitar repetição e consolidar a base teórica sobre a interseccionalidade, apresento um breve histórico do conceito. A teoria da interseccionalidade tem suas raízes no *Black Feminism*, originado nos Estados Unidos, Reino Unido e Brasil. Essa teoria foi catalisada por mulheres negras ativistas e acadêmicas que destacaram como diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam diversos grupos. Essas feministas sublinharam a necessidade de analisar conjuntamente dimensões de identidades, como raça, gênero e classe social. Kimberlé **Crenshaw**, em 1989, sistematizou o conceito de interseccionalidade, definindo-o como a análise das consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes sistemas de subordinação, incluindo racismo, patriarcado, opressão de classe e outros fatores discriminatórios. A autora destaca que a interseccionalidade é um prisma para entender como diferentes formas de poder e desvantagem se articulam em nossas vidas.

Embora a sistematização teórica de Crenshaw tenha sido fundamental para consolidar a interseccionalidade como conceito analítico, sua difusão no Brasil ocorreu de forma tardia em relação ao contexto global. Como aponta Figueiredo (2020, p. 12):

A popularização do conceito de interseccionalidade no Brasil é relativamente recente para um conceito que fez 30 anos, sendo atualmente o conceito mais utilizado para analisar as relações e interconexões possíveis entre as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, geração etc. nos últimos cinco anos. Sabemos que o conceito reflete uma longa história de formulação teórica, resultante da busca e da formulação de conceitos que expressem a experiência das mulheres negras.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) expandiram a análise interseccional para incluir questões de classe, sexualidade e nacionalidade, ressaltando como as identidades e as opressões se entrelaçam e moldam as experiências das pessoas em contextos específicos. As autoras exigem uma análise mais profunda das categorias de poder e desvantagem, e reconhecem que todas as formas de opressão estão conectadas.

A percepção de que entidades historicamente conceituadas como separadas e opositivas são interconectadas e inter-relacionadas constitui uma importante contribuição da interseccionalidade para uma variedade de projetos intelectuais e políticos. Os estudos interseccionais põem em questão formas de pensamento relacional binário que opõem a teoria à prática ou os estudos ao ativismo. Os marcos interseccionais, por sua vez, tentam ir além das hipóteses do pensamento opositivo e moldar uma compreensão complexa das relações entre história, organização social e formas de consciência, tanto pessoais quanto coletivas. Inspirando tanto acadêmicos quanto ativistas, homens e mulheres, a concepção de relacionalidade da interseccionalidade substitui noções de diferença opositiva (pensamento ou/ou) por noções de

diferença relacional (pensamento e/e) e gera novas questões e caminhos de investigação (Collins; Bilge, 2021, p. 286).

Essa visão sobre a interconexão das opressões e a necessidade de uma compreensão relacional das desigualdades ecoa das preocupações de Audre **Lorde** (1984), que explorou profundamente a interseccionalidade, destacando como as opressões se manifestam de forma interligada, defendendo uma luta coletiva contra essas injustiças. Em seu texto “Não existe hierarquia de opressão”, publicado no boletim *Interracial Books for Children*, na edição Homophobia and Education, a autora utilizou sua experiência pessoal para ilustrar a necessidade de não hierarquizar as opressões. Ela escreveu:

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (Lorde, 1984)²⁶.

Lorde enfatiza a importância de reconhecer a intersecção das opressões, uma ideia que ressoa também em bell hooks (2020), quando a autora aborda a interseccionalidade como necessária para entender e dismantelar sistemas de opressão. Ela destaca que as identidades de gênero, raça e classe social não são independentes umas das outras; pelo contrário, elas se sobrepõem e moldam as experiências de vida das pessoas de maneiras complexas. A autora argumenta que o feminismo deve reconhecer essas interseções para ser verdadeiramente inclusivo e eficaz na luta contra a opressão sistêmica. Ela critica o feminismo tradicional, por muitas vezes ignorar as vozes das mulheres negras e de outras minorias, e enfatiza a necessidade de um feminismo que seja atento às diversas experiências de todas as mulheres. Sobre isso, ela reflete:

Dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica. Inicialmente, nos movimentos feministas, mulheres brancas com alto nível de educação e origem na classe trabalhadora eram mais visíveis do que mulheres negras de todas as classes. Elas eram minoria dentro do movimento, mas a voz da experiência era a delas. Elas conheciam melhor do que suas companheiras com privilégio de classe, de qualquer raça, os custos da resistência à dominação de raça, classe e gênero. Elas sabiam o que significava lutar para mudar a situação econômica de alguém. Havia conflitos entre elas e suas

²⁶ Tradução do texto disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

companheiras privilegiadas sobre comportamento apropriado, sobre questões que seriam apresentadas como preocupações feministas fundamentais (hooks, 2020, p. 69).

Na perspectiva do trabalho, hooks (2020) argumenta que ele desempenha um papel central na vida das mulheres negras, pois, diferentemente das mulheres brancas, as negras historicamente trabalharam, seja no espaço doméstico, seja em atividades braçais por todo o período da escravização, não sendo permitido a essas mulheres o direito a uma vida privada junto ao seu ambiente domiciliar. A manutenção da própria vida estava condicionada ao exercício exaustivo dos cuidados para com os outros.

A análise de hooks sobre o papel central do trabalho na vida das mulheres negras evidencia como a história da opressão racial e de gênero se entrelaça com as dinâmicas econômicas, destacando as dificuldades enfrentadas por essas mulheres em comparação com suas contrapartes brancas. Essa perspectiva histórica e social sobre o trabalho e as lutas das mulheres negras se conecta diretamente com as reflexões de Angela **Davis**. Em *Mulheres, raça e classe* (2016), originalmente publicado em 1981, a autora analisa as múltiplas opressões experienciadas na história das mulheres norte-americanas do século XIX ao início do XX, focando nas lutas e na vida das mulheres negras escravizadas, as batalhas pela abolição da escravidão e pelo sufrágio feminino. A autora destaca como as estratégias das mulheres pelo sufrágio, em diferentes momentos, assumiram posições racistas, ao adotar a supremacia da raça branca como ideologia geral na época.

Davis (2016) também enfatiza a importância de reconhecer as lutas antirracistas de personalidades negras e brancas e discute como as questões de gênero, classe social e raça adquirem dominância diferenciada em distintos períodos da luta política.

No contexto brasileiro, é importante destacar que pensadoras negras, como Lélia **Gonzalez** e Sueli **Carneiro** já abordavam as dimensões cruzadas da opressão, embora sem utilizar o termo “interseccionalidade”. Gonzalez (1984) discute a interseção de raça, classe e gênero na formação da identidade negra no Brasil. O seu artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” é uma referência fundamental para entendermos a dinâmica do racismo e do sexismo como elementos estruturais em nossa sociedade, afetando de maneira particular as mulheres negras.

A autora destaca a importância de reconhecer as mulheres negras além das barreiras socioeconômicas, introduzindo categorias como “mulata”, “doméstica” e “mãe preta” para entender melhor suas experiências. Ela utiliza o carnaval como exemplo para discutir o mito da democracia racial, onde a mulher negra ganha visibilidade temporária e é celebrada, mas essa

celebração é contrastada com a realidade cotidiana de marginalização e exploração, especialmente no papel de empregadas domésticas:

O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo (Gonzalez, 1984, p. 228).

A autora nos faz refletir sobre o paradoxo da “democracia racial” brasileira, que ao mesmo tempo em que celebra a mistura e a diversidade durante o carnaval, perpetua estereótipos e desigualdades raciais. A mulher negra, neste cenário, é glorificada por sua sensualidade e beleza, mas essa glorificação é limitada ao contexto do carnaval, não se traduzindo em um reconhecimento genuíno de sua humanidade ou de seus direitos. Ela se torna, assim, uma figura luminosa e radiante no espetáculo feérico, mas que, após o carnaval, volta à invisibilidade e às margens da sociedade.

No ensaio “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”, Gonzalez (1979) reflete sobre a condição da mulher negra no trabalho, sinalizando como ela absorveu o sustento moral e concreto das famílias, e como o local do trabalho doméstico foi socialmente “cristalizado” como seu:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares [...]. O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere à discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto à mulher

negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação (Gonzalez, 1979, p. 13).

Ao abordar criticamente o impacto da abolição da escravidão sobre a mulher negra no Brasil, Gonzalez (1979) revela como a promessa de cidadania igualitária nunca se concretizou de forma justa para essa população. Embora tecnicamente livre e igual perante a lei, a mulher negra assumiu uma responsabilidade imensa dentro de sua comunidade, tornando-se a base moral e financeira da família. No entanto, essa responsabilidade resultou em uma intensificação de seu trabalho físico, que foi multiplicado pelo fato de ter que dividir seu tempo e esforço entre o trabalho exaustivo na casa dos patrões e as obrigações domésticas com sua própria família.

Ela ainda aponta para a perpetuação de um racismo cultural que se infiltra nas representações sociais e que naturaliza a desvalorização dos papéis desempenhados pelas mulheres, especialmente pelas mulheres negras. O racismo cultural não apenas discrimina abertamente, mas também faz internalizar a ideia de que a mulher negra pertence a uma posição inferior na sociedade, especialmente no mercado de trabalho. A discriminação se manifesta, por exemplo, nas disparidades salariais e na aceitação passiva dessas injustiças como normais. A falta de alternativas econômicas significativas empurra a mulher negra para o trabalho doméstico, um campo onde a dependência das famílias brancas de classe média a mantém em uma posição de sujeição e subordinação.

A análise de Sueli Carneiro complementa e aprofunda as reflexões de Lélia Gonzalez. Carneiro (2023) discute sobre como a discriminação racial, a misoginia e outras formas de opressão se conectam na sociedade brasileira. Seu argumento é de que a interseccionalidade é fundamental para entender as formas de opressão e discriminação que as mulheres negras enfrentam, pois estas não podem ser compreendidas apenas através de uma lente de gênero ou raça, separadamente. Ela enfatiza a importância de abordagens interseccionais para combater o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação, e defende a inclusão das vozes e experiências das mulheres negras nas discussões feministas e antirracistas.

A autora ainda contribuiu significativamente para o entendimento das complexidades das desigualdades sociais, destacando como as mulheres negras, em particular, enfrentam marginalizações históricas devido à sua raça e gênero. Historicamente no espaço do servir às famílias brancas, as mulheres negras permanecem até hoje no imaginário e nas práticas coletivas sociais no lugar do serviço, ocupam os espaços de trabalho sem segurança social,

quase sempre no ambiente doméstico como diaristas, com baixa remuneração, sem carga horária respeitada, ou ainda no trabalho informal, como ambulantes e feirantes.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (Carneiro, 2023, p. 1).

Portanto, a interseccionalidade revela como as discriminações racial e de gênero não atuam de forma isolada, mas se combinam com questões socioeconômicas, como acesso desigual à educação, oportunidades de emprego precárias, salários mais baixos e falta de segurança no trabalho, criando um cenário de desigualdade, que é ao mesmo tempo complexo e interconectado. Essa abordagem ampliada permite identificar as múltiplas camadas de discriminação e opressão que as mulheres negras enfrentam, contribuindo para a formulação de políticas e práticas mais inclusivas e eficazes para promover a igualdade de oportunidades e combater as desigualdades estruturais que impactam essas mulheres de forma significativa.

Ao considerar a interseccionalidade, é possível compreender como a interação entre diferentes formas de discriminação e desigualdade cria um ambiente complexo no qual as mulheres negras enfrentam obstáculos múltiplos e interligados em suas vidas profissionais. A falta de acesso igualitário à educação pode limitar suas oportunidades de emprego e progressão na carreira, enquanto a precariedade das condições de trabalho e os salários mais baixos podem perpetuar ciclos de pobreza e vulnerabilidade econômica.

Essa análise interseccional destaca a importância de abordar não apenas a discriminação racial e de gênero, mas também as questões socioeconômicas, que contribuem para a desigualdade estrutural enfrentada pelas mulheres negras. Ao reconhecer e abordar essas interseções complexas de opressão, é possível desenvolver políticas e práticas mais abrangentes e eficazes que levem em consideração a diversidade de experiências e os desafios enfrentados por essas mulheres, visando promover a igualdade de oportunidades e a justiça social.

Na análise das políticas públicas de economia solidária na Bahia, é fundamental considerarmos como essas dinâmicas históricas e culturais influenciam as trajetórias econômicas e políticas das mulheres negras, destacando a necessidade de iniciativas que

promovam autonomia, valorização do trabalho e ruptura com as representações sociais que as confinam em posições de dependência e invisibilidade.

3.4 Mão de obra das mulheres negras: interseccionalidade e outras análises

Como já aqui apresentada, a história do trabalho no Brasil é marcada por profundas assimetrias que refletem a herança colonial, o racismo e o patriarcado. Para as mulheres negras, essa realidade se traduz em uma inserção laboral marcada pela precariedade, invisibilidade e sobreposição de opressões. Analisando, agora, a partir de uma perspectiva interseccional, como as dinâmicas de raça, gênero, classe e território configuram os espaços ocupados por essas mulheres no mundo do trabalho, seja no contexto urbano, na economia solidária ou no meio rural.

A interseccionalidade oferece um marco analítico essencial para compreender como sistemas de poder interligados – racismo, sexismo e capitalismo – produzem experiências únicas de marginalização que perpetuam a subalternização das mulheres negras, confinando-as a funções socialmente desvalorizadas e economicamente vulneráveis.

Nas linhas que se seguem, abordo a realidade das mulheres negras em ocupações marcadas pela informalidade, baixa remuneração e invisibilidade social, virando na sequência o meu olhar para os espaços produtivos da economia solidária, que se propõe a ser inclusiva e democrática. Contudo, mesmo nesses contextos, observa-se a reprodução de hierarquias de gênero e raça, relegando às mulheres atividades de menor valor agregado, como artesanato e produção de alimentos. Exploro, ainda, a realidade das mulheres negras em territórios rurais, que, apesar de serem pilares da subsistência e da cultura local, seu trabalho é sistematicamente invisibilizado pelo Estado e pelo mercado.

Ao conectar essas dimensões, pretendo denunciar a persistência de estruturas opressivas e destacar as estratégias de resistência e reinvenção protagonizadas por mulheres negras. Seja nas periferias urbanas, nos empreendimentos coletivos ou no campo, elas desafiam a lógica colonial do trabalho, reivindicando direitos, visibilidade e soberania sobre seus corpos e territórios. Como ensinado por Figueiredo (2020), uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial exige colocar no centro as vozes que historicamente foram silenciadas, premissa que orienta esta análise, ao revelar as violências estruturais e a potência transformadora dessas mulheres.

3.4.1 A inserção periférica das mulheres negras no trabalho

A condição da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro é profundamente influenciada pelo contexto histórico da sociedade e sua estrutura hierárquica, desde a época colonial. As mulheres negras foram historicamente vistas como força de trabalho essencial, tanto nos afazeres domésticos quanto na produção agrícola, diferenciando-se dos papéis atribuídos às mulheres brancas. Essa dinâmica de desigualdade se perpetuou ao longo dos anos, mesmo com a modernização e industrialização do Brasil, que trouxeram alguma flexibilidade à estratificação social, mas mantiveram as desigualdades raciais e de gênero (Nascimento, 2021).

A modernização e a industrialização do Brasil, iniciadas na década de 1930, trouxeram consigo uma diversificação das atividades produtivas e uma certa flexibilidade na estratificação social anteriormente rígida. Contudo, como apontam Bairros (1995) e Nascimento (2021), essa aparente mobilidade social não conseguiu eliminar as profundas desigualdades de gênero e raça que continuam enraizadas. O sistema econômico brasileiro criou novos espaços na hierarquia de classes, mas também desenvolveu mecanismos seletivos que determinam quem pode ocupar esses espaços. Isso perpetua as desigualdades existentes, uma vez que os critérios de seleção frequentemente excluem mulheres negras, como apontam as autoras.

As mulheres negras enfrentam uma interseção de discriminações baseadas em gênero e raça, o que as coloca em uma posição de desvantagem significativa em relação aos homens brancos e até mesmo às mulheres brancas. Essa desvantagem se manifesta em diversas esferas, incluindo o acesso à educação, ao emprego e aos direitos trabalhistas (Carneiro, 2011). Historicamente, a sociedade brasileira atribuiu às mulheres negras os trabalhos mais precários e mal remunerados, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão social (Gonzalez, 1979).

Devido a um sistema educacional excludente, muitas mulheres negras não tiveram acesso à educação de qualidade, o que limita suas oportunidades de emprego e ascensão social. A subordinação das mulheres negras no mercado de trabalho é um reflexo direto de sua baixa escolaridade. Trabalhos domésticos e informais, que são majoritariamente ocupados por mulheres negras, não requerem altos níveis de escolaridade, cristalizando a ideia de que essas mulheres são aptas apenas para funções subalternas. Além disso, a dominação sexual, que tem raízes nos primórdios da colonização, adiciona uma camada extra de opressão, dificultando ainda mais a ascensão social dessas mulheres (Davis, 2016; Nascimento, 2021).

A taxa de subocupação entre mulheres negras é significativamente maior do que entre homens brancos. A subocupação se refere a trabalhadores que, apesar de estarem empregados,

trabalham menos horas do que gostariam ou em condições que não utilizam plenamente suas habilidades e qualificações. Para as mulheres negras, a subocupação é um reflexo das barreiras estruturais que enfrentam no mercado de trabalho. Elas são relegadas a trabalhos informais e mal remunerados, que não oferecem oportunidades de desenvolvimento profissional ou ascensão econômica (Silva; Caumo, 2023).

A subutilização da mão de obra das mulheres negras é uma manifestação evidente das desigualdades de gênero e raça. Essas mulheres enfrentam uma taxa de subutilização de mão de obra 13,5% maior do que a dos homens brancos (PNADC2T, 2024), evidenciando a magnitude das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro. Essa subutilização perpetua o ciclo de pobreza e exclusão social, limitando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional (Silva; Caumo, 2023).

Os estereótipos negativos e os papéis sociais atribuídos às mulheres negras perpetuam a discriminação e dificultam sua inclusão no mercado de trabalho. Estereótipos como o de negligentes, se trabalham fora, ou sexualmente agressivas contribuem para a segregação ocupacional e a manutenção dessas mulheres em posições subordinadas. Estratégias discriminatórias específicas, como interrupções frequentes e apropriação de ideias, são usadas para desestabilizá-las no ambiente de trabalho.

Quanto à discriminação no mercado de trabalho, ela se manifesta de diversas formas, desde a contratação até a progressão na carreira. As mulheres negras são submetidas a processos de seleção enviesados, que privilegiam candidatos brancos e homens. Além disso, mesmo quando conseguem um emprego, elas enfrentam barreiras adicionais, como a falta de reconhecimento de suas qualificações e habilidades, e a falta de oportunidades de treinamento e desenvolvimento profissional.

Para entender plenamente a condição das mulheres negras no mercado de trabalho, é essencial considerar a interseccionalidade. Gênero, raça e classe são contextos sócio-históricos que moldam a realidade dessas mulheres. A interseccionalidade, como prática, refere-se à aplicação desse conceito teórico em contextos reais, tanto na análise de questões sociais quanto na formulação de políticas públicas e estratégias de ativismo. Isso contribui para compreendermos as interações complexas entre diferentes formas de opressão e discriminação que indivíduos enfrentam devido à interseção de diversas identidades (Crenshaw, 2004).

É preciso desenvolver uma visão abrangente e inclusiva, que reconheça as múltiplas dimensões da identidade de uma pessoa e como essas dimensões se intersectam e se influenciam mutuamente. Ao analisar as políticas de trabalho e renda, é essencial considerar como raça,

gênero, classe social e outros marcadores podem influenciar as experiências de violência e as barreiras enfrentadas por seus beneficiários.

A prática da interseccionalidade se manifesta na ampliação e diversificação das vozes e experiências representadas em debates, movimentos sociais e tomadas de decisão. Isso implica garantir que pessoas de diferentes origens e identidades tenham espaço e poder para contribuir com suas perspectivas únicas e influenciar mudanças significativas na sociedade (Collins; Bilge, 2021). Além disso, interseccionar exige o reconhecimento da complexidade e interconexão das formas de opressão e privilégio.

Aqui, o desafio que se impõe a especialistas e praticantes da interseccionalidade é engajar-se em diálogos éticos com outras tradições de pensamento emancipatório e pessoas que produzam conhecimento, seja do Sul ou do Norte global, e fazê-lo sem reproduzir as hierarquias de conhecimento e poder conferido pelo capital acadêmico da interseccionalidade no mercado global das ideias científicas. Diante das urgências políticas, sociais, econômicas e ecológicas, a viabilidade dos movimentos sociais capazes de construir um futuro alternativo depende de quão bem pudermos praticar a relacionalidade radical e a reciprocidade profunda uns com os outros e com os seres não humanos, animados e inanimados, e trabalhar juntos na corresponsabilidade (Collins; Bilge, 2021, p. 288).

A reflexão de Collins e Bilge (2021) ressalta a necessidade de uma prática interseccional que transcenda os limites acadêmicos e se engaje em diálogos éticos e horizontais com diversas tradições de pensamento e formas de conhecimento. Essa perspectiva dialoga com os desafios enfrentados pelas mulheres negras na construção de suas trajetórias de autonomia e resistência, pois demanda uma abordagem que valorize saberes locais e experiências vividas, muitas vezes desconsideradas pelos paradigmas dominantes.

Notadamente, as mulheres negras continuam sendo maioria no trabalho doméstico mal remunerado ou em atividades com pouca segurança trabalhista, baixa remuneração e outras formas de exploração da força laboral, como já apresentado, mas sem o trabalho não é possível a sobrevivência e o acesso a outros bens simbólicos, que também são importantes para a vida e que contribuem com o processo de reelaboração da autoestima, pertencimento a grupos e resistência cotidiana ao racismo.

No contexto da economia solidária na Bahia, essa prática de “relacionalidade radical” e “reciprocidade profunda” propõe uma articulação entre os saberes das mulheres negras e outras formas de conhecimento, com vistas a promover ações integradas que combatam desigualdades e incentivem modelos econômicos sustentáveis e inclusivos. Por isso, interseccionar nas

políticas públicas de economia solidária é urgente, o que pode exigir a revisão de estruturas e sistemas existentes para garantir uma abordagem mais equitativa e inclusiva.

A economia solidária oferece um caminho viável para a inclusão econômica das mulheres negras, ao promover práticas que valorizam a cooperação em vez da competição, e a equidade em vez da exploração. Ao adotar princípios de autogestão, as iniciativas de economia solidária permitem que as mulheres negras assumam o controle de suas próprias condições de trabalho, desenvolvendo habilidades e criando redes de apoio mútuo. Essas práticas podem contribuir para a construção de uma economia mais justa e sustentável, que reconheça e valorize as contribuições das mulheres negras.

3.4.2 Participação das mulheres na economia solidária

Como já trazido, a economia solidária é um espaço dinâmico e complexo que permite o desenvolvimento de práticas econômicas coletivas baseadas em autogestão, cooperação e solidariedade. Ao longo dos anos, esse modelo vem se consolidado como uma alternativa viável para populações em situação de vulnerabilidade, especialmente para as mulheres. No entanto, a análise detalhada da participação feminina nos empreendimentos econômicos solidários revela disparidades regionais, setoriais e estruturais que precisam ser enfrentadas para que o seu potencial transformador seja realizado. Além disso, a ausência de dados desagregados por raça, gênero e outras categorias sociais nos mapeamentos e estudos realizados por órgãos governamentais de pesquisa impede uma compreensão completa das dinâmicas de inclusão e exclusão dentro desse setor, apontando fragilidades nas informações disponíveis para a análise das políticas públicas e das estratégias de fomento à economia solidária, especialmente no que diz respeito às mulheres negras, que enfrentam múltiplas camadas de discriminação.

Os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES), mapeados entre 2009 e 2013, e as análises realizadas nos relatórios do DIEESE fornecem um panorama detalhado da inserção das mulheres na economia solidária. Esses estudos apontam para a centralidade das mulheres em atividades urbanas, como a produção artesanal, e para desafios significativos na sua participação em atividades rurais, como a agricultura familiar.

Tabela 3 – Participação e desafios das mulheres na economia solidária

Indicador	Valor	Observação
Total de EES mapeados	19.708	Dados do SIES (2009-2013)
Total de trabalhadores em EES	1,4 milhão	Inclui diferentes categorias sociais e atividades
Trabalhadores em produção artesanal	104.278	Representam 17,9% dos EES
Proporção de mulheres	~80%	Dados específicos da produção artesanal
Localização urbana dos EES artesanais	1	38,8% em áreas metropolitanas e 26,0% em capitais
Informalidade nos EES urbanos	>67%	Principal desafio para comercialização e acesso a políticas públicas
Principais canais de venda	Feiras livres e eventos (44,6%)	Venda direta ao consumidor é predominante
Acesso a crédito	Limitado	Dificuldade estrutural agravada pela informalidade

Fonte: Elaboração própria a partir de DIEESE (2015; 2017).

Apesar do protagonismo feminino, as mulheres enfrentam inúmeros desafios no desenvolvimento de seus empreendimentos. Mais de dois terços dos EES urbanos funcionam na informalidade, o que dificulta o acesso a políticas públicas, crédito e infraestrutura adequada para a produção e a comercialização. Essas dificuldades são exacerbadas pela ausência de suporte logístico e financeiro, muitas vezes agravadas pela falta de articulação entre os empreendimentos.

O estudo realizado pelo DIEESE, em 2017, intitulado “A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal liderados por mulheres”, revela que, no total de trabalhadores da categoria de produção artesanal, 78,1% são mulheres, o que representa 81.486 trabalhadoras. Esse dado evidencia a predominância das mulheres em atividades econômicas associadas à produção artesanal, o que é notável em empreendimentos urbanos. Em termos relativos, essa é a categoria com a maior participação feminina. No caso dos catadores de material reciclável, 59,9% são mulheres, o que evidencia também sua relevância nesse segmento.

Já a agricultura familiar, que responde a 66,5% do total de mais de 1,4 milhão de trabalhadores da economia solidária (947.071 pessoas), apresenta uma sub-representação feminina. Apenas 38,0% dos trabalhadores nesse segmento são mulheres – ponto que será melhor discutido na seção seguinte. Esse dado é relevante, considerando que a agricultura familiar é fundamental para o abastecimento alimentar e as práticas de sustentabilidade rural. A menor participação feminina no setor reflete as barreiras de acesso a recursos produtivos e as desigualdades relacionadas à invisibilidade das mulheres como produtoras agrícolas,

especialmente em áreas rurais do Nordeste, onde a economia solidária tem maior expressão (DIEESE, 2015, 2017).

A seguir, apresento a Tabela 2, que detalha a distribuição percentual dos sócios da economia solidária por sexo em empreendimentos formais e informais, analisando as diferenças regionais no Brasil entre os anos de 2009 e 2013.

Tabela 4 – Distribuição do percentual dos sócios da economia solidária por sexo

Região	Empreendimentos formais	Empreendimentos informais
	Masculino	Feminino
Brasil	59,0%	41,0%
Norte	55,5%	44,5%
Nordeste	53,7%	46,3%
Sudeste	56,9%	43,1%
Sul	68,5%	31,5%
Centro-Oeste	57,4%	42,6%

Fonte: Elaboração própria a partir do DIEESE (2015).

Os dados evidenciam a predominância masculina nos empreendimentos formais, nos quais em média, 59,0% dos sócios são homens e 41,0% mulheres, com a maior desigualdade ocorrendo na região Sul (68,5% homens e 31,5% mulheres). No entanto, os empreendimentos informais apresentam uma distribuição mais equilibrada, com as mulheres com 50,2% dos sócios em nível nacional, evidenciando um movimento em direção a uma maior igualdade de gênero, particularmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde as mulheres representam 57,9% e 53,8%, respectivamente.

O aumento da participação feminina nos empreendimentos informais reflete um fenômeno de flexibilidade e maior acesso à informalidade, onde as barreiras para a formalização, como exigências burocráticas e a falta de apoio institucional, são superadas por iniciativas mais autônomas e menos reguladas. Isso, por sua vez, destaca uma das limitações das políticas públicas para a economia solidária, que têm se concentrado em formalizar os empreendimentos sem levar em consideração as dinâmicas de gênero e as especificidades regionais (DIEESE, 2017, p. 15).

A Tabela 4, a seguir, apresenta a distribuição percentual por atividade e sexo nos empreendimentos urbanos, com especial destaque para a predominância feminina na produção artesanal.

Tabela 5 – Distribuição percentual por atividade e sexo nos empreendimentos urbanos

Atividade	Masculino (%)	Feminino (%)
Produção Artesanal	21,9	78,1
Catadores de Material Reciclável	40,1	59,9
Agricultura Familiar	62,0	38,0

Fonte: Elaboração própria a partir de DIEESE (2017).

Os dados reforçam a importância da participação feminina na economia solidária em atividades urbanas, como a produção artesanal e a coleta de material reciclável, e na agricultura familiar. No entanto, as condições de trabalho são precarizadas com frequência. Pesquisas realizadas em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro revelaram jornadas exaustivas e infraestrutura inadequada, como a falta de banheiros femininos e proteção contra intempéries em feiras livres (DIEESE, 2017, p. 18).

A análise da tabela acima reforça, ainda, a importância de políticas públicas que apoiem as mulheres da economia solidária no meio rural. Iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são essenciais para integrar os agricultores familiares a mercados institucionais, mas a implementação de estratégias específicas para atender às mulheres ainda é limitada (DIEESE, 2017, p. 18).

Embora os dados de participação por sexo e atividade contribuam para o entendimento das dinâmicas de gênero na economia solidária, a ausência de desagregação por raça nos estudos existentes é uma lacuna significativa. A falta de dados sobre a composição racial da economia solidária impede uma análise mais profunda das desigualdades interseccionais que podem existir entre mulheres negras e brancas, especialmente no acesso a recursos, mercados e políticas públicas. Mulheres negras, como aponta a literatura aqui trazida, enfrentam desafios adicionais, como o racismo e a marginalização nos espaços econômicos e sociais, o que pode dificultar seu acesso e participação nos empreendimentos de economia solidária mais consolidados e com capacidade de maior geração de renda e outros ganhos simbólicos.

A ausência desses dados limita a capacidade de avaliação das políticas públicas do setor e impede o desenvolvimento de estratégias específicas para as mulheres negras, que são frequentemente excluídas dos processos de formalização e das redes de apoio institucional. É fundamental que os futuros levantamentos sobre a economia solidária incluam informações sobre raça para que as políticas públicas possam ser mais inclusivas e justas, abordando as desigualdades, tanto de gênero quanto raciais (DIEESE, 2017).

3.4.3 Mulheres negras no espaço rural

A presença das mulheres negras no espaço rural brasileiro é marcada por uma história de resistência, lutas e contribuições inestimáveis à agricultura familiar e à economia solidária. Apesar de desempenharem papéis centrais na produção de alimentos e na sustentação de comunidades inteiras, essas mulheres permanecem em grande medida invisibilizadas nas políticas públicas e nos debates acadêmicos.

Historicamente, as mulheres negras no meio rural estiveram na linha de frente da resistência contra a exploração colonial e capitalista. Durante o período escravocrata, seu trabalho era essencial, tanto nos campos quanto nas casas, como ilustram os relatos sobre a contribuição dessas mulheres para a formação de quilombos e a preservação de saberes ancestrais (Silva; Anjos, 2022). Contudo, “Aprovada apenas duas semanas após a Lei Eusébio de Queirós [...], a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 estabelecia o fim da apropriação de terras: nenhuma terra poderia mais ser apropriada através do trabalho, mas apenas por compra do Estado” (Brito, 2019, p. 69).

Essa exclusão também se manifesta na invisibilização do trabalho das mulheres rurais. Muitas vezes categorizado como “ajuda” ou “extensão do doméstico”, o trabalho dessas mulheres é desvalorizado e raramente contabilizado nas estatísticas formais (Lima; Queiroz, 2019). Essas atividades sustentam a segurança alimentar e nutricional de inúmeras famílias e comunidades. A agricultura familiar é um dos principais pilares da produção de alimentos no Brasil, e as mulheres negras desempenham um papel central nesse contexto. Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que “há 159.860 estabelecimentos dirigidos por mulheres na Bahia, nos quais em 78% deles (124.728) predominam as agricultoras negras” (Silva; Anjos, 2022, p. 30).

O papel das mulheres negras também é evidente na agroecologia, onde sua atuação fortalece práticas sustentáveis e integra saberes tradicionais à construção de novos paradigmas no campo (Santos, 2022). A agroecologia se apresenta como uma alternativa crítica à lógica do agronegócio, evidenciando como as relações de gênero e raça se interseccionam para moldar dinâmicas específicas no trabalho rural. As cooperativas e associações também surgem como espaços de resistência e autonomia para essas mulheres e têm promovido o empoderamento e a sustentação de práticas agroecológicas (Gama; Velloso, 2022).

No entanto, esses avanços são acompanhados por desafios significativos. A participação feminina em cooperativas muitas vezes não se traduz em reconhecimento igualitário ou em maior poder de decisão. As estruturas de poder patriarcais ainda limitam o protagonismo dessas

mulheres, como evidenciado por dados que mostram a predominância de homens em cargos de liderança nessas organizações (Silva; Anjos, 2022).

A invisibilidade das mulheres negras no meio/ambiente/zona rural também está relacionada a estruturas simbólicas que perpetuam desigualdades. A categorização de suas atividades como “naturais” ou “leves” reflete relações de poder que minimizam suas contribuições e aprofundam desigualdades de gênero e raça (Lima; Queiroz, 2019). Isso também se reflete nas políticas públicas, que comumente ignoram as especificidades dessas mulheres ao formular programas voltados à agricultura e à economia solidária. Por outro lado, a resistência das mulheres negras é inegável. Seja por meio da preservação de sementes crioulas, da participação em redes de economia solidária ou da mobilização para a promoção da segurança alimentar, essas mulheres têm protagonizado transformações significativas em seus territórios e além. Conforme destaca Brito (2019), o bem viver das mulheres negras está intrinsecamente ligado à superação de estruturas racistas e patriarcais que as marginalizam.

Os centros públicos de economia solidária podem ser estratégicos para a implementação de políticas que reconheçam e fortaleçam o protagonismo das mulheres negras. A centralidade dessas mulheres na dinamização dessas práticas evidencia suas potencialidades e necessidade de superação das barreiras que ainda limitam o pleno desenvolvimento dessas políticas.

3.5 Abordagem Sociocêntrica e a Sociologia da Ação Pública: o papel da sociedade civil na formulação da política pública

Para encerrar este capítulo, trago a dicotomia entre o Estadocentrismo e o Sociocentrismo, objetivando esclarecer a opção pela abordagem da Sociologia da Ação Pública para analisar a política pública de economia solidária. O estudo realizado por Tânia Keinert (2000 *apud* Schommer; Dahmer; Spaniol, 2014) sobre a administração pública do Brasil, no período de 1900 até 1990, identifica a existência desses dois paradigmas, sendo cada um deles associado a uma configuração distinta entre a relação Estado e Sociedade.

Quadro 3 – Paradigmas de administração pública no Brasil e matrizes de relações Estado-sociedade

Paradigma conceito de público	Paradigma do público enquanto estatal (1930-1979)	Paradigma emergente: o público enquanto “interesse público” (Pós-90)
Relação Estado-Sociedade	Estadocêntrica	Sociocêntrica
Estilo de Gestão Pública	Burocrática	Pós-Burocrática

Fonte: Keinert (2000, p. 209 *apud* Schommer; Dahmer; Spaniol, 2014).

O Estadocentrismo, vigente de 1930 a 1979, caracteriza o público como sinônimo de estatal. Já o Sociocentrismo, surgido nos anos de 1990, concebe o público como representante do interesse público. Paralelamente, observa-se uma evolução no estilo de gestão pública, passando de um modelo burocrático para um pós-burocrático.

No âmbito da administração pública, o estadocentrismo tem seu modelo de gestão centralizado e burocrático, com uma estrutura hierárquica rígida, muitas vezes relegando a participação da sociedade a um papel secundário. Nele, as políticas de desenvolvimento são formuladas pelo Estado, que se coloca como o principal agente responsável pelo progresso econômico, seguindo uma abordagem *top-down*. A política pública é retratada como tecnicamente neutra, priorizando a competência técnica e negligenciando as complexidades sociopolíticas (Schommer; Dahmer; Spaniol, 2014).

O Estado Sociocêntrico, por sua vez, surge como uma resposta crítica e inovadora nas discussões sobre a Administração Pública, rompendo com as abordagens tradicionais centradas no Estado e em contraposição ao modelo Estadocêntrico. Ele propõe uma reorientação fundamental ao posicionar a sociedade no epicentro das decisões e dos processos administrativos. Essa reconfiguração paradigmática desafia as estruturas convencionais ao reconhecer a importância de integrar ativamente a sociedade nos processos decisórios e busca promover uma governança mais inclusiva e responsiva.

A proposta central do Estado Sociocêntrico reside na reorientação da Administração Pública, colocando a sociedade no centro das considerações. Ao invés de uma abordagem paternalista, onde as decisões são tomadas de cima para baixo, este modelo sugere uma parceria mais colaborativa entre o Estado e a sociedade. A ideia é trazer as vozes diversas e as perspectivas da sociedade para o cerne das políticas públicas, reconhecendo que a participação ativa do público é vital para a legitimidade e eficácia das ações governamentais.

De acordo com Schommer, Dahmer e Spaniol (2014, p. 37), o padrão Sociocêntrico

Se configura a partir dos anos 1980, em função de crises e mudanças provocadas por fatores como: difusão de novas tecnologias de informação e comunicação; multiplicidade de relações entre governos, organizações de mercado e da sociedade civil de diversos países; “crise do Estado” em diferentes países, incluindo crise fiscal e crises do modo de intervenção, do modelo de gestão burocrático e de legitimidade; avanços em organização social e democratização.

Ou seja, a emergência de novos arranjos institucionais que transcendem as fronteiras nacionais, desafiando os métodos tradicionais de governança e a necessidade de superar modelos estatais autoritários e paternalistas.

Nessa abordagem, a sociedade civil é reconhecida como um participante crucial na redefinição do espaço público, indicando um movimento em direção a uma maior democratização e participação cidadã. Isso é evidenciado pelo surgimento de novas formas de representação e expressão social que exigem um Estado mais aberto à participação popular e a novos atores sociais, refletindo o desejo de expandir o domínio público (Schommer; Dahmer; Spaniol, 2014).

Nesse contexto, a participação ativa da sociedade vai além de meras consultas formais. Envolve um engajamento constante, desde a fase de concepção até a implementação das políticas públicas, o que apresenta consonância com o preconizado pela teoria da ação pública. Para contemplar a participação ativa da sociedade, Lascoumes e Le Galés (2012) destacam a importância de criar estruturas administrativas mais flexíveis, que não apenas respeitem a hierarquia necessária para a eficiência, mas também recebam a colaboração da sociedade civil, sendo capaz de acolher sua diversidade de perspectivas e contribuições.

Conforme destacado por Halpern, Lascoumes e Le Galés (2021), os instrumentos de ação pública não são neutros; ao contrário, eles são carregados de valores e representam as relações de poder entre governantes e governados. Esses instrumentos são centrais para a operacionalização das políticas públicas, estruturando a ação coletiva e mediando as interações entre os diferentes atores sociais e políticos. A perspectiva de que os instrumentos são também instituições sociais reforça a ideia de que as escolhas técnicas impactam diretamente as relações de poder e os resultados das políticas públicas.

O Sociocentrismo propõe uma visão de governança e cidadania que é colaborativa, participativa e adaptável, refletindo uma tendência de descentralização e maior envolvimento da sociedade civil na gestão do espaço público. Considero, portanto, que a abordagem Sociocêntrica guarda harmonia com a Sociologia da Ação Pública, conforme delineada por Pierre Lascoumes e Patrick Le Galés. Esta constitui um prisma analítico essencial para a compreensão das políticas públicas na contemporaneidade. O campo de estudo transcende a análise tradicional centrada no Estado, reconhecendo a pluralidade de atores envolvidos na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

A Sociologia da Ação Pública se debruça sobre o estudo das interações entre o Estado e a sociedade, com foco especial na maneira como os problemas públicos são percebidos e organizados, bem como nas estratégias adotadas para solucioná-los. Um aspecto importante

dessa análise é a capacidade dos diversos atores políticos de influenciar a formulação e execução das políticas públicas, exercendo assim sua parcela de poder político. Isso envolve discernir os mecanismos de governança das políticas públicas, identificando os responsáveis, os métodos e os objetivos pelos quais atividades e grupos são regulados através de políticas específicas. Adicionalmente, é essencial avaliar os limites da atuação governamental em termos de capacitar determinados grupos e interesses sociais (Lascoumes; Le Galès, 2012).

O conceito de política pública em Lascoumes e Le Galès (2012, p. 53) remete a “um espaço sociopolítico construído tanto por meio de técnicas e instrumentos como por objetivos ou conteúdo”. Os autores postulam que os instrumentos de ação pública são elementos constitutivos da governança, não se restringindo a meras ferramentas técnicas. Esses instrumentos são imbuídos de valores, normas e representações sociais que estruturam as relações entre governantes e governados, influenciando a capacidade dos cidadãos de engajarem-se no processo político. A escolha e a operacionalização desses instrumentos refletem uma lógica própria, que é simultaneamente influenciada por fatores históricos, culturais e políticos, e que carrega consigo riscos inerentes que podem repercutir na eficácia da ação pública.

Lascoumes e Le Galès (2012) argumentam que a eficácia da ação pública depende da escolha e aplicação de estratégias e práticas específicas que conferem forma e substância a essas políticas. Os instrumentos de política pública são vistos como guias das relações de poder, influenciando como os governantes interagem com os governados. Mazeaud e Nonjon (2021) ampliam esse debate, ao explorar como os profissionais da ação pública, através de suas práticas e conhecimentos, moldam as políticas públicas, reforçando o papel central dos instrumentos como mediadores entre as esferas técnica e social.

A expressão “instrumento de política pública” é entendida como algo que possui uma dimensão tanto técnica quanto social, servindo para representar e dar significado às relações entre o Estado e a sociedade. A escolha de um instrumento sobre outro é considerada uma decisão política, refletindo valores e prioridades. Essa escolha é central para a teoria da instrumentalização da ação pública, que se preocupa em entender os processos, os responsáveis e os objetivos pelos quais as políticas públicas são formuladas e implementadas, e como elas organizam e regulam atividades e grupos sociais. De acordo com Lascoumes e Le Galès (2012), o conceito diz respeito ao:

[...] conjunto de problemas apresentados pela escolha e o uso de instrumentos (técnicas, formas de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental. Trata-se de compreender, não apenas as razões que levam a escolher um instrumento em detrimento de outro, mas

também verificar os efeitos produzidos por essas escolhas (Lascoumes; Lé Galès, 2012).

A contribuição de Lascoumes e Le Galès proporcionou uma compreensão aprofundada das dinâmicas de políticas públicas, enfatizando a complexidade das interações entre os diversos atores e os desafios inerentes à governança contemporânea. A metodologia proposta por eles permite elucidar como atores individuais e coletivos, públicos ou privados, participam e influenciam as dinâmicas da ação pública.

Nesse contexto, o Pentágono de Políticas Públicas se aplica como um modelo teórico complementar, capaz de estruturar a análise da política pública dos Cesols. Ao contemplar as cinco dimensões – atores, representações, instituições, processos e resultados –, o modelo oferece uma abordagem multifacetada para compreender como as políticas são formuladas e implementadas, promovendo articulação entre os objetivos estratégicos e as práticas cotidianas. Essa perspectiva se alinha aos fundamentos da Sociologia da Ação Pública, que destaca a complexidade das interações entre Estado e sociedade (Oliveira; Araújo, 2022).

Os Cesols, ao promoverem práticas inclusivas e participativas, podem ser avaliados a partir das categorias do Pentágono. Por exemplo, a dimensão de atores permite mapear os diversos sujeitos envolvidos, como empreendedores solidários, técnicos de apoio e gestores públicos, enquanto a dimensão de representações aborda como os valores da economia solidária, como cooperação e autonomia, são expressos e incorporados nas práticas cotidianas. Além disso, a análise das instituições possibilita identificar barreiras ou facilitadores criados pelos marcos regulatórios e administrativos que estruturam essas políticas (Oliveira; Araújo, 2022).

Ao integrar essas abordagens, busco enfatizar a importância da participação da sociedade na tomada de decisões, incluindo a interseccionalidade como método de observação social em todas as etapas e processos da ação pública em curso. Desse modo, faz-se possível criar estruturas administrativas mais flexíveis, que reconheçam a importância da hierarquia e da burocracia, mas que também estejam abertas à colaboração e à contribuição da sociedade civil em suas singularidades. Assim, a economia solidária, ao enfatizar o papel do trabalho como vetor de transformação social e emancipação, ilustra um exemplo claro de como instrumentos inclusivos podem promover cidadania ativa e democrática.

Os Centros Públicos de Economia Solidária materializam, na prática, os princípios da Sociologia da Ação Pública, ao consolidar o espaço de interação entre o Estado e a sociedade civil. Esse instrumento utiliza ferramentas que fortalecem o protagonismo de grupos produtivos

locais, promovendo não apenas a geração de renda, mas também o empoderamento social e político das comunidades. Conforme Mazeaud e Nonjon (2021), os instrumentos, ao moldarem a ação pública, refletem os valores sociais que estruturam as relações de poder. Nos Cesols, isso se traduz na valorização dos saberes locais, no estímulo à autogestão e no fortalecimento da governança horizontal, consolidando práticas democráticas e colaborativas.

A relação dialética entre os Cesols e a política de economia solidária evidencia como instrumentos bem desenhados podem superar a dimensão técnica, assumindo caráter emancipatório e inclusivo. A experiência desses centros demonstra que a formulação e implementação de políticas públicas, quando orientadas por princípios de participação e descentralização, têm potencial para transformar realidades locais, promover autonomia e ampliar as redes de solidariedade econômica e social. Assim, a articulação entre os princípios da economia solidária e os fundamentos teóricos da ação pública não apenas reforça a eficácia dessas políticas, mas também fortalece o pacto social, orientando a sociedade para um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

A economia solidária entende o trabalho como um vetor para a geração de renda e o estímulo às práticas formativas para a construção de conhecimentos que levam a outras relações sociais. As suas ações formativas são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e sujeitas e da sociedade, que, executadas a partir de metodologias de incubação e inclusão socioproductiva, transferem conhecimentos que possibilitam a apropriação de ferramentas de emancipação e potencializam a participação das pessoas envolvidas.

Centrado no desenvolvimento endógeno, os processos de formação ofertados pelas entidades de fomento fortalecem o capital social existente nas comunidades, valorizam a cultura e o saber local, trabalham sob a base do fortalecimento do capital humano ultrapassando o fator econômico. Os processos formativos se transmutam, portanto, em educacionais, extrapolando a qualificação técnica para a produção.

Ao valorizar o saber local, os processos de incubação e assistência técnica estimulam o resgate do aprender uns com os outros e de transmitir os aprendizados, conhecimentos e cultura geracional, e essa retomada de consciência cultural coletiva favorece o reconhecimento dos papéis sociais, sejam nos grupos produtivos, sejam nas comunidades.

Considera-se, então, que esses processos formativos contribuem para o despertar do *ser político*. Ao se reconhecer como membro da sociedade o/a sujeito/a assume o seu lugar de cidadão/ã para além do que meramente aceitar as regras sociais. Estimulado no contexto dos

grupos produtivos, o estar presente pode favorecer a participação social, levando-o a se organizar em outras frentes, com reivindicações mais amplas.

Assim sendo, os processos formativos no bojo da economia solidária contribuem para a formação política e cidadã dos/as empreendedores/as, podendo colaborar na emancipação política e consequente participação qualificada nos processos sociais, tendo a capacidade de discutir o porquê do seu lugar de dissidente.

Do ponto de vista político, a economia solidária é definida como:

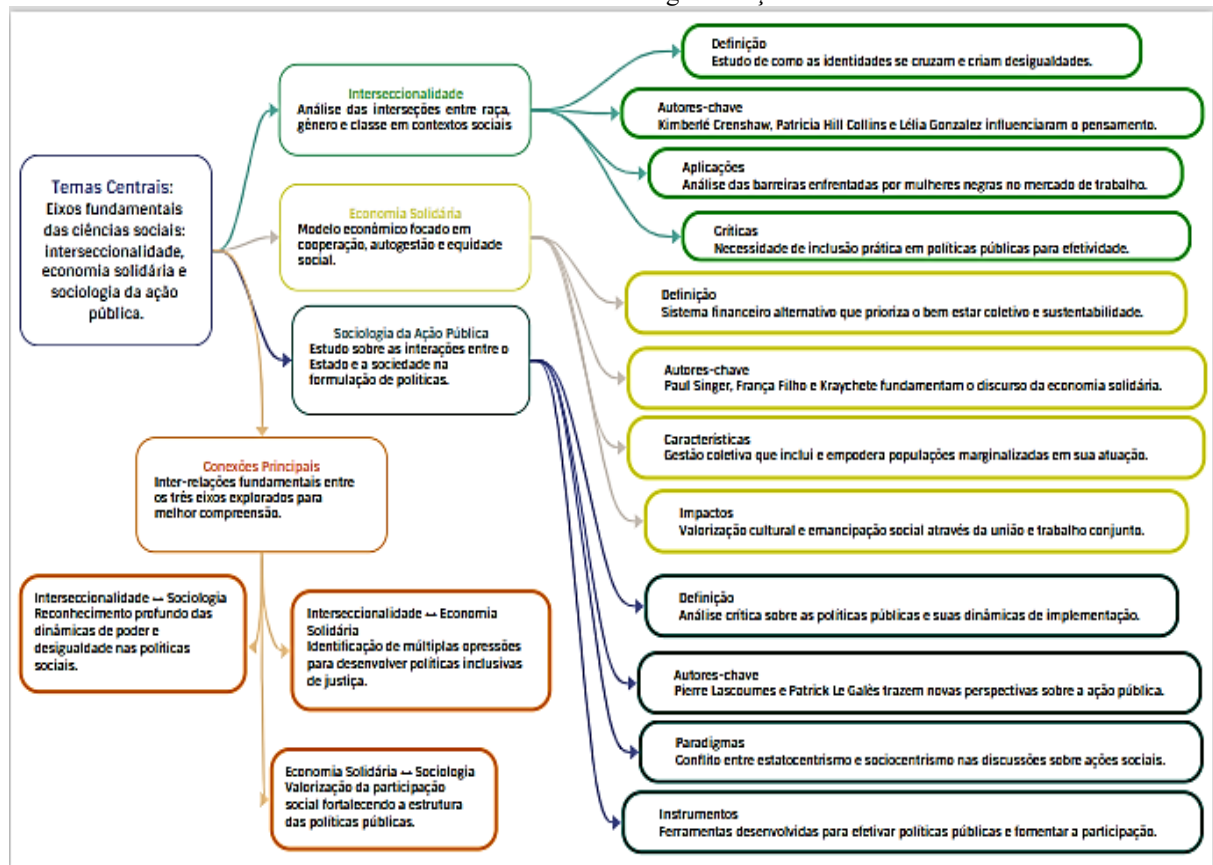
[...] um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas, construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos (Tygel, 2011).

Assim, o processo de propor um fazer diferente, em ambiente colaborativo e solidário, é simultâneo ao processo de formular e reformular práticas formativas. As preocupações estruturais, presentes e futuras, passam necessariamente por uma visão de mundo socialmente construída e compartilhada. Essa relação entre o ser humano que produz o mundo social e é por ele produzido é dialética por excelência e implica na inevitável transformação daqueles que passam pelas formações.

Nesse sentido, a economia solidária dialoga com a ideia de transformação desse cidadão e cidadã, que é social, político, que produz e que, ao produzir de forma diferente, promove transformações e contesta um modelo racional de modernidade, abrindo espaço para os outros saberes.

Para sintetizar e evidenciar as inter-relações teóricas discutidas neste capítulo, apresento, a seguir, um mapa conceitual (Figura 2) que articula os eixos da Interseccionalidade, Economia Solidária e Sociologia da Ação Pública. Essa representação visual ilustra como esses conceitos dialogam entre si e fundamentam a análise das políticas públicas voltadas para a autonomia econômica e política de mulheres negras. O mapa busca reforçar a centralidade desses eixos no enfrentamento das desigualdades e na construção de estratégias inclusivas e emancipatórias.

Figura 1 – Mapa conceitual das tessituras teóricas, destacando as inter-relações entre Interseccionalidade, Economia Solidária e Sociologia da Ação Pública



Fonte: Elaboração própria (2024).

O mapa conceitual acima delineado sintetiza a articulação entre Interseccionalidade, Economia Solidária e Sociologia da Ação Pública como eixos fundamentais articulados conceitualmente nesta pesquisa para compreender e analisar criticamente a implementação de uma política pública em que a interseccionalidade tem sido negligenciada e, desse modo, propor uma intervenção nas desigualdades que afetam mulheres negras no contexto das políticas públicas de economia solidária na Bahia.

A interseccionalidade oferece a lente para captar as interações entre raça, gênero, classe e outros marcadores que estruturam as desigualdades enfrentadas por mulheres negras. Nesse sentido, o poder da interseccionalidade vai além de seu valor analítico: ela aponta a necessidade de políticas públicas que não tratem as desigualdades como questões isoladas, mas como sistemas interligados que exigem respostas integradas e transformadoras.

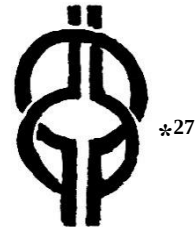
Nesse cenário, a economia solidária – que pode ser percebida como um campo de aplicação prática das premissas interseccionais –, ao propor formas coletivas e colaborativas de produção e valorização dos saberes locais, pode representar uma alternativa ao modelo econômico tradicional, que frequentemente marginaliza mulheres negras. As iniciativas

produtivas do campo da economia solidária, pautadas na autogestão e na valorização cultural, oferecem a possibilidade de renda, ou complementação destas, e caminhos para a emancipação política e social nos seus processos formativos que extrapolam os ambientes institucionais. É importante pontuar, contudo, que essa abordagem também enfrenta desafios, como apontado por Wellen (2008), ao navegar entre resistir ao capitalismo e, ao mesmo tempo, operar dentro de seus limites, podendo ser reprodutora de desigualdades e opressões e, ainda, oferecer o espaço de acomodações das possíveis revoltas contra o sistema.

Outrossim, como último alinhavo metodológico, e para que a interseccionalidade e a economia solidária sejam efetivamente incorporadas às políticas públicas, a Sociologia da Ação Pública oferece um quadro teórico que permite compreender as relações entre o Estado e a sociedade. Essa perspectiva teórica destaca a importância de instrumentos de ação pública que materializem diretrizes inclusivas. O paradigma Sociocêntrico, assim como a epistemologia insubmissa feminista negra, legitima a escolha de colocar as demandas das mulheres negras no centro do processo decisório, considerando a promoção de políticas que sejam construídas com base em suas vivências e necessidades. Assim, a economia solidária, quando orientada por princípios interseccionais e implementada com instrumentos Sociocêntricos, pode desempenhar um papel decisivo na promoção de políticas públicas com maior possibilidade de resolução dos problemas públicos que atingem essa parcela da população (Lascoumes; Le Galès, 2012).

Portanto, a sinergia entre esses eixos teóricos é, além de conceitual, prática. A Interseccionalidade fornece o diagnóstico das opressões múltiplas e interligadas; a Economia Solidária oferece uma estrutura para a autonomia e a coletividade das mulheres negras e; a Sociologia da Ação Pública fornece os meios para que essas práticas sejam transformadas em políticas eficazes e sustentáveis. Juntas, essas dimensões apontam para uma abordagem teórica e prática que reconhece as mulheres negras como protagonistas e agentes de transformação social. E é dessa maneira que essa articulação orienta o campo empírico deste estudo, dando sustentação teórica para avaliar o instrumento de política pública Cesol numa perspectiva interseccional.

4 PERCURSO DA PESQUISA



Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato – esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor; mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena?

Gloria Anzaldúa

4.1 Desafios epistemológicos e metodológicos na produção de conhecimento subalterno

A produção do conhecimento exige de nós, pesquisadores e pesquisadoras *subalternos/as*, um esforço maior para a validação de nossas pesquisas e seus respectivos resultados. Falamos de nossas experiências sociais sem perder a cientificidade. Grada **Kilomba** (2019) formulou questões importantes para nos ajudar a compreender como o conceito de conhecimento está ligado ao poder e à autoridade racial, tais como:

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte da agenda acadêmica? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecido/a como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora? (Kilomba, 2019, p. 50).

Ao refletir sobre as questões deixadas pela autora, é possível entender que não estamos no centro, que em uma lógica ocidentalizada colonizadora, não produzimos conhecimento, ao passo que não se torna mais possível crer em uma suposta neutralidade acadêmica. É necessário, portanto, que estejamos atentos/as às “regras do jogo” e que sigamos o roteiro sob a pena de termos os nossos trabalhos classificados como bons, mas pouco científicos.

²⁷ *Nyansapow*: o “Nó da Sabedoria”, que representa sabedoria, inteligência, engenhosidade e paciência, e o seguinte o ditado: “Uma pessoa sábia tem a capacidade de escolher o melhor caminho para chegar ao seu objetivo”.

Nesse sentido, seguindo as “regras do jogo”, deixo explicitada a corrente metodológica utilizada para conferir validade a este trabalho investigativo, concordando com o defendido por Triviños (2012, p. 32), de que “a realidade subdesenvolvida dos povos da América Latina requer, sem dúvida, seus próprios métodos de interpretação e de explicação”. Considero necessária tal explicitação.

A definição da corrente metodológica, na perspectiva acadêmica vigente, é um aspecto fundamental, pois ela orienta a escolha dos métodos, técnicas e procedimentos mais adequados para o objeto do estudo, as questões de pesquisa e os objetivos da investigação, revelando pressupostos teóricos e epistemológicos que sustentam a abordagem do/a pesquisador/a, bem como as implicações éticas, políticas e sociais.

Nas pesquisas sociais, de acordo com Triviños (2012) e Dartigues (2013), são três as principais correntes metodológicas: positivismo, fenomenologia e marxismo dialético, cujas características são apresentadas a seguir:

Quadro 3 – Correntes metodológicas

Corrente	Origem	Conceito	Método
Positivismo	Augusto Comte, século XIX	Doutrina filosófica, sociológica e política que defende a ciência como única forma de conhecimento válido e a sociedade como regida por leis naturais e imutáveis.	Observação, experimentação, comparação e classificação dos fatos sociais.
Fenomenologia	Edmund Husserl, século XX	Corrente filosófica que se propõe a estudar a essência das coisas a partir da percepção e da consciência dos sujeitos.	Descrição, interpretação e compreensão das vivências e dos significados atribuídos pelos indivíduos.
Marxismo dialético	Karl Marx, século XIX	Teoria crítica que analisa a sociedade como um todo histórico, marcado por contradições e conflitos entre as classes sociais.	Análise, crítica e transformação das relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas.

Fonte: Triviños (2012) e Dartigues (2013), adaptado pela autora.

4.2 A corrente marxista

A corrente marxista, enquanto teoria crítica, oferece ferramentas fundamentais para a análise das políticas públicas, uma vez que permite compreender a sociedade como um todo histórico, marcado por contradições e conflitos entre as classes sociais. No entanto, embora a corrente forneça uma análise crítica da organização econômica e da exploração do trabalho, a

aplicação da perspectiva interseccional, fundamentada no feminismo negro, é essencial para ampliar o debate, considerando que as desigualdades sociais não operam apenas a partir da lógica de classe.

Os aspectos do marxismo incluem o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. Seu método consiste em analisar, criticar e transformar as relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas que determinam a produção e a reprodução da vida. De acordo com Triviños (2012), o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas, caracterizando a vida em sociedade, e o materialismo dialético é a base filosófica do marxismo.

O Materialismo Dialético tenta compreender os fenômenos naturais, sociais e do pensamento a partir das suas contradições, mudanças e relações, buscando explicações coerentes, racionais e lógicas para os fenômenos naturais, como explica Triviños (2012). De acordo com o autor, o materialismo dialético ressalta a importância da prática social como critério da verdade, ou seja, o conhecimento é construído a partir da ação dos sujeitos sobre a matéria, e não apenas da contemplação das ideias. Ele coloca em relevo a interconexão do relativo com o absoluto, reconhecendo que as verdades são históricas e condicionadas.

A corrente marxista favorece a construção de uma visão dialética e histórica da economia solidária, que não a isola das demais esferas da sociedade, mas a insere no contexto das relações de força, poder e hegemonia que atravessam a realidade social. A economia solidária, enquanto forma de organização econômica que se contrapõe ao modo de produção capitalista, busca superar as contradições do capitalismo por meio da cooperação, da solidariedade e da autogestão. No entanto, por não estar isolada, é parte integrante da sociedade e está sujeita às influências e conflitos das diversas forças sociais, políticas e ideológicas que disputam o poder e a hegemonia. Assim, sua prática social busca transformar a realidade, mas também é transformada por ela.

Contudo, a corrente apresenta limites ao não refletir sobre o impacto das relações raciais na realidade concreta das sociedades historicamente constituídas a partir do racismo. Ela prioriza as questões econômicas e reduz a questão racial à classe. Ao negligenciar ou subestimar as especificidades e particularidades das opressões e das resistências que afetam os sujeitos/as racializados/as, bem como as suas identidades, culturas, valores e percepções de mundo, o marxismo dialético, com sua visão eurocêntrica e universalista da história e da sociedade, falha em reconhecer as diversidades e diferenças contextuais nos processos históricos, sociais e culturais dessas populações. Isso resulta em uma compreensão inadequada das dinâmicas de poder e das experiências vividas pelos indivíduos racializados.

Portanto, torna-se necessário buscar uma metodologia que possa integrar essas dimensões ignoradas e oferecer uma análise mais concatenada e inclusiva das realidades sociais. É nesse contexto que a interseccionalidade se apresenta como uma abordagem metodológica capaz de superar essas lacunas, proporcionando uma análise que reconhece as múltiplas e entrelaçadas formas de opressão e resistência.

4.3 Interseccionalidade como método de análise

A interseccionalidade é acionada enquanto método de análise para suprir a lacuna do materialismo dialético, na medida em que ela supera a tendência do marxismo de priorização da dimensão econômica. Ela leva em conta as especificidades e particularidades das opressões que afetam os sujeitos racializados, bem como suas identidades, culturas, valores e visões de mundo, oferecendo uma percepção mais diversa e plural da história e da sociedade.

Para utilizar a interseccionalidade como método de análise, adotei uma perspectiva que considera as múltiplas dimensões de opressão que atravessam as sujeitas sociais aqui pesquisadas, permitindo uma compreensão mais diversa e plural da história e da sociedade, colocando no centro da análise os marcadores sociais que perpassam as pessoas racializadas, particularmente as mulheres negras. A adoção da interseccionalidade como método envolve várias etapas metodológicas.

Inicialmente, foi necessário identificar os diferentes eixos de opressão para realizar as análises. No contexto desta pesquisa, os principais eixos são raça, gênero e classe, embora outras dimensões, como territorialidade e idade, também possam ser relevantes. A coleta de dados foi realizada de forma a captar as vozes, experiências e saberes das próprias sujeitas. Métodos qualitativos, como entrevistas em profundidade e grupos focais, são particularmente eficazes para este fim, pois permitem uma exploração detalhada das experiências vividas.

É essencial situar os dados coletados dentro de seus contextos históricos, culturais e políticos. Isso implica não apenas na análise dos dados em si, mas também na compreensão das condições estruturais e sistêmicas que moldam as experiências dos sujeitos. A análise de conteúdo é uma técnica útil aqui. De acordo com Laurence Bardin (2020), envolve a codificação e categorização do texto para identificar padrões recorrentes, temas e significados subjacentes. Esta etapa permite uma interpretação sistemática e rigorosa dos dados textuais, revelando percepções sobre as atitudes, comportamentos e experiências dos participantes.

O método interseccional exige a integração dos diferentes eixos de análise para entender como eles interagem e se influenciam mutuamente. Isso significa que, ao analisar os dados, é

necessário considerar como raça, gênero e classe (e outras dimensões) se entrelaçam e produzem efeitos específicos nas vidas das sujeitas. O/a pesquisador/a deve manter uma postura reflexiva e crítica ao longo de todo o processo de pesquisa, reconhecendo suas próprias posições e preconceitos e como estes podem influenciar a coleta e a interpretação dos dados.

Os métodos de análise aqui trazidos permitem a produção de um conhecimento crítico e reflexivo, oferecendo uma compreensão mais eficiente das questões de pesquisa, mas também pode subsidiar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de economia solidária que sejam efetivas, participativas e inclusivas. Considero que tais políticas devem levar em conta as múltiplas dimensões de opressão e resistência que afetam as mulheres negras atendidas pelos Centros Públicos de Economia Solidária. Desse modo, a interseccionalidade se coloca como uma abordagem tão essencial quanto o marxismo dialético para a compreensão das dinâmicas sociais. Enquanto o marxismo oferece instrumentos para a análise das estruturas econômicas e das relações de classe, a interseccionalidade amplia esse olhar ao considerar, de forma indissociável, os marcadores de raça, gênero e outros eixos de opressão.

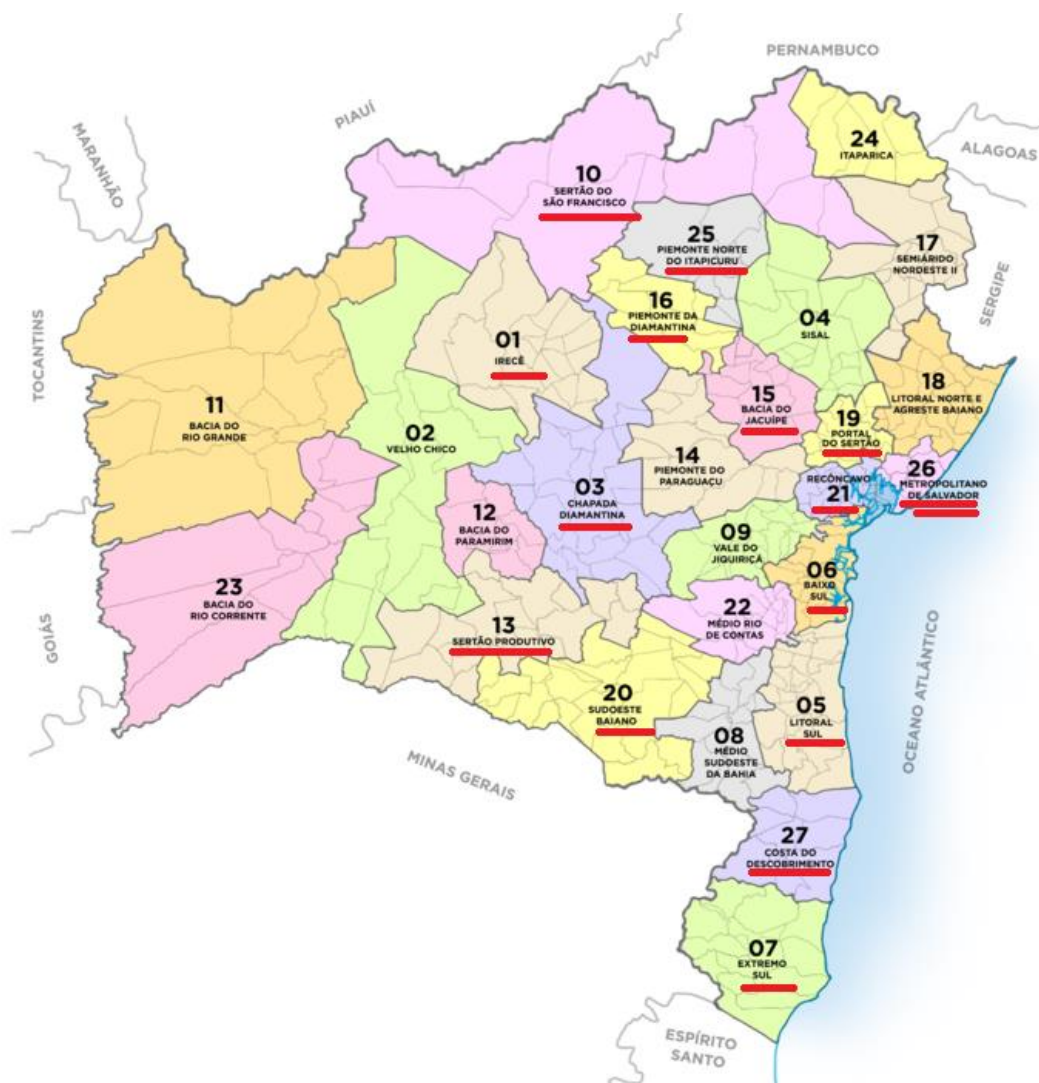
Assim, sem abandonar o método marxista dialético, neste trabalho, me ancoro, sobretudo, em uma epistemologia insubmissa negra, comprometida com a produção de saberes desde corpos que historicamente foram silenciados pelos cânones hegemônicos da ciência. Inspirada por autoras como Angela Figueiredo, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, e dialogando com a crítica feminista negra, afirmo que minha produção de conhecimento recusa a separação entre razão e corpo, entre teoria e experiência, reconhecendo a potência epistêmica das vivências, dos afetos e das práticas cotidianas de mulheres negras. Essa escolha metodológica não é uma tomada de posição ética e política, uma forma de insurgência contra o epistemicídio que estrutura o campo científico. Não me submeto às exigências de neutralidade e objetividade impostas pela racionalidade ocidental, pois reconheço que toda produção de saber é situada, encarnada e atravessada por relações de raça, gênero, classe e poder.

4.4 Horizonte metodológico

Para atingir os objetivos da investigação, delimitei os Centros Públicos de Economia Solidária que seriam investigados. A partir do levantamento de dados, foram identificadas as metas contratuais estabelecidas nos editais, com o objetivo de perceber os compromissos relacionados à dimensão de gênero e raça.

Até o momento desta investigação, existiam 15 Cesols em funcionamento, distribuídos em 15 Territórios de Identidade da Bahia, conforme ilustrado no mapa a seguir:

Figura 3 – Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia (Configuração Territorial vigente desde 2016)



Fonte: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN – Bahia, 2016), customização própria.

Inicialmente, o critério de seleção para o estudo se baseou no tempo de contrato para a execução dos serviços, priorizando aqueles em funcionamento há pelo menos 10 anos, além de sua localização em territórios com histórico de organização em economia solidária antes do aporte da Sesol. Dois atores importantes foram inseridos no campo: gestores/as públicos e beneficiários/as da política. A ideia de reunir esses dois pilares da política de economia solidária ocorreu devido à necessidade de compreender como as políticas foram concebidas e como foram recebidas pelos beneficiários e beneficiárias, e se, no percurso concepção/execução/recepção, foram tratadas as questões relacionadas à raça, gênero e outros marcadores sociais.

No entanto, durante o período de investigação, além do encerramento de contratos de algumas organizações, surgiram outras intercorrências, sendo a principal delas a dificuldade de

acesso aos dados das carteiras ativas dos Cesols selecionados com base nos critérios acima descritos.

O primeiro contato feito para a formalização da disponibilização dos dados referentes à carteira ativa dos Cesols foi realizado em 23 de agosto de 2024, tendo sido autorizado pelo gestor da Coordenação de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva (CATIS), setor responsável pela gestão dos contratos dos Cesols, e em 26 do mesmo mês, através de e-mail enviado a todos os coordenadores e coordenadoras dos Cesols, foi informado que seriam investigados (mensagens a mim copiadas). Entre os meses de agosto e novembro foram sete tentativas de acesso aos dados, através de mensagens de e-mails, outras tantas por telefonemas e algumas presenciais – quando nos encontrávamos em eventos destinados ao público da economia solidária. Infelizmente, todos os contatos resultaram em nada.

Tendo o tempo transcorrido e os prazos se apertando, a limitação de disponibilização dos dados exigiu uma reavaliação da estratégia metodológica inicial, com a adoção de alternativas que garantissem a continuidade da pesquisa sem comprometer os objetivos propostos.

Como alternativa, aproveitei a realização da Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em novembro de 2024, na cidade de Salvador, que contou com a presença de empreendedoras de diversos territórios. Nesse contexto, realizei uma busca ativa, de modo aleatório, identificando interlocutoras que cumprissem o critério de ser mulher negra atendida pelo Cesol. Foram conduzidas cinco entrevistas em profundidade, com a utilização de um roteiro semiestruturado, e aplicados 68 questionários de avaliação a integrantes dos empreendimentos ali presentes. Essa estratégia permitiu a obtenção de dados relevantes para a pesquisa, ainda que em condições distintas das originalmente planejadas.

Utilizar a Conferência como um espaço estratégico para identificar as interlocutoras permitiu ampliar territorialmente o alcance da pesquisa e oferecer uma amostra maior em termos de beneficiárias da política, ainda que sem a delimitação precisa do *locus* investigado.

A exclusão das organizações executoras e dos técnicos dos Centros Públicos de Economia Solidária foi motivada pela necessidade de evitar possíveis vieses, considerando que essas organizações atuam sob contratos com volumes significativos de recursos e que, mesmo em casos de não cumprimento de metas, o Estado, por atrasos nos repasses de parcelas, frequentemente assume responsabilidade solidária, buscando, assim, garantir maior independência na análise, focando em atores diretamente vinculados à formulação e aos impactos da política pública.

Inicialmente, a seleção das beneficiárias entrevistadas seria realizada de forma aleatória,

com base nas listas fornecidas pelos/as coordenadores/as dos Centros Públicos de Economia Solidária selecionados, sendo prevista a escolha de cinco beneficiárias por centro. No entanto, como já explicitado, devido à indisponibilidade de dados consolidados e à dificuldade de acesso às informações detalhadas, a seleção final ocorreu de maneira aleatória, sem considerar qual Cesol era responsável pelo atendimento a cada beneficiária. Essa adaptação metodológica foi necessária para viabilizar o levantamento de informações diretamente relacionadas à percepção e experiência das mulheres beneficiadas pela política pública.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados junto às beneficiárias: um roteiro de entrevista semiestruturada e um questionário de pesquisa. A combinação desses métodos possibilitou uma abordagem complementar, permitindo explorar tópicos de interesse em profundidade por meio das entrevistas, enquanto o questionário assegurou a coleta sistemática de informações alinhadas aos objetivos do estudo.

Para os/as gestores/as, optei pelo Grupo Focal, uma técnica com capacidade de coletar dados de maneira profunda e significativa. Ao reunir pessoas com experiências semelhantes, é possível entender como elas percebem os fenômenos sociais e interpretam questões específicas, permitindo compreender como as dinâmicas sociais influenciam as opiniões e atitudes dos participantes.

A condução da pesquisa empírica revelou a dinâmica dos acontecimentos no campo, o que demandou a adoção de estratégias e ferramentas metodológicas adicionais, não previstas inicialmente, para garantir o alcance dos objetivos propostos. Para a análise dos dados coletados, foi adotada a técnica de Análise de Conteúdo, reconhecida por sua capacidade de sistematizar e organizar informações qualitativas complexas e não estruturadas, tornando-as passíveis de mensuração e interpretação. A fundamentação metodológica foi ancorada na obra de Laurence Bardin (2020), cuja abordagem oferece subsídios teóricos e práticos para uma análise rigorosa e consistente dos dados obtidos.

4.5 Procedimentos metodológicos

A pesquisa realizou uma análise interseccional da política pública de economia solidária, incorporando as complexas e interligadas formas de opressão que afetam os/as sujeitos/as sociais, especialmente mulheres negras. Para alcançar esse objetivo, adotei uma abordagem metodológica que combina a revisão bibliográfica sistemática com métodos qualitativos, visando capturar as nuances e especificidades das experiências das interlocutoras.

A técnica de revisão bibliográfica sistemática foi utilizada como base para identificar e analisar a literatura existente sobre política pública de economia solidária e interseccionalidade. Esta abordagem permite a coleta, análise e síntese de evidências disponíveis em uma determinada área de estudo. A coleta da literatura foi realizada em três plataformas distintas: Anpad Spell²⁸, Portal Capes e Scielo. Essas plataformas foram escolhidas por sua relevância e abrangência na área de administração pública e estudos interdisciplinares. Com a reunião dos artigos e dissertações encontrados, busquei avaliar e interpretar de forma sistemática a literatura científica existente sobre política pública de economia solidária e interseccionalidade.

Os termos de pesquisa utilizados foram: “Política Pública”, “Economia Solidária” e “Interseccionalidade”, utilizando operadores booleanos (AND, OR e NOT) para refinar os resultados e garantir maior precisão e especificidade. Além disso, filtros relacionados ao tempo da publicação e ao campo de conhecimento foram aplicados para compor uma lista de resultados mais relevantes. A partir dessa lista, procedi com a leitura dos resumos dos artigos, teses e dissertações encontrados, verificando sua pertinência com a pesquisa. Na plataforma Anpad Spell, dos 16 resultados obtidos, apenas 1 demonstrou contribuições ao trabalho; no Portal Capes, foram 20 arquivos distribuídos em teses, dissertações e artigos e; no Scielo, 22 documentos foram selecionados para análise.

Além da revisão bibliográfica, foram utilizados como dados secundários os editais dos Cesols. A análise dos editais concentrou-se em verificar se as metas e os indicadores estabelecidos nesses documentos incorporavam dimensões de gênero e raça, buscando identificar se estas eram contempladas explicitamente nas diretrizes de seleção dos empreendimentos e nos critérios de monitoramento e avaliação do programa.

Houve ainda a tentativa de acessar o banco de dados cadastrais dos empreendimentos atendidos pelos Cesols, objetivando mapear e fazer o zoneamento geográfico desses empreendimentos, de modo a facilitar a identificação das mulheres negras que ocupam posições de liderança nos grupos produtivos. Contudo, como já informado, essa etapa analítica foi frustrada em função da indisponibilidade dos dados, em que pesem as sucessivas tentativas de acesso, seja via ofício à Sesol, formalizando a solicitação das informações, por e-mail, por

²⁸ A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) disponibiliza anualmente índices de citações e outras métricas sobre os periódicos inscritos em sua base SPELL. Publica, ainda, gratuitamente dois periódicos científicos, BAR e RAC, que articulam teoria e prática no campo dos negócios, administração pública e do terceiro setor, para avançar na compreensão de questões éticas e questões significativas de preocupação econômica, social, política, de diversidade, de responsabilidade, de governança e de sustentabilidade. O repositório e os periódicos promovem o livre acesso a professores, pesquisadores, estudantes, toda a comunidade acadêmica e demais interessados na produção técnico-científica brasileira e internacional.

telefone ou ainda em contato direto com dirigentes das Organizações Sociais e coordenadores dos Cesols definidos para a amostra.

As gestoras e gestores da Sesol, responsáveis pela elaboração dos editais que estruturam a política de economia solidária, foram identificados e convidados a contribuir com a pesquisa. A participação desses agentes foi fundamental para compreender os processos de formulação e implementação da política, bem como as diretrizes que orientam suas ações. Suas percepções e experiências ofereceram uma visão estratégica sobre os desafios e avanços na construção de iniciativas que buscam promover inclusão social e autonomia econômica, especialmente para segmentos historicamente vulnerabilizados, como é o caso das mulheres negras.

A pesquisa adotou métodos qualitativos para captar as vozes, experiências e saberes das interlocutoras pesquisadas. Inicialmente, foi escolhida a entrevista semiestruturada em profundidade para explorar de forma detalhada as vivências das mulheres negras envolvidas na economia solidária. Contudo, foi necessário incluir a aplicação de questionários, devido à indisponibilidade do banco de dados contendo informações sobre os empreendimentos, o que demandou a realização de busca ativa. O grupo focal foi utilizado como técnica de coleta de dados junto aos gestores e gestoras da Sesol.

Para a análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme detalhada por Laurence Bardin (2020). Essa metodologia, reconhecida na pesquisa qualitativa, respeita a natureza dos dados narrativos, permitindo uma imersão no conteúdo e no contexto das falas. Essa abordagem possibilita desvendar as camadas de significados presentes no *corpus* dos dados qualitativos, revelando nuances nas atitudes, comportamentos e experiências das participantes. Ademais, a análise de conteúdo foi essencial para integrar os diferentes eixos de opressão, permitindo compreender como as categorias de raça, gênero e classe interagem e se influenciam mutuamente nas trajetórias das mulheres pesquisadas.

A triangulação de métodos permitiu a coleta de dados diversificados, por meio de questionário com questões fechadas, entrevista semiestruturada e grupo focal. Durante a etapa de pré-análise, os dados foram organizados, tabulados e transcritos inteiramente, preservando a integridade do conteúdo. Em seguida, realizou-se uma leitura flutuante do material, permitindo uma aproximação inicial com os textos e a identificação de padrões preliminares. Na fase de exploração das entrevistas e grupo focal, os dados foram fragmentados em unidades de registro relevantes – palavras, frases ou trechos diretamente relacionados ao objetivo da pesquisa. A exploração do material constituiu uma etapa central, onde o *corpus* de dados, os trechos das falas foram codificados e agrupados em categorias maiores com base em similaridades temáticas. Algumas categorias foram definidas *a priori*, como *autonomia das mulheres negras*

e abordagem interseccional nas políticas públicas, enquanto outras emergiram a posteriori, como limitações estruturais e institucionais e impactos da pandemia de Covid-19.

A metodologia qualitativa mostrou-se adequada para sistematizar e interpretar os significados presentes nos discursos dos participantes. Essa abordagem valorizou a profundidade dos dados narrativos, proporcionando uma compreensão ampliada do contexto e das experiências relatadas pelas participantes. O processo analítico revelou camadas de significados presentes nos depoimentos, permitindo uma leitura crítica das atitudes, comportamentos e vivências das mulheres negras no contexto da economia solidária. A metodologia foi particularmente relevante para compreender as interseções entre raça, gênero e classe, destacando como essas categorias estruturam e influenciam as trajetórias dessas mulheres, fortalecendo os resultados.

Ao longo de toda a pesquisa, adotei uma postura reflexiva e crítica, reconhecendo minhas próprias posições e preconceitos, que, inevitavelmente, poderiam influenciar na coleta e na interpretação dos dados. Essa reflexividade foi essencial para garantir a validade e a ética da investigação, permitindo que as vozes das interlocutoras fossem ouvidas com o devido respeito e autenticidade. A combinação entre revisão bibliográfica sistemática, análise de dados secundários e métodos qualitativos, guiada por uma abordagem interseccional, permitiu construir um entendimento detalhado e contextualizado das questões investigadas. Esse conhecimento oferece elementos concretos para repensar e aprimorar a política pública em estudo, buscando respostas mais alinhadas às realidades e necessidades específicas das mulheres negras atendidas pelo Cesol.

4.5.1 Análise dos editais do Cesol

Para realizar a análise da política pública dos Centros Públicos de Economia Solidária, foi utilizada a abordagem teórica do Pentágono de Políticas Públicas, conforme delineado por Lascoumes e Le Galès (2012). Essa metodologia foi escolhida por sua capacidade de estruturar avaliações em cinco dimensões interrelacionadas: atores, representações, instituições, processos e resultados, permitindo uma observação crítica do instrumento estudado.

A análise foi realizada com base nos editais de chamamento público que regem a gestão dos Cesols entre 2012 e 2020. Esses documentos foram selecionados por possibilitarem uma visão detalhada das diretrizes operacionais, metas e estratégias da política pública e por explicitar os papéis atribuídos aos diferentes atores envolvidos. A escolha dos editais como

fonte principal deve-se à sua natureza pública e institucional, assegurando a legitimidade das informações analisadas.

Para cada dimensão do Pentágono, foram realizadas as seguintes etapas:

1. Atores: identificação dos sujeitos envolvidos na política pública, como a Sesol, as organizações sociais gestoras e os empreendimentos solidários beneficiados. A análise buscou compreender a diversidade e a interação entre esses atores, considerando suas responsabilidades e o grau de inclusão social promovido;
2. Representações: exame dos valores e princípios subjacentes à política, expressos nos editais. Foi analisado como os conceitos de economia solidária, gênero e raça são articulados e operacionalizados nas ações propostas;
3. Instituições: avaliação das normas e estruturas institucionais que sustentam a política, com foco nas diretrizes regulamentadas pela Lei Estadual 8.647/2003 e nos contratos de gestão. O objetivo foi identificar as condições institucionais que favorecem ou limitam a implementação da política;
4. Processos: investigação das práticas e fluxos de trabalho descritos nos editais, incluindo a prestação de assistência técnica, capacitação e comercialização em rede. A análise considerou a coerência e eficácia desses processos na promoção dos objetivos da política;
5. Resultados: análise das metas e indicadores apresentados nos editais, com especial atenção para os impactos sociais, econômicos e políticos esperados. Essa etapa também buscou identificar lacunas entre os objetivos declarados e os resultados previstos.

A análise considerou as limitações das informações documentais e a ausência de dados primários complementares. Embora os editais ofereçam uma visão consolidada das intenções e metas da política pública, a falta de uma abordagem interseccional explícita foi identificada como uma lacuna relevante. Essa ausência pode restringir a capacidade dos Cesols de atender plenamente às demandas de grupos historicamente minorizados, como as mulheres negras.

A aplicação do Pentágono de Políticas Públicas possibilitou a interpretação dos dados coletados, permitindo identificar os elementos estruturantes e operacionais que impactam a eficácia da política pública dos Cesols. Os resultados dessa análise serão detalhados na seção “Análise das políticas dos Centros Públicos de Economia Solidária à luz do Pentágono de Políticas Públicas” (item 5.1.2), com ênfase nos avanços alcançados e nos aspectos que necessitam de aprimoramento.

4.5.2 Critérios e processos de seleção da amostra

As primeiras pessoas pesquisadas foram as/os gestoras/es públicas/os da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo, que possui quatro coordenações, mas para este estudo foram convidados/as para o grupo focal apenas os gestores e gestoras que participaram da elaboração dos editais de 2012 a 2022. Foram incluídos cinco gestores/as, destes, dois optaram por manter seus nomes preservados, sendo elas/es: Madacarú, Lara Sousa Matos, Xique-Xique, Efsom Lima e Albene Piau. Um/a destes/as optou por não participar do grupo focal, mas participar da entrevistada separadamente.

Para alcançar a análise final dos achados do grupo focal, o primeiro passo consistiu no planejamento em que foram definidos objetivos claros para compreender as percepções desse grupo sobre as políticas de economia solidária, com especial atenção à inclusão de mulheres negras. O grupo focal, realizado no dia 17 de agosto de 2024, reuniu gestores da política pública de economia solidária, parte essencial da pesquisa. A sessão, que durou duas horas, começou com a explicação dos procedimentos e a confirmação de que todos haviam assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Meu objetivo era discutir a política pública de economia solidária, explorando especialmente se ela tem contribuído para a autonomia econômica e política das mulheres negras.

Durante o encontro, deixei evidenciado que minha intenção era ouvir suas experiências e percepções, permitindo uma análise mais acurada sobre a política pública. As gestoras e gestores compartilharam suas reflexões sobre o impacto da política, discutindo como as questões de gênero e raça foram integradas (ou deixadas de lado) nas práticas e decisões políticas. Após esse momento, organizei as categorias preliminares de análise baseadas, também, no referencial teórico.

Em seguida, foi realizada a transcrição literal dos diálogos, garantindo a fidelidade aos dados coletados. Após, deu-se início à pré-análise, em que foram realizadas leituras flutuantes das transcrições para identificar temas recorrentes. Nesse processo, as informações foram organizadas em tópicos, como: impacto das políticas, desafios institucionais, percepções sobre gênero e raça, e oportunidades identificadas.

A codificação foi a etapa seguinte, em que trechos relevantes das transcrições foram classificados conforme categorias previamente estabelecidas. Essas categorias, elaboradas com base nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico, permitiram a organização dos dados em dimensões temáticas, como inclusão racial, desigualdades de gênero e eficácia das políticas públicas. A análise temática foi realizada, identificando padrões, contradições e conexões entre

as falas dos gestores. Esse passo foi enriquecido pelo diálogo com a literatura acadêmica e conceitos teóricos, como interseccionalidade e teoria da ação pública. A interpretação dos dados destacou as contradições e as potencialidades das políticas públicas.

Para a apresentação dos achados, as categorias finais foram consolidadas, e a análise foi redigida com uma linguagem objetiva e interpretativa. Citações diretas das falas dos/as participantes foram utilizadas para ilustrar os principais pontos, garantindo que as vozes dos/as gestores/as fossem representadas com precisão. Por fim, a análise foi revisada criticamente, assegurando que as etapas foram seguidas de forma ética e rigorosa, e os dados foram integrados de maneira coesa ao documento final.

Esse processo metodológico permitiu uma compreensão aprofundada e crítica dos resultados do grupo focal, contribuindo para a análise das lacunas e potencialidades das políticas de economia solidária.

O encontro com o/a gestor/a que optou pela entrevista ocorreu no dia 28 de agosto de 2024, em um café. O espaço oferecia as condições necessárias para a realização e gravação da entrevista. As questões mobilizadoras, do que se tornou um “bate-papo”, foram as mesmas utilizadas no grupo focal, com a finalidade de manter a abordagem dos mesmos temas e posterior análise alinhada.

4.5.3 As interlocutoras

Para a escuta das interlocutoras dos empreendimentos econômicos solidários atendidos pelo Cesol, foi necessário fazer o levantamento dos equipamentos em funcionamento, de modo a compreender a disposição espacial destes em termos territoriais e posterior definição do recorte da amostra. Quanto a essa distribuição, cabe informar que os equipamentos foram implantados de forma progressiva, sendo que no período de execução da presente investigação havia 15 Cesols em funcionamento, abrangendo 15 Territórios de Identidade, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 – Cesol e seus Territórios de Identidade

	CIDADE SEDE DO CESOL (TERRITÓRIO)	ENDEREÇO	CONTATO DA SEDE	INSTAGRAM
1	SALVADOR Cesol RMS 1 – Salvador	Rua Engenheiro Milton Oliveira 208 Barra	(71) 3023-0785	@cesol_salvador
2	CRUZ DAS ALMAS Cesol Recôncavo	Rua Ruy Barbosa, 710, Centro Rua dos Professores UFRB- Cruz das Almas, CEP 44.380-000	(75) 3221-8723	@cesolreconcavo
3	GUANAMBI Cesol Sertão Produtivo	Rua 1º de Maio, 133	(77) 3452-1676	@cesolsertaoprodutivo

4	ITABUNA Cesol Litoral Sul	Avenida Marquês de Pombal, 223, Santo Antônio, Itabuna/Ba	(73) 3027-0445	@cesollitoralsul
5	PINTADAS Cesol Bacia do Jacuípe	Praça 2 de Julho, 462, Centro	(75) 3693-2129 (75) 3693-2209	@cesolbaciadojacuipe
6	JUAZEIRO Cesol Sertão São Francisco	Rua Canafistol, a 148, Centenário Juazeiro-Ba, CEP 48.904-215	(74) 3611-3635 (74) 98861-0920	@cesolssf
7	IRECÊ Cesol Irecê	Rua Américo Terencio Dourado, 4	(74) 3642-2478	@cesolcomvidaterritorioirece
8	MONTE SANTO Cesol Piemonte Norte do Itapicuru	Rua Hécio Cardoso de Matos, 75, Centro - Monte Santo, CEP 48.800- 000	(75) 3275-1884	@montesaboress
9	NILO PEÇANHA Cesol Baixo Sul	Trevo de Cairú, BA-001, CEP 45.440-000	(73) 99803 – 3343	@cesol.baixosul
10	SERRINHA Cesol Portal do Sertão e Sisal	Rodovia BR 116 , s/n, Sítio Alagoinhas, Serrinha	(75) 3261 2099	@cesolportalsisal
11	LAURO DE FREITAS Cesol RMS 2 – Lauro de Freitas	Primeira Travessa Edvaldo da Silva Bispo, s/nº, Centro, CEP 42703-070,		@cesolrms2lauro
12	VITÓRIA DA CONQUISTA Cesol Sudoeste e Itapetinga	Rua Santos Dumont, 47, São Vicente Vitória da Conquista	(77) 3421-5889	@cesolsudoesteitapetinga
13	Cesol Costa do Descobrimento e Extremo Sul	Rua Avenida Portugal, 224, Porto Seguro – BA	(73) 98870-1328	@cesolcdes
14	Cesol Piemonte da Diamantina	Praça Luiz Viana Filho, 118, 2º andar, Centro, Senhor do Bonfim	(74) 35413682	@cesolpiemontedadiamantina
15	Lençóis – Chapada Diamantina	R. das Pedras, 13 - Centro, Lençóis - BA, CEP 46960-000	(71) 98162-0014	@cesol.chapadadiamantina

Fonte: Editais de contratação das Organizações Sociais – 2012 a 2021. Elaboração própria.

O plano inicial da pesquisa previa a seleção de quatro Cesols, com base em critérios de diversidade territorial, tempo de funcionamento e representatividade dos empreendimentos atendidos. A amostra seria composta por 20 empreendimentos, contemplando variáveis como tipologia de produção, localização (urbana ou rural) e composição social. Seriam realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres representantes dos empreendimentos e a aplicação de questionários a um conjunto mais amplo de participantes. Essa abordagem buscava capturar as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras na economia solidária, conforme defendido por Collins (2019) e Carneiro (2023) em suas reflexões sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica.

Entretanto, como já explicitado, apesar das reiteradas tentativas de acesso às bases de dados necessárias, incluindo envio de ofícios formais e contatos com os coordenadores, apenas o Cesol de Pintadas forneceu informações, de maneira limitada, sobre cinco grupos. Isso inviabilizou a aplicação do plano inicial e demandou uma reformulação metodológica.

Assim, com base nas limitações impostas pela ausência de dados consolidados, foi adotada uma abordagem alternativa, que conciliou a aplicação de instrumentos presenciais em eventos estratégicos promovidos pela Sesol e o uso de ferramentas digitais. A reformulação contemplou as seguintes etapas:

Entrevistas semiestruturadas: durante a Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em Salvador, em novembro de 2024, foram selecionadas, de forma aleatória, cinco mulheres para entrevistas em profundidade. O roteiro, elaborado a partir de categorias analíticas, como autonomia econômica e desafios interseccionais, permitiu a coleta de dados qualitativos profundos sobre as vivências dessas mulheres.

Aplicação de questionários ocorreu em três momentos distintos:

1. Na Conferência Estadual de Economia Solidária foram aplicados 30 questionários presencialmente;
2. Por envio digital: um link foi enviado às técnicas da Setre, que repassaram às mulheres atendidas pelos Cesols, resultando em 30 respostas;
3. Na Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária, ocorrida em Salvador, em dezembro de 2024, foram aplicados 8 questionários de maneira presencial.

Os questionários incluíram perguntas sobre perfil socioeconômico, avaliação dos impactos das políticas públicas e barreiras enfrentadas. A metodologia quantitativa seguiu orientações da literatura sobre amostragem por conveniência, como discutido por Oliveira (2001), que a considera adequada em pesquisas exploratórias e em situações de difícil acesso aos participantes.

A adaptação metodológica evidenciou a flexibilidade e resiliência diante dos desafios impostos pela indisponibilidade de dados institucionais, o que limitou o acesso a informações fundamentais para a representatividade da amostra. Essa restrição, que contraria os princípios da transparência previstos pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)²⁹, também expõe uma contradição com os valores declarados pela economia solidária, que preza pela democratização do acesso e pela gestão compartilhada. Essa barreira dificultou o mapeamento preciso dos empreendimentos liderados por mulheres negras e apontou fragilidades na articulação entre os atores responsáveis pela política e o cumprimento de normas que asseguram o acesso público a informações, além de dificultar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas por parte da sociedade civil, o que compromete o controle social.

É importante destacar que tanto as mulheres que responderam ao questionário quanto aquelas que participaram das entrevistas em profundidade estavam presentes na Conferência Estadual de Economia Solidária. Isso indica que se tratam, em alguma medida, de mulheres com inserção ativa em seus grupos e redes, com capacidade de articulação e reconhecimento

²⁹ Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal

em seus territórios. Tal recorte não compromete a validade da pesquisa, mas demanda uma leitura atenta quanto às posições que essas mulheres ocupam no campo da economia solidária. A escuta dessas vozes, portanto, não representa o conjunto total de mulheres negras envolvidas com empreendimentos solidários, um segmento que, por sua atuação política, tem condições de explicitar desafios, contradições e potencialidades da política pública de forma qualificada.

A triangulação de métodos – combinando entrevistas, questionários presenciais e digitais – tornou-se essencial para contornar esses limites, possibilitando uma compreensão mais ampla das vivências das mulheres negras na economia solidária. Essa estratégia, embora eficaz, reforça a necessidade de que políticas públicas implementadas sejam sustentadas por sistemas de informação acessíveis e confiáveis, capazes de subsidiar análises consistentes e representativas. Políticas públicas, especialmente aquelas fundamentadas em princípios de inclusão e justiça social, só podem alcançar seus objetivos plenos se operarem em consonância com práticas que garantam a transparência e o acesso a dados relevantes por parte da sociedade.

Contudo, a análise dos dados coletados permitiu explorar de forma crítica as dimensões interseccionais das experiências dessas mulheres, destacando como raça, gênero e classe se entrelaçam em suas trajetórias. Além disso, meu envolvimento histórico na formulação da política de economia solidária ofereceu uma perspectiva única, permitindo uma avaliação mais aprofundada, tanto dos avanços quanto das lacunas existentes. Esse olhar integrado contribuiu, ainda, para aprofundar o debate interseccional, evidenciando como as articulações entre raça, gênero, classe e outras intersecções podem ser melhor compreendidas e incorporadas na formulação e execução de políticas públicas, reforçando a importância de princípios como transparência e participação democrática.

4.5.4 Análise de conteúdo na investigação sobre interseccionalidade nas políticas públicas de economia solidária

A presente pesquisa adota a técnica de análise de conteúdo como abordagem fundamental para investigar as complexidades subjacentes às percepções relacionadas à equidade de gênero e raça nas políticas de economia solidária. A escolha é respaldada por sua eficácia na análise, categorização e interpretação do conteúdo expresso nas respostas dos/as entrevistados/as, proporcionando, assim, uma compreensão aprofundada do fenômeno em estudo.

Seu escopo está centrado nas políticas públicas de economia solidária, com ênfase específica nas experiências e perspectivas de gestores/as e empreendedoras. A equidade de

gênero e raça atua como uma lente analítica crucial, visando a compreensão da consideração dessas dimensões no desenvolvimento e implementação dessas políticas.

A coleta de dados foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas, conforme delineado nos roteiros previamente elaborados, que foram realizadas com gestores/as de políticas públicas e empreendedoras de economia solidária, visando capturar suas visões, experiências e opiniões relacionadas à equidade de gênero e raça.

A transcrição das entrevistas foi realizada de maneira fidedigna, preservando nuances presentes nas respostas dos/as participantes. Os dados foram organizados em categorias temáticas, estabelecidas a partir das questões-chave, destacando elementos pertinentes sobre raça, gênero e políticas públicas de economia solidária.

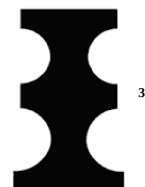
A codificação dos dados empregou técnicas abertas, identificando unidades significativas e evidenciando padrões e temas emergentes. As categorias relacionadas a raça e gênero foram particularmente destacadas, possibilitando uma análise aprofundada desses elementos.

Assim, a análise de conteúdo foi conduzida de maneira sistemática, buscando compreender os significados subjacentes nos discursos e identificar relações entre as categorias. A triangulação dos dados, provenientes de diversos entrevistados/as, contribuiu para uma visão abrangente e diversificada.

Todos os princípios éticos, incluindo consentimento informado e confidencialidade, foram estritamente seguidos. A sensibilidade em relação às questões de gênero e raça foi prioritária, assegurando que as participantes se sentissem respeitadas e seguras ao compartilhar suas experiências.

Os resultados estão apresentados nos Capítulos V e VI, respectivamente “Economia solidária e mulheres negras” e “Abrindo as cidades”, destacando descobertas significativas, padrões identificados e conclusões relevantes. A discussão está centrada nas implicações práticas e nas recomendações para aprimorar a política aqui estudada. A utilização da análise de conteúdo visou, portanto, não apenas descrever, mas interpretar significados, contribuindo para uma compreensão mais profunda das relações entre gênero, raça e políticas públicas de economia solidária.

5 ECONOMIA SOLIDÁRIA E MULHERES NEGRAS



*Mulheres negras, mulheres negras
Que trazem dentro de si o poder ancestral
Mulheres negras, mulheres negras
Que carregam na pele a força imortal.*

Luedji Luna

5.1 (Re)Conhecendo o locus

5.1.1 Centros Públicos de Economia Solidária: implementação e funcionamento

Os Centros Públicos de Economia Solidária são equipamentos públicos, implantados pelo Estado da Bahia, através da Sesol. Enquanto política pública, a sua primeira versão, execução direta do Estado, foi inaugurada em 2008, tendo como sede um casarão de cinco andares no bairro do Comércio, Centro Histórico de Salvador. Como citado, o Cesol surge da relação da Sesol com o Fórum Baiano de Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária. Após cinco anos de execução de forma direta e, tendo as limitações apresentadas em termos de: contratação de pessoal, manutenção de espaço físico, aquisição de veículo, entre outras, a coordenação responsável pela política optou pelo modelo de gestão utilizado pela Secretaria Estadual de Saúde (SESAB) para a manutenção dos hospitais públicos – o Contrato de Gestão.

Nessa nova modalidade, os Cesols passam a ser implantados e geridos por Organizações Sociais, que, por meio de chamamento público, são selecionadas. O arranjo institucional lastreado na Lei Estadual 8.647/2003³¹ de Organizações Sociais permite maior difusão da política, sem que o Estado perca a gestão desta, uma vez que as metas, valores e prazos de execução são definidos pelo contratante, bem como a metodologia de funcionamento e atendimento ao público beneficiário, neste caso, os grupos associativos produtivos.

³⁰ *Dono Ntoaso*: dois tambores falantes de tensão unidos. É um símbolo da ação unida, alerta e boa vontade.

³¹ Lei que dispõe sobre o Programa Estadual de Organizações Sociais, que tem o objetivo fomentar a absorção, pelas Organizações Sociais, constituídas na forma desta Lei, de atividades e serviços de interesse público atinentes ao ensino institucional, à proteção e preservação do meio ambiente, bem como à saúde, ao trabalho, à ação social, à cultura e ao desporto e à agropecuária.

O chamamento público para execução dos serviços destaca a missão dos Centros Públicos de Economia Solidária como entidades que visam objetivos mais amplos do que a lógica de mercado, com foco na equidade social e na inclusão produtiva de segmentos da população tradicionalmente marginalizados:

O Cesol, pela vocação seminal de abranger objetivos mais ampliados do que os proclamados pela lógica de mercado, aborda a economia solidária em uma perspectiva de equidade social, para além da acumulação de riquezas e do lucro per si. E reconhece que inserir essa parcela da população nas rotinas de produção, esta que se pretende igualitária e participativa, mas que condições competitivas e exploratórias do mercado convencional, somente é possível a partir de metodologias que despertem habilidades e competências que atendam essa diversidade (DAGNINO, 2009). Independente do volume do patrimônio e do resultado econômico ferramentas apropriadas que auxiliem no planejamento dos dirigentes administrativos e alicercem as decisões (Edital 002/2020).

O mesmo documento também expressa algumas especificidades dos serviços prestados pelos Cesols, quais sejam:

1) amplia o olhar sobre o mundo do trabalho, escapando do viés do emprego, do trabalho de carteira assinada; 2) investe esforços de fortalecimento de perfil de empreendimento que não é arraigado na cultura; 3) propõe-se a entrincheirar a bandeira de um novo modelo de desenvolvimento de sociedade; 4) revisa a condição tradicional da gestão, pautada em hierarquia, lucratividade; 5) difunde pedagogia(s) da produção associada (qual reside dimensão formativa e social na organização econômica, a qual implica uma racionalidade de tipo diferente do modelo econômico dominante (Edital 002/2020).

O texto do edital sugere que os Cesols assumam uma abordagem moderna, no que se refere às relações de trabalho, com uma visão expandida, e que reconheça e valorize diversas formas de trabalho, além do emprego formal. Sua metodologia tende a fortalecer empreendimentos que se opõem às normas econômicas, promovendo um desenvolvimento social e econômico mais sustentável e equitativo. Isso inclui a revisão das práticas de gestão tradicionais, favorecendo estruturas mais horizontais e participativas, e a difusão de pedagogias que enfatizam a produção colaborativa e associativa, oferecendo uma alternativa ao modelo econômico competitivo dominante.

No que tange às metas, observa-se que os contratos que iniciaram a execução desde o primeiro edital sofreram alterações nos compromissos pactuados, tendo sido descontinuada: assistência técnica socioprodutiva; assistência técnica específica; orientação de acesso ao

crédito; assistência técnica em comercialização e; monitoramento da assistência socioprodutiva. Conforme quadro a seguir:

Quadro 6 – Editais e metas

Edital 009/2012		Edital 003/2013		Edital 006/2018		Edital 002/2020	
Meta maior - Incremento de 10% da renda produtiva familiar		Meta maior - Incremento de 10% da renda produtiva familiar		Meta maior – comercialização em rede			
Serviço	Indicadores	Serviço	Indicadores	Serviço	Indicadores	Serviço	Indicadores
Instalação do Cesol	CENTRO PÚBLICO em condições físicas de funcionamento	Instalação do Cesol	CENTRO PÚBLICO em condições físicas de funcionamento	Prestar assistência técnica com vistas a levantar potencialidades e oportunidades de mercados para os empreendimentos atendidos pelo Cesol	Relatório com estudo do território sobre vocações, segmentos, cadeias produtivas, potencialidades econômicas, Políticas Públicas ligadas ao desenvolvimento territorial e atividades com maior oportunidade de atuação para o EES existente; Relatório com estudo de redes de cooperação e intercooperação solidária existentes no território.	Prestar assistência técnica com vistas a levantar potencialidades e oportunidades de mercados para os empreendimentos atendidos pelo Cesol	Relatório com estudo do território sobre vocações, segmentos, cadeias produtivas, potencialidades econômicas, políticas públicas ligadas ao desenvolvimento territorial e atividades com maior oportunidade de atuação para o EES existente; Relatório com estudo de redes de cooperação e intercooperação solidária existentes no território.
Processos de trabalho implantado	Processos de trabalho em condições de operação	Processos de trabalho implantado	Processos de trabalho em condições de operação	Prestar assistência técnica com vistas a melhorar as condições de gestão e gerenciamento do EES	Empreendimentos da carteira do Cesol com Plano de Ação elaborado	Prestar assistência técnica com vistas a melhorar as condições de gestão e gerenciamento do EES	Empreendimentos da carteira do Cesol com Plano de Ação elaborado
Diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo local/territorial	Diagnósticos do contexto realizados	Diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo local/territorial	Diagnósticos do contexto realizados	Prestar assistência técnica para a comercialização de produtos dos empreendimentos atendidos pelo Cesol	Empreendimentos com produtos inseridos em mercados convencionais; Empreendimentos com no mínimo 02 aspectos do produto melhorado; Plano de Marketing para os produtos e serviços da Rede de Comercialização dos EES atendidos pelo Cesol;	Prestar assistência técnica para a comercialização de produtos dos empreendimentos atendidos pelo Cesol	Empreendimentos com produtos inseridos em mercados convencionais; Empreendimentos com no mínimo 02 aspectos do produto melhorado; Plano de Marketing para os produtos e serviços da Rede de Comercialização dos EES atendidos pelo Cesol; Peças de comunicação e propaganda

					Peças de comunicação e propaganda desenvolvidas e veiculadas.		desenvolvidas e veiculadas.
Oficinas Temáticas (Sensibilização)	8 Oficinas Temáticas (Sensibilização) realizadas	Oficinas Temáticas (Sensibilização)	8 Oficinas Temáticas (Sensibilização) realizadas	Prestar assistência técnica para aumentar a capacidade de integração, cooperação e intercooperação dos empreendimentos atendidos pelo Cesol	Empreendimentos inseridos em redes de comercialização. Cooperativas Centrais (de 2º grau) constituídas com fins de comercialização Constituição de Fundos Rotativos Solidários criados com participação dos EES atendidos pelo Cesol; Empreendimentos inseridos nas Lojas fomentadas e apoiadas pelos Centros Públicos de Economia Solidária; Eventos de estímulo ao consumo responsável.	Prestar assistência técnica para aumentar a capacidade de integração, cooperação e intercooperação dos empreendimentos atendidos pelo Cesol	Empreendimentos inseridos em redes de comercialização. Cooperativas Centrais (de 2º grau) constituídas com fins de comercialização; Constituição de Fundos Rotativos Solidários criados com participação dos EES atendidos pelo Cesol; Empreendimentos inseridos nas Lojas fomentadas e apoiadas pelos Centros Públicos de Economia Solidária; Eventos de estímulo ao consumo responsável.
Estudo Viabilidade Econômica – EVE	126 Estudos de viabilidade econômica realizados	Estudo Viabilidade Econômica – EVE	126 Estudos de viabilidade econômica realizados	Monitorar a assistência técnica socioproductiva	Empreendimentos com informações atualizadas; Famílias com informações atualizadas	Monitorar a assistência técnica socioproductiva	Empreendimentos com informações atualizadas; Famílias com informações atualizadas
Assistência técnica gerencial. Prover acesso a ativos produtivos	108 Empreendimentos associativos com assistência gerencial	Assistência técnica gerencial. Prover acesso a ativos produtivos	108 Empreendimentos associativos com assistência gerencial	Instalação Física do Centro Público de Economia Solidária – Cesol	Centro Público de Economia Solidária em condições físicas de funcionamento.	Instalação Física do Centro Público de Economia Solidária – Cesol	Centro Público de Economia Solidária em condições físicas de funcionamento.
Assistência técnica socioproductiva	108 Empreendimentos assistidos pela assistência socioproductiva	Assistência técnica socioproductiva	108 Empreendimentos assistidos pela assistência socioproductiva	N/A	N/A	N/A	N/A
Assistência técnica específica	108 Empreendimentos capacitados	Assistência técnica específica	108 Empreendimentos capacitados	N/A	N/A	N/A	N/A

Orientação de acesso ao crédito	72 Empreendimentos orientados para acesso ao crédito. 72 Empreendimentos encaminhados para as agências de microcrédito 72 Empreendimentos que acessaram microcrédito	Orientação de acesso ao crédito	Meta condicionada ao interesse do empreendimento	N/A	N/A	N/A	N/A
Assistência técnica em comercialização	108 Empreendimentos assistidos pela assistência em comercialização	Assistência técnica em comercialização	108 Empreendimentos assistidos pela assistência em comercialização	N/A	N/A	N/A	N/A
Monitoramento da Assistência Socioproductiva	108 Empreendimentos e famílias com informações atualizadas	Monitoramento da Assistência Socioproductiva	108 Empreendimentos e famílias com informações atualizadas	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: Editais de chamada pública para seleção de organização social para gestão de Centros Públicos de Economia Solidária lançados de 2012 a 2022. Elaboração própria.

A análise dos editais dos Centros Públicos de Economia Solidária revela uma evolução nas metas, serviços e indicadores ao longo dos anos, refletindo mudanças nas prioridades e abordagens das políticas públicas de economia solidária. No entanto, ao observar melhor essas mudanças, percebe-se que a abordagem interseccional não foi incorporada nos editais, mas poderia ter sido utilizada para tratar de maneira mais efetiva as necessidades diversas das diferentes populações atendidas.

Os editais de 2012 e 2013 focaram na instalação do Cesol e na garantia de condições físicas adequadas para o funcionamento dos centros, com metas de incrementar em 10% a renda produtiva familiar. Embora esses serviços tenham melhorado a infraestrutura e fornecido uma base sólida de dados sobre os contextos locais, a análise interseccional sugere que essas ações podem não ter considerado suficientemente as diversas formas de opressões enfrentadas por diferentes grupos sociais, como mulheres, pessoas negras e comunidades rurais. A interseccionalidade teria permitido uma análise mais detalhada das necessidades específicas dessas populações, resultando em políticas mais inclusivas.

Com o edital de 2018, houve uma mudança de foco para a comercialização em rede, refletindo uma nova prioridade na integração dos empreendimentos solidários em mercados

maiores e mais estruturados. A prestação de assistência técnica para levantar potencialidades e oportunidades de mercado, melhorar as condições de gestão e gerenciamento, e comercializar produtos dos empreendimentos tornou-se central. No entanto, a utilização da abordagem interseccional, mais uma vez, poderia ter identificado que a ênfase na comercialização em rede e nos aspectos de *marketing*, embora positiva, pode ter criado barreiras adicionais para empreendimentos liderados por grupos constituídos por pessoas demarcadas por atravessamentos sócio-históricos que determinam suas posições fragilizadas na sociedade, a exemplo das mulheres negras, que enfrentam desafios estruturais ao tentar se integrar em mercados convencionais. Políticas que levassem em conta essas interseções poderiam ter mitigado tais barreiras e promovido uma inclusão mais ampla.

O edital de 2020 manteve a meta de comercialização em rede, com serviços focados na prestação de assistência técnica para o levantamento de potencialidades de mercado, a melhoria da gestão e a comercialização de produtos, além de monitoramento contínuo da assistência técnica socioprodutiva. A consistência nas metas e serviços leva à consolidação de práticas e ao fortalecimento das redes de comercialização, mas a abordagem interseccional poderia ter revelado uma falta de inovação ou adaptação às novas demandas emergentes do mercado e da sociedade, especialmente aquelas que se relacionam com a estética, a cultura e o modo de produção de mulheres negras. A dependência de assistência técnica e monitoramento constante sugere uma necessidade de maior capacitação interna dos empreendimentos, algo que poderia ser melhor abordado com uma análise interseccional das barreiras específicas enfrentadas pelas mulheres negras atendidas pela política.

Quadro 7 – Síntese Análise Interseccional dos Editais dos Cesols

Período	Foco dos Editais	Limitações (sem interseccionalidade)	Como a interseccionalidade poderia ter contribuído
2012-2013	Instalação dos Cesols; infraestrutura; +10% renda familiar.	Não considerou opressões cruzadas (gênero, raça, território).	Análise das necessidades específicas de mulheres negras, rurais etc., com metas inclusivas.
2018	Comercialização em rede; assistência técnica (gestão e mercado).	Barreiras para grupos marginalizados (ex.: mulheres negras no mercado formal).	Identificação de obstáculos estruturais e políticas de acesso adaptadas.
2020	Consolidação das redes; monitoramento contínuo.	Falta de inovação para demandas emergentes (cultura, estética, produção de mulheres negras).	Indicadores direcionados a grupos interseccionais e capacitação interna.

Fonte: Editais de chamada pública para seleção de organização social para gestão de Centros Públicos de Economia Solidária lançados de 2012 a 2022. Elaboração própria.

A utilização da interseccionalidade na elaboração dos editais dos Cesols teria contribuído para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e exclusão presentes nas políticas públicas de economia solidária, que recaem de forma particular sobre as mulheres negras. Além disso, a interseccionalidade permitiria entender que essas mulheres estão na base da pirâmide social, enfrentando barreiras que as colocam em posições de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Ao identificar essas lacunas, os/as gestores/as podem usar da interseccionalidade para formular políticas de economia solidária mais sensíveis às questões das mulheres negras. Além disso, a interseccionalidade pode orientar a criação de indicadores que mensurem os resultados de forma mais direcionada e inclusiva, beneficiando todos os empreendimentos.

5.1.2 Análise das políticas dos Centros Públicos de Economia Solidária à luz do Pentágono de Políticas Públicas

Os Centros Públicos de Economia Solidária, implementados pelo Estado da Bahia por meio da Sesol, representam uma política pública que busca alinhar os princípios da economia solidária à inclusão produtiva e ao fortalecimento de empreendimentos locais. Os editais que regem a gestão dos Cesols constituem uma base importante para avaliar essa política pública. Utilizando o modelo do Pentágono de Políticas Públicas, composto pelas dimensões de atores, representações, instituições, processos e resultados, foi possível realizar uma análise abrangente e crítica, explorando tanto os avanços quanto as lacunas dessa política.

No que tange aos atores, os editais evidenciam a articulação entre o poder público, representado pela Sesol, e as organizações sociais contratadas por meio de chamamento público para gerir os Cesols. Esses atores desempenham papéis complementares: o Estado define metas, valores e prazos de execução, enquanto as organizações sociais operacionalizam as ações, atendendo aos empreendimentos solidários. Além disso, os grupos produtivos beneficiados, como associações e cooperativas, figuram como atores fundamentais, cujas demandas e necessidades devem orientar as práticas desenvolvidas. No entanto, embora o modelo promova a descentralização, a análise dos editais não revela estratégias explícitas para incluir populações historicamente marginalizadas, como mulheres negras e comunidades quilombolas, nos processos de decisão e gestão. Essa lacuna aponta para a necessidade de uma maior diversificação e empoderamento dos atores envolvidos, de forma que a pluralidade social esteja refletida na governança dos Cesols.

Já as representações presentes nos editais refletem os valores centrais da economia solidária, destacando a equidade social, a sustentabilidade e o estímulo à produção coletiva como contrapontos à lógica tradicional de mercado. Tais representações são reforçadas pelo objetivo declarado de ampliar o olhar sobre o mundo do trabalho, valorizando atividades econômicas não restritas ao emprego formal. Por exemplo, o Edital 002/2020 enfatiza a adoção de pedagogias associativas e a superação de modelos hierárquicos de gestão. No entanto, a ausência de uma abordagem interseccional compromete a efetivação desses valores, uma vez que não são detalhadas estratégias para abordar as desigualdades que afetam diferentes grupos sociais. Incorporar uma análise interseccional às representações da política pública poderia aprofundar o compromisso com a inclusão produtiva, garantindo que as ações contemplem as diversas formas de opressão enfrentadas por mulheres negras, jovens e populações rurais.

Em termos de instituições, os Cesols operam sob o marco da Lei Estadual 8.647/2003, que regula as Organizações Sociais, conferindo flexibilidade à gestão e permitindo a expansão da política. Essa estrutura institucional é essencial para a sustentabilidade dos Centros, especialmente considerando os desafios enfrentados na primeira fase da política, quando sua gestão era realizada diretamente pelo Estado. No entanto, a análise dos editais revela que a dependência de contratos de gestão cria um arranjo que, embora eficiente, pode limitar a inovação, sobretudo na adaptação das práticas às demandas emergentes das comunidades atendidas. Os marcos regulatórios, como as metas contratuais e os indicadores de desempenho, estão bem definidos, mas faltam mecanismos que assegurem a inclusão de perspectivas diversas na formulação de diretrizes e na avaliação das ações implementadas.

Quanto aos processos, os editais demonstram um esforço contínuo para consolidar práticas horizontais e participativas, por meio de assistência técnica, formação de empreendedores e comercialização em rede. Serviços como diagnóstico socioprodutivo, monitoramento e capacitação em gestão são elementos centrais descritos nos editais, indicando uma preocupação com a qualificação dos empreendimentos atendidos. Porém, a análise dos processos mostrou que eles tendem a focar em metas quantitativas, como o incremento de renda ou o número de produtos comercializados, sem necessariamente abordar os desafios qualitativos enfrentados pelos beneficiários. Além disso, o modelo de comercialização em rede, consolidado a partir do edital de 2018, em que pese ter retirado as assistências técnicas e acesso ao crédito das suas metas, traz oportunidades para ampliar a integração dos empreendimentos em mercados, mas pode gerar barreiras para grupos que enfrentam desigualdades em termos de infraestrutura. Mulheres negras, por exemplo, podem encontrar dificuldades adicionais para se

adequarem às exigências de comercialização convencional, o que reforça a necessidade de práticas formativas sensíveis às interseccionalidades.

Logo, a teoria da ação pública oferece subsídio para pensar políticas públicas de economia solidária para além dos modelos gerencialistas e instrumentais que tendem a reduzir a política a metas e resultados quantitativamente mensuráveis. Ao colocar em evidência os sentidos da ação, os dispositivos institucionais e os conflitos entre atores, a abordagem possibilita enxergar a política como construção social marcada por disputas. Neste caso, essa perspectiva permite compreender como determinados valores da economia solidária entram em tensão com lógicas de mercado e de Estado. No entanto, para que a ação pública seja, de fato, capaz de enfrentar as desigualdades que atravessam os sujeitos da política, como é o caso das mulheres negras nos empreendimentos solidários, é preciso adensar esse referencial com abordagens feministas e interseccionais.

Por fim, na dimensão de resultados, os editais apresentam metas claras e ambiciosas, como o incremento de 10% na renda produtiva familiar e a ampliação da comercialização em rede. Apesar de relevantes, esses indicadores não capturam integralmente os impactos sociais e políticos da política pública. Resultados como o empoderamento comunitário, a autonomia dos grupos produtivos e o fortalecimento de redes de solidariedade são difíceis de mensurar e, por isso, muitas vezes negligenciados nos editais. A ausência de uma abordagem que privilegie resultados qualitativos limita a compreensão do potencial transformador dos Cesols, especialmente no que diz respeito à emancipação de grupos mais frágeis.

Quadro 8 - Síntese Análise dos Cesols à luz do Pentágono de Políticas Públicas

Dimensão	Análise	Lacunas Interseccionais
Atores	Articulação entre Sesol (Estado) e organizações sociais via chamamento público. Grupos produtivos (associações/cooperativas) como beneficiários.	Não há estratégias explícitas para incluir mulheres negras e comunidades quilombolas nos processos decisórios.
Representações	Valores da economia solidária (equidade, sustentabilidade, produção coletiva) como contraponto ao mercado tradicional. Ex.: Edital 002/2020 enfatiza pedagogias associativas.	Falta abordagem interseccional para tratar desigualdades específicas (gênero, raça, território).
Instituições	Reguladas pela Lei 8.647/2003 (Organizações Sociais), com flexibilidade na gestão. Metas e indicadores bem definidos.	Contratos de gestão limitam inovação; faltam mecanismos para inclusão de perspectivas diversas na formulação.

Processos	Assistência técnica, formação e comercialização em rede (ex.: diagnósticos socioprodutivos, capacitação em gestão).	Foco em metas quantitativas (renda/nº produtos) ignora desafios qualitativos. Comercialização em rede cria barreiras para mulheres negras.
Resultados	Metas mensuráveis (ex.: +10% renda familiar, ampliação da comercialização).	Indicadores não captam impactos qualitativos (empoderamento, autonomia, redes de solidariedade).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Assim, a análise dos editais dos Cesols, sob a ótica do Pentágono de Políticas Públicas, evidencia uma política pública bem estruturada, mas com lacunas importantes. A inclusão de uma abordagem interseccional nas representações, processos e resultados poderia fortalecer a efetividade da política, assegurando que ela alcance de forma mais equitativa os grupos mais vulneráveis. Além disso, o fortalecimento da participação dos atores e a diversificação das práticas institucionais são caminhos promissores para ampliar o impacto social e econômico da economia solidária. Por meio dessas reflexões, os Cesols têm o potencial de consolidar-se como um modelo de referência em políticas de economia solidária, alinhando princípios emancipatórios às práticas de gestão pública.

5.2 Gestores da economia solidária: análise crítica da política

Nesta seção, apresento o perfil dos gestores que participaram do grupo focal e da entrevista, destacando suas trajetórias, funções e perspectivas no campo da economia solidária. Os dados refletem uma diversidade de experiências, formações e motivações, evidenciando o papel desses atores na formulação e implementação das políticas públicas de economia solidária. Essa análise se desdobra em uma avaliação crítica das percepções compartilhadas pelos gestores, buscando compreender as lacunas e contradições dessas políticas, especialmente no que diz respeito à inclusão de mulheres negras.

A escolha pelo grupo focal como técnica de coleta de dados foi motivada por sua capacidade de captar, de forma rica e contextualizada, as percepções e vivências dos gestores envolvidos na implementação das políticas públicas. Essa abordagem favoreceu um espaço de troca de experiências, permitindo compreender crenças, valores e desafios a partir da interação grupal. Estudos como os de Ressel *et al.* (2008) destacam que o grupo focal possibilita aprofundar questões complexas em um ambiente que promove o diálogo e a construção coletiva de significados. Além disso, para a análise dos dados coletados, adotou-se a análise de conteúdo,

conforme Bardin (2020), que orientou a identificação e organização das categorias analíticas. A metodologia possibilitou sistematizar os significados emergentes, revelando aspectos fundamentais para uma compreensão das contradições e potencialidades das políticas públicas no contexto da economia solidária.

5.2.1 Perfil dos gestores participantes do grupo focal

Gestor 1: Mandacaru tem 41 anos, possui formação de humanas, mestrado na área de Humanidades e opta por não ser identificado no texto. Acumula quatro anos de experiência na área de economia solidária, tendo exercido função de técnico de nível superior na Sesol e colaborado com a elaboração dos editais do Cesol por aproximadamente três anos. Atualmente atua em outro órgão do estado da Bahia.

Em termos de identificação racial, autodeclara-se negro e sua motivação para trabalhar com políticas públicas de economia solidária vem da influência de professores e colegas na universidade, ocasião em que pesquisava a temática, além de seu compromisso com a inclusão socioprodutiva da população negra. Vê a economia solidária como uma ferramenta importante para a promoção da igualdade racial e de gênero, reforçando seu compromisso com a justiça social e a equidade.

Gestora 2: Lara Sousa Matos, com 48 anos, é formada em Direito e possui Doutorado em Administração. Com mais de 10 anos de experiência na área, já coordenou a Formação e Divulgação na Secretaria de Economia Solidária (Sesol) e coordenou o Programa Vida Melhor na Sesol, atuou diretamente nos editais do Cesol por seis anos coordenando a equipe de monitoramento a avaliação, além de ter participado da concepção do Edital de Incubadoras, Finanças Solidárias, Feiras de Economia Solidária, Consea/BA e respectivos acompanhamentos. Recentemente esteve na coordenação do Eixo Assistência Social e Garantia de Direitos na SEPLAN, e atualmente está na coordenação do Plano de Segurança Alimentar (PLANSAM) na casa Civil. Ela se identifica como branca e optou por ser identificada no texto.

Suas motivações para trabalhar com políticas públicas de economia solidária estão baseadas em sua convicção em outro modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo. E, embora não esteja ligada a movimentos sociais específicos ou organizações que lutam pelos direitos das mulheres negras, vê o impacto da economia solidária na promoção da igualdade racial e de gênero ainda de forma tímida, pois acredita que essas pautas não constituíam questões reais e concretas do movimento de Economia Solidária.

Gestor 3: Xique-Xique, de 40 anos optou por não ser identificado no texto, é formado na área de Humanas e possui mestrado. Conta com 13 anos de experiência na área de políticas públicas de economia solidária, participou da elaboração dos editais do Cesol de 2016 e de 2019, e desenvolveu um projeto de extensão relacionado ao tema. Não atua mais na Sesol, atualmente está em outras funções e cargos relacionados a políticas públicas. Embora não participe especificamente de grupos que lutam pelos direitos das mulheres negras ou por questões raciais, tem envolvimento com movimentos sociais focados em agricultura familiar, cooperativismo e gênero.

Em termos de identidade racial, identifica-se como pardo/a, embora seja reconhecido/a socialmente como branco/a. Sua motivação para trabalhar com políticas públicas de economia solidária é impulsionada por um vínculo de propósito e carreira, refletindo um compromisso profundo com suas práticas profissionais. Acredita que as narrativas e as contradições dos movimentos sociais que tem envolvimento são próprias da construção do novo e que ainda há muito a se construir, especialmente a partir da perspectiva de interseccionalidade, de Collins e Bilge (2021).

Gestora 4: Albene Diciúla Piau Vasconcelos, 63 anos, é formada em Pedagogia e com Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Territorial. Com 13 anos de experiência na área, atualmente é técnica na Superintendência de Economia Solidária (Sesol) e atuou na elaboração de todos os editais do Cesol, tendo coordenado por um período a equipe de monitoramento e avaliação dos contratos e atuado diretamente nas atividades citadas. Anteriormente, foi gerente de fomento no extinto Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, desenvolvendo programas de formação para artesãos em diversas cadeias produtivas.

Identifica-se como preta e sua motivação para trabalhar com políticas públicas de economia solidária é a luta por um mundo melhor, mais justo e equitativo. A gestora acredita que, apesar de haver poucas ações e atividades que promovam efetivamente a igualdade de gênero, a economia solidária tem potencial para ser uma ferramenta estratégica na inclusão e empoderamento de grupos marginalizados. Ela optou por ser identificada no texto e compartilhou que a economia solidária é uma área que pode, com as devidas ações, contribuir para a promoção da igualdade racial e de gênero. Contudo, ressalta que os impactos ainda são limitados, devido à escassez de iniciativas focadas nesse sentido.

Gestor 5: Efsen Lima, 40 anos, possui Graduação em Direito e doutorado na mesma área. Atua como coordenador de assistência técnica e inclusão socioprodutiva na Superintendência de Economia Solidária (Sesol) desde 2018, tendo 11 anos na área de políticas públicas de economia solidária, exercendo a função de instrutor jurídico e coordenador II. Já

participou de diversas iniciativas relacionadas à inclusão digital na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), assistência estudantil na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e vigilância sanitária em Ilhéus.

Suas motivações para trabalhar com políticas públicas de economia solidária são a abertura de vaga no processo seletivo da SESOL relacionada a sua área de formação e temas relacionados a própria vivência. Ele se identifica como pardo (negro) e acredita que a economia solidária tem a maior parte de seus atores, sobretudo beneficiários, pessoas negras e mulheres, enquanto uma estratégia e dimensão para a inclusão desses grupos.

Segue quadro sintetizando o perfil dos gestores e gestoras entrevistados:

Quadro 9 – Síntese dos gestores e gestoras

Dimensão	Características	Desafios Identificados	Recomendações
Formação e Experiência	• Idade: 40-63 anos • Formação diversa (Direito, Pedagogia, Humanas) • Todos com pós-graduação (mestrado/doutorado) • Experiência de 3 a 13 anos na área	• Diferenças na continuidade do envolvimento com a área • Assimetria de gênero em cargo de chefia (mais homens)	• Promover maior equidade de gênero na liderança • Criar programas de capacitação contínua
Identidade Racial (autodeclaração)	• 2 negros; • 2 pardos (um socialmente lido como branco); • 1 branco.	• Impacto limitado em políticas para mulheres negras	• Fortalecer ações afirmativas
Motivações	• Compromisso acadêmico • Busca por transformação social • Influência de redes universitárias	• Dificuldade em traduzir princípios em práticas • Falta de mecanismos interseccionais	• Criar espaços de diálogo entre teoria e prática • Implementar avaliações participativas
Percepções sobre Impacto	• Reconhecem potencial transformador • Veem avanços pontuais (feiras, editais)	• Ausência de pautas concretas sobre gênero/raça • Subvalorização de produções de mulheres negras	• Incorporar indicadores interseccionais • Criar linhas de ação específicas
Desafios na Implementação	• Recursos financeiros insuficientes • Baixa institucionalização • Descontinuidade governamental	• Falta de estratégias integradas • Ações não focadas em desigualdades cruzadas	• Garantir orçamento contínuo • Estabelecer marcos legais

Fonte: Elaboração própria (2025).

Todos possuem pós-graduação, variando entre mestrado e doutorado, em áreas como Administração, Humanidades e Gestão Territorial. A experiência na área de economia solidária também é ampla, variando de 3 a 13 anos, com alguns gestores ainda atuando diretamente na

Superintendência de Economia Solidária (Sesol) e outros ocupando posições em órgãos públicos relacionados. Essas trajetórias revelam um grupo com significativa expertise técnica, mas também expõe diferenças quanto à continuidade no envolvimento com a área. Quanto à identificação na pesquisa, dois dos entrevistados preferiu o anonimato.

As motivações para a atuação em políticas públicas de economia solidária variam entre o compromisso acadêmico, a influência de professores e colegas universitários, e a busca por transformação social. Um dos gestores enfatizou que “a economia solidária é uma estratégia de inclusão socioprodutiva que possibilita a promoção da justiça social e da igualdade racial” (Mandacaru). Já Albene, com uma trajetória marcada pela luta por justiça social, acredita que a economia solidária possui o potencial de empoderar grupos marginalizados, ainda que reconheça a limitada efetividade das iniciativas em promover a igualdade de gênero.

Em termos de identificação racial, os gestores representam um espectro que inclui pessoas negras, pardas e brancas³².

Essa diversidade contribui para enriquecer a formulação das políticas, mas também reflete as assimetrias no acesso a posições de liderança, com um maior número de homens ocupando cargos estratégicos na política de economia solidária. A identificação racial também influencia a percepção sobre o impacto dessas políticas. Albene destacou que, apesar de a economia solidária possuir grande participação de mulheres negras entre as beneficiárias, a implementação das políticas ainda não prioriza ações direcionadas a esse grupo.

Os/as gestores/as apontaram desafios na execução das políticas públicas de economia solidária, como a insuficiência de recursos financeiros, a baixa institucionalização das práticas e a falta de continuidade nas ações governamentais.

O perfil dos/as gestores/as entrevistados/as reflete um grupo heterogêneo, tanto em formação quanto em experiências, mas que compartilha um entendimento comum sobre os desafios e as oportunidades no campo da economia solidária. Essa diversidade de trajetórias e percepções é elemental para compreender as limitações e os avanços das políticas públicas, especialmente na perspectiva da inclusão de mulheres negras, que segue sendo uma lacuna significativa nas iniciativas existentes.

Uma das principais contradições identificadas foi a dificuldade em traduzir seus princípios teóricos em práticas efetivas. Apesar da intenção declarada de promover inclusão social e equidade, os gestores apontaram a ausência de mecanismos específicos que considerem as interseções de raça, gênero e classe nas ações implementadas. Essa lacuna reflete, por

³² Foi mantida a forma com a qual cada gestor/a se autoidentificou, em que pese a categoria do IBGE agrupar Pretos e Pardos como Negros.

exemplo, na subvalorização das produções oriundas de empreendimentos liderados por mulheres negras, conforme descrito em seus relatos.

Lara Sousa considera que “a igualdade de raça e gênero ainda não constituía uma pauta central ou concreta dentro do movimento de economia solidária, o que limita os avanços”. Apesar disso, iniciativas como os Cesols foram reconhecidas como um avanço, oferecendo assistência técnica e capacitação aos empreendimentos solidários, ainda que necessitem de maior foco em ações interseccionais.

A percepção geral dos gestores é que a economia solidária possui potencial transformador, mas enfrenta limitações em efetivar a inclusão de mulheres negras de maneira estruturante. Embora existam avanços pontuais, como as feiras solidárias e os editais de matriz africana e o de mulheres, a falta de estratégias integradas e de ações focadas nas desigualdades de gênero e raça compromete a eficácia das políticas. Como apontado por Efsen Lima, “a economia solidária tem um impacto potencial na inclusão de pessoas negras e mulheres, mas ainda precisa crescer em abrangência e profundidade”.

As motivações para trabalhar com políticas públicas de economia solidária são diversas. Seja por vínculo de propósito e carreira, ou por influência de professores e colegas acadêmicos. Lara Sousa vê na economia solidária um modelo alternativo de desenvolvimento, e Albene Piau é motivada pela luta por um mundo mais justo e equitativo, enquanto Efsen Lima tem interesse na transformação social e inclusão produtiva.

A percepção sobre o impacto da economia solidária na promoção da igualdade racial e de gênero é variada. Acredita-se que ainda há muito a ser construído, especialmente a partir da perspectiva da interseccionalidade. Lara vê um impacto tímido, pois considera que a igualdade de raça e gênero não eram pautas concretas do movimento. Albene Piau observa que poucas ações e atividades buscam promover a igualdade de gênero, enquanto Efsen Lima acredita que, embora ainda incipiente, há potencial de crescimento nessa área.

De modo geral, os gestores apresentam diversificadas experiências, com diferentes formações acadêmicas, motivações e percepções sobre a economia solidária. Essa diversidade foi importante para a construção das políticas.

5.2.2 Explorando o material coletado

A gente sabe que a maioria é mulher, mas cadê os dados para confirmar isso?

Xique-Xique

A exploração do material constituiu uma etapa central da análise de conteúdo, onde o *corpus* de dados foi fragmentado e categorizado. A análise dos dados coletados, por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais, foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2020). Essa metodologia qualitativa se mostrou adequada para sistematizar e interpretar os significados presentes nos discursos dos/as participantes, possibilitando a identificação de categorias analíticas que dialogam diretamente com o objetivo central da pesquisa: compreender como a política pública de economia solidária da Bahia contribui para a autonomia sociopolítica e financeira das mulheres negras, considerando uma perspectiva interseccional.

A abordagem interseccional nas políticas públicas, conceito central na pesquisa, revelou-se incipiente nas ações de economia solidária. Xique-Xique destacou que “ainda que se falasse sobre mulher, falava-se mulher enquanto sexo, não falava mulher enquanto gênero, e [...] em relação à raça, eu acho que era ainda mais drástico porque ficava naquela situação de: mas como é que vai coletar esse dado?” (Xique-Xique, 2024). Essa dificuldade em coletar e operacionalizar dados interseccionais reflete a ausência de intencionalidade na abordagem das especificidades de raça e gênero. Efsen, participante do grupo focal, corroborou que “as políticas públicas ainda estão muito distantes de entender como raça, gênero e classe se cruzam na vida das mulheres negras nos empreendimentos solidários”. Sobre isso, destaco a fala de Lara Sousa:

“a questão de gênero e a questão de raça, o que é que acontece? São duas dimensões que ocupavam o nosso imaginário, o nosso simbólico, ocupavam o direcionamento do nosso fazer, mas elas não eram essenciais ao nosso fazer. Então, o que é que eu quero dizer com isso? A gente sempre incorporou, sempre orbitou, sempre julgávamos importantíssimos e queríamos muito que acontecesse... Era algo a ser alcançado, era algo a ser estudado, era algo a ser muito querido, enfim. Mas não era um elemento essencial. O elemento essencial era a prestação do serviço de assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários. *Independente* de qualquer outra coisa”

No que diz respeito à autonomia das mulheres negras, os achados indicam barreiras que dificultam seu alcance. Xique-Xique afirmou que “as atividades produtivas assistidas pelos Cesols são de baixa remuneração e baixo valor agregado, o que perpetua a subordinação das mulheres negras à lógica do capital”. Lara Sousa complementou que “a visão emancipatória da política foi se perdendo no decorrer do tempo. Muitas vezes, o que vemos são avanços pontuais que dependem mais do esforço individual do que do suporte da política pública”. Esses achados nos alertam para a ausência de estratégias específicas nas políticas públicas, perpetuando desigualdades.

Os desafios de organização e institucionalização do movimento também se destacaram nos discursos. Segundo Xique-Xique, “em certa medida, houve um esvaziamento [...]. Algumas figuras que são importantes foram trazidas pra dentro do governo [...], o movimento ficou um pouco mais subordinado e dependente, sem fazer uma voz crítica”. Essa institucionalização, embora tenha ampliado a presença do Estado, resultou na perda de energia crítica, comprometendo a capacidade transformadora da sociedade civil organizada.

As falhas na implementação da política pública emergiram como um fator limitante importante. A ausência de revisões periódicas nos editais e a falta de dados robustos sobre gênero e raça foram apontadas como desafios centrais. Xique-Xique destacou que “empiricamente a gente sabe que a maioria [dos participantes da economia solidária] é mulher, mas não tem dado coletado que confirme isso [...]. Em relação à raça, eu acho que era ainda mais drástico porque ficava naquela situação assim: mas como é que vai coletar esse dado?”. Essa ausência de instrumentos para coleta e análise de dados reforça desigualdades e limita o desenvolvimento de políticas específicas.

A complexidade territorial da Bahia revelou potenciais e limitações territoriais importantes. Lara explicou que “não houve, nesse primeiro momento, uma avaliação territorial mais aprofundada sobre a dinâmica territorial, sobre recurso [...]. A gente estava num esforço de institucionalizar a iniciativa dos centros públicos”. Apesar de os Cesols serem reconhecidos por sua capilaridade, a falta de diagnósticos territoriais robustos compromete a eficácia das ações em contextos locais.

Outro ponto crítico foi o surgimento de contradições na política, evidenciando inconsistências entre o discurso de autonomia e a prática de dependência. O financiamento pelo Fundo de Combate à Pobreza, por exemplo, associa a economia solidária a atividades produtivas de baixo valor agregado. Xique-Xique apontou que “praticamente todos os perfis de atividade produtiva que a gente tem nas carteiras do centro público são de intensa força de trabalho, baixa remuneração e baixo valor agregado. Então, elas vão continuar subordinadas dentro da lógica do capital”.

A pandemia de Covid-19 exacerbou as vulnerabilidades já existentes nos empreendimentos solidários, reforçando os impactos da pandemia na economia solidária. Xique-Xique afirmou que “as mulheres estavam sobrecarregadas, com filhos em casa e sem suporte para equilibrar trabalho produtivo e reprodutivo. Isso mostrou como as políticas públicas ainda são frágeis em lidar com crises sistêmicas”. Lara complementou que “a pandemia foi um divisor de águas, expondo fragilidades que eram ignoradas”. Esses achados evidenciam a necessidade de políticas mais robustas e sensíveis às crises.

Apesar das limitações, os achados também evidenciam contribuições positivas da política pública. “Os centros públicos ajudaram a organizar a produção local [...], contribuíram para que as pessoas pudessem pensar de forma coletiva e não apenas individualizada”, destacaram os/as gestores/as. Esses avanços mostram o papel dos Cesols como instrumentos de inclusão social e articulação local.

5.2.3 Reflexões sobre as políticas de economia solidária – categorias, contribuições e desafios

Como é que você vai construir uma política pública para as mulheres negras, se nem sabemos quantas são e onde estão? É como planejar no escuro.

Mandacaru

As reflexões advindas das falas dos gestores e gestoras demonstram o quanto a economia solidária, em sua essência, não tem como cerne a raça. O princípio da igualdade para a construção de um mundo melhor ignorou os processos históricos que culminam na exclusão, exploração e subjugação de uma parcela significativa das pessoas que atuam nos empreendimentos de economia solidária. Ao ignorar a dimensão racial em sua essência, a política pública não poderia ser diferente, pois sua reflexão perpassa pela dialética entre teoria e prática. As questões lançadas no grupo focal foram importantes para permitir um momento de crítica e autocritica, inclusive para mim, que fiz parte da construção dos seus instrumentos.

Entre as principais falhas na implementação da política pública, a ausência de dados desagregados por gênero e raça foi amplamente apontada como um problema crítico. Xique-Xique observou que, apesar de o perfil das participantes da economia solidária ser predominantemente feminino, não há dados consistentes, no banco de dados da Sesol, para confirmar isso. Sem esses dados, torna-se difícil mensurar desigualdades, acompanhar impactos e estabelecer estratégias que atendam às especificidades desse grupo. Além disso, essa lacuna reflete um problema mais amplo: a invisibilização das mulheres negras no planejamento e monitoramento das políticas, perpetuando a reprodução de desigualdades, em vez de combatê-las. Mandacaru reforçou essa questão, afirmando que a ausência de dados compromete a formulação de políticas públicas inclusivas: “Como é que você vai construir uma política pública para as mulheres negras, se nem sabemos quantas são e onde estão? É como planejar no escuro”. Essa lacuna reflete uma barreira à justiça social, ao ignorar os marcadores sociais essenciais na elaboração de políticas transformadoras.

Além disso, foram destacadas importantes contradições na política, especialmente no que diz respeito à dependência do Fundo de Combate à Pobreza como principal fonte de financiamento. Embora a economia solidária seja apresentada como uma estratégia de transformação social e fortalecimento da autonomia, a vinculação prioritária a um fundo associado ao combate à pobreza reforça a percepção de caráter assistencialista, em vez de promover um modelo emancipatório. Lara ressaltou que essa dependência perpetua estigmas, e restringe as perspectivas das mulheres envolvidas nos empreendimentos: “A política é vendida como transformação social, mas, na prática, depende de um fundo que carrega estigmas. Isso limita a visão das mulheres sobre o que podem alcançar com os empreendimentos”. Efsen complementou, destacando que a baixa rentabilidade das iniciativas apoiadas impede avanços econômicos mais robustos: “Os empreendimentos giram em torno de produtos de baixo custo, sem estratégia de mercado. Isso faz com que as mulheres fiquem presas a uma economia de subsistência”. Essa dependência reflete a neutralização política da interseccionalidade, ao reproduzir lógicas de exclusão dentro de políticas que deveriam desafiá-las. Dessa forma, a economia solidária, em sua formulação atual, corre o risco de se consolidar como uma política de mitigação da pobreza, em vez de um instrumento real de autonomia econômica e transformação social para as mulheres negras.

Os impactos da pandemia de Covid-19 foram identificados como um fator que agravou as desigualdades preexistentes. Albene destacou que a crise expôs a fragilidade dos sistemas de apoio às mulheres negras: “A pandemia desnudou uma realidade que já era difícil. Mulheres negras perderam suas poucas oportunidades, e os centros públicos não tinham como atender todo mundo”. Mandacaru complementou, ao relatar como a pandemia desorganizou os empreendimentos solidários: “A gente já lutava para manter as coisas funcionando. Veio a pandemia e parou tudo. As mulheres ficaram ainda mais vulneráveis”. Esses relatos evidenciam como crises sistêmicas impactam desproporcionalmente as populações mais pobres, seja pela vulnerabilidade econômica, seja pela ausência de políticas públicas estruturadas para mitigar esses efeitos. A falta de medidas mais robustas voltadas para a economia solidária resultou na ampliação das desigualdades de gênero e raça, evidenciando a sobreposição de camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras.

Apesar das limitações apontadas, os entrevistados reconheceram importantes contribuições positivas do Cesol, especialmente no fortalecimento da organização coletiva. Xique-Xique relatou quem em um atendimento, uma empreendedora falou: “O Cesol foi o primeiro espaço onde senti que meu trabalho era valorizado. Eles nos mostraram que nossa produção tem importância e que podemos planejar melhor”. Mandacaru também destacou o

impacto da coletividade no fortalecimento trazido em um dos seus atendimentos: “a produtora me disse que foi no Cesol que elas aprenderam a compartilhar ideias, e a se organizarem”.

Entre os desafios adicionais, as limitações territoriais emergem como um fator crítico que compromete a efetividade das políticas públicas de economia solidária. Efsen destacou que os modelos aplicados frequentemente ignoram as especificidades regionais, resultando em abordagens generalistas que não atendem às realidades locais: “Nos territórios do Semiárido, a dinâmica é completamente diferente do Recôncavo. Não dá para aplicar o mesmo modelo em contextos tão distintos”. Lara reforçou essa crítica, apontando para a ausência de diagnósticos territoriais adequados que subsidiem a formulação das políticas: “Quando pensamos em políticas para territórios de identidade, falta uma avaliação territorial séria. Acabamos replicando modelos que não funcionam para todas as regiões”.

Essas falas evidenciam a necessidade de uma abordagem mais contextualizada, evitando soluções convencionais que desconsideram diferenças socioeconômicas, culturais e ambientais entre os territórios. A crítica se alinha à perspectiva de Gohn (2011), que ressalta que as políticas públicas deliberadas devem incorporar as especificidades locais como eixo central para enfrentar desigualdades e garantir maior impacto social.

A análise ainda evidenciou desafios importantes na organização do movimento de economia solidária, especialmente no que diz respeito à sua relação com a institucionalização. Xique-Xique destacou que a crescente dependência do Estado gerou uma perda de autonomia crítica, comprometendo a capacidade do movimento de atuar de forma independente: “Antes, o movimento tinha mais voz, mais liberdade para criticar e propor. Hoje, com a dependência do governo, parece que estamos pisando em ovos o tempo todo”. Mandacaru reforçou essa percepção, apontando para as contradições trazidas pela institucionalização “Ela trouxe recursos, mas também trouxe amarras. Fica difícil reivindicar mudanças quando você depende de quem está no poder”.

Essas reflexões indicam que, embora a institucionalização tenha viabilizado avanços e garantido maior financiamento, também impôs limites à atuação política do movimento, diminuiu sua margem de contestação e sua capacidade de inovação por transformações mais profundas, o que, em certa medida, pode ter impactado nos avanços relacionados às questões raciais. Gohn (2011) analisa essas características como um processo de neutralização política, no qual a inserção em estruturas institucionais pode restringir a força mobilizadora dos movimentos sociais, dificultando a contestação das estruturas de poder.

5.2.4 Reflexões sobre as contradições e potencialidades das políticas públicas de economia solidária

Eu lembro que alguns momentos ficava assim: como é que vai coletar isso [em relação a raça]? É importante que tenha no questionário, mas vai fazer o que com essa informação? Porque também tem isso, você vai coletar, você vai fazer o quê com isso?
Xique-Xique

A análise dos resultados do grupo focal revelou um cenário multifacetado, no qual avanços e desafios coexistem na concepção e execução do Cesol. Embora a política pública apresente potencial de fortalecer a autonomia econômica e organizativa das mulheres negras, contradições se apresentam em sua implementação. A ausência de dados desagregados por gênero e raça, as limitações territoriais e a dependência de fontes de financiamento restritivas foram apontadas como obstáculos recorrentes. Ao mesmo tempo, os relatos evidenciam experiências positivas, especialmente no fortalecimento da coletividade e no reconhecimento do trabalho das mulheres em empreendimentos solidários.

Entre as principais limitações, a falta de uma abordagem interseccional consistente foi amplamente mencionada. Os/as gestores/as apontaram que, embora a política dialogue com questões de gênero, a dimensão racial ainda é negligenciada. Esse vácuo compromete a construção de estratégias eficazes para enfrentar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras nos empreendimentos solidários. O distanciamento da política com as questões de raça e gênero de forma cruzada reforça a urgência de medidas que integrem a interseccionalidade como eixo estruturante, pois sem essa perspectiva, as soluções propostas podem se tornar paliativas e incapazes de romper com os ciclos de desigualdade.

Outro desafio significativo se refere à sustentação financeira dos empreendimentos. Lara observou que “as atividades produtivas assistidas pelos Cesol são, em sua maioria, de baixa remuneração e baixo valor agregado, o que perpetua a subordinação das mulheres negras à lógica do capital”. A falta de estratégias para uma inserção competitiva no mercado impede que esses empreendimentos superem a condição de subsistência, restringindo o alcance emancipatório da política. Esse quadro é agravado pela dependência de fontes de financiamento limitadas e pela escassa oferta de suporte técnico especializado, fatores que restringem as possibilidades de crescimento e diversificação produtiva.

Entre as falhas na implementação do Cesol, a ausência de dados desagregados por gênero e raça foi amplamente apontada como um problema crítico. Xique-Xique destacou que

“Eu lembro que alguns momentos ficava assim como é que vai coletar isso [Em relação a raça]? É importante que tenha no questionário, mas vai fazer o que com essa informação? Porque também tem isso, você vai coletar, você vai fazer o quê com isso?”. Essa dificuldade revela a insuficiência de mecanismos institucionais para captar e incorporar dimensões interseccionais na formulação e implementação da política. A metáfora do “planejar no escuro” traduz a fragilidade da política que, apesar de seu potencial, carece de uma base de informações que permita ações direcionadas e efetivas.

A ausência de dados também contribui para a invisibilização da realidade das mulheres negras, reforçando a reprodução das desigualdades. Sem informações desagregadas, é difícil estabelecer indicadores de monitoramento que permitam avaliar o impacto da política na redução das desigualdades raciais e de gênero. Isso também impede ajustes necessários para aprimorar a efetividade das ações do Cesol.

Outro aspecto relevante é a percepção sobre o potencial da economia solidária como um espaço de resistência e construção de alternativas econômicas.

5.2.5 Convergências, divergências e complementos na política de economia solidária a partir do Cesol

Faltam ferramentas básicas, como formular um questionário que capture raça e gênero. É um ponto crítico porque, sem dados, qualquer ação fica no achismo, e isso fragiliza a política.

Albene

O encontro dos dados coletados permitiu identificar convergências e divergências entre o grupo focal e a entrevista realizada, bem como aprofundar a análise com base em documentos e observações realizadas durante a pesquisa. Essa abordagem enriqueceu a compreensão dos desafios e potencialidades da política de economia solidária a partir do Cesol, especialmente no que diz respeito às experiências de mulheres negras na Bahia.

A abordagem interseccional na política foi uma convergência evidenciada nos relatos, com unanimidade quanto à sua ausência ou limitação. Tanto no grupo focal quanto na entrevista, destacou-se a falta de práticas efetivas para lidar com as intersecções de raça, gênero e classe. Essa percepção foi explicitada no grupo focal, onde uma participante questionou: “Sem saber quem são e o que precisam, como iremos ajudar de verdade?”. Essa indagação sintetiza o dilema central na formulação e execução da política de economia solidária na perspectiva racial. A interseccionalidade, conforme discutida por Crenshaw (2004), é fundamental para

compreendemos como as múltiplas formas de opressão se sobrepõem e impactam as mulheres negras, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem essas sobreposições.

No que tange à autonomia econômica das mulheres negras, tanto a pessoa entrevistada, Xique-Xique, quanto o grupo focal apontaram barreiras que perpetuam a dependência econômica e social desse grupo, evidenciando desafios na implementação de iniciativas voltadas à promoção da equidade. A autonomia econômica, como discutida por Carneiro (2011), é um elemento crucial para a emancipação das mulheres negras, mas sua efetivação requer políticas que considerem as interseccionalidades de raça, gênero e classe. A falta de práticas interseccionais limita a capacidade das políticas públicas de atender às necessidades específicas desse grupo, reforçando as desigualdades.

A análise da organização e desafios do movimento revelou divergências. Xique-Xique, em sua entrevista, criticou a dependência do movimento em relação ao governo: “O movimento perdeu parte da sua força crítica ao depender tanto dos recursos institucionais”. Por outro lado, alguns participantes dos grupos focais viram na institucionalização uma oportunidade de ampliar o alcance das ações. “Pode ter limitações, mas trouxe recursos que antes não existiam, e isso faz diferença”, destacou uma participante do grupo focal. Dagnino (2004) observa que essa tensão reflete um processo ambivalente de institucionalização, que pode tanto fortalecer quanto enfraquecer movimentos sociais, dependendo de como as demandas são incorporadas pelas instituições. Essa dualidade, como discutido por Gohn (2011), evidencia a complexidade de se equilibrar a autonomia dos movimentos com a necessidade de recursos institucionais para ampliar o impacto das ações.

A percepção na fragilidade dos dados foi enfatizada por Xique-Xique e reiterada no grupo focal, onde se discutiu a dificuldade de direcionar ações específicas sem informações confiáveis. Portanto, é o tipo de falha que compromete a eficácia das políticas públicas e reforça desigualdades existentes. Como destacado, a falta de dados interseccionais limita a eficácia das políticas, e contribui para perpetuar a invisibilidade das mulheres negras, dificultando a criação de ações que atendam às suas necessidades específicas.

Os potenciais e limitações territoriais surgiram como uma categoria consensual entre os dados encontrados. Efsen destacou: “Nos territórios do Semiárido, as demandas são muito diferentes, mas os projetos parecem feitos para um lugar só”. Essa percepção foi corroborada por participantes do grupo focal, que apontaram a ausência de diagnósticos regionais como uma limitação significativa. Relatórios oficiais analisados reforçam que a replicação de modelos homogêneos é recorrente, comprometendo a adequação das políticas às especificidades locais. Gohn (2011) argumenta que políticas públicas eficazes devem considerar essas especificidades

para superar desigualdades, garantindo que as demandas locais sejam integradas aos processos de formulação e implementação.

As contradições na política, especialmente relacionadas ao Fundo de Combate à Pobreza, revelaram divergências. Enquanto alguns gestores enxergaram o fundo como uma ferramenta necessária para viabilizar as ações, participantes do grupo focal criticaram seu caráter assistencialista. Lara afirmou: “A dependência do Fundo de Combate à Pobreza traz limitações, mas, sem ele, muitas ações sequer existiriam”. Em contraste, outro participante declarou: “Enquanto dependerem desse fundo, vão nos ver como uma política assistencialista, não como de trabalho e renda”. Essas visões conflitantes destacam a tensão entre sustentabilidade e estigmatização, conforme discutido por Gohn (2011). Esses achados reiteram a importância de uma abordagem crítica e interseccional, conforme discutido por Collins (2019) e Dagnino (2004), para garantir que as políticas públicas atendam às demandas das populações minorizadas.

Os impactos da pandemia de Covid-19 foram amplamente discutidos como uma convergência entre entrevista, grupo focal e documentos. Albene destacou: “A pandemia desnudou uma realidade que já era difícil. Mulheres negras perderam suas poucas oportunidades”. Essa percepção foi compartilhada por outras pessoas participantes do grupo focal, que comentaram sobre perda de renda e dificuldade de manter os empreendimentos na carteira ativa do Cesol. Relatórios complementares indicam que, durante a pandemia, houve uma redução significativa no apoio aos empreendimentos solidários, agravando a vulnerabilidade de mulheres negras.

Por outro lado, as contribuições positivas dos Centros Públicos de Economia Solidária foram unanimemente reconhecidas como um ponto de convergência. No grupo focal, os participantes destacaram o impacto da organização coletiva e do apoio técnico proporcionado pelos centros, assim como foi a percepção da pessoa entrevistada. Esses depoimentos corroboram com os relatórios oficiais, que apontam os Cesols como pilares da política de economia solidária na Bahia, especialmente em regiões mais afastadas da capital. A organização coletiva, como discutida por Dagnino (2004), é um elemento fundamental para o fortalecimento das comunidades, mas sua efetividade depende de uma abordagem que considere as especificidades locais.

O encontro dos dados reforça a complexidade das políticas de economia solidária, evidenciando suas potencialidades quanto os desafios em termos de gênero, raça, território e outros marcadores que impactam no operacional. Enquanto convergências, destacam problemas comuns, como a ausência de dados interseccionais e a inadequação das ações no tocante às

diferenças territoriais, divergências apontam para a necessidade de repensar estratégias de sustentabilidade e governança. Esses achados reiteram a importância de uma abordagem crítica e interseccional, conforme discutido por Collins (2019).

5.2.6 Reflexão crítica: entre a interseccionalidade e a ação pública

O movimento perdeu parte da sua força crítica ao depender tanto dos recursos institucionais.

Xique-xique

Os resultados apresentados neste capítulo revelam a complexidade das políticas de economia solidária na Bahia, expondo avanços e potencialidades, mas também as barreiras que limitam seu impacto transformador. Ao dialogar com o contexto social e político em que essa política se insere, percebe-se que os desafios identificados, na perspectiva dos/as gestores/as – como a ausência de dados desagregados, a replicação de modelos homogêneos e a dependência de fundos assistencialistas – refletem tensões históricas entre as demandas das populações negras e a ineficácia das estruturas institucionais em reconhecê-las e atendê-las.

A falta de uma abordagem interseccional na política pública em análise, a partir do instrumento Cesol, demonstra a incapacidade desta de lidar com as especificidades das mulheres negras nos empreendimentos solidários. Conforme Collins (2019), a interseccionalidade deve ser compreendida como uma lente crítica que desvende as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras, permitindo analisar como gênero, raça e classe se entrelaçam para perpetuar desigualdades. Sueli Carneiro (2011) reforça que a invisibilidade estatística é uma forma de violência simbólica que sustenta hierarquias raciais e de gênero, tornando urgente a necessidade de integrar os marcadores sociais às práticas de formulação e execução de políticas públicas.

A busca pela autonomia das mulheres negras enfrenta barreiras que perpetuam uma lógica de dependência econômica. Esses desafios são aprofundados pela falta de estratégias específicas para promover acesso a mercados da produção de empreendimentos demarcados por raça e capacitação contínua que ofereça ferramentas de enfrentamento às práticas racistas, evidenciando um descompasso entre o discurso emancipatório e a prática implementada. Sem considerar as especificidades de gênero e raça, as políticas públicas tendem a reproduzir as desigualdades que buscam combater.

No tocante à organização e desafios do movimento, os resultados evidenciam que a institucionalização trouxe tanto avanços quanto limitações. Como destacado por Xique-Xique

(2024), “O movimento perdeu parte da sua força crítica ao depender tanto dos recursos institucionais”. Em contrapartida, alguns participantes apontaram que a institucionalização trouxe visibilidade e recursos antes inacessíveis. Gohn (2011) argumenta que a neutralização política de movimentos sociais ocorre quando suas demandas são incorporadas por instituições sem que as estruturas de poder sejam desafiadas, levando à perda de sua capacidade transformadora.

As falhas na implementação da política pública, como a ausência de dados desagregados por gênero e raça, foram amplamente apontadas como barreiras que limitam uma atuação mais direcionada. Essa invisibilidade estatística na formação do banco de dados da Sesol reflete uma fragilidade que compromete a eficácia da política pública, reiterando a importância de dados para mapear desigualdades e propor soluções interseccionais. Como aponta Lascoumes e Le Galès (2012), os instrumentos de ação pública não são neutros e produzem efeitos específicos que podem reforçar ou mitigar desigualdades, dependendo de como são concebidos e implementados.

Os potenciais e as limitações territoriais surgiram como um aspecto crítico das políticas de economia solidária, revelando a tensão entre as possibilidades de fortalecimento comunitário e os desafios impostos pela diversidade de contextos. Por um lado, os territórios são espaços privilegiados para a articulação de práticas econômicas alternativas, baseadas em saberes locais e redes de cooperação que podem promover inclusão e sustentabilidade. Por outro, a aplicação de políticas homogeneizadas tende a negligenciar as singularidades desses territórios, gerando um descompasso entre as iniciativas propostas e as realidades vividas pelos beneficiários da política.

As contradições na política ficaram evidentes na dependência do Fundo de Combate à Pobreza. Lara pontuou que “a dependência do Fundo de Combate à Pobreza traz limitações, mas, sem ele, muitas ações sequer existiriam”. Em contrapartida, outros participantes do grupo focal criticaram o fundo por reforçar estigmas de assistência. Dagnino (2004) discute que o uso de instrumentos de caráter assistencialista nas políticas públicas perpetua a exclusão, contradizendo os princípios emancipatórios da economia solidária, ao reforçar dependências e não transformar as estruturas de poder.

Os impactos da pandemia de Covid-19 reforçaram a precariedade das políticas voltadas para mulheres negras. Albene destacou que “a pandemia desnudou uma realidade que já era difícil. Mulheres negras perderam suas poucas oportunidades”. Esses impactos demonstram como crises não apenas aprofundam desigualdades, mas também expõem as limitações das respostas institucionais, conforme analisado por Carneiro (2011) e Collins (2019).

Entre as potencialidades destacadas, os gestores apontaram a capacidade das políticas públicas de economia solidária de promover redes de apoio e fortalecimento comunitário. Esses aspectos, especialmente relevantes em contextos de vulnerabilidade, foram associados ao aumento da autonomia dos grupos participantes e à promoção de uma economia mais colaborativa. Contudo, para que essas potencialidades sejam alcançadas, é essencial que as políticas incluam estratégias que estimulem a capacitação contínua e a inserção no mercado, com ênfase na valorização das especificidades de gênero e raça.

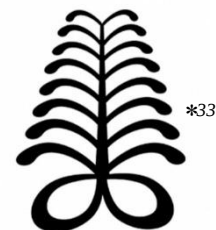
Quadro 10 - Categorias Analíticas

Categoria	Definição	Exemplo de Fala
Autonomia Sociopolítica	Capacidade das mulheres negras de gerir seus empreendimentos e condições de vida	<i>“as atividades produtivas assistidas pelos Cesols são de baixa remuneração e baixo valor agregado, o que perpetua a subordinação das mulheres negras à lógica do capital”. (Lara Sousa).</i>
Dimensões da Política	Elementos estruturais dos editais e ações dos Cesols	<i>“as políticas públicas ainda estão muito distantes de entender como raça, gênero e classe se cruzam na vida das mulheres negras nos empreendimentos solidários” (Efson).</i>
Institucionalização	Efeitos da absorção do movimento pelo Estado	<i>“em certa medida, houve um esvaziamento [...]. Algumas figuras que são importantes foram trazidas pra dentro do governo [...], o movimento ficou um pouco mais subordinado e dependente, sem fazer uma voz crítica” (Xique-Xique).</i>
Territorialidade	Desafios da implementação considerando a diversidade baiana	<i>“não houve, nesse primeiro momento, uma avaliação territorial mais aprofundada sobre a dinâmica territorial” (Lara Sousa)</i>
Invisibilidade Estatística	Falta de dados desagregados por raça/gênero para planejamento	<i>“Como é que você vai construir uma política pública para as mulheres negras, se nem sabemos quantas são e onde estão? É como planejar no escuro”? (Mandacaru)</i>
Assistencialismo x Autonomia	Contradição entre discurso emancipatório e financiamento via Fundo de Pobreza	<i>“Dependência de fundos estigmatizantes limita a visão das mulheres” (Lara)</i>
Fortalecimento Coletivo	Contribuição dos Cesols na organização e valorização do trabalho	<i>“Foi no Cesol que senti meu trabalho valorizado” (Empreendedora, via Xique-Xique)</i>
Limitações Territoriais	Desconsideração das especificidades regionais na implementação	<i>“Não dá para aplicar o mesmo modelo no Semiárido e no Recôncavo” (Efson)</i>
Crises Sistêmicas	Impactos de contextos emergenciais (como a pandemia) na política	<i>“as mulheres estavam sobrecarregadas, com filhos em casa e sem suporte para equilibrar trabalho produtivo e reprodutivo” (Xique-Xique)</i>

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao analisar criticamente as percepções dos gestores, evidencia-se que as políticas públicas de economia solidária têm o potencial de atuar como instrumentos de transformação na vida dessas mulheres. Entretanto, a transformação depende de um alinhamento mais consistente entre os objetivos declarados e a operacionalização prática das políticas. Uma abordagem que integre de forma mais atenta os princípios interseccionais na formulação e execução pode contribuir para superar as contradições e ampliar as potencialidades já reconhecidas. Nesse sentido, o diálogo contínuo entre gestores, beneficiários e pesquisadores torna-se indispensável.

6 ABRINDO AS CIDADES



Não há pauta feminista atual que ofereça às mulheres uma saída – uma maneira de repensar o trabalho. Uma vez que o custo de vida em nossa sociedade é alto, para a maioria dos trabalhadores, incluindo mulheres, o trabalho não leva à autossuficiência econômica. Ainda assim, autossuficiência econômica é necessária se mulheres quiserem ser livres para escolher o contrário da dominação masculina, para serem totalmente autorrealizadas.

bell hooks

A inserção de mulheres negras na economia solidária reflete as dinâmicas de gênero, raça e classe da sociedade brasileira, evidenciando como o atravessamento dessas categorias formatam as oportunidades e os obstáculos enfrentados por elas no mercado de trabalho e na economia em geral. Historicamente, como as mulheres negras foram relegadas a posições de marginalidade econômica, são frequentemente empurradas para atividades informais, precárias e mal remuneradas, resultado do legado colonial escravocrata que limitou seu acesso a recursos e educação.

No contexto da economia solidária, essas desigualdades se manifestam de forma paradoxal. Por um lado, o campo oferece alternativas para geração de renda e maior autonomia. Por outro lado, reproduz muitas das desigualdades presentes na sociedade. Embora as mulheres negras possam assumir posições de liderança em seus empreendimentos, elas enfrentam barreiras, como o racismo, o sexismo e a ausência de políticas públicas efetivas e melhor direcionadas às suas demandas. Além disso, a busca pela economia solidária é, também, uma resposta às exclusões enfrentadas no mercado de trabalho formal, onde enfrentam discriminação salarial e restrições de acesso relacionadas à cor da pele, gênero e classe social e outros marcadores de diferença.

³³ *Aya*: está na categoria das plantas e é uma estilização da samambaia. Esta planta possui o caráter de crescer em lugares difíceis e, portanto, este Adinkra é símbolo de independência, resistência, perseverança e desenvoltura, sugerindo a superação de dificuldades.

A economia solidária, nesse sentido, pode ser um espaço de resiliência e luta, onde as mulheres negras geram recursos financeiros, constroem redes de apoio solidário e redefinem seu lugar na comunidade. No entanto, a participação delas nesse campo não é livre de esforço, já que enfrentam dificuldades para acessar crédito, infraestrutura e reconhecimento institucional em comparação com mulheres brancas ou homens que atuam nos mesmos espaços. Assim, observá-la sob essa ótica oferece pistas sobre como esses arranjos produtivos podem ser tensionados e transformados por meio da atuação dessas mulheres.

Assim, nesta seção, apresento as sujeitas da pesquisa, com o objetivo de situar quem são as pessoas que compõem o corpus deste estudo. A investigação se concentra em revelar as experiências e perspectivas dessas mulheres no contexto da economia solidária, considerando como suas identidades interseccionais – marcadas por gênero, raça, classe e zoneamento (rural ou urbano) – conformam suas vivências e os desafios que enfrentam.

A observação dessas mulheres na economia solidária é fundamental para desvendar as dinâmicas de exclusão e resistência que perpassam suas trajetórias. Historicamente, as mulheres negras têm sido invisibilizadas e marginalizadas nos processos produtivos, enfrentando múltiplas camadas de opressão. No entanto, suas práticas e lutas desafiam esses contextos e evidenciam estratégias de resiliência, fortalecimento comunitário e reconfiguração do papel das políticas públicas em suas vidas.

Ao longo deste capítulo, são detalhados os perfis das participantes da pesquisa, destacando suas características sociodemográficas, a participação nos empreendimentos solidários e os contextos em que estão inseridas. A análise evidencia as dinâmicas interseccionais que atravessam as suas trajetórias, trazendo os desafios enfrentados e as formas de resistência e organização que impulsionam sua autonomia econômica e social. Além disso, o capítulo explora como essas experiências contribuem para compreender as potencialidades e limitações dos Cesols no que se refere as ações voltadas para a inclusão e valorização das mulheres negras na economia solidária.

6.1 Onde estão as mulheres negras na economia solidária?

As mulheres negras mobilizam saberes ancestrais, vínculos comunitários e estratégias de resistência para construir alternativas econômicas viáveis em meio a contextos de exclusão. Gonzalez (1984), destaca como a história colonial brasileira relegou às mulheres negras papéis subalternos, cristalizados na figura da “doméstica” e da “mãe preta”. Nesse processo, elas reafirmam sua centralidade como agentes econômicos e como guardiãs de práticas coletivas

que fortalecem suas comunidades e desafiam as estruturas históricas de desigualdade. A economia solidária, ao propor práticas coletivas de autogestão e reciprocidade, conforme França Filho (2008), se situa como um contraponto a essa herança colonial, ao valorizar saberes locais e redes de cooperação.

Como apontado por Crenshaw (2002), a interseccionalidade é essencial para compreender como as discriminações de gênero e raça interagem para aprofundar desigualdades. Nesse sentido, analisar a atuação das mulheres negras no campo da economia solidária evidencia os desafios enfrentados e ressalta suas contribuições como agentes econômicos e sociais.

Para trazer o aspecto empírico desta pesquisa, foram obtidas as respostas ao questionário aplicado exclusivamente a mulheres selecionadas de forma aleatória e que fazem parte de grupos atendidos pelos Cesols. As observações dessas participantes foram essenciais para compreender as dinâmicas de inclusão e exclusão que permeiam suas trajetórias uma vez inseridas na carteira ativa do Cesol.

Dos 68 questionários respondidos, 50 foram validados por atenderem ao critério das respondentes se autodeclararem negras (pretas e pardas), estas estavam distribuídas entre diferentes faixas etárias, estados civis e níveis de escolaridade. No que se refere à idade, a pesquisa identificou que 38,0% das mulheres têm entre 40 e 50 anos, enquanto 16,0% estão acima dos 60 anos, demonstrando uma significativa representatividade de mulheres maduras nos empreendimentos. A predominância de mulheres maduras na economia solidária pode estar relacionada à busca por maior autonomia econômica e ao acúmulo de experiência, permitindo que elas desenvolvam estratégias mais eficazes de sobrevivência. Faixas etárias mais jovens, entre 20 e 30 anos, são menos expressivas, correspondendo a apenas 10%. Este dado sugere, ainda, que a entrada nos empreendimentos de economia solidária pode estar relacionada a momentos mais tardios da vida, especialmente em contextos marcados pela necessidade de complementação ou reestruturação de renda, contudo a análise da faixa etária só foi possível ser realizada após os dados coletados, não permitindo maior aprofundamento para perceber os fatores que levaram a baixa representatividade de mulheres mais jovens. Esse fenômeno é atravessado pelo contexto de exclusão histórica, que, como destacado por Lélia Gonzalez (1984), mantém intactas as hierarquias de gênero e raça instituídas no período colonial. Além disso, Kraychete (2000) já apontava que a economia solidária acolhe com frequência pessoas excluídas do mercado formal de trabalho, o que contribui para explicar a inserção tardia dessas mulheres nos empreendimentos.

A maior parte das respondentes é casada (34,7%), seguida de solteiras (32,6%), enquanto 12,2% vivem em união estável e uma proporção semelhante (12,2%) é composta por mulheres divorciadas. Essa diversidade em estados civis reflete a pluralidade das configurações familiares que integram os empreendimentos solidários. Quanto ao número de filhos, quase metade das mulheres (46,9%) declarou ter dois ou três filhos, e 18,4% afirmaram não ter filhos, o que pode indicar maior disponibilidade de tempo para se dedicarem aos empreendimentos no caso dessas últimas.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, predominam mulheres com ensino médio completo (40,8%). Além disso, 18,3% possuem ensino superior completo, enquanto 8,1% chegaram ao nível de pós-graduação. Entretanto, uma parcela significativa ainda se encontra nos níveis básicos de educação, com 6,1% possuindo apenas o ensino fundamental incompleto e 4,0% o médio incompleto. Gonzalez (1984) denunciava o racismo nas relações de trabalho que associa mulheres negras a serviços domésticos, mesmo quando qualificadas, o que explica por que, apesar da escolaridade, muitas permanecem confinadas a atividades de baixo valor agregado, diplomas não anulam a discriminação racial no acesso a posições de prestígio. Esse dado aponta para a necessidade de iniciativas voltadas à qualificação e ao acesso à educação para fortalecer a atuação dessas mulheres.

A identidade racial das participantes, composta intencionalmente por mulheres negras (pretas e pardas), destaca a predominância de pardas (73,5%), seguidas por pretas (24,5%). Essa escolha reflete o foco do estudo em compreender as experiências de mulheres racializadas no contexto da economia solidária, evidenciando o caráter interseccional que atravessa suas trajetórias. Apenas 2,0% das participantes se identificaram como amarelas ou brancas, mas não seguiram nas respostas do questionário.

No que tange a diversidade dos territórios em que estão inseridas: 45,6% residem em áreas urbanas, 43,4% em zonas rurais e 8,6% em áreas periurbanas apontam para a importância da economia solidária como uma estratégia relevante em contextos rurais, urbanos e periurbanos. Essa distribuição reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam as especificidades locais, promovendo ações mais eficazes para fortalecer os empreendimentos solidários em seus respectivos contextos. Rönnblom (2008 *apud* Medeiros, 2019) já alertava para a “cegueira espacial” do Estado ao formular políticas sem considerar contextos históricos e geográficos.

Quando questionadas sobre suas fontes de renda, 23,9% das participantes mencionaram aposentadoria ou pensão, mesma proporção das que têm trabalho assalariado. Já 17,3% indicaram o empreendimento solidário como principal fonte de sustento, seguido por benefícios

sociais (15,2%). É importante pontuar que 19,7% das participantes optaram por não responder à questão. Outras atividades, como agricultura e mariscagem, aparecem com menor frequência. Esses dados reforçam o papel dos empreendimentos solidários como complementação de renda em um contexto de vulnerabilidades econômicas.

Quadro 11 - Perfil das Mulheres Negras nos Empreendimentos Solidários (dados do questionário)

Categoria	Dados	Percentual	Análise Crítica
Faixa Etária	40-50 anos	38%	Predomínio de mulheres maduras (acúmulo de experiência e busca por autonomia tardia)
	Acima de 60 anos	16%	
	20-30 anos	10%	Baixa representatividade jovem (possível barreira de entrada precoce)
Território	Área urbana	45.6%	Necessidade de políticas adaptadas ao contexto urbano
	Zona rural	43.4%	Fortalecimento de economias locais e tradicionais
	Periurbana	8.6%	
Identidade Racial (autoidentificação)	Pardas	42.8%	A pesquisa concentrou em mulheres negras
	Pretas	24.5%	
Fonte de Renda	Aposentadoria/trabalho assalariado	23.9%	Empreendimentos como complementação (não atividade principal)
	Empreendimento solidário	17.3%	Empreendimento como única renda

Fonte: Elaboração própria (2025)

A participação nesses empreendimentos tem gerado impactos positivos para a maioria das mulheres. Mais da metade (54,3%) relatou que sua vida financeira melhorou muito após ingressar no campo da economia solidária, enquanto 41,3% indicaram que houve uma melhora parcial. Apenas 4,3% não perceberam mudanças em sua condição financeira. A melhoria financeira relatada por 54,3% das mulheres – embora relevante – não elimina a crítica de Wellen (2008) sobre a “economia solidária como nicho de mercado”, que transforma valores éticos em mercadoria. Esses resultados indicam, ainda, que mesmo diante de desafios como desigualdades sociais, raciais e de gênero, a economia solidária tem se mostrado uma estratégia positiva para a busca por autonomia financeira. A defesa de França Filho (2002), é de que esse arranjo produtivo deve ser um projeto pedagógico, combinando geração de renda e resgate de saberes, o que justifica a melhoria financeira vinculada ao empoderamento coletivo.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas são diversas e incluem questões profundas e enraizadas na sociedade assim como desafios conjunturais. O acesso ao crédito foi apontado como a principal dificuldade por 23,9% das participantes, seguido pela concorrência no

mercado (13,0%) e pela falta de qualificação técnica (8,7%). Essas questões, segundo Crenshaw (2002), revelam a dimensão da interseccionalidade, onde o racismo e o sexismo se entrelaçam para limitar o acesso a recursos e oportunidades. Essas dificuldades corroboram com a necessidade de políticas públicas que possam atender às demandas específicas das mulheres negras, especialmente no que tange à capacitação e ao fortalecimento de seus empreendimentos.

Além disso, a pesquisa identificou barreiras que dificultam a plena participação dessas mulheres na economia solidária. A falta de políticas públicas específicas foi mencionada por 43,4% das respondentes, enquanto 15,2% relataram a sobrecarga de trabalho doméstico como um obstáculo significativo. Outra barreira importante foi a baixa representatividade em espaços de liderança (15,2%), apontando para a reprodução de desigualdades de gênero e raça mesmo em um modelo que se propõe inclusivo. Davis (2016) já denunciava a dupla jornada das mulheres negras, confinadas ao trabalho reprodutivo não remunerado, o que limita sua participação política. Sueli Carneiro (2023) acrescenta que o patriarcado combinado com o racismo reserva às mulheres negras papéis de execução de tarefas. Esses dados apontam para uma combinação de fatores que limitantes e refletem desigualdades históricas e sociais que permeiam a esfera pública e privada. A carência de políticas públicas específicas revela uma negligência governamental em atender às necessidades desse grupo. Essa carência compromete a construção de um ambiente mais equitativo e de oportunidades concretas.

Por sua vez, a sobrecarga de trabalho doméstico evidencia a perpetuação das normas sociais que impõem às mulheres, especialmente às negras, o peso desproporcional das responsabilidades de cuidado, limitando o tempo e os recursos que poderiam ser dedicados à sua participação ativa nos empreendimentos, comprometendo a produtividade e, consequentemente, os resultados financeiros.

A baixa representatividade em espaços de liderança reforça a exclusão em processos decisórios que deveriam ser mais inclusivos. Essa falta de diversidade em posições de liderança limita a capacidade da política pública responder às demandas dessas mulheres.

As participantes também relataram percepções importantes sobre os Cesols. Para 45,6% das mulheres, o papel dos Cesol é avaliado como muito bom, enquanto 30,4% o consideram bom. Contudo, 8,7% afirmaram que não receberam apoio suficiente dos Cesols, destacando a necessidade de maior abrangência e efetividade dessas iniciativas. Sobre as ações específicas voltadas para mulheres negras, 54,3% consideraram que elas atendem plenamente às suas necessidades, mas 19,5% acreditam que o atendimento é apenas parcial.

Os dados apresentados revelam percepções relevantes sobre o papel dos Cesols e suas ações, embora não tenham sido concebidas especificamente para esse público. Embora o

balanço geral das avaliações seja positivo, com 45,6% considerando o papel do Cesol como “muito bom” e 30,4% como “bom”, os números também revelam lacunas e limitações que merecem atenção crítica. O dado de que 8,7% das participantes afirmarem não ter apoio recebido suficiente sugere a existência de barreiras na acessibilidade e na efetividade das ações. Isso pode refletir uma distribuição desigual de recursos ou a dificuldade em atender às demandas específicas de determinados grupos ou territórios. Essa ambiguidade reflete a tensão entre paradigmas da Sociologia da Ação Pública (Lascoumes e Le Galès, 2012): os Cesols materializam o Sociocentrismo ao integrar sociedade civil, mas mantêm vícios Estadocêntricos, como centralização de recursos. Parken e Young (2007 *apud* Medeiros, 2019) reforçam que a igualdade exige incorporar raça, gênero e classe em todas as fases das políticas, não apenas na retórica, o que explica a insatisfação parcial.

No que diz respeito às ações específicas, é relevante que 54,3% consideram que as atividades atendem às suas necessidades. Contudo, a percepção de atendimento apenas parcial por 19,5% dos participantes expõe uma fragilidade que não pode ser ignorada. É fundamental que as políticas públicas reconheçam as especificidades das mulheres negras, promovendo estratégias que desafiem as hierarquias de poder. Essa insatisfação parcial pode estar relacionada à falta de interseccionalidade nas estratégias instituídas, isto é, à dificuldade em abordar de maneira integrada questões como racismo, desigualdade de gênero e precariedade econômica.

Esses achados, interpretados com base no referencial teórico desta pesquisa, evidenciam como as múltiplas opressões que atingem as mulheres negras na economia solidária, ao mesmo tempo, destacam os limites quanto às possibilidades das políticas públicas e práticas econômicas-solidárias como instrumentos de emancipação.

Um dos principais achados é a percepção de melhora financeira entre a maioria das participantes, com 54,3% relatando grande melhora e 41,3% apontando melhora parcial. Essa experiência reflete o potencial imediato da economia solidária em responder a demandas básicas de sobrevivência e contribuição para autonomia econômica. No entanto, a persistência de barreiras como o acesso limitado ao crédito (23,9%) e a concorrência desigual no mercado (13,0%) evidencia que a economia solidária e sua política, enquanto prática econômica, ainda enfrenta dificuldades em romper com estruturas sistêmicas de exclusão e precarização. Medeiros (2019) defende que políticas interseccionais devem combinar redistribuição econômica (crédito, capacitação) e reconhecimento simbólico (representatividade, valorização cultural), o que ainda é insuficiente nos Cesols.

Outro ponto de tensão observado é a relação entre participação política e liderança. Embora 54,3% das participantes reconheçam que a economia solidária trouxe mais oportunidades de liderança e 65,2% afirmem que fortaleceu sua atuação política, 15,2% apontaram a baixa representatividade em espaços de decisão como uma barreira significativa. Essa disparidade reflete uma liderança periférica, onde as mulheres negras ocupam posições de destaque dentro de seus empreendimentos, mas têm acesso limitado às instâncias mais amplas de decisão e formulação de políticas.

Além disso, as barreiras interseccionais aparecem de forma contundente nos dados. A sobrecarga de trabalho doméstico, mencionada por 15,2% das participantes, e a falta de políticas públicas específicas (43,4%) são exemplos de como as desigualdades de gênero, raça e classe se sobrepõem, criando condições que dificultam o pleno acesso dessas mulheres a possíveis benefícios que podem ser gerados pela proposta das práticas econômicas-solidárias, quais sejam: vendas coletivas, espaços colaborativos de comercialização, acesso a recursos públicos, etc.

Embora os Cesols sejam percebidos como importantes, sua capacidade de atender de forma equitativa às necessidades das mulheres negras é questionável. As demandas recorrentes por formação técnica, maior acesso ao crédito e fortalecimento da representatividade indicam que as políticas, embora bem-intencionadas, permanecem ancoradas em ações complementares, sem alcançar o caráter transformador necessário para enfrentar desigualdades históricas.

Apesar de ser considerada uma estratégia de inclusão, as experiências das participantes mostram que, em muitos casos, a economia solidária ainda reproduz as desigualdades presentes em outros modelos econômicos. A discriminação racial mencionada por 8,7% das participantes, somada às dificuldades no mercado e à baixa presença em espaços de decisão, reforça a crítica de que a economia solidária, enquanto proposta inclusiva, muitas vezes ignora as dinâmicas raciais que atravessam os contextos econômicos e sociais. Esses dados estão alinhados à discussão presente na tese sobre a retórica da inclusão, que muitas vezes opera como um discurso vazio sem mudanças significativas.

Por fim, as mulheres negras inseridas na economia solidária demonstram um profundo potencial de resistência e transformação. Mesmo diante das barreiras mencionadas, sua participação fortalece suas redes econômicas e desafia as dinâmicas excludentes na própria economia solidária. As demandas levantadas, como o fortalecimento da representatividade, o acesso ao crédito e as formações técnicas, apontam caminhos para uma economia solidária mais inclusiva e efetiva. Esses achados reiteram a necessidade de pensar políticas públicas incorporando a perspectiva interseccional como eixo central para garantir os resultados por ela

esperados. A partir dos referenciais de Crenshaw (2002), Gonzalez (1984) e Davis (2016), conclui-se que a integral inclusão das mulheres negras nesse campo depende de ações afirmativas que combinem gênero, raça e classe, desafiando as dinâmicas de exclusão histórica.

6.2 Mobilizando vidas: as dimensões da interseccionalidade e da economia solidária

Após a análise dos dados coletados por meio dos questionários, as entrevistas em profundidade foram conduzidas com o objetivo de explorar e aprofundar questões que os questionários não conseguiram abordar de maneira satisfatória. As entrevistas permitiram acessar percepções mais detalhadas das mulheres negras envolvidas nos empreendimentos econômicos solidários, fornecendo uma visão ampliada de suas experiências, desafios e estratégias de resistência. Essa abordagem qualitativa possibilitou compreender, de forma mais complexa, como as políticas públicas de economia solidária impactam a vida dessas mulheres e quais barreiras ainda precisam ser superadas para que a autonomia sociopolítica e financeira se torne uma realidade.

O quadro a seguir reúne informações básicas sobre as participantes das entrevistas. Esses dados apresentam aspectos gerais do perfil dessas mulheres, fornecidos como ponto de partida para aprofundar a análise de suas experiências e desafios no contexto da economia solidária. Para preservar a privacidade e garantir a confidencialidade das participantes, foram adotados codinomes inspirados em plantas tropicais brasileiras. As plantas representam elementos da biodiversidade nacional, carregam simbolismos de força, resistência e conexão com a terra, características que ressoam com as trajetórias das mulheres retratadas.

Quadro 7 – Perfil das entrevistadas

Nome	Idade	Ocupação	Zona	Município	Tempo no Empreendimento	Filhos	Renda
Ipê	62	Produtora rural	Rural	Muritiba	8 anos	4 filhos	2 salários-mínimos
Jatobá	39	Catadora	Urbana	Lauro de Freitas	16 anos	Sem filhos	1 salário-mínimo
Cajazeira	43	Artesã	Urbana	Itabuna	4 anos	2 filhos, sendo mãe atípica	1 salário-mínimo
Buriti	28	Empreendedora	Rural	Andaraí	13 anos	4 filhos	1 salário-mínimo
Aroeira	42	Produtora rural e associada	Rural	Cafarnaum	6 anos	2 filhos	1 salário-mínimo

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os dados apresentados no quadro evidenciam a diversidade de perfis das mulheres envolvidas nos empreendimentos econômicos solidários. As idades variam de 28 a 62 anos, indicando a presença de diferentes gerações nos empreendimentos, o que demonstra a intergeracionalidade dessas iniciativas. A maior parte das participantes possui filhos, muitas vezes equilibrando as responsabilidades maternas com suas atividades econômicas. Essa dinâmica dialoga diretamente com as reflexões de Gonzalez (1979), que aponta como o trabalho das mulheres negras é atravessado por condições que perpetuam desigualdades de gênero e raça, muitas vezes naturalizando as responsabilidades com o cuidado como parte inerente de suas existências, sem o devido reconhecimento do esforço envolvido.

A distribuição geográfica das participantes também é significativa: enquanto algumas atuam em zonas rurais, como Ipê, Buriti e Aroeira, outras estão inseridas em contextos urbanos, como Jatobá e Cajazeira. Essa distinção aponta para dinâmicas distintas de acesso a recursos, redes de apoio e oportunidades de mercado, refletindo desafios específicos que dependem do contexto de atuação. A interseccionalidade revela como a localização social e os marcadores como raça, gênero e espaço impactam de forma diferenciada a vida de mulheres negras. A atuação em contextos urbanos e rurais ilustra como o racismo e as desigualdades regionais influenciam diretamente as oportunidades e os desafios enfrentados pelas participantes. Nesse sentido, as mulheres negras rurais recorrentemente enfrentam barreiras ainda mais acentuadas devido à intersecção entre racismo, desigualdade de gênero e exclusão territorial, o que demanda abordagens políticas específicas para lidar com tais dinâmicas.

Em relação ao tempo de envolvimento nos empreendimentos, observa-se uma ampla variação, de 4 a 16 anos. Esse dado reforça que, para muitas, os empreendimentos representam um caminho de longo prazo para a geração de renda e autonomia. No entanto, a renda obtida permanece limitada, com a maioria das participantes recebendo em torno de um salário-mínimo, o que evidencia a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para o aumento da sustentabilidade financeira dessas iniciativas. Nesse sentido, Gonzalez (1984) enfatiza como as desigualdades econômicas e sociais estruturam a inserção da mulher negra em trabalhos marcados pela precariedade, reforçando sua posição marginal em sistemas de produção capitalistas e patriarcais. Além disso, Wellen (2008) oferece uma crítica pertinente à economia solidária ao apontar que, sem mecanismos de redistribuição e transformação social, essas iniciativas correm o risco de reproduzir as mesmas desigualdades que buscam superar.

Além disso, aspectos como maternidade atípica, mencionada no perfil de Cajazeira, evidenciam a importância de considerar especificidades individuais e familiares na formulação de políticas e estratégias de apoio. Esse elemento remete à noção de invisibilidade

interseccional ao destacar como as experiências únicas de mulheres que enfrentam múltiplas formas de discriminação frequentemente escapam às análises generalistas, demandando políticas que abordem essas particularidades de maneira ampla e inclusiva. Oliveira e Araújo (2022) complementam que a interseccionalidade, quando utilizada como método, permite identificar essas nuances e formular instrumentos de política pública mais eficazes, como observado nos Cesols, onde a ausência dessa perspectiva pode perpetuar desigualdades.

Esses elementos mostram que as experiências vividas pelas mulheres nos empreendimentos não são homogêneas, mas marcadas por intersecções que influenciam suas trajetórias e perspectivas. A análise detalhada das entrevistas oferece uma visão multifacetada das experiências vivenciadas pelas mulheres negras nos empreendimentos econômicos solidários, ressaltando a interseção entre avanços individuais, impactos coletivos e os desafios persistentes. Como Gonzalez (1979) sugere, é essencial que as análises incorporem a historicidade e opressões que conformam essas trajetórias, para que possam ser implementadas estratégias transformadoras que atendam às necessidades concretas dessas mulheres. Essa abordagem é corroborada por Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021), que destacam que os instrumentos de políticas públicas devem ser projetados de forma a refletir e transformar as estruturas sociais nas quais estão inseridos.

Esses relatos são fundamentais para compreender como essas políticas públicas operam na prática, ao mesmo tempo em que revelam lacunas que precisam ser enfrentadas. Como Lima e Queiroz (2014) apontam, o reconhecimento e a visibilidade do trabalho das mulheres são importantes para superar desigualdades e fortalecer os impactos positivos das iniciativas solidárias, ampliando sua capacidade de transformação social. No entanto, Wellen (2008) alerta para o risco de que a economia solidária, ao ser inserida nos interstícios do capitalismo, acabe por reproduzir as mesmas dinâmicas de exploração que busca superar, caso não se atente para a centralidade de raça e gênero em sua formulação.

Os dados apontam que a autonomia sociopolítica apareceu como uma conquista para muitas participantes. Ao longo das entrevistas, elas relataram terem passado transformações significativas em suas capacidades de articulação política e participação comunitária. O relato de Ipê exemplifica essa mudança: “Eu não falava nada, a partir desse movimento, hoje eu me sinto obrigada a falar, hoje já vou até o vereador e o prefeito levar o que precisa ser resolvido”. Essa evolução dialoga diretamente com Gonzalez (1984), que destaca a importância de criar espaços em que mulheres negras possam reivindicar e legitimar suas vozes, rompendo com a posição historicamente marginalizada que lhes foi atribuída. Nesse sentido, Gaiger (2009) complementa que o movimento de economia solidária pode oferecer um espaço de formação

política e fortalecimento coletivo, o que pode contribuir para que essas mulheres se tornem agentes transformadoras de suas comunidades.

A inserção nos empreendimentos solidários proporcionou uma nova percepção de legitimidade e representação para as interlocutoras, que passaram a ocupar espaços de liderança em suas localidades. A representatividade em eventos também foi destacada como um dos avanços promovidos pelas políticas de apoio. Segundo Jatobá:

O Cesol tem nos ajudado a sermos mais representativas, ele leva nós para eventos. Antigamente era uma discriminação total mesmo, né? Era negro, eu sentia como que não fosse gente, né? Hoje eu mesmo me sinto firme, não baixo a minha cabeça por alguém dizer que não me valoriza. Porque eu que me valorizo, o importante é me valorizar, o importante é me gostar.

Esse apoio institucional fortalece a presença das mulheres nesses espaços e capacidade de dialogar em prol de suas comunidades. Essa análise encontra eco na teoria de interseccionalidade, fortalecendo o argumento que espaços de representatividade são fundamentais para confrontar as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por mulheres negras, ao mesmo tempo em que permitem a articulação de demandas específicas e coletivas. Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) reforçam a necessidade de desenhar instrumentos de política pública que possibilitem maior reflexividade e participação, criando condições para uma transformação estrutural efetiva.

Outro elemento de destaque é o engajamento em movimentos locais. Conforme relatado por Ipê: “A partir do SESOL, comecei a participar mais das decisões na comunidade. Eu saio do meu local para ir até onde tem alguma coisa para levar, para melhorar, tipo hoje aqui, então eu achava que ia poder trazer alguma coisa pra lá”. Essa experiência reflete o fortalecimento da articulação política e da mobilização em prol de melhorias coletivas.

De maneira semelhante, Aroeira destacou a importância de redes de apoio:

Dentro das associações, criamos uma rede de apoio que nos ajuda a enfrentar as dificuldades da vida. Essa rede de apoio que tem ajudado, que a gente precisa, eu sou a favor e eu sempre digo que eu acho que dentro dos Centros Públicos deveria-se ter atendimento psicológico. Porque tem muitas mulheres que precisam desse atendimento psicológico.

Esse tipo de organização se alinha à noção de redes de solidariedade e resistência comunitária discutida por Lima e Queiroz (2019), que destacam como essas redes oferecem suporte emocional e ampliam o alcance das ações políticas e econômicas de mulheres em contextos de vulnerabilidade. Esse ponto também dialoga com Halpern, Lascoumes e Le Galès

(2021), ao destacar como os instrumentos de ação pública podem contribuir para fortalecer essas redes quando desenhados para incentivar a participação comunitária.

As demandas comunitárias também aparecem como um eixo dessa categoria. Aroeira ressaltou que: “Sempre levamos nossas necessidade pro prefeito e vereadores para buscar melhorias para o quilombo”. Essa prática revela a articulação entre os empreendimentos solidários e as necessidades locais, promovendo um diálogo mais direto com as instâncias de poder. Para Gonzalez (1984), essas práticas são fundamentais para desestabilizar a narrativa hegemônica que invisibiliza as contribuições políticas das mulheres negras, destacando sua agência em transformar realidades locais a partir de suas vivências e conhecimentos. Além disso, Oliveira e Araújo (2022) apontam que a interseccionalidade como método pode ser uma ferramenta importante para identificar e priorizar essas demandas, articulando políticas públicas que realmente respondam às especificidades locais e interseccionais.

Por fim, a mobilização política foi mencionada por Cajazeira como uma das maiores conquistas: “A mobilização política é algo que nos fortaleceu, principalmente para lutar por melhorias para o nosso grupo e para o artesanato”. Esse relato demonstra como a economia solidária se torna um instrumento para que as mulheres negras ampliem sua participação cidadã, enfrentem desigualdades e lutem por melhorias em suas comunidades.

A seguir, quadro sintético das categorias mobilizadas para as análises das falas das interlocutoras:

Quadro 13 – Categoria de análises das falas das interlocutoras

Categoria	Definição no Texto
Autonomia Sociopolítica	Capacidade de articulação política e participação comunitária
Autonomia Financeira	Geração de renda e desafios econômicos nos empreendimentos
Representatividade e Liderança	Reconhecimento e espaços de decisão
Redes de Apoio Comunitário	Estratégias coletivas de enfrentamento às adversidades
Valorização Cultural	Identidade cultural expressa nos produtos e processos
Barreiras Interseccionais	Sobreposição de opressões (raça, gênero, território)
Capacitações e Formações	Impacto e lacunas nos processos formativos
Acesso a Mercados	Desigualdades na comercialização e visibilidade

Fonte: Elaboração própria (2025).

Essa transformação, no entanto, não se restringe ao âmbito político formal, mas também se reflete no fortalecimento das redes de apoio comunitário. Conforme destacado por Ipê: “Eu acho que acontece mais com mulheres negras. Hoje eu digo que as mulheres negras estão tendo mais apoio até. A gente vê que a gente, na comunidade mesmo, a gente se ajuda mais, é como uma rede”. Essas redes, conforme Gonzalez (1979), representam espaços de construção coletiva

que vão além das dinâmicas individuais, fortalecendo o senso de comunidade e de resistência compartilhada frente às desigualdades. Gaiger (2004) complementa que esses empreendimentos solidários funcionam como espaços de experimentação sociopolítica, onde a resistência comunitária é reforçada por meio da autogestão e da democracia participativa.

Além disso, a participação nos empreendimentos solidários incentivou a criação de espaços de discussão e articulação coletiva dentro de suas comunidades, fortalecendo a mobilização política e social. Cajazeira enfatizou: “foi com muitas reuniões entre nós e outros artesãos que conseguimos ter hoje o espaço que a prefeitura deu para o artesanato na nossa cidade”. Esses espaços, além de facilitar o compartilhamento de experiências e estratégias, servem como ferramentas de resistência frente às adversidades enfrentadas.

Essa mobilização política e social, embora promissora, ainda enfrenta desafios relacionados à consolidação dessas lideranças em esferas mais amplas, como conselhos municipais ou representações políticas formais. Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) destacam que a falta de integração efetiva entre iniciativas locais e instrumentos institucionais mais amplos pode limitar o impacto dessas mobilizações, reforçando a necessidade de políticas que incentivem uma articulação mais robusta entre os níveis local e regional.

Apesar dos avanços observados, é necessário avaliar criticamente o real alcance da autonomia sociopolítica promovida pelos empreendimentos solidários. Embora muitas mulheres tenham relatado uma maior confiança para participar ativamente de decisões políticas e comunitárias, a estruturação dessas iniciativas ainda carece de maior integração com instâncias formais de poder. As lideranças emergentes, muitas vezes limitadas ao âmbito local, enfrentam dificuldades para influenciar agendas mais amplas ou disputar espaços de decisão política em nível regional e estadual. Além disso, os depoimentos também indicam que a mobilização política não é acompanhada, em todas as situações, por um suporte institucional que possa garantir a continuidade e o fortalecimento dessas articulações.

Assim, a autonomia sociopolítica promovida permanece em um estágio inicial, demandando maior articulação entre as políticas públicas e as demandas específicas das mulheres negras para consolidar avanços mais amplos. Gonzalez (1979) destaca que a perpetuação dessas lacunas reforça as contradições estruturais do sistema, evidenciando a necessidade de abordagens mais integradas e sensíveis às especificidades de gênero, raça e classe nos processos de empoderamento comunitário. Wellen (2008) contribui a esse debate ao problematizar a fragilidade de iniciativas que dependem de suporte pontual e não enfrentam as raízes estruturais das desigualdades.

No que tange à autonomia financeira, os relatos reforçam que os empreendimentos econômicos solidários são percebidos como uma via para a geração de renda. Muitos dos produtos comercializados pelas participantes representam fonte de sustento e conexão direta com as suas identidades e práticas culturais. Cajazeira ilustra bem essa realidade ao afirmar: “Minha renda principal vem do que produzo no empreendimento solidário, já trabalhei de carteira, mas sou mãe atípica, agora não dá mais... assim”. Essa condição também é reforçada por Aroeira, que destacou o impacto positivo do Cesol na comercialização:

O Cesol, ele nos orienta nisso, né (nas vendas)? Ele nos orienta a mandar os nossos produtos pras feiras, levar pras feiras, pras lojas, pros mercadinhos, e fazer uma apresentação do nosso trabalho. Nisso, a gente vai apresentando o nosso trabalho e buscando o meio pra conseguir o selo, né? Pra gente sair dessa pequenez, né? Conseguir levar o nosso produto mais além, recebendo a qualidade, né? A valorização que o produto realmente tem quem comprar.

Essa perspectiva reflete a importância da interseccionalidade no entendimento das relações de opressão e superação ao enfatizar que as políticas públicas devem considerar como os marcadores de raça, gênero e classe se sobrepõem na vida das mulheres negras, influenciando suas experiências econômicas e sociais.

As entrevistas apontaram que o apoio institucional tem sido importante para mitigar desafios logísticos e ampliar a comercialização. Jatobá relatou que: “O Cesol nos ajudou a levar nossos produtos para os mercados e diminuir o desperdício. A gente trabalha com hortaliças, morangos e bananas. E frutas cítricas, que é limão. E a gente está ali tentando melhorar, trazer um aproveitamento melhor para o nosso produto” enquanto também destacou o suporte para participação em feiras: “Eles nos ajudam com transporte para levar produtos e participar de eventos”. No entanto essas iniciativas, embora positivas, devem ser analisadas sob o prisma das desigualdades que as mulheres negras enfrentam. Carneiro afirma que a histórica subordinação das mulheres negras no Brasil, fruto de um racismo, perpetua desigualdades que não podem ser superadas apenas com intervenções pontuais, mas exigem mudanças mais profundas:

A gente precisa de transporte para transportar. Só o que a gente tá precisando agora é isso. Porque nossos produtos já são de qualidade, nossos produtos já tem rotulagem, tem toda a parte nutricional, e a gente tem acompanhamento de nutricionista lá no nosso empreendimento. A gente tem tudo, a gente tá precisando... Agora só do transporte (Buriti).

Para além de políticas pontuais, é necessária uma transformação institucional que integre as demandas das mulheres negras em instrumentos que dialoguem com suas

especificidades e as reconheçam como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, e para tal, é condição a criação de espaços de escutas e atendimentos efetivos das suas demandas.

Além disso, o acesso aos mercados ampliados, embora facilitado, é comumente marcado por desigualdades que dificultam a negociação de preços justos e a competição em condições igualitárias. A organização e a negociação em torno de preços justos surgiram como um elemento central, mas que ainda enfrenta limitações na construção da autonomia financeira. Buriti enfatizou:

A gente trabalha para garantir aqueles produtos saudáveis, todo cuidado com os alimento, de vender só coisas boas, saudáveis e por um preço justo. Porque assim, a gente precisa ter um reconhecimento, ter um lugar, um espaço, pra gente vender o nosso produto. Mas a gente tá lá debaixo de chuva, de sol, e as forças maiores não vêem isso, né? Um lugar específico pra o reconhecimento do produto. Porque nós queria valorizar mais, né?

Contudo, as mulheres negras enfrentam um duplo fardo ao tentar se posicionar no mercado: além de serem excluídas por questões raciais e de gênero, são frequentemente invisibilizadas, mesmo em iniciativas que visam equidade. Essa perspectiva é essencial para compreender como a interseccionalidade molda as dinâmicas econômicas e reforça as desigualdades.

O que a gente produz, muitas vezes a gente não tem para onde escoar. É muito limitado essa questão de feira, é muito limitada essa questão de onde comprar, de onde colocar. Eu acho que a gente precisa ampliar as lojas colaborativas, incentivar essas mulheres a mais ter lojas colaborativas, parcerias com hotéis, com o trade turístico mesmo, das nossas cidades e regiões. a gente produz, mas não tem para quem vender. Então, muitas vezes, isso é o que impede a gente de avançar. É muito mais fácil uma mulher branca chegar dentro de um hotel e colocar, ou até mesmo no aeroporto, colocar um estande para venda do que uma mulher preta (Cajazeira).

Enquanto isso, Collins e Bilge (2021) argumentam que o trabalho não é apenas uma fonte de renda, mas também um espaço onde as relações de poder são negociadas e contestadas. No contexto da economia solidária, as mulheres negras estão criando novos significados para o trabalho, desafiando as estruturas tradicionais do capitalismo que desvalorizam com frequência suas contribuições. Essa reconstrução, no entanto, ainda é limitada por barreiras sistêmicas, que precisam ser enfrentadas por políticas públicas mais abrangentes e interseccionais, como bem exemplificado por Cajazeira.

As feiras locais também se destacaram como espaços de fortalecimento econômico e social, mas não estão isentas de desafios que afetam a real transformação das condições de vida das mulheres negras. Conforme relatado por Buriti: “Hoje consigo comercializar diretamente nas feiras, o que antes era impossível, mas sempre somos colocadas no fundo, no final, onde as pessoas não passam”. Embora essas iniciativas permitam maior visibilidade das mulheres negras, elas muitas vezes reforçam estereótipos históricos, ao mesmo tempo em que limitam o alcance dessas iniciativas ao espaço local. Essa tensão evidencia o desafio de promover transformações mais profundas e sustentáveis no mercado, que frequentemente reproduzem desigualdades.

Por fim, para que a autonomia financeira seja de fato alcançada, é necessário garantir que as mulheres negras tenham acesso a condições equitativas de trabalho e renda, além de políticas que reconheçam e combatam as opressões interseccionais que estruturam suas vidas. A economia solidária, com seus princípios de cooperação e equidade, apresenta-se como uma alternativa promissora, mas precisa ser acompanhada por estratégias de enfrentamento às exclusões e pela ampliação do acesso a mercados e recursos. Conforme Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021), instrumentos públicos de apoio devem integrar aspectos culturais, sociais e históricos para efetivamente transformar essas dinâmicas e garantir maior inclusão.

Sob a perspectiva interseccional, esses desafios não podem ser vistos como barreiras isoladas, mas como o resultado de uma confluência de opressões que afetam as mulheres negras de maneira particular. A comercialização em feiras locais, embora significativa, não garante uma transformação na lógica de mercado que historicamente privilegia grandes produtores ou atores econômicos com mais recursos e acesso. Como Gonzalez (1979) aponta, o racismo e o sexismo cultural no Brasil relegam as mulheres negras a posições subalternas, mantendo-as à margem das oportunidades de mercado. Assim, a experiência das participantes reflete avanços e a necessidade urgente de que as políticas públicas sejam mais incisivas em enfrentar os fatores que limitam o alcance e a sustentabilidade dessas iniciativas.

Um ponto de destaque na análise foi a relevância das capacitações promovidas pelas políticas públicas. As participantes reconheceram que, antes dessas formações, enfrentavam dificuldades técnicas e organizacionais em seus empreendimentos. Ipê relatou: “As capacitações do Cesol nos ajudaram a melhorar a produção de geleias”. Esses treinamentos também abordaram aspectos de comercialização e gestão, permitindo às mulheres vislumbrarem novas possibilidades para ampliar suas atividades.

Há uma carência de formações políticas que abordem diretamente questões relacionadas à consciência racial, ao letramento racial e à desigualdade de gênero. Aroeira mencionou: “Eles

sempre nos informam sobre editais e como participar, mas não falam sobre essas coisas de mulher e homem, de raça”. Essa lacuna reflete a falta de reconhecimento das opressões entrelaçadas que moldam as experiências de mulheres negras, especialmente em contextos econômicos solidários.

Na mesma linha, Ipê pontuou: “A política pública é ampla, mas falta incluir questões de raça e gênero de forma mais trabalhada. Acho que só falaram disso uma vez, mas faz tempo”. Essa percepção reforça a necessidade de uma reestruturação das formações oferecidas, que deveriam incluir um diálogo mais efetivo sobre as questões raciais e as experiências dessas mulheres. bell hooks (2020) ressalta que, sem o reconhecimento da interseccionalidade, as estratégias de empoderamento correm o risco de falhar, uma vez que ignoram as múltiplas formas de opressão que condicionam as possibilidades de agência e autonomia das mulheres negras.

A ausência de um recorte interseccional nas capacitações oferecidas pelos Cesols evidencia um problema mais amplo na formulação de políticas públicas. Como apontam Medeiros (2019) e Rönnblom (2008 *apud* Medeiros, 2019), a interseccionalidade deve estar presente desde a concepção das políticas até sua avaliação, para que seus impactos não reforcem as desigualdades já existentes. A falta de discussão sobre raça e gênero nos processos formativos limita o alcance emancipatório dessas iniciativas, restringindo-se à esfera técnica e negligenciando a complexa rede de opressões que afeta as mulheres negras. O reconhecimento da interseccionalidade é essencial para que políticas de economia solidária promovam a inclusão econômica e fortaleçam a autonomia política das mulheres negras, garantindo que sua participação nesses empreendimentos não se limita à reprodução das exclusões e preconceitos enraizados.

Nesse sentido, também é fundamental que os editais e outras formas de apoio incluam essas perspectivas interseccionais. Em particular, é importante considerar as especificidades do contexto rural, onde as barreiras são ainda mais acentuadas. Para mulheres negras em zonas rurais, como destacado nas entrevistas, o acesso a transporte e infraestrutura é limitado, restringindo significativamente suas oportunidades de comercialização e gerando impacto na produção

Aroeira destacou o impacto do reconhecimento comunitário: “Hoje consigo me falar melhor e sou vista como referência na comunidade”. No entanto, esse reconhecimento não é suficiente para garantir que essas lideranças sejam valorizadas em esferas mais amplas, como as instituições políticas formais. Essa limitação foi reforçada por Jatobá: “A liderança negra precisa de mais reconhecimento e valorização, as pessoas não acreditam que somos presidente

de associação quando a gente vai para os eventos em outros lugares”. Sueli Carneiro (2023) argumenta que, sem um esforço consciente para incluir lideranças negras em espaços formais de poder, as estruturas de exclusão tendem a se perpetuar, limitando o impacto transformador dessas lideranças. O racismo presente em contextos institucionais muitas vezes restringe a capacidade de mulheres negras se posicionarem como protagonistas.

Além disso, a valorização cultural desempenha um papel central nos empreendimentos. As interlocutoras artesãs apontaram que os produtos criados e comercializados não são apenas mercadorias, mas carregam elementos de suas identidades culturais e históricas. Esses produtos, frequentemente inspirados em tradições afro-brasileiras e rurais, são uma forma de resistência simbólica e de reafirmação de pertencimento, especialmente em um contexto de marginalização histórica. Cajazeira destacou: “O que produzimos carrega a história do nosso povo. Não é apenas vender, é mostrar quem somos”. Esse cenário reforça o que bell hooks (2020) descreve como a “política de valorização cultural”, em que a reafirmação da identidade negra se torna uma ferramenta de resistência frente às forças desumanizadoras do capitalismo global. Contudo, como Collins e Bilge (2021) destacam, essa resistência simbólica deve ser acompanhada de uma transformação nas dinâmicas econômicas e sociais, garantindo que as mulheres negras não sejam apenas vistas como representantes culturais, mas também como agentes econômicas.

Um dos desafios recorrentes mencionados pelas participantes foi a dificuldade de garantir a sustentabilidade e a continuidade dos empreendimentos solidários. Embora muitas iniciativas tenham avançado em termos de geração de renda e fortalecimento comunitário, a dependência de apoios externos e a ausência de políticas públicas de longo prazo criam um cenário de vulnerabilidade para os empreendimentos. Cajazeira comentou: “A gente nunca sabe se o apoio vai continuar, e isso deixa a gente insegura, se no mês seguinte ainda vai ter o Cesol”. Essa insegurança reflete a falta de uma infraestrutura política e econômica sólida que considere as especificidades das populações negras e de suas comunidades, urbanas ou rurais, expondo as limitações no financiamento da política. Essa dependência também reforça o que Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) descrevem como a necessidade de instrumentos públicos que promovam autonomia em vez de dependência, criando condições para sustentabilidade.

As redes de cooperação solidária surgiram como um dos principais pilares para o fortalecimento dos empreendimentos. Essas redes ampliam as possibilidades de comercialização e criam espaços de trocas de experiências e fortalecimento coletivo. Jatobá destacou: “As parcerias entre associações ajudam a gente a superar dificuldades que, sozinhas, seriam impossíveis. A gente se encontra nas feiras, nos eventos, nas conferências. É sempre um

momento de fortalecimento”. As redes de solidariedade entre mulheres negras é um instrumento poderosos de resistência coletiva, contudo, essas redes devem ser constantemente aprimoradas para garantir que as vozes das mulheres negras sejam priorizadas, evitando que suas especificidades sejam diluídas dentro de uma abordagem genérica de cooperação.

Essas análises evidenciam que, para que os empreendimentos econômicos solidários sejam efetivamente transformadores, é essencial que as políticas públicas sejam repensadas a partir de uma perspectiva interseccional. Isso inclui o fortalecimento das lideranças negras, o reconhecimento cultural das produções e a implementação de estratégias que garantam a continuidade, sustentabilidade e autonomia dessas iniciativas. Incorporar essas dimensões é necessário para reverter as desigualdades históricas e promover mudanças estruturais que beneficiem as mulheres negras em contextos rurais e urbanos. Tais políticas devem considerar tanto as barreiras históricas quanto os desafios contemporâneos que atravessam a vida dessas mulheres, promovendo ações que sejam duradouras e impactem diretamente as estruturas de poder.

Outro aspecto destacado foi o uso de elementos culturais nos produtos como estratégia de fortalecimento identitário e valorização das origens. Jatobá relatou: “Nossos produtos contam a história da nossa comunidade, contam a história do nosso povo”. Essa prática reflete a dimensão econômica dos empreendimentos e sua relevância como meio de preservação e promoção cultural. De maneira similar, Ipê afirmou: “Quero que o cliente conheça nossas raízes através do que fazemos, é gratificante contar a nossa história e ver as pessoas levando um pedacinho dela”. No entanto, mesmo com esse potencial cultural, as participantes relataram dificuldades em obter o devido reconhecimento de seus produtos nos mercados, evidenciando barreiras raciais e econômicas que continuam a limitar o alcance das redes de cooperação solidária. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas que articulem estratégias econômicas com a valorização cultural.

A perspectiva interseccional revela que as mulheres negras enfrentam dificuldades adicionais para acessar e se beneficiar dessas redes. Aroeira comentou:

Às vezes, as decisões são tomadas sem levar em conta a realidade as nossas realidades, a realidade de quem está no quilombo. Tudo fica muito longe, mais caro e mais complicado de fazer. Seja sair para vender ou comprar produtos. Ai acaba funcionando para que está mais perto da cidade.

Essas políticas devem valorizar e potencializar a dimensão cultural dos produtos, além de enfrentar as barreiras logísticas e econômicas, promovendo um ambiente mais inclusivo e igualitário para essas mulheres.

Essas análises evidenciam que, para que os empreendimentos econômicos solidários sejam efetivamente transformadores, é essencial que as políticas públicas sejam repensadas a partir de uma perspectiva interseccional. Isso inclui o fortalecimento das lideranças negras, o reconhecimento cultural das produções e a implementação de estratégias que garantam a continuidade, sustentabilidade e autonomia dessas iniciativas. Incorporar essas dimensões é necessário para reverter as desigualdades históricas e promover mudanças que beneficiem as mulheres negras em contextos rurais e urbanos. Tais políticas devem considerar tanto as barreiras históricas quanto os desafios contemporâneos que atravessam a vida dessas mulheres, promovendo ações que sejam duradouras e impactem diretamente as estruturas de poder.

6.3 Ausentes ainda que presentes: economia solidária de baixo para cima

A expressão “Ausentes ainda que Presentes”, trazida por mim, reflete a contradição entre a integração formal de mulheres negras nos empreendimentos solidários e sua invisibilidade nas esferas decisórias, de distribuição de recursos e na efetiva incorporação de suas demandas. Embora componham grande parte das beneficiárias das iniciativas de economia solidária – como os Cesols – essas mulheres enfrentam um cenário de exclusão que compromete o alcance emancipador das políticas voltadas ao setor.

Os dados apresentados nesta pesquisa destacam a dificuldade das políticas de economia solidária em lidar com as intersecções de gênero, raça e classe. Xique-Xique, um dos gestores entrevistados, destacou a ausência de mecanismos para coleta de dados sobre as mulheres negras nos empreendimentos: “Empiricamente, a gente sabe que a maioria é mulher, mas cadê os dados para confirmar isso? Em relação à raça, é ainda mais drástico porque ficava naquela situação de: mas como é que vai coletar esse dado?”. Essa lacuna estatística não apenas dificulta a formulação de políticas públicas inclusivas, mas também perpetua a invisibilidade histórica das mulheres negras.

Mesmo reconhecendo avanços proporcionados pelos Cesols, como a capacitação e a organização produtiva, as entrevistadas apontaram que muitas das suas demandas específicas continuam negligenciadas. Lara Sousa, por exemplo, afirmou que “a igualdade de raça e gênero ainda não constituía uma pauta central ou concreta dentro do movimento de economia

solidária”. Assim, mesmo integradas nas práticas, as mulheres negras continuam “ausentes” nas esferas de decisão e de maior impacto econômico.

Adotar uma abordagem “de baixo para cima” implica priorizar as experiências e narrativas das próprias mulheres negras envolvidas na economia solidária, reconhecendo-as como protagonistas em suas próprias trajetórias de resistência e resiliência. A análise dos depoimentos evidencia como essas mulheres mobilizam saberes ancestrais e coletivos para enfrentar os desafios impostos pelas desigualdades estruturais. Cajazeira, uma das participantes dos empreendimentos solidários, relatou: “Minha renda principal vem do que produzo no empreendimento solidário. Aqui, aprendi a negociar e valorizar meu trabalho, mas ainda falta muito para sermos reconhecidas como protagonistas”.

Essas experiências revelam que as mulheres negras não são apenas vítimas de um sistema excludente, mas também agentes ativas que reconfiguram os espaços em que atuam. Apesar das barreiras de acesso ao crédito, infraestrutura e representação, elas constroem redes de apoio solidário e buscam alternativas para garantir a sobrevivência de seus empreendimentos e a autonomia de suas comunidades.

Entre as principais barreiras identificadas, estão a falta de políticas públicas específicas para as mulheres negras e a sobrecarga de trabalho doméstico, que limita seu tempo e recursos para se dedicarem aos empreendimentos. Dados da pesquisa mostram que 43,4% das participantes relataram a ausência de políticas específicas como um dos maiores desafios, enquanto 15,2% apontaram a sobrecarga de trabalho doméstico como um entrave significativo.

Ainda assim, os Cesols são percebidos como instrumentos com potencial para transformar essa realidade. Xique-Xique destacou: “Os centros públicos ajudaram a organizar a produção local [...], contribuíram para que as pessoas pudessem pensar de forma coletiva e não apenas individualizada”. No entanto, para que essa transformação seja efetiva, é essencial que os Cesols incluam a interseccionalidade como um eixo central em suas práticas, promovendo formações e ações que desafiem as desigualdades estruturais de raça e gênero.

As mulheres negras na economia solidária demonstram agência ao criar espaços de negociação e organização, mesmo em um contexto de precariedade. Aroeira enfatizou: “Dentro das associações, criamos uma rede de apoio que nos ajuda a enfrentar as dificuldades”. Essas redes não apenas fortalecem as mulheres em seus empreendimentos, mas também promovem a transformação social ao desafiar as dinâmicas de exclusão nos mercados e nas políticas públicas.

Portanto, é de suma importância que as políticas de economia solidária sejam reformuladas para incorporar de maneira efetiva os princípios interseccionais e valorizar o papel

das mulheres negras como protagonistas. Em síntese, a economia solidária precisa superar o discurso e abraçar a prática da inclusão de baixo para cima, reconhecendo as mulheres negras não como figuras periféricas, mas como agentes centrais de transformação econômica e social. Essa é a base para construir uma política verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

6.4 Pode a política pública de economia solidária ser emancipadora e antirracista?

A economia solidária é frequentemente apresentada como uma alternativa inclusiva e transformadora para os modelos tradicionais de produção e consumo. No entanto, ao analisar as práticas e os efeitos das políticas públicas nesse campo, surgem questionamentos sobre a real capacidade dessas iniciativas de promover a emancipação social e desafiar as estruturas racistas que permeiam a sociedade brasileira. Este subcapítulo busca refletir criticamente sobre se e como as políticas públicas de economia solidária podem se constituir como ferramentas emancipadoras, a partir das evidências empíricas coletadas nesta pesquisa.

Embora a economia solidária tenha como princípios norteadores a inclusão social, a cooperação e a justiça econômica, as práticas cotidianas e as implementações das políticas públicas revelam uma série de contradições. A dependência do Fundo de Combate à Pobreza como principal fonte de financiamento das iniciativas reforça um caráter assistencialista, que limita a perspectiva emancipadora das políticas. Como destacou Xique-Xique: “A política é vendida como transformação social, mas, na prática, depende de um fundo que carrega estigmas”.

Além disso, os editais e programas implementados muitas vezes ignoram a necessidade de uma abordagem interseccional que contemple as especificidades das mulheres negras. Dados coletados sobre a ausência de políticas públicas específicas como uma das principais barreiras, e a sobrecarga do trabalho doméstico como um fator limitante são que lacunas compromete a efetividade das políticas e perpetua as desigualdades estruturais que deveriam ser enfrentadas.

Como já apresentado, uma das principais limitações identificadas na pesquisa é a ausência de dados desagregados por raça e gênero, o que inviabiliza a formulação de políticas públicas verdadeiramente inclusivas. A falta de interseccionalidade na coleta de dados reflete a fragilidade das políticas em lidar com as especificidades das mulheres negras e seus desafios. A invisibilidade estatística dessas mulheres não é apenas uma omissão técnica, mas também uma manifestação de racismo. Sem dados que revelem as condições reais de vida e trabalho das mulheres negras, as políticas públicas continuam a reproduzir padrões de exclusão e desigualdade.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres negras nos empreendimentos solidários são evidentes na precariedade das atividades produtivas e na falta de acesso a mercados e crédito. Essas condições reforçam as desigualdades existentes e limitam o impacto transformador da economia solidária.

Por outro lado, os Cesol têm sido reconhecidos por participantes da pesquisa como espaços que fortalecem a organização coletiva e promovem redes de apoio. Reforçando o relato de Cajazeira “no Cesol, aprendemos a compartilhar ideias, a nos organizar. Isso mudou tudo”. Essas experiências demonstram o potencial da economia solidária de se tornar uma ferramenta para o fortalecimento comunitário e a emancipação social, desde que estruturada com base em princípios interseccionais e antirracistas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEM SE SENTA À MESA



*Mãos de abrir, amassar, pescar, tecer, moldar,
entalhar*

Mãos de bordar, esculpir, pintar, cozinhar, plantar

Mãos de colher, benzer, abraçar agradecer

mãos negras de fazer tudo existir.

Mozana Amorim

Ao concluir esta tese, minha tese, intitulada “Mãos de Mulheres Negras: uma análise interseccional da política pública de economia solidária”, retorno à metáfora que norteia minhas reflexões finais: “Quem Senta à Mesa”. Inspirada na instalação do Museu da Maré, onde uma mesa posta simbolizava a exclusão racial, essa imagem transcende o simbólico para revelar a contradição central desta pesquisa. Políticas públicas que se dizem inclusivas, como a economia solidária na Bahia, ainda falham em criar condições reais para que mulheres negras ocupem esses espaços não como convidadas ocasionais, mas como sujeitas plenas de direito.

Diante disso, esta conclusão tem dois propósitos principais. Primeiro, reafirmar os principais achados da pesquisa e refletir sobre as tensões e possibilidades da economia solidária para a autonomia sociopolítica e financeira das mulheres negras. Segundo, apresentar um conjunto de recomendações para que a política pública de economia solidária incorpore uma abordagem interseccional que contemple as desigualdades de raça e gênero de outros marcadores de sociais.

A economia solidária se configura atualmente como alternativa aos modelos econômicos excludentes, prometendo emancipação coletiva. No entanto, como demonstrei ao longo desta tese, a política baiana reproduz, em microescala, as hierarquias que deveria combater. Os Cesols, embora ofereçam acesso a mercados e capacitação técnica, operam sob lógicas que ignoram as interseções de raça, gênero e classe. A mesa está posta, mas os talheres são emprestados, os assentos são estreitos, e o cardápio não contempla quem sempre cozinhou sem direito a servir-se.

Analizada através das narrativas das mulheres negras participantes de empreendimentos atendidos pelos Cesols, a política revela um cenário de avanços contraditórios, marcado por conquistas coletivas e obstáculos profundamente enraizados na interseccionalidade de raça,

gênero e classe. A aplicação da análise de conteúdo de Bardin (2020) permitiu desvelar categorias centrais que articularam as experiências dessas mulheres, destacando tanto as potencialidades transformadoras da economia solidária quanto suas limitações frente a um contexto de desigualdades históricas.

Ponto de forma importante que as análises desenvolvidas ao longo desta tese foram construídas a partir da escuta de mulheres que, além de estarem inseridas em empreendimentos econômicos solidários, também participaram ativamente da Conferência Estadual de Economia Solidária. Esse dado metodológico não é apenas uma informação sobre o campo, mas uma chave interpretativa dos resultados.

As participantes, por ocuparem posições de maior visibilidade e articulação em suas redes, demonstraram uma capacidade ampliada de análise crítica das políticas públicas, bem como de formulação de demandas e proposições. Isso não implica, contudo, que suas experiências não representem a totalidade das vivências de mulheres negras na economia solidária. Ao contrário, reforça a necessidade de considerar a pluralidade dessas experiências, inclusive aquelas menos visíveis nos espaços de deliberação. Ainda assim, escutá-las permitiu acessar um conjunto qualificado de percepções sobre os limites e potencialidades da política, especialmente no que tange à autonomia econômica e política das mulheres negras. Trata-se, portanto, de uma escuta que, embora situada, revela com potência as tensões entre o instituído e o instituinte no campo das políticas públicas.

O apoio institucional oferecido pelos Cesols apareceu como um pilar ambivalente. Por um lado, há reconhecimento de iniciativas que fomentam a capacitação técnica, como cursos para processamento de frutas (geleias, doces) e acesso a editais. Ipê, líder comunitária, relata que o Cesol trouxe “um grande apoio para levar nossos produtos ao mercado”, permitindo a expansão da produção. No entanto, a descontinuidade das ações é uma constante: “O Cesol parou, agora vai recomeçar”, afirma ela, evidenciando a fragilidade de políticas intermitentes que geram insegurança e desconfiança. A falta de recursos específicos para mulheres negras aprofunda essa contradição. Cajazeira critica a ausência de políticas interseccionais: “Somos 80,0% mulheres negras, mas o Cesol nos trata como ‘mais uma’”. Essa invisibilidade institucional reflete uma lacuna crítica: programas universais que ignoram as particularidades raciais e de gênero perpetuam desigualdades, mesmo em espaços supostamente progressistas.

A dinâmica contraditória entre os avanços promovidos pela política pública e os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras evidencia a necessidade de um olhar interseccional na formulação e implementação dessas iniciativas. As políticas universais tendem a reproduzir desigualdades quando não incorporam estratégias que considerem como

intersecções entre raça, gênero e classe. A invisibilização das mulheres negras dentro do Cesol evidencia o racismo institucional, que frequentemente opera na forma de políticas aparentemente neutras, mas que reforçam privilégios historicamente consolidados, dificultando a autonomia real das mulheres negras no espaço econômico. Além disso, a segregação espacial nas feiras e a desvalorização de produtos de mulheres negras, apesar de sua qualidade certificada, ilustram como a branquitude opera o capital simbólico que determina as dinâmicas de mercado. Para que uma economia solidária cumpra seu papel transformador, é fundamental que os programas avancem para além da capacitação técnica, conforme constantes nas atividades previstas nos editais, e incorporem mecanismos de enfrentamento ao racismo e ao sexismo, garantindo que as mulheres negras não apenas participem, mas sejam reconhecidas como agentes centrais na redefinição das relações produtivas.

No âmbito da autonomia econômica, os relatos destacam uma tensão entre o sucesso coletivo e a precariedade individual. Ipê explica que, embora o empreendimento tenha elevado o reaproveitamento de frutas na comunidade para 30,0%, “o lucro é reinvestido, não sobra para nós”. Essa afirmação, à primeira vista, pode indicar um compromisso com a sustentabilidade econômica do grupo, priorizando a manutenção e o crescimento do empreendimento. No entanto, ela também revela tensões importantes que merecem problematização: ainda que os resultados produtivos sejam positivos, as associadas continuam sem acesso direto aos frutos econômicos de seu trabalho. Ou seja, o reinvestimento, embora necessário para a continuidade do empreendimento opera em uma lógica de subsistência, sem romper com a dependência de outras fontes de sustento. A comercialização em feiras ilustra essa dualidade: enquanto os produtos alcançam certificações de qualidade (rotulagem nutricional, acompanhamento de nutricionistas), a segregação espacial nas feiras expõe o racismo. “Nos botam em cantos escondidos, onde não passa ninguém. O produto da branca, cheio de veneno, vende mais que o nosso”, desabafa Buriti.

Ainda que o produto “cheio de veneno” citado por ela possa não pertencer ao campo da economia solidária, a crítica aponta para um fenômeno mais profundo: o racismo atravessa também os espaços ditos alternativos e solidários, reproduzindo desigualdades na forma como os produtos — e sobretudo assujeitas — são percebidas e valorizadas. Ou seja, a branquitude ancora privilégios, onde a qualidade técnica é ofuscada por estereótipos raciais que desvalorizam o trabalho das mulheres negras.

A autonomia política, por sua vez, surge como uma conquista paradoxal. A participação nos empreendimentos funciona como um portal de empoderamento, transformando mulheres que antes “não falavam nada” em lideranças capazes de exigir direitos. Ipê, que hoje cobra

melhorias do prefeito, sintetiza: “Antes eu me calava; hoje luto pela comunidade”. Esse processo é catalisado pela formação política informal nas associações, onde as mulheres aprendem a negociar com o Estado e a gerir conflitos. No entanto, a liderança esbarra na sobrecarga de trabalho reprodutivo. Aroeira relata a exaustão de conciliar o empreendimento com outras atividades: “Trabalho 22km longe de casa e ainda cuido da associação. Como manter a comunidade unida?”. A autonomia política, assim, é parcial: amplia a voz das mulheres, mas não redistribui responsabilidades domésticas ou estatais, reforçando tripla jornada como um fardo naturalizado.

As barreiras transcendem a esfera econômica e política, mergulhando em desafios materiais e simbólicos. O transporte é uma dor unânime: “Não temos como levar produtos para feiras distantes”, lamenta Ipê. A infraestrutura precária – como a falta de cozinhas comunitárias – obriga as mulheres a produzirem “depois das cinco da tarde, quando a escola libera o espaço”. Os custos de produção, especialmente de embalagens, agravam a situação: “São muito caras, e o governo não paga”, explica Jatobá. Esses obstáculos são intensificados pela interseccionalidade de gênero, raça e classe. Aroeira expõe a desvalorização racial: “Quando nosso produto é caro, reclamam. Se fosse de uma branca, pagavam sem questionar”. A naturalização do racismo estrutura mercados que privilegiam a branquitude, mesmo quando a qualidade dos produtos das mulheres negras é superior.

A interseccionalidade também se manifesta na invisibilidade em espaços de comercialização de prestígio. Cajazeira, cujo artesanato é marginalizado em hotéis e aeroportos, denunciou. Essa segregação espacial reflete a colonialidade do poder, que reserva às mulheres negras lugares subalternos mesmo em circuitos econômicos alternativos. A romantização da pobreza vigora quando a percepção é de que os produtos são comprados por pena e não por valorização do trabalho delas, como critica Cajazeira. Essa dinâmica nega a agência das mulheres, reduzindo-as a “beneficiárias” passivas, em vez de reconhecê-las como empreendedoras capazes.

O paradoxo da autonomia política enfrentada pelas mulheres negras na economia solidária reflete um aspecto mais amplo de inclusão limitada, onde o acesso ao poder não é acompanhado pela redistribuição de responsabilidades e recursos. A sobrecarga de trabalho das mulheres negras é historicamente naturalizada, funcionando como um mecanismo de contenção que limita sua plena participação política. A falta de infraestrutura adequada e o peso da jornada reprodutiva reforçam essa dinâmica, evidenciando a “democracia racial falaciosa” nas políticas de inclusão que, na prática, não alteram as trajetórias estruturais de raça e gênero. Além disso, a segregação nos mercados e a valorização diferenciada dos produtos com base na branquitude

demonstram como a colonialidade do poder segue determinando a mobilidade econômica das mulheres negras. Para que uma economia solidária concretize seu potencial transformador, é essencial que as políticas públicas sejam concebidas a partir de uma vida interseccional, garantindo que a autonomia dessas mulheres não seja apenas simbólica, mas estruturada por condições materiais que sustentem seu protagonismo econômico e político.

A sustentabilidade comunitária, por fim, é ameaçada pelo êxodo rural juvenil. Ipê alertou que se não houver apoio, a zona rural vai virar deserto. Jovens qualificados migram por falta de oportunidades, como relatado Buriti que eles estudam, mas o governo não contrata quem é da comunidade. A economia solidária, que poderia reter talentos, esbarra na falta de incentivos geracionais. Nesse sentido, Cajazeira propôs uma solução criativa, como o Programa de Aquisição de Artesanato (PAAR) para valorizar da produção, vinculando políticas públicas a compras institucionais de objetos de decoração oriundos dos empreendimentos. Sem um olhar mais criterioso acerca das desigualdades demarcadas pela raça/gênero/classe, e outros marcadores, o ciclo de pobreza se perpetua, esvaziando comunidades e reforçando a lógica de que o progresso só é possível fora da zona rural.

O instrumento Cesol revelou ambiguidades. Seu potencial transformador é inegável: fortalece redes comunitárias, gera renda coletiva e empodera mulheres historicamente silenciadas. Contudo, seu impacto é limitado por estruturas racistas e patriarcais que a própria política não confronta. A autonomia econômica coexiste com a precariedade individual; o empoderamento político convive com a sobrecarga de trabalho e; a inovação produtiva esbarra na segregação de mercados.

Como Ipê filosofa, “sabedoria é mais que estudo”. A economia solidária precisa ouvir essa sabedoria ancestral, reconhecendo que a autonomia real não se constrói com projetos isolados.

As entrevistas com gestoras e beneficiárias revelaram um paradoxo: as mulheres negras são as principais produtoras nos grupos de economia solidária, tecendo redes, liderando feiras e sustentando empreendimentos, no rural e no urbano, mas raramente ocupam espaços de decisão. Como afirmou uma das interlocutoras: “A gente faz a roda girar, mas não pode ditar o ritmo”. Essa dinâmica ressoa com a crítica de Collins (2019) sobre o “trabalho invisível” das mulheres negras, historicamente relegadas a funções de suporte, nunca de efetivo comando.

Em análise das dinâmicas do trabalho na Bahia, foi possível identificar como as desigualdades de raça e gênero atravessam as práticas produtivas, resultando na precarização das mulheres negras. O racismo opera como um sistema hierárquico que marginaliza corpos negros e os invisibiliza, mesmo em iniciativas que se apresentam como inclusivas. A economia

solidária, ao não reconhecer essas dinâmicas, contribui para a manutenção das desigualdades e mantém as mulheres negras em espaços de subordinação econômica e política.

A interseccionalidade, aqui, não foi apenas um referencial teórico, mas uma lente que desvelou camadas de opressão. As políticas públicas tratam “beneficiários” como categoria homogênea, desconsiderando que mulheres negras enfrentam barreiras específicas: a falta de creches para suas crianças, o racismo no acesso a crédito, a desconfiança de compradores em feiras e a sobrecarga de um trabalho doméstico não compartilhado. O racismo não é apenas uma parte da vida das mulheres negras; é a arquitetura que constrói suas trajetórias.

Essa arquitetura se materializa nos editais dos Cesols: embora mencionem “grupos vulneráveis”, não há critérios que priorizem mulheres negras no financiamento, garantam suporte para infraestrutura, ou metas e indicadores direcionados a serem perseguidos. O resultado? Na prática, isso significa que essas mulheres negras continuam enfrentando a difícil realidade de conciliar a busca por autonomia econômica com a sobrecarga das responsabilidades domésticas, o sustento familiar e o cuidado com os demais membros da família, sem que as políticas públicas reconheçam e atuem sobre essa condição. Ao tratá-las como produtoras “genéricas”, as políticas públicas consideram as marcas históricas de exploração que carregam.

Por outro lado, o protagonismo delas foi destacado. Mesmo diante de estruturas excludentes, desenvolveram redes de apoio mútuo, organizam feiras e promovem práticas coletivas que fortalecem a autonomia econômica e política. Essas iniciativas, que partem da organização comunitária, evidenciam o potencial transformador da economia solidária. Essas iniciativas não são apenas respostas à ausência ou às limitações das políticas públicas, mas expressões de um modelo de organização que se fundamenta em práticas históricas de coletividade, solidariedade e de construção de alternativas de enfrentamento às exclusões perpetradas pelo racismo. A partir da perspectiva feminista negra, essas práticas devem ser compreendidas como formas de resistência ativa, nas quais essas mulheres subvertem a lógica da dependência do Estado e do mercado, criando soluções que atendem às suas realidades e às necessidades de suas comunidades.

Diante das análises realizadas ao longo deste trabalho, considero interessante sistematizar os achados que surgiram do cruzamento entre o material empírico e os referenciais teóricos mobilizados. A construção do quadro a seguir visa evidenciar como os dados do campo dialogam com os conceitos centrais trabalhados, além de destacar as tensões, limites e potencialidades das políticas, indicando pistas para a formulação destas de forma mais sensível às desigualdades que atravessam a vida das mulheres negras. Segue o quadro:

Quadro 14 – Síntese das Considerações Finais

Tema Principal	Considerações	Implicações e Desafios
Apoio Institucional do Cesol	Capacitação técnica e acesso a editais tem avanços, contudo, a descontinuidade das ações gera insegurança.	Políticas intermitentes fragilizam o suporte. Falta de recortes específicos para mulheres negras aprofunda desigualdades.
Invisibilidade das Mulheres Negras	O Cesol trata empreendedoras negras como "mais uma", ignorando interseccionalidades.	Sem políticas direcionadas, a desigualdade racial e de gênero se perpetua, mesmo em espaços progressistas.
Segregação e Racismo no Mercado	Feiras segregam produtos de mulheres negras, mesmo com certificação de qualidade. Produtos de mulheres brancas são mais valorizados.	O racismo define as dinâmicas econômicas, reduzindo o impacto transformador da economia solidária.
Autonomia Econômica: Tensão entre Coletivo e Individual	O lucro é reinvestido no coletivo, sem retorno financeiro direto às mulheres.	A geração de renda permanece em lógica de subsistência, sem romper a dependência econômica.
Exclusão em Espaços de Prestígio	Artesanato de mulheres negras é marginalizado em hotéis e aeroportos.	Barreiras simbólicas e materiais ao protagonismo econômico.
Sustentabilidade Comunitária e Êxodo Jovem	Falta de oportunidades gera migração dos jovens para áreas urbanas.	Políticas públicas não incentivam a permanência e desenvolvimento local.
Ambiguidades do Cesol	Possui potencial transformador, mas não confronta estruturas racistas e patriarcais.	Necessidade de repensar os programas para garantir impacto efetivo.
A Arquitetura do Racismo	Editais não priorizam mulheres negras e não garantem suporte adequado.	As políticas públicas tratam empreendedoras negras como "genéricas", perpetuando exclusões históricas.
Redes de Apoio e Resistência	Mulheres criam soluções comunitárias para enfrentar desigualdades.	A economia solidária não deve substituir políticas públicas, mas inspirá-las.
Economia Solidária como Disputa Política	Mulheres negras reivindicam seu lugar como sujeitas históricas.	A autonomia econômica e política exige mais do que compensações, demandando mudanças estruturais.
Crítica à Economia Solidária	Apesar das contradições, fortalece laços comunitários e desafia o mercado hegemônico.	Sem políticas públicas interseccionais, o risco é aprofundar desigualdades em vez de superá-las.
Limitações e Caminhos Futuros	O Cesol possibilitou avanços, mas sua fragilidade institucional limita impactos.	Necessidade de articulação com outras políticas e garantia de seguridade social.
Redes de Apoio e Resistência	Mulheres criam soluções comunitárias para enfrentar desigualdades.	A economia solidária não deve substituir políticas públicas, mas inspirá-las.
Autonomia Política: Empoderamento e Sobrecarga	Participação nos grupos fortalece as mulheres, mas trabalho reprodutivo sobrecarrega lideranças.	A dupla jornada limita a participação política plena das mulheres negras.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quando apropriada por essas mulheres, a economia solidária deixa de ser apenas uma estratégia de geração de renda e passa a ser um campo de disputa política, no qual reivindicam seu lugar como sujeitas históricas e coletivamente produzem outras possibilidades de existência. No entanto, como apontado nesta pesquisa, essas práticas não devem ser vistas como substitutivas das políticas públicas, mas como exemplos inspiradores para que o Estado amplie e valorize ações emancipatórias.

Entendo que a economia solidária também fomenta processos que desafiam as relações de poder no capitalismo ao colocar no centro a autogestão, a valorização das culturas locais e a redistribuição de recursos, assim, o fato das práticas solidárias serem transformadas em produtos não implica necessariamente o esvaziamento de seus princípios, mas a possibilidade de coexistir dentro de um sistema hegemônico. Entretanto, analise-la a partir de uma perspectiva feminista negra, torna-se essencial para reconhecer que, mesmo quando inseridas nesse outro modelo econômico, as mulheres negras seguem enfrentando desafios como a desvalorização de suas práticas produtivas e a sobrecarga do trabalho reprodutivo.

Importante ainda pontuar que a crítica que a economia solidária atua na manutenção do capitalismo, ao não romper com suas bases fundamentais, pode ser relativizada ao se considerar que muitas de suas iniciativas produzem impactos concretos na vida das mulheres, sobretudo as negras e de suas comunidades. Ao fortalecer os laços comunitários ela propõe outra uma lógica de mercado baseada na coletividade e solidariedade. No entanto, sem políticas públicas que reconheçam as interseccionalidades, há o risco de que suas contradições se aprofundem, perpetuando desigualdades raciais e de gênero. Assim, se por um lado a economia solidária abre caminhos para autonomia e resistência, por outro, sua efetividade como instrumento de transformação social depende de um compromisso político que vá além da lógica da compensação e da informalidade, garantindo que as mulheres negras não sejam apenas beneficiárias, mas protagonistas na construção de novas economias.

Não se trata, portanto, de negar os avanços da política, visto que esta contribuiu para que essas mulheres se organizassem associações, cooperativas, grupos produtivos, que comercializassem produtos em feiras locais e regionais e rompessem ciclos de dependência financeira. Cajazeiras relatou: “Antes, malmente eu tinha RG; hoje, tenho CNPJ coletivo”. Essas conquistas, porém, são frágeis. A autonomia é limitada pela precariedade dos contratos de gestão que de tempos em tempos sofrem atrasos financeiros ocasionando interrupção nos atendimentos, além da ausência de seguridade social e a falta de articulação entre os Cesols e outras políticas públicas, que também são flagrantes da desconexão com o contexto vivenciados pelas mulheres negras.

Aqui, a metáfora da mesa se desdobra: as mulheres negras até conseguem sentar-se, mas a cadeira é instável, o prato está vazio e o convite pode ser revogado a qualquer momento. Essa instabilidade reflete a aceitação de corpos marginalizados apenas enquanto seguem scripts pré-definidos pelos grupos dominantes.

Assim, para que a política pública de economia solidária atinja seus objetivos emancipatórios, é necessário romper com os padrões assistencialistas e adotar uma abordagem que reconheça e valorize as experiências e demandas das mulheres negras, proponho caminhos que não se limitam a ajustes técnicos, mas exigem rupturas epistêmicas e políticas:

1. Coleta e uso de dados desagregados: Coletar e publicar dados sobre raça, gênero, território e renda nos editais dos Cesol, permitindo identificar lacunas e direcionar recursos. Exemplo: reservar 50% das vagas em capacitações para mulheres negras.
2. Interseccionalidade Institucionalizada: Criar comitês gestores interseccionais nos Cesol, com participação obrigatória de mulheres negras, quilombolas e periféricas. Esses comitês avaliariam editais, fiscalizariam recursos e proporiam ações como bolsas-creche para mães empreendedoras.
3. Financiamento como Reparação: Estabelecer linhas de crédito com juros zero para empreendimentos liderados por mulheres negras, acompanhadas de mentoria técnica, financiamento contínuo para infraestrutura.
4. Incorporação da interseccionalidade como eixo central: As políticas precisam considerar as interseções de raça, gênero e classe para enfrentar as desigualdades de maneira integrada.
5. Diálogo com Movimentos Sociais: Transformar os Cesol em pontes entre Estado e iniciativas do movimento de mulheres negras como a Marcha das Mulheres Negras garantindo que políticas sejam concebidas de forma colaborativa, não apenas "aplicadas.
6. Políticas específicas para mulheres negras: Editais com cotas raciais e de gênero.
7. Combate ao racismo institucional: Capacitação antirracista para gestores da Sesol, do Cesol e articulação com movimentos negros para fiscalizar feiras e mercados.
8. Integração geracional: Programas que vinculem jovens à economia solidária.

A incorporação da perspectiva interseccional é um passo importante, mas não suficiente para garantir a autonomia sociopolítica das mulheres negras nos empreendimentos de economia solidária. A interseccionalidade nos ajuda a revelar como as opressões de raça, gênero e classe se entrelaçam e impactam as trajetórias das mulheres negras, especialmente em contextos de informalidade e exclusão. No entanto, sem políticas públicas consistentes, com financiamento

adequado, continuidade institucional e condições dignas de trabalho para os profissionais que acompanham os grupos, a própria capacidade de implementação dessa perspectiva crítica fica comprometida.

Como apontado, uma política fragilizada, marcada por descontinuidade, baixa prioridade orçamentária e vínculos precários com organizações sociais (OS) não consegue sustentar os objetivos emancipatórios da economia solidária. É preciso avançar para além do discurso da interseccionalidade como marca de sofisticação teórica, e materializá-la como prática política — o que implica em revisão de métodos, estruturas de governança, mecanismos de controle social e critérios de financiamento, todos atravessados pelo compromisso com a justiça racial e de gênero.

Particularmente, não acredito que a interseccionalidade, por si só, garanta a autonomia das mulheres negras. Mas acredito que sem ela, qualquer tentativa de construção de autonomia se torna insuficiente, pois ignora os marcadores que estruturam as desigualdades que essas mulheres enfrentam. A interseccionalidade, nesse sentido, é um elemento indispensável, mas deve caminhar junto com uma reestruturação política e institucional das políticas públicas, sob pena de se tornar apenas retórica.

Para avançar nessa direção, sugiro que estudos futuros investiguem com maior profundidade como as redes informais de resistência se articulam com as políticas públicas existentes e quais estratégias poderiam ser adotadas para institucionalizar essas práticas. Além disso, é fundamental que a economia solidária seja mais amplamente debatida em fóruns internacionais, de modo a integrar perspectivas globais e locais na formulação de políticas. A interseccionalidade, como abordagem teórica e prática, deve ser expandida para abarcar novas dimensões de desigualdade, incluindo as juventudes, as mudanças climáticas, a crise econômica global e os impactos da tecnologia no trabalho.

A construção de um modelo mais justo requer também que os agentes políticos e acadêmicos reconheçam as limitações do sistema atual e estejam dispostos a repensar suas estruturas. Isso implica não apenas promover reformas incrementais, mas propor rupturas que desafiem o status quo e inaugurem novas formas de organização econômica e social. Como ressaltado ao longo desta pesquisa, a emancipação das mulheres negras na economia solidária não é apenas uma questão de justiça, mas um elemento central para a transformação das relações econômicas vigentes.

Reitero, ainda, a importância de que o diálogo entre academia, movimentos sociais e gestores públicos seja fortalecido. Apenas por meio de uma colaboração efetiva entre esses atores será possível construir políticas públicas de economia solidária que proporcionem

autonomia sociopolítica e financeira e que sejam verdadeiramente emancipadoras e antirracistas. Que as reflexões aqui apresentadas inspirem novas práticas e debates, alimentando o compromisso com uma economia solidária que não apenas inclua, mas também transforme, sendo um modelo de justiça e equidade para todas as pessoas envolvidas.

Afirmo, também, que o “vir a ser” da economia solidária como espaço de transformação depende de um compromisso político e institucional com a justiça social. Somente reconhecendo e amplificando as vozes das mulheres negras será possível criar uma economia solidária que atenda ao princípio de igualdade. Assim como para cumpra seu potencial transformador, é urgente romper com as estruturas excludentes e adotar uma abordagem interseccional que reconheça e valorize as experiências das mulheres negras.

Encerro esta tese com um lembrete: a mesa da economia solidária não é um objeto estático, mas um campo de batalha. Sentar-se à mesa é um ato político, mas insuficiente se a mesa continuar fincada em solo racista e patriarcal. É preciso derrubá-la e construir uma nova, com madeira trazida das lutas ancestrais, talheres forjados na justiça reparadora e assentos desenhados para corpos que jamais se curvaram.

Concluo com um convite urgente: que gestores públicos revisitem suas práticas à luz da interseccionalidade; que a academia amplie o diálogo com os movimentos sociais e; que todos nós, como sociedade, assumamos a responsabilidade de transformar as estruturas que perpetuam exclusões. Só assim garantiremos que todas as pessoas, especialmente as mulheres negras, possam sentar-se à mesa com igualdade de condições e oportunidades.

“Eles combinaram de nos matar, mas a gente combinamos de não morrer”. As mulheres negras da Bahia, com suas redes de costura, seus tabuleiros de acarajé e suas feiras de agricultura familiar ou produtos orgânicos, no rural ou no urbana, já estão refazendo a economia. Cabe ao Estado aprender com elas, não o contrário. Só assim a política de economia solidária transcenderá a retórica e se tornará um instrumento de promoção da autonomia sociopolítica e financeira com potencial de transformação interseccional.

Que esta pesquisa não seja apenas um diagnóstico das exclusões, mas um ponto de partida para a construção de uma economia solidária emancipadora e antirracista. Um futuro em que as mulheres negras não apenas sentem à mesa, mas também decidam o cardápio, compartilhem os frutos e transformem as regras do jogo. Um convite à desobediência: desobediência contra políticas que incluem sem transformar, contra os discursos que convidam sem ceder poder, e contra mesas que servem banquetes para poucos, enquanto muitas seguem com fome.

**Que todas as pessoas possam *sentar-se à mesa*. Que todas as pessoas possam comer.
Que todas as pessoas possam viver para além de sobreviver.**

Axé!



REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR (CONTAG). Anuário Estatístico da Agricultura Familiar, 2024. Disponível em: https://www.fetaesc.com.br/sistema/sys/componente_comum/tinymce/plugins/filemanager/source/ANU%C3%81RIO%20AGRICULTURA%20FAMILIAR%202024.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BACELAR, Jéferson. **A hierarquia das raças**: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BAIROS, Luiza. Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 289-323. Disponível em: <http://200.187.16.144:8080/jspui/handle/bv2julho/992>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BAHIA. **Edital de seleção nº 009/2012** – Assistência técnica e extensão urbana para empreendimentos associativos, através da implantação/gestão de centro público de economia solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. Salvador: Secretaria de Governo, 2012.
- BAHIA. **Edital de seleção nº 003/2013** – Assistência técnica e extensão urbana para empreendimentos associativos, através da implantação/gestão de centro público de economia solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. Salvador: Secretaria de Governo, 2013.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN. **Territórios de Identidade do estado da Bahia**. Salvador, 2016. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/seplan/iniciativas/acesse-informacoes-sobre-territorios-de-identidade-planejamento-e-gestao-territorial-0>. Acesso em: 7 nov. 2022.
- BAHIA. **Edital de seleção nº 006/2018** – Assistência técnica e extensão urbana para empreendimentos associativos, através da implantação/gestão de centro público de economia solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. Salvador: Secretaria de Governo, 2018. Disponível em: https://www.ba.gov.br/trabalho/sites/site-setre/files/migracao_2024/arquivos/File/ArquivosPDF/EDITAL_DE_CHAMAMENTO_PUBLICO_N_006_2018.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.
- BAHIA. **Edital de seleção nº 002/2020** – Assistência técnica e extensão urbana para empreendimentos associativos, através da implantação/gestão de centro público de economia solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda

qualificar-se como organização social. Salvador: Secretaria de Governo, 2020. Disponível em: https://www.ba.gov.br/trabalho/sites/site-setre/files/migracao_2024/arquivos/File/ArquivosPDF/EDITAL_2020/1_EDITAL_DE_CHAMAMENTO_PUBLICO_N_002_2020.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2020.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo. Ed. Horizonte, 2013.

BISHWAKARMA, R.; HUNT, V.; ZAJICEK, A. **Intersectionality and informed policy**. [s.l.]: [s.n.], 2007. Manuscript.

BOZZANO, Horacio. Los procesos de estructuración de espacios periurbanos. **Revista Interamericana de Planificación**, Buenos Aires, v. 23, n. 89, 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

BRITO, Luana de. Nossos passos vêm de longe: (re)existir das mulheres negras e seu trilhar de um caminho para o bem viver. *In: Mulheres e soberania alimentar*: sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019. p. 67-80. Disponível em: <https://pacs.org.br/biblioteca/mulheres-e-soberania-alimentar-sementes-de-mundos-possiveis/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

CARUSO, Gabriela. **O vazio deixado pelas referências que se vão** – Ou: perdemos bell hooks. 2021. Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bell-hooks>. Acesso em: 4 mar. 2025.

COELHO NETO, Agripino. Economia solidária: embates teóricos e políticos. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 11, n. 24, p. 217-230, ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/33314/21286>. Acesso em: 4 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares a economia do trabalho. *In*: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.

CRENSHAW, Kimberlè. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 jun. 2019.

CRENSHAW, Kimberlè. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: Raça e Gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CRUZ, Tânia Cristina da Silva. **Qual é o teu trabalho, mulher?** Mulheres empreendedoras no contexto da economia popular solidária. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. *In*: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 279-301.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** 32. ed. Rio de Janeiro: Centauro Editora, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A informalidade na economia solidária**. Cadernos de Debates do Observatório da Economia Solidária e do Cooperativismo, n. 1, 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres**. Cadernos de Debates do Observatório da Economia Solidária e do Cooperativismo, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2017/economiaSolidaria2.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim Especial 8 de Março dia da Mulher**. DIEESE, março de 2023. Recurso on-line. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 25 out 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Síntese Especial Subsidio Para Debate: A Lei da Igualdade salarial entre homens e mulheres Lei nº 1.085, de 2023**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2023/sinteseEspecial13.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estudo Temático Mercado de Trabalho Para a População Negra na Bahia: Análise Em 10 Anos**. DIEESE, novembro de 2023. Disponível em: <https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/1163?>. Acesso em: 3 dez. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Infográfico Mulheres Inserção no Mercado de Trabalho 3º Trimestre 2023**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.pdf> . Acesso em: 25 out. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Infográfico Mulheres Inserção no Mercado de Trabalho 4º Trimestre 2023**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2024/mulheresBrasilRegioes.html> . Acesso em: 17 jun. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim especial: a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho**. 8 de março de 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>. Acesso em: 3 dez. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim Especial 8 de março de 2025: mulher chefia mais domicílios, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FEIJÓ, Janaína. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. Portal FGV, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>. Acesso em: 6 dez. 2023.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de F. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de F. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 1-18, mar. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512004000100004>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de F. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Revista Organização e Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 219-232, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/ycjPg73hsgNFQDVpZLpmfzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de F. A política pública da Economia Solidária no Brasil. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (org.). **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012. p. 63-69. Disponível em:

https://www.academia.edu/download/55136850/Economia_Solidaria_na_America_Latina.pdf#page=65. Acesso em: 24 maio 2025.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de F.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária** – uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de F.; RIGO, Ariadne; SOUZA, Whashington. A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270948>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe média negra**: trajetórias e perfis. Salvador: EDUFBA, 2012.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, p. 1-24, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180312292020e0102/11455/61228>. Acesso em: 7 jan. 2025.

FORTES, Joannes; GONÇALVES, Alicia. A Cáritas brasileira e a economia popular solidária: o agente de Cáritas e a caridade libertadora. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 11, n. 32, p. 1506-1524, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4740526>. Acesso em: 22 dez. 2024.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. **Cayapa – Revista Venezolana de Economía Social**, Universidad de los Andes Mérida, Venezuela, v. 4, n. 8, p. 9-37, dez. 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, 2009.

GAMA, Aliete Alves da; VELLOSO, Tatiana Ribeiro. Vivências associativas das mulheres de Lage dos Negros. In: VELLOSO, Tatiana Ribeiro; ANJOS, Eliene Gomes dos (org.). **Mulheres rurais na Bahia**: lutas e conquistas. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. p. 39-58. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/editora/component/chronoforms5/?chronoform=ver-livro&id=189>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Políticas públicas e processos de emancipação: impactos da globalização econômica na realidade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 48, p. 537-549, set./dez., 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. 1979. Disponível em:

https://coletivomariasbaderna.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://www.academia.edu/27681600/Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_L%C3%A9lia_Gonzales_pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

HALPERN, Charlotte; LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. *In*: OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick (org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Tradução da Escola Nacional de Administração Pública. Brasília: Enap, 2021. p. 31-59.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 11. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais – 2023**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 6 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/070903d82038130a93f0374ada39f81d.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE**: descomplicando termos. Disponível em: <https://face.ufg.br/n/176137-ibge-descomplicando-terminos#:~:text=O%20IBGE%20define%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o,de%20refer%C3%Aancia%20de%2030%20dias>. Acesso em: 10 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Desemprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Glossário. [glossario_pnadc_mensal.pdf](#). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – PNAD Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 7 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – PNAD Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 4 out. 2023.

ICAZA, Ana M. S.; TIRIBA, Lia. Economia popular. *In*: CATTANI, Antonio D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 101-109.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KRAYCHETE, G.; COSTA, B.; LARA, F. (org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, p. 19-44, 2012.

LIMA, Aline; QUEIROZ, Ana Luisa. Mulheres invisíveis: refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia. *In*: **Mulheres e soberania alimentar**: sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019. p. 32-42. Disponível em: <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/mulheres-e-soberania-alimentar-sementes-de-mundos-possiveis/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. 1984. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MAZEAUD, Alice; NONJON, Magali. Os profissionais da ação pública. *In*: OLIVEIRA; Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick (org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Tradução da Escola Nacional de Administração Pública. Brasília: Enap, 2021. p. 355-372.

MEDEIROS, Rogério. Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos. *In*: PIRES, Roberto (org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019. p. 77-103.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Fernanda. Entendendo a economia solidária seus limites e possibilidades a partir de uma leitura marxista. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2016. **Anais [...]**. Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/254/246>. Acesso em: 12 mar. 2014.

OLIVEIRA, Karine. “**É muito feminino, sabe?**” Interseccionalidade nas Políticas Públicas de Economia Solidária no Cesol Recôncavo. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA, 2020. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/24-2020>. Acesso em: 8 ago. 2023.

OLIVEIRA, Tania. Amostragem não probabilística: adequação de situações para o uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração –**

Prática, Pesquisa e Ensino (on-line), v. 2, n. 3, jul./set. 2001. Disponível em: https://pesquisa-caesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amost ras_por_conveniencia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

OLIVEIRA, Karine; ARAÚJO, Edgilson Tavares. A importância da interseccionalidade como método para formulação e implementação de instrumentos de Política Pública de Economia Solidária: uma análise a partir dos Cesol. *In: ENCONTRO BRASILEIRO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – EBAP*, 9., 2022. **Anais [...]**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 5 a 7 de outubro de 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap-2022/733.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PINHO, Osmundo. O sacrifício de Orfeu: masculinidades negras no contexto da antinegritude em Salvador. *In: PINHO, Osmundo; CAETANO, Marcio; MELGAÇO, Paulo (org.). De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

REGO, Walquiria. PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. 2013. Unesp, São Paulo.

RESSEL, Lucia; BECK, Carmem; GUALDA, Dulce; HOFFMANN, Isabel; SILVA, Rosângela; SEHNEM, Graciela. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 79-86, out./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>. Acesso em: 4 out. 2023.

ROMEIRO, Maria do Carmo; FONSECA-SILVA, José Wilton; DUTRA, Flavio Galio Araújo; FREITAS, Tânia Márcia de. A política pública de economia solidária como alavancagem da viabilidade dos empreendimentos: o caso do CESOL – Bahia. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 36, n. 109, p. 127-145, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/gr.vol36n109.7120>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SANTOS, Carine de Jesus. Agroecologia: (re)construindo um conceito. *In: SANTOS, Carine de Jesus. A cor da agroecologia: intersecções entre raça e gênero na construção do conhecimento agroecológico*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. p. 61-74. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54551>. Acesso em: 15 out. 2024.

SCHOMMER, Paula; DAHMER, Jeferson; SPANIOL, Enio. Controle social no Brasil – Estadocêntrico ou Sociocêntrico? **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 1, p. 35-47. jan./mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4534/2382>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Relatório técnico Empreendedorismo negro**, 4º trimestre de 2023. Disponível em: [2024-06-27-relatorio_empreendedorismo_negro_202304.pdf](https://sebrae.org.br/sebrae/arquivos/2024-06-27-relatorio_empreendedorismo_negro_202304.pdf). Acesso em: 20 jul. 2024.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **O novo retrato do negro empreendedor brasileiro** (Sob a ótica da PNAD Contínua). 16 maio 2024. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Apresentacao_Empreendedorismo_Negro_v10_final-1.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

SILVA, Flávia Santos; ANJOS, Eliene Gomes dos. Agricultoras negras e os caminhos do empoderamento. *In*: VELLOSO, Tatiana Ribeiro; ANJOS, Eliene Gomes dos (org.). **Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. p. 19-38. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/editora/component/chronoforms5/?chronoform=ver-livro&id=189>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, Mário; CAUMO, Rafael. **Luta pelo acesso ao trabalho digno**. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT. 2023. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/44881/maio-de-2023-luta-pelo-acesso-ao-trabalho-digno>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SINGER, Paul. Economia dos setores populares: propostas e desafios. *In*: KRAYCHETE, G. LARA, F.; COSTA, B. (org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

TYGEL, Daniel. **O que é economia solidária**. Cirandas.net, 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria#:~:text=Politicamente%2C%20%C3%A9%20um%20movimento%20social,ambiental%20e%20dos%20direitos%20humanos>. Acesso em: 11 fev. 2025.

WELLEN, Henrique. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 105-115, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/XmKt4Mbf9hqJpWHGymqZdqp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA GESTORES DA POLÍTICA PÚBLICA

Entrevistar gestores da política pública de economia solidária para entender como raça e gênero são considerados na formulação dessas políticas é uma maneira importante de avaliar a inclusividade e a equidade dessas estratégias.

- Apresentação do facilitador e dos objetivos do grupo focal.
- Explicação sobre a confidencialidade e anonimato.
- Solicitação de consentimento para gravação da sessão.

Seção de Perfil e Identificação dos Gestores

Dados Pessoais:

1. Qual é o seu nome completo?
2. Quantos anos você tem?
3. Você gostaria de ser identificado/a na tese ou prefere o anonimato?

Educação e Formação:

4. Qual é o seu nível de escolaridade?
5. Qual foi a sua área de formação acadêmica?
6. Você possui alguma especialização, mestrado ou doutorado? Se sim, em que área?

Experiência Profissional:

7. Há quanto tempo você trabalha (ou trabalhou) na área de políticas públicas de economia solidária?
8. Você continua trabalhando na Superintendência de Economia Solidária?
9. Se sim - Qual é a sua função atual dentro do órgão/organização responsável pelas políticas de economia solidária? Se não, Qual é o nome do órgão/organização onde você trabalha? O seu trabalho atual tem ações relacionadas à economia solidária?
10. Quais outras funções ou cargos você já ocupou relacionados a políticas públicas?

Participação na Formulação de Políticas:

11. Há quanto tempo você está envolvido (ou foi envolvido) na elaboração dos editais dos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol)?
12. Você participou de outras iniciativas ou projetos de políticas públicas antes dos Cesol? Se sim, pode descrever?

Identificação com a Comunidade e Movimentos Sociais:

13. Você participa de alguma organização ou grupo que luta pelos direitos das mulheres negras ou por questões raciais? Se sim, qual?
14. Você milita em algum outro movimento social específico? Se sim, qual?
15. Como você se identifica em termos de raça/etnia?

Envolvimento e Perspectivas:

16. O que te motivou a trabalhar com políticas públicas de economia solidária?
17. Como você vê o impacto da economia solidária na promoção da igualdade racial e de gênero?

Roteiro**Contextualização:**

Solicitar breve visão geral das políticas públicas de economia solidária implementadas na região ou jurisdição gerenciada pelos entrevistados.

Perguntas Gerais:

1. Qual é o seu papel na elaboração e implementação das políticas públicas de economia solidária?
2. Pode descrever brevemente os objetivos principais dos editais dos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol)?

Interseccionalidade:

3. Como as questões de raça e gênero são incorporadas nas políticas públicas de economia solidária?
4. Que medidas específicas foram tomadas para garantir que as mulheres negras sejam beneficiadas pelas políticas de economia solidária?

Contribuições para a Autonomia:

5. Na sua opinião, como a política pública de economia solidária tem contribuído para a autonomia econômica das mulheres negras?
6. E em relação à autonomia política, quais são os impactos observados?
7. Pode compartilhar algum exemplo de sucesso onde a política pública de economia solidária promoveu a autonomia das mulheres negras?

Barreiras e Desafios:

8. Quais são as principais barreiras estruturais que você identifica na implementação dessas políticas?

9. Quais desafios vocês enfrentam ao tentar incorporar a interseccionalidade nas políticas de economia solidária?

10. Como vocês estão trabalhando para superar esses desafios?

Avaliação e Melhoria:

11. Como é feita a avaliação dos impactos das políticas públicas de economia solidária sobre as mulheres negras?

12. Que melhorias ou ajustes você sugeriria para tornar essas políticas mais eficazes e inclusivas?

13. Quais parcerias ou colaborações têm sido importantes para a implementação dessas políticas?

Encerramento:

14. Há alguma outra informação ou reflexão que você gostaria de compartilhar sobre a política pública de economia solidária e sua relação com as mulheres negras?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA MULHERES DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A entrevista com empreendedoras de economia solidária visa entender como raça e gênero e outros marcadores são tratados pela política pública, busca-se identificar desafios específicos enfrentados por essas mulheres empreendedoras. Segue roteiro para orientar a conversa:

Contextualização:

Pedir à entrevistada para compartilhar sua experiência na economia solidária e perguntar sobre o histórico do empreendimento e seu envolvimento nele.

Seção 1- de Perfil e Identificação dos Entrevistados

Dados Pessoais:

1. Qual é o seu nome completo?
2. Quantos anos você tem?
3. Qual é o seu estado civil?
4. Você tem filhos? Quantos?

Educação e Formação:

5. Qual é o seu nível de escolaridade?
6. Você possui alguma formação técnica ou profissional? Se sim, qual?

Contexto Socioeconômico:

7. Onde você mora (bairro/cidade)?
8. Qual é a sua principal fonte de renda?
9. Quantas pessoas vivem na sua residência?
10. Qual é a faixa de renda familiar mensal?

Histórico Profissional:

11. Há quanto tempo você atua no seu empreendimento de economia solidária?
12. Qual era a sua ocupação antes de se envolver com a economia solidária?
13. Você já trabalhou em outra área ou setor? Se sim, qual?

Perfil do Empreendimento:

14. Qual é o nome do seu empreendimento?
15. Há quantos anos seu empreendimento está em funcionamento?
16. Quantas pessoas trabalham no seu empreendimento?

17. Quais produtos ou serviços o seu empreendimento oferece?

Participação no Cesol:

18. Como você conheceu o Cesol?

19. Há quanto tempo você e seu empreendimento recebem apoio do Cesol?

20. Quais tipos de apoio ou serviços você recebeu do Cesol (por exemplo, treinamento, financiamento, consultoria)?

Identificação com a Comunidade e Movimentos Sociais:

21. Você participa de algum grupo ou movimento social? Se sim, qual?

22. Como você se identifica em termos de raça/etnia?

23. Você participa de alguma organização ou grupo que luta pelos direitos das mulheres negras? Se sim, qual?

Seção 2: Experiência Geral na Economia Solidária:

Motivação:

1. Por que você escolheu empreender na economia solidária?

2. Qual foi a sua motivação para se envolver com a economia solidária?

3. Como a economia solidária tem impactado sua vida e comunidade?

4. Como você conheceu os Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol)?

5. Pode me contar um pouco sobre seu empreendimento e seu papel nele?

Desafios Gerais:

6. Quais foram os maiores desafios que você enfrentou como empreendedora na economia solidária?

7. Como as políticas públicas influenciaram esses desafios?

Autonomia Econômica:

8. De que maneira o apoio do Cesol contribuiu para a sua autonomia financeira?

9. Você percebeu alguma mudança significativa na sua renda após participar do Cesol?

10. Quais foram os principais desafios financeiros que você enfrentou no seu empreendimento?

11. Como você avalia o acesso a recursos como financiamento, treinamento e assistência técnica para mulheres empreendedoras de economia solidária?

Autonomia Política:

12. Como a participação no Cesol influenciou sua participação em atividades políticas ou comunitárias?

13. Você sente que tem mais voz nas decisões do seu empreendimento após o apoio do Cesol?
14. Você participa de alguma organização ou movimento que luta pelos direitos das mulheres negras?
15. Que tipo de apoio adicional seria mais benéfico para seu empreendimento?
16. Existem barreiras específicas que precisam ser superadas?

Seção 3: Raça e Gênero:

Desafios Relacionados à Raça e Gênero:

17. Quais desafios específicos você enfrentou por ser uma mulher negra no seu empreendimento?
18. Houve situações específicas em que você sentiu que sua raça afetou suas oportunidades ou tratamento nas atividades promovidas pelo Cesol?
19. Você já se sentiu discriminada no seu empreendimento? Como lidou com isso?
20. Como o Cesol aborda as questões de raça e gênero na economia solidária?
21. O que você acha que Cesol poderia fazer para atender as necessidades específicas das mulheres negras atendidas pelas atividades promovidas?
22. O que você gostaria de ver melhorado nos programas do Cesol para apoiar mulheres como você?

Encerramento:

Expectativas Futuras:

23. O que você espera ver mudar ou melhorar em termos de políticas públicas para mulheres negras atuantes na economia solidária?
24. Quais sugestões você daria para tornar a política de economia solidária mais inclusiva e eficaz para mulheres negras?
25. Alguma outra experiência ou pensamento que você gostaria de compartilhar sobre seu envolvimento com a economia solidária